Vicente Paulino (Org.)

Timor-Leste nos estudos Interdisciplinares

Unidade de Produção e Disseminação do Conhecimento
Programa de Pós-Graduação e Pesquisa da UNTL

Timor-Leste nos estudos Interdisciplinares

Vicente Paulino (Org.)

Timor-Leste nos estudos Interdisciplinares

Unidade de Produção e Disseminação do Conhecimento
Programa de Pós-Graduação e Pesquisa da UNTL

Título: Timor-Leste nos estudos interdisciplinares

Organizador: Vicente Paulino (org.)

Edição da Unidade de Produção e Disseminação do Conhecimento
Programa de Pós-Graduação e Pesquisa da UNTL

Local de edição: Díli, Timor-Leste

Composição da capa: Quintino da Costa

Execução Gráfica: Tipografia Sylvia Díli

ISBN 978-989-98981-0-3

Díli, Novembro de 2014

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidades do(s) seu(s) autor(es)

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada sem autorização expressa do autor ou do editor.

Índice

Notas sobre os colaboradores …….. 9

Introdução
Um Timor-Leste plural nos estudos
Vicente Paulino …… 17

Parte 1 – Um panorama histórico, político e económico

A etnografia e o seu "alcance prático" no Timor "português": 1894-1917
Lúcio Sousa ……. 29

A reocupação portuguesa de Timor em 1945: 'Voltar como amigos ricos'
Fernando Augusto de Figueiredo …… 45

O Café de Timor: Cultura e Comercialização no Período Colonial (1815-1975)
Fernando Augusto de Figueiredo …… 57

Agricultura Familiar em Timor Leste: da Colonização Portuguesa à Instauração da Independência
Pedro Damião Henriques, Maria Leonor da Silva Carvalho, Vanda Narciso, Carlos da Conceição de Deus & Maria Raquel Lucas …… 73

Gestão sustentável de recursos naturais: interesses privados e público
António Cipriano A. Pinheiro …….. 103

Parte 2 – Timor-Leste: um panorama nos diversos campos de estudo

Arte e paisagem timorenses nos versos de Ruy Cinatti
Irta Sequeira Baris de Araújo ……. 117

Sujeito, espaço e tempo nos poemas de Fernando Sylvan e Xanana Gusmão
Sabina da Fonseca ……. 127

Os média e a afirmação da identidade cultural timorense
Vicente Paulino ……... 133

O poder local em Timor-Leste
Jaime Valle …….. 151

As revistas culturais no Brasil e a sua contribuição para a formação da intelectualidade e para a difusão das artes e da lusofonia
João Bernardo Filho e Percival Tirapeli …… 165

Inteligência Artificial: mitos e realidades
Ernesto Costa ……... 181

Parte 3 – Funções e responsabilidade social da família, escola e ensino universitário

Família e escola na sociedade contemporânea: revisitar alguns elementos necessários
Miguel Maia dos Santos & Vicente Paulino …… 197

Apontamentos sobre a evolução do Ensino Secundário Técnico Vocacional em Timor-Leste
Filipe Couto & José Pinto Casquilho …… 219

Formação inicial e contínua de professores em Timor-Leste: orientações de práticas e questões de línguas
Manuel Belo de Carvalho ……235

Funções e responsabilidade social da universidade estatal nos países em desenvolvimento: um olhar sobre a universidade de Timor Leste
Eugénio Alves da Silva…….. 251

Notas sobre os colaboradores

António Cipriano A. Pinheiro: É Ph.D. pela Iowa State University (USA), em Economia, especialidades de Economia da Produção e de Estatística e Econometria. Presentemente, é Professor Emérito da Universidade de Évora.Também foi reconhecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários - CMVM - como Perito Avaliador de Imóveis de Fundos de Investimento Imobiliário (AVFII/10/010/002). Como consultor internacional, no domínio da Economia Agrícola, tem dado apoio à Empresa Brasileira de Pesquisa Agro-Pecuária (EMBRAPA).

Carlos da Conceição de Deus: Professor da Universidade Nacional Timor Lorosa'e, Díli -Timor-Leste. Tem participado nos seminários e conefrências nacionais e internacionais.

Ernesto Costa: Professor Catedrático do Departamento de Engenharia Informática da Universidade de Coimbra, onde concluiu a licenciatura, em Engenharia Electrotécnica, em 1976. Entre 1993 e 1996 foi Reitor da Universidade Independente. Foi co-fundador e primeiro presidente eleito do Departamento de Engenharia Informática da Universidade de Coimbra, entre 1997 e 1999, e presidente da Comissão Científica do mesmo departamento entre 2006 e 2008. Em 1981 concluiu o doutoramento em Informática, na Universidade Pierre et Marie Curie (Paris, França), e em 1985 obteve o doutoramento em Engenharia Electrotécnica (área de Informática), pela Universidade de Coimbra. Participou em vários projectos de investigação, tendo-lhe sido atribuído em 2009 o "Evostar Award for Outstanding Contributions to the Field of Evolutionary Computation", prémio europeu pela carreira de investigação na área de computação de inspiração biológica. Organizou vários eventos científicos de dimensão internacional, tendo publicado mais de 170 trabalhos científicos, em livros, capítulos de livros, e actas de conferências. Vários desses trabalhos foram objecto de prémio.

Eugénio Alves da Silva: É angolano e professor há 37 anos, 30 dos quais no ensino superior. É licenciado em Ciência da Educação, opção Pedagogia, pela Universidade Agostinho Neto de Angola, onde leccionou entre 1982 e 1992. É doutorado em Educação na especialidade de Organização e Administração Escolar pela Universidade do Minho, na qual lecciona desde 1994 até presente data. Tem 60 trabalhos publicados (em Angola, Moçambique, Portugal, França, Espanha, Brasil e Cuba), dos quais 4 livros, 7 capítulos em livros, 13 artigos em revistas científicas e 36

comunicações em actas de eventos científicos (66% deles sobre a educação e o sistema educativo angolanos e a gestão do ensino superior em Angola).

Fernando Augusto de Figueiredo: Investigador Integrado do Centro de Estudos Históricos (CEH) e Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar (CHAM) da Universidade Nova de Lisboa. É doutorado em História em 2004, pela Universidade do Porto com uma tese sobre *Timor: A Presença Portuguesa (1769-1945)*. Tem participado e apresentado comunicações em vários eventos científicos de dimensão internacional, tendo publicado vários trabalhos sobre Timor, em livros e capítulos de livros.

Filipe Couto: Doutorando em Ciências da Educação na Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa. É mestre em Ciências da Educação, pela mesma Universidade, com especialização em Pedagogia Social, onde aprofundou estudos na capacitação e na participação em cooperação para o desenvolvimento. É licenciado em Matemática/Educação pela Universidade Portucalense, onde realizou estudos avançados na mesma área. Desde 2003 que trabalhou em diversas escolas em Portugal, no ensino da matemática e na formação e educação de adultos e participou em vários projetos de cooperação para o desenvolvimento, no setor da educação, nomeadamente na Guiné-Bissau, em Moçambique, em Timor-Leste e na Zâmbia. Desde 2014, investigador no Centro de Estudos de Desenvolvimento Humano da Universidade Católica Portuguesa.

João Bernardo Filho:Foi bolsista do Programa de Qualificação Docente e Ensino de Língua Portuguesa em Timor-Leste da Capes e atua na Universitat de Valéncia, Espanha. Tem participado e apresentado comunicações em vários eventos científicos nacionais e internacionais. Tem publicado vários trabalhos académicos nas revistas científicas nacionais e internacionais.

Jaime Valle: Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. É doutorado em Direito, Especialidade de Direito Constitucional, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Mestre em Ciências Jurídico-Políticas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, na menção de Ciências Jurídico-Políticas. Tem publicado vários artigos científicos dentro da sua área científica.

José Pinto Casquilho: Doutorado em Engenharia Florestal, sendo engenheiro Silvicultor de Formação. Durante duas décadas foi docente no Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa e actualmente é Diretor da Unidade de Apoio ao Estudante no Programa de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Nacional Timor Lorosa'e. Tem artigos científicos publicados em revistas nacionais e estrangeiras, entradas no Dicionário Crítico de Arte, Imagem, Linguagem e

Cultura integrado no Museu de Foz Côa, e é Investigador integrado no centro de Comunicação, Informação e Cultura Digital da Fundação para a Ciência e Tecnologia de Portugal, sendo ainda colaborador no Centro de Ecologia Aplicada "Prof. Baeta Neves" da Universidade de Lisboa. Em 2013/2014 colaborou no projeto de investigação na RDTL apoiado pela UNICEF e UNESCO "Improving school financing: The use and usefulness of school grants".

Irta Sequeira Baris de Araújo: Professora do Departamento de Ensino da Língua Portuguesa da UNTL. Tradutora Tétum-Português e Português-Tétum. Mestre em Educação e Movimentos Sociais, pela Universidade Federal Santa Catarina. Tem participado e apresentado comunicações nos seminários, colóquios e conferências nacionais e internacionais.

Lúcio Sousa: Professor Auxiliar do Departamento de Ciências Sociais e de Gestão da Universidade Aberta. Doutorado em Antropologia Social pela Universidade Aberta com uma tese sobre a organização social e prática ritual entre os Bunak, Timor-Leste (2010). Investigador integrado do Centro de Estudos das Migrações e Relações Interculturais (CEMRI) da Universidade Aberta – Portugal. Investigador colaborador do Instituto de Estudos de Literatura Tradicional (IELT).

Miguel Maia dos Santos: Professor do Departamento de Língua Tétum da UNTL. Investigador Principal do INL. Foi Decano da Faculdade da Educação, Artes e Humanidades (2000-2007) e Vice-Reitor dos Assuntos Académicos da UNTL (2007-2012). Tem participado em vários projectos de investigação. Tem participado e apresentado comunicações nos académicos nacionais e internacionais. Tem produzido e publicado (em co-autoria) manuais para o ensino básico de Timor-Leste. Tem partipado no projecto de investigação: *Aquisição da Leitura – metodologias e estratégias* (supervisionado pelo INFORDEPE).

Manuel Belo de Carvalho: Graduação no Ensino da Língua Indonésia (1998). Possui mestrado em Supervisão pedagógica em ensino do português pela Universidade do Minho (2007). Professor auxiliar honorário do Departamento de Formação de professores da Educação Básica na Universidade Nacional Timor Lorasae. Atualmente chefe do departamento. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Ensino-Aprendizagem na metodologia de Língua Portuguesa.

Maria Leonor da Silva Carvalho: Professora Associada da Universidade de Évora. Investigadora do ICAAM, da Universidade de Évora. É doutorada em Economia em 1994, pela Universidade de Évora. Tem experiência nas áreas de investigação:*Política Agrícola; Desenvolvimento Rural; Agricultura, Recursos Naturais e Ambiente*. Tem participado e apresentado comunicações em vários

eventos científicos nacionais e internacionais. Tem publicado vários artigos científicos de sua área nas revistas científicas nacionais e internacionais. Tem participado em vários projectos de investigação.

Percival Tirapeli: Professor titular do Instituto de Artes da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, Brasil

Maria Raquel Lucas: Professora Associada com Agregação (Univ. Évora). Investigador do CEFAGE da Universidade de Évora. É doutorada em Gestão de Empresas em 1995, pela Universidade de Évora. Tem experiência nas áreas de investigação: *Agri-Food Marketing; Agri-Food Quality; Consumer Behaviour*. Tem participado e apresentado comunicações em vários eventos científicos nacionais e internacionais. Tem publicado vários artigos científicos de sua área nas revistas científicas nacionais e internacionais. Tem participado em vários projectos de investigação.

Pedro Damião Henriques: Professor Associado da Universidade de Évora. Investigador do CEFAGE-Universidade de Évora. É doutorado em Economia Agrária em 1995, pela University of Reading. Licenciado em Engenharia Agronómica (Universidade Técnica de Lisboa, 1982) e Mestre em Economia Agrária (Ohio State University, 1987). Tem experiência nas áreas de investigação: *Economia e Política Agrícola; Desenvolvimento Rural; Agricultura, Recursos Naturais e Ambiente*. Tem participado e apresentado comunicações em vários eventos científicos nacionais e internacionais. Tem publicado vários artigos científicos de sua área nas revistas científicas nacionais e internacionais. Tem participado em vários projectos de investigação.

Sabina da Fonseca: Professora do departamento do Ensino de Língua Portuguesa da Universidade Nacional Timor Lorosa'e. Actualmente realiza pesquisa para doutoramento em Estudos Portugueses/Especialidade em Ensino do Português pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL), no âmbito do Ensino da Língua Portuguesa em *Contexto Multilingue Timorense*. Tem participado e apresentado comunicações em eventso científicos nacionais e internacionais.

Vicente Paulino: Professor Auxiliar Convidado da Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL). Director da Unidade de Produção e Disseminação do Conhecimento do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa da UNTL. É doutorado em Estudos da Literatura e Cultura/especialidade em Cultura e Comunicação pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa com uma tese sobre a *representação identitária em Timor-Leste: culturas e os média* (2012). Investigador

colaborador do CEMRI – Centro de Estudos de Migração e Relações Interculturais da Universidade Aberta de Portugal. Tem participado e apresentado comunicações em vários eventos científicos de dimensão internacional, tendo publicado vários trabalhos científicos, em livros, capítulos de livros, revistas e actas de conferências. Tem partipado nos projectos de investigação: *As ciências da classificação antropológica em "Timor Português" – Projecto HC/0089/2009 – FCT* (do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa) e *Aquisição da Leitura – metodologias e estratégias* (supervisionado pelo INFORDEPE).

Vanda Narciso: Nasceu em Lisboa, é licenciada em Engenharia Zootécnica pela Universidade de Évora e pós-graduada em Medicina Humanitária pela Universidade de Lisboa. Leccionou entre 1998 e 2004 a disciplina de Crédito Rural na Universidade de Évora. Exerce, desde 1994, actividade profissional como gestora de informação e de inovação. Actualmente é formadora e investigadora independente. Desenvolve o seu trabalho na área de género e desenvolvimento, direitos à terra, microfinanças e Timor-Leste, e participa regularmente em conferências e seminários nessas áreas.

INTRODUÇÃO

Um Timor-Leste plural nos estudos

Vicente Paulino

O estudo sobre Timor-Leste deve ser feito numa "visão articuladora" de sentidos para compreender a sua própria existência baseada nos conceitos de "pluridisciplinaridade, multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade", que são particularmente relacionados entre si e todos delimitama abordagem científica e educacional. O que há em comum nestes conceitos é a expressão singular das palavras "disciplinas" ou "disciplinaridades" que está a expandir o seu campo de ação aos termos "*pluri*, *multi*, *inter* e *trans*". É uma evolução conceitual da palavra superando tudo o que esta relacionado ao conceito de disciplina. Assim, interdisciplinaridade é parte de um movimento que busca a superação da própria essência da disciplina. Considera-se, no entanto, que *interdisciplinaridade*, por ser uma palavra "plural" e "híbrida", ocupa uma posição de intersecção entre "disciplinas", abrindotambém a possibilidade de concepção de fórmulas distintas para esse campo do "agrupamento de diversos conhecimentos", situados mais próximos de um ou de outro pólo do contínuo indivíduo-sociedade, indivíduo-conhecimento e sociedade-conhecimento. É pertinente levar em conta a noção de níveis de análise para compreender as peculiaridades entre os estudos característicos trazidos por esse plural implícito da palavra "interdisciplinaridade".

O mapeamento de Timor-Leste nos estudos interdisciplinares conduz-nos também à caracterização de duas vertentes para compreender "ali também Timor, que o lenho manda, Sândalo salutífero e cheiroso" (in Lusíadas de Camões, *Canto X*, 134). Uma normativa-prescritiva, centrada nas questões de valores ou validades da existência do território e do povo e que é conduzida pela construção de um modelo ideal de Estado; e uma outra é interpretativo-analítico centrada na matéria de *facto*, visada na determinação de investigação dos pressupostos e da validade da existência de um Timor-Leste plural "no conhecimento e na ciência" (Paulino, 2014:4), pois bem se sabe que o conhecimento e a ciência são pilares importantes para o desenvolvimento da pessoa humana e da nação. Sendo por isso, o qualificativo do conhecimento singular e plural é considerado como base de ação e coleção de objetos ou atributos de classificação (Casquilho, 2013) e tal pode contribuir para a constituição da ecologia do saber do indivíduo e da sociedade.

Quando se fala de Timor-Leste nos estudos interdisciplinares tal significa que estamos a fazer uma clara afirmação de que Timor-Leste é um "espaço plural" no estudo da história, da política e da economia (Felgas, 1956; Thomaz, 1975, 2000,

2002; Matos, 1974; Gunn, 1999); no estudo da antropologia, cultura e arte (Traube, 1986; Cinatti, 1963, 1987 e 1996; Cinatti, Almeida & Mendes, 1987; Hicks, 1976 e 1984; Sousa, 2010), no estudo de língua, literatura e comunicação e educação (Capell, 1943/1944; Gunn, 1994; Gomes, 1998; Hull, 1999 e 2002; Matos, 2001; Marcos, 1995; Marques, 2005; Martins, 2010; Paulino, 2011a; Paulino, 2012a)[1]. Por outras palavras, o denominado Timor-Leste "espaço plural" é constituído pelas "múltiplas identidades linguísticas e culturais" (Paulino, 2011b) e nesta lógica que Paulinoassumiu a chamar Timor-Leste "mestiço na língua e cultura" (Cf. Araújo, 2013a:35). Além disso, quando se fala de Timor-Leste nos estudos interdisciplinares significa-se também que estamos a tratar de um assunto em movimento contínuo, um conceito e uma prática do conhecimento em multidisciplinaridade de estudos, pelo que tais estudos ainda estão permanentemente em processo de construção e desenvolvimento dentro das ciências antropológicas, históricas e do ensino das ciências, sendo estes, campos distintos nos quais a interdisciplinaridade se faz presente nos estudos sobre Timor-Leste. Como tal, "a importância do estudo académico de *carater interdisciplinar é muito importante para* conhecer a diversidade e a identidade cultural, histórica, religiosa e linguística de Timor-Leste, que constitui como uma tarefa que requer responsabilidade, experiência e estudo prolongado" (Paulino, 2012a:4).

Este livro é composto por vários artigos de investigadores provenientes de países de língua oficial portuguesa e de diferentes instituições e áreas académicas. É uma forma de compartilhar e disseminar o conhecimento, num plano metafórico, semear as sementes num terreno fértil para alimentar a gente da terra. Significando que o presente livro situa-se na função de "semear", "compartilhar" e "disseminar" o conhecimento que tem por objeto de estudo os processos de vivência pessoal e social dos timorenses em aspetos diversos.

Este livro apresenta trabalhos, em sua maioria, de investigadores das instituições universitárias (e centros de investigações) de países de língua oficial portuguesa. Consideramos, assim, pertinente apresentar a presente publicação cuja origem vinda nos colóquios realizados em Lisboa ("Colóquio Timor-Leste: Quinhentos anos em contacto com o Mundo[2]" e "Colóquio Timor-Leste no Espaço de Encruzilhadas Culturais"[3]; e nas conferências[4] e nos seminários organizados pela Unidade de Produção e Disseminação do Conhecimento do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa da UNTL (no âmbito do curso de Mestrado e Doutoramento) em 2013.

---

[1] É de salientar que além destes autores, há mais autores que apresentam "Timor-Leste plural" nos diversos estudos acima referidos e que não podemos mencionar aqui neste pequeno texto introdutório.

[2]Este evento foi realizado em 24 e 25 de Outubro de 2012, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. http://www.historyanthropologytimor.org/?page_id=53

[3] Este evento foi realizado no dia 1 de Fevereiro de 2013,no Espaço Por Timor, Lisboa. http://www.historyanthropologytimor.org/?page_id=53

[4] Conferência de Ciências e práticas discursivas no Timor colonial" e Ciclo de Conferência "Conhecimento e Ciência". http://www.untl.edu.tl/PosGraduasaun/PostConferencia.php

É de salientar que esta publicação pode contribuir para a compreensão do espaço timorense em diversas áreas, procurando fomentar a aquisição de conhecimentos complexos sobre as sociedades timorenses contemporâneas. Adota-se para o efeito, uma perspetiva interdisciplinar, partindo da história, dos estudos antropológicos, média, literatura e arte, dos estudos educacionais e do direito. Salienta-se a relevância dos instrumentos epistemológicos, teóricos e metodológicos para a produção de saber científico ou tecnológico operatório.

A organização do livro

Para bem explicar as orientações da presente publicação que valorizam a noção de "interdisciplinaridade das ideias" no espaço comum chamado "Timor-Leste", *através* e *com*trabalhos académicos, sabendo que o percurso deste livro revela um índice geral sobre a realidade timorense.

Timor-Leste nos estudos interdisciplinares está organizado em três partes. A primeira delas, "Um panorama histórico, político e económico" (que duma forma geral é quase uma abordagem *histórica-político-económico antropologizada*), é composta por artigos que articulam a etnografia, a reocupação portuguesa (volta como amigos ricos), recursos naturais – público e privado, agricultura familiar e cultura de comercialização.

Lúcio Sousa apresenta uma resenha antropológica e a pesquisa etnográfica, realizadas no "Timor Português" desde 1894 até 1917; trata-se de uma abordagem antropo-etno-histórica que pretende revelar algumas investigações subjacentes aos domínios sócio-rituais e jurídico-políticos das diversas comunidades etnolinguísticas, ao mesmo tempo, dá continuidade a "pesquisa etnográfica no Timor Português" feita por David Hicks (2011). Dando conhecimento de que a obra de Artur Basílio de Sá "Planta de Cailaco" (1949) é um dos documentos de "relevo antropológico" e histórico com "simples transcrições" (Sá, 1949:8), pois, tratava da história de "uma revolta prolongada timorense, na qual os portugueses vieram por fim, a perder metade da ilha" (Sá, 1949:7; cf. Paulino, 2013); Os documentos de outros autores como Henri Forbes e Ana Forbes, que falam de "Timor como uma terra de encruzamento cultural e é um território habitado por vários reinos com línguas e culturas diferentes" (Cf. Thomaz, 2000; cf. Paulino, 2012b); tendo em conta também com a notável obra de Afonso de Castro "As possessões portuguesas na oceânea" (1867) que, segundo Alberto Osório de Castro (1996), "é uma das melhores obras da histografia colonial" e outras obras que fazem parte do "alcance prático" da antropologia são de Bento de França, José Santos Vasquinhas, incluindo também o relatório de Celestino da Silva sobre "Usos e costumes timorenses".

Fernando Augusto de Figueiredo enquanto historiador conheceu Timor a partir de um trabalho académico intitulado "Timor: a presença portuguesa (1769-1945)[5]" epara dar a continuidade deste trabalho, retoma novamente a sua reflexão, destacando especialmente não só a questão de "reocupação portuguesa de Timor em 1945" com a ideia "voltar como amigos ricos"; mas também a cultura do café e a sua respetiva comercialização no Período Colonial (1815-1975). Pedro Damião Henriques, Maria Leonor da Silva Carvalho, Vanda Narciso, Carlos da Conceição de Deus e Maria Raquel Lucas (Henriques et al), por sua vez, exploram o modo como agricultura familiar e a produção do café em Timor-Leste tem sido praticada pelos timorenses de forma tradicional, porque constitui uma atividade com função maior do que uma ocupação profissional, pelo que se reflete ao estilo de vida baseado nas crenças e nas tradições sobre a vida e o trabalho. Não esquecendo de destacar também a "comercialização e a cadeia de valor do café" numa "vantagem comparativa e competitividade" para saber o "efeito do aumento da qualidade e da produção na exportação".

Esta parte é encerrada com o artigo de António Cipriano A. Pinheiro, que apresenta uma resenha ou descrição sobre interesses privados e públicos na gestão sustentável de recursos naturais, nomeadamente a questão de "sustentabilidade dos recursos naturais é fortemente condicionada pelas decisões tomadas e que estas são influenciadas por variáveis de natureza económica". Defende que sempre há externalidades, mas as decisões dos empresários não levam à produção de bens e serviços socialmente mais desejável, neste caso, a intervenção do Estado é muito importante para regular o mercado com intuito de assegurar a preservação dos recursos naturais, sendo para isso, necessário estabelecer as políticas agrícolas, florestais e ambientais de forma integrada.

A segunda parte do livro "Timor-Leste: um panorama nos diversos campos de estudo", propõe um conjunto de artigos que abordam opiniões sobre as questões essências na análise da realidade social timorense. Refere-se aqui, sobretudo, a importância que a arte, cultura, espaço e tempo têm na vivência social timorense, bem como a contribuição dos média e alguns elementos tradicionais que constituem a afirmação identitária timorense; considera também a importância do poder local na política de descentralização administrativa como fundamento político para acelerar o processo de desenvolvimento nacional. Irta Sequeira Baris de Araújo, propõe uma discussão sobrearte epaisagem, especificamente no que diz respeito à "arte e paisagem timorenses nos versos de Ruy Cinatti", partindo de uma ideia "ser poeta significa ser simples". Trata-se de um texto que explore a essência da alma e da natureza timorense que se encontra nos versos do engenheiro agrónomo que vai do sensível ao metafísico, caraterizando a poesia como "manuseamento subjetivo" (Cinatti, 1970:7) porque revela o segredo do encanto da paisagem; que no caso de Timor, a alma dos antepassados timorenses "não deixaram a sua natureza como se

[5] É o título da sua tese de doutoramento em História, defendida em 2004, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

fosse inferior aos seus espíritos de vida. O espaço da natureza é o lugar de realização das actividades pessoais, familiares e sociais" (Araújo, 2013b:109) como valores de interface da ecologia humana com a economia da paisagem (Casquilho, 1994).

O sujeito, espaço e tempo também são elementos necessários para compreender e saber o perfil de um timorense no seu todo, como destaca Sabina da Fonseca no seu texto "Sujeito, espaço e tempo nos poemas de Fernando Sylvan e Xanana Gusmão". Vicente Paulino que trabalha na questão de "cultura e média", propõe uma abordagem instrumental de índole *sócio-antropo-etnográfica* e dos média para compreender a essência de afirmação identitária timorense como uma lição, cuja finalidade é a determinação do conceito de "reafirmar e reapropriar" a identidade na especificação das representações simbólicas. Assim concebida, os média e outros elementos simbólicos apresentam-se como um modo específico de abordagem no campo político de reafirmação e reapropriação que têm um fim predominantemente prático e descritivo. Jaime Valle, por seu turno, explora a questão do princípio da descentralização administrativa na Constituição de 2002 e os respetivos processos de implementação. João Bernardo Filho e Percival Tirapeli que trabalham na análise da arte, desenvolvem fundamentalmente o trabalho sobre a presença das revistas culturais no Brasil, dando conhecimento que essa revistas têm contribuído bastante na formação dos intelectuais, cuja finalidade é promover e difundir a história de origem da arte até presente século.

Esta parte é fechada com o artigo de Ernesto Costa, que aborda a questão de "Inteligência Artificial: mitos e realidades" e considera AI (inteligência artificial) como uma disciplina científica recente que se encontra no cruzamento de ciências filosóficas, da psicologia, da biologia, das neurociências, da matemática e da ciência dos computadores. Trata-se de um trabalho académico que procura identificar os conceitos base e os diferentes paradigmas da inteligência artificial com apresentação de alguns exemplos de realizações nos tempos de hoje e o que já anda a ser inventado para utilização futura.

Por *fine*, a última parte do livro, "funções e responsabilidade social da família, escola e ensino universitário", retoma a questão predominantemente da responsabilidade social de todos intervenientes na educação. Não é por acaso que muitas pessoas afirmam várias vezes a expressão "educação é importante para a vida". Falar sobre responsabilidade social nos "três mundos educativos: mundo único, mundo dual e mundo plural" (Seixas, 2013), primeiramente, Miguel Maia dos Santos e Vicente Paulino exploram, por um lado, a família como transmissora dos valores e virtudes humanas; por outro, a escola como lugar socializador dos valores e virtudes humanos. É por isso que precisa revisitar os elementos necessários da educação, nomeadamente a relação entre a família e a escola.

Filipe Couto e José Pinto Casquilho, por sua vez, discutem alguns apontamentos sobre a evolução do Ensino Secundário Técnico Vocacional em Timor-Leste. Trata-se de uma abordagem histórica que abre o caminho para saber a

existência do ensino "técnico profissional" e a importância que tem na dialética da modernização do currículo. Mantemo-nos ainda na questão de educação, mas desta vez, caminhamos ao espaço denominado "formação inicial e contínua de professores em Timor-Leste" abordado por Manuel Belo de Carvalho. Trata-se de um tema que fala as dificuldades enfrentadas pelos professores na sua formação inicial e contínua, nomeadamente questões da língua.

Esta parte é concluída com o artigo de Eugénio Alves da Silva que explora as "funções e responsabilidade social da universidade estatal nos países em desenvolvimento". Trata-se de um trabalho, cuja descrição é baseada na sua experiência "observadora" e "lecionadora" das aulas em várias universidades de Angola, Portugal e Timor-Leste. Sabendo que o seu artigo aborda especificamente as funções sociais da universidade pública timorense como a UNTL que passa a ser "um centro de referência no que diz respeito à oferta da educação de qualidade, envolvendo ensino, pesquisa e extensão com responsabilidade social e prestação de contas à sociedade" (Martins, 2010:41; Martins, 2013). Trata-se de uma instituição educativa que segundo José Arthur Giannotti, não visa "apenas formar um mercado de trabalho, mas formar uma nação, com gente capaz de pensar[6]", para isso, é necessário apostar na "formação pós-graduada com vista à qualificação dos recursos humanos em Timor-Leste" (Cruz, 2013).

Em síntese

Timor-Leste é um objeto de estudo que ainda está permanentemente em construção, uma vez que este objeto está a transformar a sua modalidade tradicional espacial para a modalidade moderna espacial, assim, toda discussão sobre interdisciplinaridade nos estudos sobre Timor-Leste é assente na análise comparativa com o material colonial e pós-colonial (ou contemporâneo) até que o próprio estudo esteja melhor desenvolvido e articulado, muito mais pela prática do que pela teoria, uma vez que a interdisciplinaridade está a expandir-se em todas as áreas do saber como uma "constância de um mito que devolve um livro" (Silva & Sousa, 2011) aos timorenses, donos da sabedoria, duma forma de "sedução etnográfica" (Seixas, 2011a) porque as dinâmicas de convivência timorense permanecem nos mundos e nas figuras da tradição cultural (Seixas, 2011b).

Finalmente, apresenta-se primeiramente o meu agradecimento a todos os colegas que disponibilizaram seus artigos para produção e publicação deste livro; regista-se também o meu agradecimento ao Prof. Doutor José Pinto Casquilho pela sua colaboração. Espera-se que este livro possa a ser um material de consulta e de debate em torno de Timor-Leste.

[6] http://pensador.uol.com.br/autor/frases_diversas/ (acesso em 12/11/2014).

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Irta Sequeira Baris de. 2013a. O sagrado na cultura das parteiras do Timor-Leste. Dissertação de mestrado em Educação e Movimentos Sociais, Florianópolis: UFSC.

ARAÚJO, Irta Sequeira Baris de. 2013b. Educação ambiental em Timor-Leste contemporâneo. *Revista Veritas*, vol. 1, nº 2, pp: 103- 117.

CASTRO, Afonso de. 1867. As possessões portuguesas na Oceânia. Lisboa: Imprensa Nacional.

CASTRO, Alberto Osório de. 1996. A ilha verde e vermelha de Timor. Lisboa: Edições Cotovia.

CASQUILHO, José Pinto. 2013. Veridicção, verosimilhança e informação. *Revista Veritas*, vol. 1, nº 1, pp. 81- 102.

CASQUILHO, José Pinto. 1994. Valores na interface ecologia/economia. Ciências, Tecnologia e Sociedade, 21, pp.15-22.

CINATTI, Ruy. 1996. Um cancioneiro para Timor. Lisboa: Editorial Presença.

CINATTI, Ruy. 1987. Motivos artísticos timorenses e a sua integração. Lisboa: IICT/Museu de Etnologia.

CINATTI, Ruy. 1970. Uma sequência timorense. Braga: Editora Paz.

CINATTI, Ruy. 1963. As Pinturas Rupestres de Timor. In *Colóquio da revista de Artes e Letras*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, n° 23, Abril, pp. 49-59.

CINATTI, Ruy; ALMEIDA, Leopoldo de & MENDES, Sousa. 1987. A arquitectura timorense. Lisboa: IICT.

CAPELL, A. 1943/1944.Peoples and languages of Timor.*Oceania*, vol 14, nº 3 (pp.191-219), nº 4 (pp.311-337); vol 15 (1944/1945), nº 5, pp.19-48.

CRUZ, Vasco Fitas da. 2013. Perspectivas para a formação pós-graduada com vista à qualificação dos recursos humanos em Timor-Leste. *Revista Veritas*, vol. 1, nº 2, pp. 45-55.

FELGAS, Hélio Esteves. 1956. Timor Português. Lisboa: Agência Geral do Ultramar

GUNN, Geoffrey. 1999. Timor Loro Sae 500 Anos. Macau: Livros do Oriente.

GUNN, Geoffrey. 1994. A critical view of western journalism and scholarship on East Timor. Manila: Journal of Contemporary Asia Publishers.

GOMES, Francisco C. Moreira. 1998. Comunicação social em Timor-Leste: grande reportagem. Dissertação de mestrado, Lisboa: Universidade Aberta.

HULL, Geoffrey. 2002. The languages of East Timor some basic facts. Díli: INL-UNTL.

HULL, Geoffrey. 1999. The languages of East Timor: 1772-1997: a literature review. In *Studies in languages and cultures of East Timor*, Sydney: University of Western Sydney Macarthur, pp.1-38.

HICKS, David. 2011. A pesquisa etnográfica no Timor Português. In SILVA, Kelly & SOUSA, Lúcio (org)., *Ita maun alin o livro do irmão mais novo – afinidades antropológicas em torno de Timor-Leste*. Lisboa: Edições Colibri, pp.31-45.

HICKS, David. 1984. A maternal religion: the role of women in Tetum myth and ritual. Illinois: Center for Southeast Asian Studies at the Northern Illinois university.

HICKS, David. 1976. Tetum ghosts & kin fertility and gender in East Timor. Illinois: Waveland Press.

MATOS, Artur Teodoro de. 1974. Timor Português 1515-1769: contribuição para a sua história. Lisboa: FLUL.

MATOS, Graça. 2001. Timor-Leste no semanário 'Expresso'. In *Janus – Anuário de relações exteriores*, Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, versão online em http://janusonline.pt/2001/2001_1_1_12.html (consulta a 12/10/2014).

MARCOS, Artur. 1995. Timor timorense: com suas línguas, literaturas e lusofonia. Lisboa: Edição Colibri.

MARQUES, Rui. 2005. Timor-Leste: o agendamento mediático. Porto: Porto Editora.

MARTINS, Francisco Miguel. 2013. A institucionalização e o desenvolvimento de pós-graduação e pesquisa na Universidade Nacional Timor Lorosa'e. *Revista Veritas*, vol. 1, nº1, pp.45-79.

MARTINS, Francisco Miguel. 2010. Autoavaliação Institucional da Educação Superior: uma Experiência Brasileira e suas Implicações para a Educação Superior em Timor-Leste. Tese de Doutorado em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

PAULINO, Vicente. 2014. Mensagem do Coordenador da Comissão Organizadora. In *Livro de resumo – programa geral e comunicações da 1ª conferência internacional 'A Produção do Conhecimento Científico em Timor-Leste*, Díli: Programa de Pós-graduação e Pesquisa da UNTL.

PAULINO, Vicente. 2013. Pe. Artur Basílio de Sá – obras e missões em Timor'. In Ricardo Roque (org.),History and Anthropology of "Portuguese Timor", 1850---1975. An Online Dictionary of Biographies, available at http://www.historyanthropologytimor.org/ (acesso em 12/10/2014))

PAULINO, Vicente. 2012a. Representação identitária em Timor-Leste: culturas e os média. Tese de Doutoramento, Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

PAULINO, Vicente. 2012b. Crónica de Viagem Olhar e apreciar a paisagem e cultura timorenses. Paper presented at the 2th international conference of Anglo-Portuguese Studies – on 18th to 20th April 201 (FCG – Lisbon), online version of 15th February 2012, available at http://www.historyanthropologytimor.org/ (acesso em 12/10/2014).

PAULINO, Vicente Paulino. 2011a. A imprensa católica Seara e a tradição timorense: 1949-1973. In SILVA, Kelly & SOUSA, Lúcio (org)., *Ita maun alin o livro do irmão mais novo – afinidades antropológicas em torno de Timor-Leste*. Lisboa: Edições Colibri, pp.63-86.

PAULINO, Vicente. 2011b. Cultura e Múltiplas identidades linguísticas em Timor-Leste. In Correia, Ana Maria & Sousa, Ivo Carneiro de (org), *Lusofonia encruzilhadas culturais*, Macau: Saint Joseph Academic Press, pp.70-87.

SOUSA, Lúcio Manuel Gomes. 2010. An Tia: partilha ritual e organização social entre os Bunak de Lamak Hitu, Bobonaro, Timor-Leste. Tese de doutoramento, Lisboa: Universidade Aberta de Lisboa.

SÁ, Artur Basílio de. 1949. A planta de Cailaco, 1727. Lisboa: Agência Geral das Colónias.

SILVA, Kelly & SOUSA, Lúcio (org). 2011. Ita maun alin o livro do irmão mais novo – afinidades antropológicas em torno de Timor-Leste. Lisboa: Edições Colibri.

SEIXAS, Paulo Castro. 2013. O mundo plural: a educação como dissonância e tradução. *Revista Veritas*, vol. 1, nº2, pp. 73-85.

SEIXAS, Paulo Castro. 2011a. Timor-Leste na construção científica pós-colonial nos últimos 10 anos em Portugal: entre a sedução etnográfica e a política de ajustes. In *Colóquio Timor: Missões Científicas e Antropologia Colonial*, Lisboa*:*IICT.

SEIXAS, Paulo Castro. 2011b. Mundos e zonas de contacto da tradução cultural em Timor-Leste. In SILVA, Kelly & SOUSA, Lúcio (org)., *Ita maun alin o livro do irmão mais novo – afinidades antropológicas em torno de Timor-Leste*. Lisboa: Edições Colibri, pp.63-86.

THOMAZ, Luís Filipe. 2002. Babel Lorosae: o problema linguístico de Timor-Leste. Lisboa: Cadernos Camões.

THOMAZ, Luís Filipe. 2000. Timor Lorosa'e uma perspectiva histórica. In Leandro, Garcia & Carneiro, Roberto e et al, *Timor um país para o século XXI*, S. Pedro do Estoril: Editora Atena.

THOMAZ, Luís Filipe. 1975. O problema político de Timor. Braga: Editora Pax.

TRAUBE, Elisabeth. 1986. Cosmology and social life: ritual exchange among the Mambai of East Timor, Chicago and London: University of Chicago Press.

PARTE 1
UM PANORAMA HISTÓRICO, POLÍTICO E ECONÓMICO

A etnografia e o seu "*alcanceprático*" no "Timor Português":1894-1917

Lúcio Sousa

Este artigo tem por base a comunicação[1] apresentada no Seminário do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa, Unidade de Produção e Disseminação do Conhecimento da UNTL, no dia 12 de setembro de 2013. O objetivo foi analisar como se desenvolveu a antropologia e pesquisa etnográfica, em Timor-Leste, desde o final do século XIX até ao início do século XXI. Tratou-se de uma abordagem circunspecta, que pretendia descortinar as motivações científicas e políticas subjacentes nos diversos tempos históricos, efetuando um relance sobre o acervo constituído pelos trabalhos elaborados e a possibilidade que estes oferecem para a investigação contemporânea. Sendo uma temática vasta procedeu-se, neste artigo, a uma dupla delimitação quanto ao quadro temporal em estudo e aos atores sociais envolvidos. No plano temporal, a análise relata brevemente, usando a expressão de Mercier (1986), a "pré-história" da antropologia em Timor-Leste e a mudança de século entre 1894 e 1917, isto é, desde a governação de Celestino da Silva até ao ano em que são editadas no Boletim Oficial de Timor algumas das respostas do inquérito aos usos e costumes jurídicos de 1909. No que respeita aos atores, serão considerados aqueles em funções na administração colonial: governadores do território, militares e funcionários civis.

Com base na análise desenvolvida pode observar-se que, apesar da sua perificidade político-científica no circuito colonial português, desponta neste período histórico em Timor, à semelhança do que se ia passando em outras colónias portuguesas, um interesse sobre a etnografia com um "*alcance prático*", para usar a expressão de Osório de Castro (1943[1996]), motivada pelas necessidades da administração colonial de conhecer os domínios socio-rituais, jurídico-políticos e económicos das diversas comunidades etnolinguísticas. Sendo este um trabalho exploratório, e em curso, este estudo não esgota as possíveis fontes existentes. O seu propósito é desvendar algumas delas e promover o aprofundamento da sua pesquisa, nomeadamente por investigadores timorenses.

[1] "Antropologia e pesquisa etnográfica em Timor-Leste: um olhar sobre práticas, motivações e possibilidades".

1. Introdução: *antropologia e a pesquisa etnográfica* da época

A institucionalização da antropologia como disciplina académica ocorre no século XIX. Até à época, o conceito de antropologia (*antropos*, homem; e *logos*, discurso) englobava a dimensão físico-biológica e pré-histórica, associada à história natural da humanidade (com o contributo da arqueologia). A dimensão sociocultural da antropologia só adquire relevância à medida que os autores evolucionistas exploram os domínios da linguagem, da organização social, em particular do parentesco, do religioso, do político e económico, usualmente disseminados nas diversas tradições nacionais da altura à etnologia (*etno*, povo/etnia; *logos*, discurso) e etnografia (*etno*, povo/etnia; *grafia*, descrição) [2].

Durante o século XIX, a etnografia assume-se como a atividade de recolha de dados do terreno, passíveis de serem interpretados numa perspetiva comparativista com o objetivo de elaborar leis científicas (a ambição da antropologia evolucionista). No entanto, como refere Sanjek (2004), a etnografia pode ser interpretada simultaneamente como um *produto* e como um *processo*. Como *produto* resulta nos estudos elaborados pelos antropólogos, enquanto como *processo* manifesta-se no trabalho de campo e observação participante (os métodos tradicionais de investigação antropológica)[3].

Todavia, em pleno século XIX subsiste usualmente uma disjunção no papel do antropólogo na prossecução de cada uma das etapas enunciadas. De facto, são poucos[4] os que se deslocam até junto dos povos distantes sobre os quais elaboram teorias para fazer a componente *etnográfica*, pelo quedependem de terceiros, usualmente não antropólogos: viajantes, militares, missionários. Esta etnografia feita por não antropólogos é a fonte substancial da produção antropológica do século XIX (Pels e Salemink 1999). Para ajudar esta pesquisa desenvolveram-se instrumentos de recolha etnográfica. Um exemplo paradigmático são as *Notes and Queries on Anthropology*, editadas pela primeira vez em 1874, pela British Association for the Advancement of Science, e revistas por um comité da Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland, no qual participam, entre outros, Edward Tylor e James Frazer, expoentes da antropologia inglesa da época. A expansão académica e profissional da antropologia faz com que a edição de 1912 já seja principalmente vocacionada para antropólogos (Petch 2007).

---

[2] A etnografia, etnologia e antropologia podem ser interpretadas como etapas da investigação antropológica. Como refere Lévi-Strauss (1996) a etnografia corresponde à fase de investigação no terreno, a etnologia a uma primeira fase de comparação e síntese dos dados num âmbito regional e a antropologia, social ou cultural, a uma última fase de síntese global.

[3] A investigação antropológica advém da articulação da etnografia, no tema concreto em estudo, com a comparação, que se sustenta num determinado ângulo teórico, e a contextualização, elementos de carácter sociogeográficos, políticos e económicos, que enquadram a temática. A triangulação destes polos distingue o discurso antropológico de outros géneros de escrita, como a de viagens.

[4] Estes antropólogos eram designados "*armchair anthropologists*" (antropólogos de secretária/cadeirão) por obterem as suas informações de forma indireta e trabalhá-las no recato dos seus gabinetes.

Porém, há exemplos de investigadores que desenvolvem o seu próprio trabalho de terreno como Cushing entre os índios Zuni na década de 1880 (Sanjek 2004). Outro exemplo, no feminino, é Alice Fletcher que desenvolve na mesma década um trabalho de campo assinalável entre as mulheres Sioux no Dakota (Casares 2008). No Sudeste asiático tem relevância o trabalho desenvolvido pela expedição às Torres Straits, em 1889, bem próximas geograficamente de Timor. Tratou-se de um empreendimento multidisciplinar coordenado por Alfred Haddon da Universidade de Cambridge e onde participaram William Rivers e C.G. Seligman.

Apesar destes antecedentes o trabalho de campo e a observação participante estão especialmente associados a Franz Boas (1852-1942) e Bronislaw Malinowski (1884-1942). O primeiro nos EUA e o segundo na Inglaterra, vão fundar escolas teóricas que se afastam dos pressupostos evolucionistas. Boas é considerado o "pai" da antropologia norte-americana. A sua abordagem, designada de particularismo histórico, é uma forma de difusionismo moderado, assenta em trabalho de terreno. Por sua vez, Malinowski, um dos mentores do funcionalismo, realiza o seu trabalho de campo bem próximo de Timor, nas ilhas Trobriand, entre 1914 e 1918. Em 1922, publica o resultado do seu trabalho: *OsArgonautas do Pacifico Ocidental*[5], que se estabelece como o *produto* paradigma do trabalho etnográfico na antropologia.

Com base nestes exemplos o protótipo do trabalho etnográfico passou a conjugar, tradicionalmente, a estadia no terreno e a observação participante assente no pressuposto de uma estadia prolongada no campo, junto de uma comunidade ou região, com a concomitante aprendizagem da língua local e a obtenção de informações de forma direta junto de informantes, os atores sociais, com os quais se interage, observando e participando na vivência diária, de forma informal ou formal, com recurso a entrevistas, usualmente abertas e semiestruturadas.

Como se reverte este saber na sociedade da época? Nos E.U.A. houve uma preocupação dominante, desde cedo, na aplicabilidade dos conhecimentos antropológicos na compreensão e resolução dos problemas consequentes da incorporação da população nativa na agenda política americana. Todavia, foi uma área de conflito entre os antropólogos e os políticos, cujos objetivos imediatos se contrapunham à necessidade de tempo e às visões dos antropólogos.

No contexto europeu, a relação da antropologia com o colonialismo é incontornável. No entanto, como refere Kuper (1996, 2005), no caso da antropologia social britânica essa dimensão aplicada da antropologia resultou tanto de um comprometimento com o projeto colonial inglês quanto com o interesse em legitimar a antropologia e sedimentar a sua posição, na academia e na sociedade. Acresce que o alinhamento dos antropólogos nem sempre foi concomitante com o das autoridades coloniais, promovendo a defesa dos "nativos" que estudavam e sendo objeto de indiferença (em alguns casos mútua) por parte de administradores coloniais.

---

[5] No original: *Argonauts of the Western Pacific*. URL: https://archive.org/details/argonautsofthewe032976mbp

Na Holanda, o poder colonial vizinho de Portugal em Timor, a posse das designadas *Índias Orientais* (futura república da Indonésia) foi essencial para o desenvolvimento da sua antropologia. Segundo Bŏsković (2008), a institucionalização da antropologia ocorre na Holanda em 1830, antecedendo as suas congéneres europeias. Neste contexto, a etnografia desempenhou um papel de relevo, quer na preparação de futuros funcionários coloniais quer como campo de pesquisa e produção de etnografias que promoveram o desenvolvimento da antropologia na Holanda.

No caso português, o desenvolvimento da antropologia metropolitana foi limitado e a sua relevância colonial tardia. Leal (2000) e Schouten (1998 2001) caracterizaram a antropologia portuguesa, na esteira da tradição filológica e etnológica romântica, como "etnológica-folclorista"fazendo parte da chamada "antropologia de construção da nação" (Stocking 1982). A antropologia colonial só se institui formalmente após o Congresso de Antropologia Colonial de 1934, privilegiando a antropologia física e a classificação das características somáticas das populações colonizadas (ver Roque 2001, 2006). Interesses que, como refere Schouten, seguiam "na esteira de teorias antropológicas do séc. XIX" (1998, 2) e assumindo-se assim, nos termos de Stocking (1982) como uma "antropologia de construção do império".

Sem uma tradição de antropologia colonial em Timor, e sem a presença de antropólogos de formação académica (excetuando Fonseca Cardoso que comentaremos), como desponta, e com que fim, um interesse local de cariz etnográfico pelos usos e costumes em Timor? Quais são os *produtos* e os *processos* através dos quais esta etnografia, feita por agentes coloniais locais, ganha forma no Timor português?[6]

2. Etno*grafia* em Timor: um esboço da *"pré-história"* da antropologia

Para usar a expressão empregue por Mercier (1986) em relação à história da antropologia, há um período que se pode designar como "pré-história da antropologia" em Timor-Leste. O autor emprega este termo para descrever o período anterior à institucionalização da antropologia como ciência e os autores, que remontam aos gregos, em que se pode descortinar a perspetiva antropologia decorrente da narração da visão e confronto com a "alteridade".

Seguindo Durand (2006) constata-se que, durante muitos séculos, os mapas de Timor ilustram o desconhecimento da ilha resumindo-a à zona litoral e a escassas sugestões quanto ao seu interior O relato mais antigo de uma interação com

[6] Este facto não inibe que haja igualmente um interesse pelos grandes temas de classificação racial. Exemplo desse facto é o trabalho desenvolvido pelo oficial Cardoso da Fonseca em Timor sobre as características somáticas da sua população, aproveitado por Mendes Correia. Para saber mais consultar Roque (2008).

europeus será a crónica de Pigafetta de 1522[7], o cronista da viagem de Magalhães/Del Canno. No seu relato, Pigafetta explica como fizeram refém um chefe de "Balibo" para assim obterem alimentos, procedendo à descrição das gentes com quem a expedição travou contacto direto e algumas informações obtidas indiretamente, como a existência de quatro reis, perceções associadas à apanha do sândalo e à rede de relações comerciais devidas a este produto, trocado com Malaca e Java.

Outro documento de relevo para a antropologia de Timor é a "Planta de Cailaco, 1727", (Sá 1949) alusivo à revolta que grassou nesta região em 1726, que se encontra anexa à carta do vice-rei e capitão-general do Estado da Índia, João Saldanha da Gama, para o rei D. João V sobre o estado das Ilhas de Timor e Solor de 24 de Janeiro de 1729. O seu autor é desconhecido mas, pelo pormenor do detalhe, terá presenciado os combates. Será fortuitamente o protótipo de uma antropologia visual, do "Outro" e do "Nós" em guerra, um dos fenómenos mais analisados nas descrições da cultura timorense.

Do século XVIII ao século XIX existem outros viajantes que passaram por Timor e em particular, em Díli. Durand (2006) procede a uma recensão exaustiva destes viajantes. Entre estes registe-se, Jaques Arago, que viajou entre 1817 e 1820 nos navios "Uranie" e "Physicienne". Na sua obra "Souvenirs d`un aveugle, voyage autor du monde[8]" publicada em 1840, testemunha a sua estadia em Díli, as principais características sociais da vila e as preocupações com o antropofagismo no interior de Timor. O texto, com desenhos, é em parte o relato de conversas com o governador José Pinto Alcoforado de Azevedo e Sousa (governador de Timor entre 1815-1819).

Em pleno século XIX Timor, a ilha e o território português, passam a fazer parte do circuito internacional da ciência da época. Dois investigadores, naturalistas, deslocaram-se a Timor português: Alfred Russel Wallace em Díli em 1861 (4 meses) e Henry Ogg Forbes e a esposa em 1882-1883 (7 meses). Wallace é sobejamente conhecido pela sua famosa "linha" que delimita espacialmente as "raças" malaia e papua e que vai ser objeto de contínuo debate na antropologia portuguesa até aos anos quarenta. A sua obra, *The Malay Archipelago*, tem um capítulo sobre Timor[9].

Por seu turno, Forbes e a esposa tiveram uma permanência mais prolongada e efetuaram deslocações no interior do território, até à contracosta. A obra, ilustrada: *A naturalist's wanderings in the Eastern Archipelago; a narrative of travel and exploration from 1878 to 1883*[10], descreve locais, a importância simbólico-ritual e social das *uma lulik* e outras práticas sociais, como o *barlaque*, antecipando-se em

---

[7] Para consulta de um exemplar, URL: http://www.wdl.org/pt/item/3082/view/1/35/

[8] Arago, Jacques. 1880. *Souvenirs d'un aveugle, voyage autour du monde.* Paris. H. Roux Libraire-éditeur. 5ª edição, URL: http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6543058n/f5.texte.r=.langPT

[9] URL: http://www.gutenberg.org/files/2530/2530-h/2530-h.htm#link2HCH0013

[10] URL: https://archive.org/details/naturalistswande00forb

mais de 100 anos aos temas mais recorrentes da antropologia contemporânea sobre Timor (Hicks 2011). De referir ainda o testemunho de Anna Forbes na sua obra publicada em 1887[11].

Entre os autores portugueses, emergem no século XIX algumas obras de ex-governadores do território que merecem destaque. São trabalhos que permitem leituras diversas e confluentes entre a descrição feita do Outro, o timorense, e quem os descreve: os portugueses. Este discurso sobre o(s) timor(es)/timorense(s) ganha forma, e em alguns casos, imaginação ou desinformação[12], e permite uma dupla leitura critica: a dos retratados e a dos que retratam. Data de 1811 o documento "Instruções do conde de Sarzedas" (in Castro.1867), pertinente como testemunho de um saber oficial sobre Timor, objeto de transmissão formal entre agentes de poder colonial.

Contudo, a obra mais conhecida da época é a de Afonso de Castro, governador entre 1859-63: *As possessões portuguesas na Oceânia*, 1867[13]. Trata-se de um trabalho com um resumo do saber colonial sobre Timor. Instaura um conjunto de representações de Timor e dos timorenses que serão usados de forma recorrente, por vezes, em obras recentes.[14] O trabalho divide-se em duas partes. A primeira é dedicada à história da colonização de Timor, enquanto a segunda parte analisa as características físicas e humanas da ilha e as temáticas relativas ao seu governo, nomeadamente as económicas. Entre estas, são descritas no ponto II: o "Estado social dos habitantes de Timor; Reinos em que a ilha é dividida; Governo dos reinos; Hierarchia; Sucessão; Idéas dos timores a respeito da divindade; justiça e penalidade; *Suanguice*; Escravidão e *Lutuum"*. No ponto III são abordados os "Usos e costumes dos habitantes; Economia domestica; Caracter dos timores; Dialectos e Industria agrícola e pecuária".

Afonso de Castro não alude claramente à forma como obteve as informações para a sua descrição dos usos e costumes, sendo neste aspeto muito mais crítico sobre o processo de análise dos dados históricos. De uma forma geral, generaliza e

---

[11] *Insulinde: Experiences of a Naturalist's Wife in the Eastern Archipelago*. Edinburgh and London: William Blackwood and Sons, URL: http://digital.library.upenn.edu/women/forbes/insulinde/insulinde.html#XVII

[12] São cerradas as críticas do Governador Celestino da Silva à ignorância dos seus predecessores, quanto ao interior de Timor, em particular Afonso de Castro (ver Roque 2011).

[13] URL: http://www.wdl.org/pt/item/2398/view/1/1/

[14] Afonso de Castro tem dois artigos publicados (o primeiro ainda na qualidade de governador) na prestigiada *Tijdschrift voor Indische Taal- Land- en Volkenkunde*, uma revista publicada em Batávia, atual Jacarta. As obras podem ser acedidas aqui: Castro, Afonso de. 1862. "Résumé historique de l'établissement portugais à Timor, des us et coutumes de ses habitants par le gouverneur de la possession", Tijdschrift voor Indische Taal,- Land- en Volkenkunde, 11:465-506, URL:http://www.kitlv.nl/documents/library/Metamorfoze/TBG/MMKITLV01_PDF_TS2332_1862_11.pdf
Castro, Afonso de. 1864. "Une rébellion à Timor en 1861", Tijdschrift voor Indische Taal- Land- en olkenkunde, vol.13: 389-409, URL: http://www.kitlv.nl/documents/library/Metamorfoze/TBG/MMKITLV01_PDF_TS2332_1864_13.pdf
Em português publica em 1863. "Noticia dos usos e costumes dos povos de Timor, extrahida do relatorio do sr. Affonso de Castro, Governador d'aquella possessão portugueza" Anais do Conselho Ultramarino, Parte Não Oficial, serie 4 (Março): 28-32; (Abril): 33-40; (Maio): 41-42.

essencializa os "timores". Não deixa contudo de ser interessante que considere, malgrado a forma depreciativa como muitas vezes caracteriza os timorenses, como fáceis de governar: "(…) uma vez que não se use com eles de extraordinário rigor e que se respeitem em parte os estylos timores, a que obedecem sem murmurar" (327-328). Outro governador com obra publicada é Bento de França. Com uma curta estadia em Timor entre 1882 e 1883, escreve duas obras: Timor (1890) e *Macau e os seus habitantes – relações com Timor* (1897)[15]. O livro *Timor* foi publicado na Bibliotheca do Povo e das Escolas, nº 188, sendo uma das primeiras publicações de grande divulgação sobre o território. A última obra tem no seu capítulo III (221-243) o resumo do saber sobre: "Os indígenas de Timor", "principais superstições dos timores"; "Jerarchia social dos timores"; "Estylos, usos e costumes dos indígenas"; "Habitações e usos domésticos"; "Vestuário dos indígenas".

Uma última referência, a carecer de aprofundamento dedicado, a alguns militares que publicam sobre Timor no final deste século XIX. O major José dos Santos Vaquinhas, que chegou a ser governador interino em 1881, publica entre 1883 e 1887 nove artigos no boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, de que é sócio[16]. Usualmente na forma de missivas, a maioria tem somente como título "Timor"[17]. Outro militar com obra publicada sobre Timor é Rafael das Dores, que desenvolve um dicionário corográfico do território, um dicionário de Teto-português e um dicionário de " Teto"[18]. Por fim, uma referência a João dos Santos Pereira Jardim, que publica dois pequenos textos na revista Portugalia[19], o primeiro dos quais se identifica como "Notas ethnographicas".

3. 1894: Celestino da Silva e o *relatório de usos e costumes*

A emergência de uma prática etnográfica consubstancia-se nos finais do século XIX. Trata-se de um saber com propósitos aplicados de imposição de poder: conhecer o outro e as suas redes e relações sociopolíticas para o dominar. Este saber faz-se com uma contraparte: o saber que se vai desenvolvendo entre os timorenses

---

[15] URL: https://archive.org/details/macaueosseushab00frangoog

[16] A Sociedade de Geografia de Lisboa foi fundada em 1875 e o seu boletim é publicado desde 1876.

[17] A lista completa das suas obras pode ser consultada aqui: Ricardo Roque (coord.), 'History and Anthropology of "Portuguese Timor", 1850-1975. A Bibliography', online version of 21st December 2011, available at http://www.historyanthropologytimor.org/

[18] Dores, Rafael das. 1901. "Apontamentos Para um Dicionário Corográfico de Timor", Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, 19 (7); 19 (8); 19 (9); 19 (10); 19 (11);19 (12). Dores, Rafael das. 1907. Dicionário Teto-Português. Lisboa: Imprensa Nacional. Dores, Rafael das. 1902. "Dicionário de Teto", Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, Série 22 (2); 22 (3).

[19] Jardim, João dos Santos Pereira (apresentação A. Santos Rocha). 1899-1903. "Notas ethnographicas sobre os povos de Timor". In *Portugalia : materiaes para o estudo do povo portuguez*. - Tomo I, fasc. 1-4 (1899-1903), p. 355-359. Porto : Imprensa Portugueza;
Jardim, João dos Santos Pereira.1899-1903. "A cerâmica em Timor". In *Portugalia : materiaes para o estudo do povo portuguez*. - Tomo I, fasc. 1-4 (1899-1903), p. 823-825. Porto : Imprensa Portugueza
Ambos os artigos estão disponíveis na Biblioteca Nacional Digital, URL: http://purl.pt/260

sobre os *malae*, sobre os portugueses e a aculturação à sua presença, fenómenos de mimética e parasitismo mútuo que têm sido trabalhados por Roque (2010, 2011). Este era um período ainda em que "(…) se entendia demasiado latitudinariamente o respeito dos usos e costumes indígenas" como refere Pimenta de Castro (1943, 160) ao discutir o facto de Celestino da Silva não ter destruído as florestas sagradas "lulics" de Manufahi em 1896[20].

Celestino de Silva administra o território de Timor Português entre 1894 e 1908. Associa-se a este governador a ocupação efetiva do interior de Timor português, que terminará em 1912, com a guerra de Manufai (já sob governo de Filomeno da Câmara). Este é um governador que privilegia desde cedo o conhecimento e saber "útil" das sociedades timorenses. "Chegado à colónia, entrava a breve trecho de percorrê-la, e assim se familiarizou depressa com a sua topografia, pôde avaliar os recursos de cada uma das regiões, estabelecer contacto útil com régulos e chefes." Castro (1943, 159). Este saber, replicado aos seus comandantes no terreno, era eminentemente aplicado pois os militares desempenhavam uma função simultaneamente jurídica e política nos respetivos comandos (Roque 2011). Em 1896, esta necessidade de conhecer e adaptar a política colonial aos costumes indígenas era referida por Celestino da Silva no seu relatório sobre as operações de guerra[21] travadas nesse período: "(…) é necessário estudarmos o direito consuetudinário dos povos, o regímen de propriedade, enfim, os seus usos e costumes, e promulgar leis especiais" (Silva 1896, 42). Esta necessidade de estudar era uma condição para evitar a guerra. "(…) que se estudem os costumes dos povos; e não deve haver receio de afirmar que a maioria das guerras deste distrito têm tido como causa primária os abusos, as prepotências e a ignorância de muitos que aqui têm estado encarregados de moralizar, educar e civilizar". (Silva 1896, 48).

Não há registo de eventuais relatórios efetuados pelos seus subordinados mas uma súmula da reflexão do governador pode ser analisada no seu relatório de 1901: *Relatório sobre os usos e costumes timorenses*[22]. Os dados contidos neste relatório, ainda que redigidos de forma "generalista e essencialista" como indica Roque (2011), são fundamentais para se compreender as relações estabelecidas entre autoridades portuguesas e timorenses e as traduções culturais em presença. Celestino procede a uma recensão crítica de autores que o antecederam, em particular a Afonso de Castro, reclamando para si uma autoridade decorrente de um

[20] Ação concretizada por Filomeno da Câmara na sequela da revolta de 1912.

[21] *Relatório das operações de guerra no distrito autónomo de Timor no ano de 1896 pelo Governador do mesmo districto*. Lisboa. Imprensa Nacional, 1897.

[22] AHU. Macau e Timor, Sala 12, 2a Repartição, 1a Secção, Caixa 11. ACL_SEMU_DGU_1 Reparticao_002_Cx 11. 1901-1904: 'Relatório sobre os usos e costumes timorenses' do Governador de Timor, J Celestino da Silva, para Ministro e Secretário de Estado da Marinha e Ultramar. Dilly e Secretaria do Governo, 25-01-1901. Não tendo tido possibilidade, em tempo útil desta publicação, de consultar o original deste documento usei para o presente estudo a versão transcrita e gentilmente cedida por Ricardo Roque, a quem agradeço.

contato prolongado, domínio linguístico de línguas locais e o cruzamento de informações obtidas tanto de chefes como de homens do povo.

Com base nos pressupostos referidos, analisa questões linguísticas, organização social e política e práticas rituais. Dialoga também com o próprio confronto de culturas em presença e, em particular, a forma como as autoridades portuguesas, e ele próprio, transigiram adaptativamente às circunstâncias e venceram resistências locais, implementando a presença portuguesa com recurso aos próprios timorenses. Os temas trabalhados pré-configuram as preocupações etnográficas com muito do que é a antropologia do parentesco, antropologia jurídica e antropologia política e exigem uma revisita por parte da antropologia contemporânea (Roque, 2011).

4. 1909: Eduardo Marques e o *inquérito de usos e costumes*

Este interesse aplicado pelos usos e costumes do povo timorense vai ter continuidade durante a curta governação de Eduardo Marques (1908-1909[23]). O governador, poucos meses após assumir o cargo, promulga uma portaria[24] com o objetivo de se proceder a um inquérito de usos e costumes jurídicos das populações indígenas com o objetivo de "coligir e codificar com a maior urgência os usos e costumes jurídicos dos indígenas, organizar um processo especial summarissimo para a instrução e julgamento em tribunaes indígenas dos comandos e estudar um systema penal aplicável aos indígenas do Território." Pois, dado o "grande atraso de civilização em que se encontravam", é premente que se assegure e regule para "as respetivas leis assentarem fundamentalmente nos seus usos, costumes e estylos".

A composição da comissão inclui Alberto de Castro Osório, juiz de direito de comarca, que habita no território entre 1907 e 1911. O autor, juiz, poeta e "aprendiz de etnografia" (87), como se intitula, vai ter um papel essencial na definição do inquérito a ser aplicado, conforme redige na sua obra *A ilha Verde e Vermelha de Timor*[25], um livro capital para reler a etnografia de Timor

Como se procedeu então para a aplicação prática do inquérito? O método utilizado foi o de um questionário para o qual contribui decididamente Osório de Castro. De facto, como o autor refere (1996, 87), teve um papel determinante na elaboração do questionário que organizou com base no *Manuel du Voyageur de Katbrunner* [26] . A enografia, que descobre em Timor de forma envolvente, tem para

[23] No ano de 1909 é também publicada em Portugal, na revista Ilustração Portuguesa de 7 de junho (nº 172), pg. 729-734. O artigo "Timor a Ignorada" de autoria anónima, retrata a etnografia timorense e o papel dos "libertários", os deportados metropolitanos no território.

[24] Portaria nº 177 do Boletim Oficial de Timor, de 10 de Outubro de 1908, p.176-177.

[25] Publicada na revista Seara Nova, entre 28 de Junho de 1928 (no. 123) a Junho 27 de 1929 (no. 167) e, posteriormente, em 1943, em livro, cuja edição de 1996 se usa neste trabalho.

[26] A obra, publicada em 1879 por David Kaltbrunner, membro da Sociedade de Geografia de Geneva, pode ser consultada integralmente, tendo particular interesse para o estudo em curso o descrito a partir da página 554 sobre "Usages et Coutumes", URL: http://dbooks.bodleian.ox.ac.uk/books/PDFs/590553558.pdf

o autor, citando A. Van Gennep, um "*alcance prático* " no governo de uma colónia e, igualmente, no reconhecimento nacional, lamentando a "imensa ignorância" que Portugal mantinha sobre as suas colónias com a ausência destes estudos (1936 [1996], 90).

O livro de Osório de Castro mistura a prosa e a poesia, a descrição e a reflexão, sendo a todos os títulos uma obra moderna, mesmo na reflexão etnográfica. A sua experiência de vários anos no território parece ter no entanto, paradoxalmente, uma escassa vivência do seu interior. A obra relata a jornada de dez dias que efetuou em abril de 1909 com o governador até às montanhas de Liquiçá e à região de Maubara. Todavia, comenta várias vezes as observações que terá obtido de vários comandantes militares do interior, não se percebendo bem se estas foram transmitidas por via escrita (relatórios, cartas?) ou por via oral.

5. 1916-1917: os inquéritos no *Boletim Oficial de Timor*

Nada mais se sabe sobre os resultados do inquérito de Eduardo Marques. Todavia, volvidos seis anos, sob governo de Filomeno da Câmara, emergem nos Boletins Oficiais de Timor alguns relatórios como "Resposta ao questionário do inquérito sobre os usos e costumes jurídicos de Timor". Será de supor que, na sequência dos anos da revolta de Manufai de 1911-1912, estes temas não tenham sido considerados prioritários. Os relatórios que surgem entre 1916 e 1917[27] são os de Atauro, Maubara, Motael, Aipelo e Liquiça[28].

Os relatórios são anónimos não sendo possível descortinar o seu autor. Todavia, a redação na primeira pessoa pressupõe que seu autor seja o responsável do comando e, no caso de Maubara, o chefe da missão[29]. A estrutura é comum aos

[27] Eventualmente poderão existir outros não recenseados nesta pesquisa. Em carta existente no espólio de Ruy Cinnati, datada de 11 de janeiro de 1952, e dirigida por este e outros signatários ao governador de Timor relativamente à criação do Centro de Estudos de Timor, é referido que os relatórios foram publicados no Boletim Oficial de Timor e nos "boletins de fomento".

[28] Os relatórios da Missão de Maubara e de Motael assinalam de início a data de 14 de agosto de 1909. URL: http://btimor.iict.pt/pagtim/vtim001.asp:
ANÓNIMO. 1916. "Relatório Sobre os Usos e Costumes de Atauro", Boletim Oficial da Colónia de Timor BOCT, 24: 130-131; 25: 142-144; ANÓNIMO. 1916. "Relatório Sobre os Usos e Costumes de Maubara", BOCT, 24: 128-130; 25: 139-142; ANÓNIMO. 1916; 1917. "Relatório Sobre os Usos e Costumes de Motael", BOCT, 26: 151-152; 27:194; 30: 204; 31: 218-219; 36: 263-264; 9: 50-51; ANÓNIMO. 1917. "Relatório Sobre os Usos e Costumes de Aipelo", BOCT, 9: 51; 10: 54 -56; 11: 61 - 62; 12: 64-65; nº9: 51 (este relatório está incompleto); ANÓNIMO. 1917. "Relatório Sobre os Usos e Costumes de Liquiça", BOCT, 12: 65-66; 13: 69-70; 14; 72- 74; 17: 93-94; 18: 97-98; 20: 108; 21: 124-125; 22: 129; 24; 140; 25: 144-145; ANÓNIMO. 1917. "Relatório Sobre os Usos e Costumes de Maubara", BOCT, 25: 145-146; 26: 148-149; 28: 159; 29: 163-164; 30: 166-167; 32:174.

[29] O relatório da Missão de Maubara é reproduzido de novo no ano de 1917 nos números: 32:174-175; 36: 191- 193; 37: 214-215.

relatórios apresentados embora o de Ataúro[30] seja mais sucinto, truncando os vários subtemas:

I Organização doméstica
Casamento (Barlaque);
Nomenclatura do parentesco social;
Condição dos filhos;
Adopção;
Cerimonias funerárias

II Organização Social
Testemunhos de amizade. Alianças;
Contratos;
Classes e castas;
Línguas;
Sacerdócio gentílico;
Direito de propriedade;
Direito penal;

III Organização Política
Autoridades – Hierarquia
Vida política
Sistema fiscal do reino e suco
História, origem
A família do regulo
Julgamentos
Estilos nas relações dos reinos com o governo português

O conjunto de informação disponível nestes questionários é substancial e o texto, embora apresente diferença entre os relatórios, compreende elementos etnográficos que exigem um estudo próprio.

No entanto, pouco mais se sabe sobre a forma como terá sido instruído e recolhidas as informações. Tem particular relevância a minuciosidade da recolha de dados relativos às nomenclaturas de parentesco, consanguíneas ou por afinidade. De facto, este tema não é trabalhado com esta profundidade no *Manuel du Voyageur*, de Kaltbrunner referido por Osório de Castro. O relatório da Missão de Maubara dá uma pista nesta questão pois é o único que indica que a nomenclatura de parentesco segue o "Quadro de Sir John Lubbock, segundo Morgan".[31] A referência a Morgan ajuda a localizar outra fonte de inspiração para os inquéritos aplicados em Timor.

[30] Na sua Nota 481, Pinto Corrêa (2009 [1935], 251] refere que, apesar destes relatórios terem sido publicados sem autoria, "sabe-se" que o de Ataúro tinha sido redigido com base num capítulo do relatório do então comandante interino daquela ilha, o Tenente Leite de Magalhães.

[31] Esta será uma menção a John Lubook, autor evolucionista oitocentista, e a Lewis H. Morgan, o antropólogo americano e um dos primeiros a dedicar-se ao estudo das questões de parentesco. No entanto, embora cite por três vezes Lubbock na sua obra *Ancient Society*, de 1877, não se descortina ao quadro em causa. URL: http://classiques.uqac.ca/classiques/morgan_lewis_henry/ancient_society/ancient_society.pdf

Se pouco mais sabemos sobre a origem e instruções relativas aos inquéritos, a sua redação permite saber algo mais sobre o processo como foram feitos, assim como os sentimentos ambíguos sobre a sua elaboração.

> Nisto se condensa o que me foi possível averiguar sobre os caractéres étnicos dêste povo, tendo de reconhecer a insuficiência dos elementos recolhidos em trôco do esforço e da paciencia que largamente desperdicei. A falta de um intérprete competente não me permitiu inquirições de detalhe, que viriam a completar, aclarar ou justificar os factos. E, a sêr induzido em êrro, preferi abster-me, embora pesarosamente, de levar mais longe o meu inquérito. Anónimo Ataúro. (1916, 143).

A alusão às dificuldades de recolha de informações, os limites impostos pela ausência de intérprete "competente" limita os dados, assim como o alcance do inquérito. Há igualmente quem critique a própria conceção do questionário e a limitação que este impõe na recolha dos dados: "O questionário é excessivamente vago nas perguntas feitas. Não há possibilidade de se lhe dar resposta que satisfaça." Anónimo Liquiça (1917, 144).

Redigidos com formalidade, os textos não deixam de conter em alguns trechos pequenas alusões pessoais, sobretudo, no uso de reticências em certos aspetos considerados melindrosos ou como expletivos face a certos factos relatados. Muitas das descrições são alusivas a um passado recente e nem sempre testemunhado pelo relator. Porém, a experiência pessoal destes redatores-investigadores é também mencionada. O autor do comando de Maubara dá exemplo disso ao falar de uma situação de interdição de relações sexuais entre determinados graus de parentesco:

> Foi este um dos casos que há pouco se deu neste comando, tendo eu de intervir, porque dizia o chefe de suco ser costume antigo queimar vivos os delinquentes. Limitei-me, claro, a obrigar o varão a ir viver para outro suco diferente e distante. Anónimo Comando Militar de Maubara (1917, 149).

O teor de alguns temas limitou igualmente o conhecimento do investigador: falando sobre o "*luli*" de maior respeito na área, o redator anónimo de Liquiça (1917, 98), depois de indicar o pouco que apurou, afirma: "nada mais me foi possível colher sobre o assunto."

Terminamos esta recensão do início do século XIX com outro potencial *produto* etnográfico, passível de uma revisitação contemporânea: as informações publicadas pelos comandos militares, da autoria dos respetivos comandantes, nos Boletins Oficiais de Timor. Estas informações começam a surgir em 1909, sob o governo de Eduardo Augusto Marques e terminam após a guerra de Manufai, em 1912. A estrutura compreende: política indígena; agricultura; comercio; indústria; obras públicas; instrução pública; justiça e estado sanitário. São uma interessante fonte de

---

John Lubbok não é citado no famoso artigo "Systems of consanguinity and affinity of the human family", de 1871.URL: https://archive.org/details/systemsofconsang00morgrich

informação, forçosamente objeto de uma leitura critica, sobre a condição social e a mudança cultural em curso, em cada comando, um trabalho que ainda se encontra por fazer[32].

6. Conclusão

Terão terminado os inquéritos etnográficos em Timor após este período? Osório de Castro faz alusão a dois inquéritos que terão sido aplicados em 1926 e 1933[33]. Pinto Corrêa refere-se igualmente a estes inquéritos, admitindo todavia que "Ambos os projetos falharam, abordando nos clássicos questionários dirigidos aos oficiais dispersos pelo interior da colonia, pouco antes desses governadores serem exonerados." (Corrêa, 1935 [2009], 254). Na lista de trabalhos listados pelo autor como subsídios para a parte II do seu livro, Corrêa identifica onze trabalhos destes inquéritos, quatro de 1926 e os restantes sete de 1933[34]. O exemplo do que poderiam ter sido é ilustrado parcialmente pela obra "O Gentio de Timor", que contem alguns capítulos elaborados com base nos relatórios que o autor redigiu enquanto administrador de Baucau.

A publicação em Portugal das obras de Osório de Castro, Pinto Correia, entre outros, marca uma nova fase em que os testemunhos etnográficos recolhidos nos anos 20 e trinta encontram um espaço fora do contexto etnoadministrativo em que a sua produção tinha uma aplicação eminentemente prática, embora limitada.

Se os temas estudados são interesses clássicos da etnografia, o angulo teórico, assim como a contextualização, são eminentemente aplicados, vertidos por uma abordagem ideológica de teor evolucionista e marcada politicamente pelo

---

[32] Outra fonte de produção etnográfica em Timor português procedeu de sacerdotes e missionários. Nesta fase, que antecede a revista Seara, o veículo principal de escrita era o *Boletim do Governo Eclesiástico da Diocese de Macau*. Um dos mais importantes é o padre João José de Andrade (1894-1931), autor dos primeiros textos elaborados por um missionário em Timor com uma "índole explicitamente etnográfica" (Rosa, 2011). São oito os artigos por ele escritos e publicados em 1920 em que o conceito de usos e costumes é central. O enredo que envolve parte deste processo de apreensão da cultura do "Outro", simultaneamente etnográfico e proselitista, pode ser analisado em Rosa (2012).

[33] A época terá sido fértil em inquéritos. Um outro, do que hoje se denominaria "inteligência militar", procura analisar um conjunto de práticas rituais que suscitaram dúvidas sobre os seus intentos às autoridades, nomeadamente na região do Suro. Vide: Arquivo Histórico Militar. "Estilos Indígenas - Colónia de Timor, Inquérito realizado pelo Major Walter Lima". 1929, julho – agosto. Código de referência: PT/AHM/FP/62/923/08 http://arqhist.exercito.pt/details?id=136434 Infelizmente só foi possível encontrar a III Parte, não estando disponíveis os testemunhos.

[34] "B - Tenente Manuel Jesus Pires – *Relatório sobre usos e costumes indígenas da circunscrição civil de Manatuto* 1933 (ms). C – idem – Idem, do *comando militar de Viqueque* – 1926 (ms). D – Ten. Sousa rego – Idem, do *com. mil. De Motael* – 1926 (dact.). E – Tem. José Simões Martinho – Idem, do *com. mil. de Oè-Kussi* – 1933 (dact.). F - Idem – Idem, do *com. mil. de Hatolia* – 1926 (dact.). G – Ten. Leonardo Prego – Idem, da *circ. civil de Liquiçá* – 1933 (dact.). H – Ten. Alfredo Ramos Paz – Idem, do *com. mil. de Cova Lima* 1926 (dact.). I – Ten. José Augusto Gomes – Idem, idem – 1933 (dact.). J – Cap. José Fontoura Sequeira – Idem, do *com. mil. de Motael* – 1933 (dact.). K – 1º Sarg. Artur Santos Ferreira – Idem, do *com. mil. do Suro* – 1933 (dact.). L – 2º Sarg. Artur Santos Ferreira – Idem, do *com. mil. de Manu-Fah*i – 1933 (dact.)." Corrêa (2009 [1935], 251).

colonialismo. Contudo, eles resultam em produtos, artefactos de saber, construídos com base em processos etnográficos, ainda que incipientes. Em relação a Timor só após a II Grande Guerra se observa, no campo da antropologia, um interesse político pela prossecução de uma política cientifica colonial, o que se manifesta na missão antropológica a Timor que tem lugar em 1953-1954. Este empreendimento, apesar dos seus objetivos, recupera sobretudo o espirito de uma antropologia física. A antropologia social só recuperará com autores que nos anos cinquenta e sessenta vão finalmente publicar textos resultantes de trabalho de campo etnográfico, entre portugueses, portugueses-timorenses (como o padre Barros Duarte) e, sobretudo, investigadores estrangeiros, os primeiros antropólogos sociais profissionais, que vão afluir ao território na década de sessenta e setenta, publicando muito dos seus trabalhos já nos anos oitenta.

Que interesse tem atualmente o acervo analisado para Timor-Leste? Pode este constituir-se como um capital etnográfico (Steinmetz, 2008). Seguindo este autor poderemos dizer que estes recursos nunca se constituíram como um capital simbólico da ação colonial portuguesa. Neste aspeto o comentário de Pinto Corrêa permanece atual:

> Nenhum dos relatórios de 1926 e 1933, requisitados pelo Governo da Colónia às autoridades regionais, chegou a ser publicado, nem sequer no Boletim do Governo de Timor, onde seria conveniente divulga-los, concorrendo-se, assim, para que Timor fosse mais conhecido e para entre aquelas autoridades se estabelecesse uma emulação proveitosa – no estudo e no relato menos lacónico e superficial da etnografia indígena. (2009 [1935], 251)

Estes elementos dão densidade e profundidade histórica a uma análise reflexiva da história de Timor-Leste e de Portugal. A Antropologia em Timor, sobre Timor, tem nestes recursos um espaço para estudo e pesquisa, assim o deseje, e seja possível fazê-la, quer no âmbito arquivístico, em fontes portuguesas, macaenses e holandesas, quer no terreno, devolvendo memórias e envolvendo interlocutores locais na sua reinterpretação contemporânea. O seu estudo passa, em muito, pelos novos investigadores timorenses.

Bibliografia

BŎSKOVIĆ, Aleksandar. 2008. *Other People's Anthropologies: Ethnographic Practice on the Margins*. New York: Berghahn Books.

CASARES, Aurelia. 2008. *Antropologia del Género Culturas, Mitos y Estereotipos Sexuales*. Madrid: Ediciones Cátedra.

CASTRO, Alberto Osório de. 1943 [1996]. *A ilha Verde e Vermelha de Timor*. Lisboa: Cotovia.

CASTRO, Gonçalo Pimenta de. 1944. *Timor: subsídios para a sua história*. Lisboa: Agência Geral das Colónias

CORRÊA, Armando Pinto. 1936 [1996]. *O Gentio de Timor*. Câmara de Lobos: Câmara Municipal de Câmara de Lobos e Associação de Escritores da madeira.

DURAND, Frédéric. 2006. *Timor: 1250-2005 - 750 ans de cartographie et de voyages* .Toulouse: Editions Arkuiris.

ERIKSON, Paul. 1998. *A History of Anthropological Theory*. Peterborough. Broadview Press Ltd.

FERREIRA, A.F.. 2011. "O Álbum Fotográfico do Districto de Timor (1890-1910) como fonte de investigação". In Marques, Vítor Rosado, Roque, Ana Cristina e Roque, Ricardo (eds.). 2011. *Atas do Colóquio 'Timor: Missões Científicas e Antropologia Colonial'*. Lisboa: IICT

GUNN, Geoffrey. 2009. "Timor-Leste (Former Portuguese East Timor): From Colonial Anthropology to an Anthropology of Colonialism". In Review (Fernand Braudel Center), Vol. 32, No. 3 (2009), pp. 289-337: URL: http://www.jstor.org/stable/25746522 .Accessed: 30/12/2013

HICKS, David. 2011. "A pesquisa etnográfica no Timor Português". In. Kelly Silva e Lúcio Sousa (eds.). *Ita Maun Alin... O Livro do irmão mais novo. Afinidades antropológicas em torno de Timor-Leste*: Lisboa: Edições Colibri/IEL-Instituto de Estudos de Literatura Tradicional. pp.31-45.

KUPER, Adam. 1996. *Anthropology and Anthropologists: The Modern British School*. London Routledge.

KUPER, Adam. 2005. "Histórias Alternativas da Antropologia Social Britânica". In *Etnográfica* 9 (2). Novembro de 2005. pp. 209-230.

LANGHAM, Ian. 1981. The Building of British Social Anthropology: W.H.R. Rivers and his Cambridge disciples in the development of kindship studies, 1898-1931. Dordrecht: D. Reidel Publiching Company.

LEAL, João. 2000. *Etnografias Portuguesas (1870-1970). Cultura Popular e Identidade Nacional*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

LÉVI-STRAUSS, Claude. 1996. *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

MERCIER, Paul. 1986. *História da Antropologia*. Lisboa: Teorema.

PELS, Peter e Salemink, Oscar (ed.). 1999. *Colonial Subjects: Essays on the Practical History of Anthropology*.Ann Arbor: University of Michigan Press.

PETCH, A.. 2007. "Notes and Queries and the Pitt Rivers Museum". In *Museum Anthropology*, 30: 21–39.doi: 10.1525/mua.2007.30.1.21"

ROQUE, Ricardo (coord.). s.d.. 'History and Anthropology of "Portuguese Timor", 1850-1975. A Bibliography', online version available at http://www.historyanthropologytimor.org/

ROQUE, Ricardo. 2006. A Antropologia Colonial Portuguesa (1911-1950). In CURTO, Diogo Ramada (Eds.), *Estudos de Sociologia da Leitura em Portugal no Século XX*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. pp. 789-822.

ROQUE, Ricardo. 2008. *Histórias de Crânios e o Problema da Classificação Antropológica de Timor*. E-Cadernos CES, 1, 13-36.

ROQUE, Ricardo. 2010. *Headhunting and Colonialism: Anthropology and the Circulation of Human Skulls in the Portuguese Empire, 1870-1930*. Hampshire: Palgrave MacMillan.

ROQUE, Ricardo. 2011. "Etnografias coloniais, tecnologias miméticas: a administração colonial e os usos e costumes em Timor-Leste no final do século XIX". In. Kelly Silva e Lúcio Sousa (eds.). *Ita Maun Alin... O Livro do irmão mais novo. Afinidades antropologicas em torno de Timor-leste*: Lisboa: Edições Colibri/IEL-Instituto de Estudos de Literatura Tradicional. pp. 155-168.

ROQUE, Ricardo. 2011. *José Celestino da Silva e o relatório sobre os usos e os costumes de Timor*. In MARQUES, Vítor Rosado, ROQUE, Ana Cristina e ROQUE, Ricardo (eds.). 2011. Atas do Colóquio 'Timor: Missões Científicas e Antropologia Colonial'. Lisboa: IICT

ROSA, Frederico Delgado. 2011. "João José de Andrade", in Ricardo Roque (org.), *History and Anthropology of "Portuguese Timor", 1850-1975. An Online Dictionary of Biographies*, available at http://www.historyanthropologytimor.org/

ROSA, Frederico Delgado. 2012. "Uruvatju e Tjiapu : genealogias invisíveis da etnografia missionária em Timor Leste", in A. Fidalgo Castro & E. Legaspi Bouza (coords.), *Léxico Fataluco-Português*. Dili: Salesianos de Dom Bosco Timor-Leste, pp. 11-39.

SÁ, Artur. 1949. *A planta do Cailaco 1727: valioso documento para a história de Timor* . Lisboa: Agência Geral das Colónias.

SANJEK, Roger. 2004. "Ethnography". In Alan Barnard e Jonathan Spencer (ed.) *Encyclopedia of Social and Cultural Anthropology*. London: Routledge.

SCHOUTEN, Maria Johanna.1998. *António de Almeida e a Antropologia Colonial*, (texto policopiado facultado pela autora), 9 p.

SCHOUTEN, Maria Johanna. 2001."Antropologia e colonialismo em Timor Português", In *Lusotopie*, 8 (1-2): 157-171.

STEINMETZ, George. 2008. "The Colonial State as a Social Field: Ethnographic Capital and Native Policy in the German Overseas Empire before 1914". In American Sociological Review, 2008, VOL. 73 (August: 589–612)

STOCKING, George. 1982. "Afterword: A View from the Center", *Ethnos*, 47: 72-86.

A reocupação portuguesa de Timor em 1945
'Voltar como amigos ricos'*

Fernando Augusto de Figueiredo

Nos finais da década de 1930, o Estado Novo encontrava-se no seu auge e, em 1945, apesar da perturbação causada pela II Guerra Mundial, a ideia de Império ainda não se tinha desvanecido.
No início da década de 60, ainda Salazar dirá:

> "[...] o Ultramar Português pode ser vítima de assaltos mas não está em venda"[1]
> E, quanto à possessão da Oceania:
> "[...]. Timor não tem condições de vida independente."[2]

Durante a II Guerra Mundial, a ocupação estrangeira de Timor fora iniciada por um pequeno contingente de tropas australo-holandesas, em finais de 1942, na sequência do impasse em que haviam caído as negociações entre o Governo português e os seus homólogos inglês e holandês para uma defesa conjunta das suas possessões no Extremo Oriente ante o avanço japonês. Com efeito, as hesitações portuguesas, relacionadas com a proximidade ideológica do seu executivo aos países que integravam o Eixo e com a alegação de que não estava em perspectiva um ataque iminente à sua possessão da Oceania, levaram os seus interlocutores a agir.

Embora tenha procurado não interferir com a administração portuguesa e haja contado no terreno com o apoio de muitos nacionais, esta acção militar foi prepotente e constituiu um forte pretexto para a intervenção japonesa que, depois de alguns ataques aéreos, se consumou como uma ocupação gradual e efectiva, tendo durado desde os princípios de 1943 até ao fim do conflito no Oriente[3]. Também as Índias Neerlandesas foram ocupadas pelas tropas nipónicas, ameaçando directamente o Norte da Austrália sobretudo a partir da ilha de Timor.

---

* O texto foi apresentado no Colóquio Timor-Leste: Quinhentos anos em contacto com o Mundo", 24 a 25 de Outubro de 2012, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

[1] António de Oliveira Salazar, "Declaração sobre Política Ultramarina". Discurso, *Ultramar*, ano IV, vol. IV, Lisboa, n.º s I-II, Julho-Dezembro, 1963, p. 210.

[2] Idem, *O Ultramar Português e a ONU*. Discurso proferido na Sessão Extraordinária da Assembleia Nacional em 30 de Junho de 1961, Lisboa, Secretariado Nacional de Informação, 1961, p. 13.

[3] Veja-se: Fernando Augusto de Figueiredo, *Timor: A Presença Portuguesa (1769-1945*), Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, pp. 83-94.

Entretanto, o acordo de 17 de Agosto de 1943, firmado entre os Governos de Portugal e do Reino Unido "ao abrigo e no espírito da aliança entre os dois países", concedeu nos Açores certas facilidades à Grã-Bretanha, que vieram a tornar-se extensivas também aos Estados Unidos da América. Como veio a ser reconhecido por Roosevelt e Churchill, essas facilidades constituíram um "largo contributo de Portugal para o prosseguimento e encurtamento da guerra em todos os teatros de operações" (Brandão, 2004:333).

Acerca do que se passava em Timor sob a ocupação japonesa, em 1944, seguramente, o Governo português tinha conhecimento das atrocidades e destruições levadas a efeito pelas tropas ocupantes, bem como do enfraquecimento das posições nipónicas na região face ao avanço das tropas aliadas. Tentou então negociar a sua participação no esforço de guerra para a libertação de Timor. Para esse efeito, em 28 de Novembro desse ano, fez um acordo com os Governos britânico e americano, que implicava a aceitação, por parte destes, de uma participação directa das forças portuguesas, ao mesmo tempo que lhes permitia o uso do aeroporto de Santa Maria nos Açores, sem restrições operacionais, durante a guerra no Extremo Oriente[4].

A partir daí, Salazar queria uma resolução urgente acerca da definição dos moldes em que a participação militar portuguesa devia processar-se, uma vez que esta necessitava de muitos apoios dos Aliados em transporte de tropas, equipamento, provisões e munições, além da aceitação australiana de receber no seu território um destacamento de quadros militares para tomarem um contacto mais directo com o teatro de operações, de modo a que pudessem depois conduzir as suas forças com mais eficiência em Timor. Nas conversações, como base, foi aceite a participação de uma força de um regimento de combate de 4000 homens; mas, logo em princípios de 1945, os *Combined Chiefs of Staff* concluíam que a declaração de guerra que Portugal havia feito à Alemanha não trazia qualquer vantagem militar; e avisavam o Governo português de que o fornecimento de tudo o que havia solicitado, para que as suas forças militares se apresentassem operacionais no Extremo Oriente, devia ser adiado até à derrota daquele país[5].

No prosseguimento das negociações, houve ainda dois aspectos que devem merecer uma referência especial: o primeiro relaciona-se com o facto de o Governo holandês dever ser ou não informado dessas negociações e depois associado à planificação das operações relativas à libertação de Timor. Enquanto Washington não via nisso qualquer inconveniente militar ou político, as orientações do Governo britânico iam noutro sentido, uma vez que este queria singularizar as negociações com Portugal no contexto da cedência do aeroporto de Santa Maria. O segundo prende-se, precisamente, com a continuação das facilidades concedidas nos Açores, dando o *Foreign Office* indicações ao seu diplomata, Ashley Clarke, para que este

[4] Cf. NA (National Archives - London), *Portuguese Timor*, "FO371/49492: Preparations for re-occupation: accidental bombing of Macau (1945)".
[5] Idem, *ibid*., "Staff Conversations with Portugal (Report by The Joint Planning Staff)".

deixasse claro que a presença simbólica de tropas portuguesas na reocupação de Timor não podia ser feita com prejuízo dos planos conjuntos anglo-americanos[6]. De facto, a zona em que se situa Timor encontrava-se na área da Commonwealth para "efeitos de ocupação e acertos de rendição" e, por isso, havia o cuidado de não desagradar a Salazar, alimentando a esperança de uma participação directa portuguesa, mas estabelecendo desde logo um limite essencial. Por seu lado, a Holanda nada tinha a oferecer e seria sempre mais um interlocutor a intrometer-se.

Em Julho de 1945, após várias trocas de expediente e algum silêncio, tornou-se clara a recusa australiana à pretensão portuguesa, acima expressa. Por seu lado, os *Combined Chiefs of Staff* reiteravam que, uma vez conseguidas as facilidades militares nos Açores, não haviam rejeitado a participação portuguesa no esforço de guerra, se bem que ela seria de pouca importância. Em alternativa à Austrália, empreenderam então diligências para que o apoio às forças portuguesas fosse dado em Ceilão (Sri Lanka). Por sua vez, o Governo português, na ausência de uma decisão final destes Altos Comandos Militares e prevendo o colapso próximo do Japão, envidou todos os esforços para que lhe fosse autorizado pelo menos enviar dois navios de guerra para águas australianas, de modo a poder representar e sustentar a sua soberania em Timor até à chegada das primeiras tropas portuguesas em maior escala[7].

Entretanto, Portugal começara a preparar forças expedicionárias em Moçambique, as quais constituiriam o grosso do contingente a enviar para a sua colónia da Oceania. Mas, só a partir de 13 de Agosto de 1945, foram emitidas instruções pelo Almirantado inglês para que o navio português "Bartolomeu Dias" e outro barco de primeira classe pudessem navegar sem demora para Colombo, onde seria mais fácil reabastecê-los do que em águas australianas, devendo sem qualquer impedimento navegar para Timor com toda a discrição[8].

Perante a iminente capitulação japonesa, que viria a ocorrer em 15 de Agosto, o ministro das Colónias, Marcello Caetano, então em Moçambique, em telegrama enviado para o seu ministério, com data da 10, lamentava: "Acabo [de] receber [a] notícia [da] rendição [do] Japão e [o] meu primeiro pensamento é [a] situação [de] Timor lastimando não ter sido ouvido [o] meu pedido [para a] partida oportuna [de] navios de guerra. Peço [a] Vexa obtenha do Presidente [do] Conselho instruções sobre [o] caminho [a] seguir devendo naturalmente para já celebrar [-se] acordo com [um] País amigo para [se] fazer [a] ocupação em nosso nome."[9] Mas, de facto,

---

[6] Idem, *ibid*., correspondência do *Department of State* para o *Foreign Office*, Washington, 3 de Abril de 1945, e do *Foreign Office* para a embaixada britânica em Lisboa, Londres, 2 de Abril de 1945.

[7] Idem, *ibid*., "FO371/49493: Preparations for re-occupation: accidental bombing of Macau (1945)", troca de correspondência diversa com o *Foreign Office*, de Washington e Lisboa.

[8] Idem, *ibid*., tetegrama n.º 586, do *Foreign Office* para a embaixada britânica em Lisboa, Londres, 13 de Agosto de 1945.

[9] IANTT (Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo), *AMC* (Arquivo Marcello Caetano), "4.ª secção – Ministro das Colónias (1944-1947), Telegramas Expedidos para o Ministério", cx. (caixa) 10, doc. (documento) n.º 51, telegrama n.º 59, especial, do ministro das Colónias para o Ministério das Colónias, Lourenço Marques, 10 de Agosto de 1945. Nessa data, a capitulação estaria apenas iminente.

era demasiado tarde para que a ocupação se fizesse em nome de Portugal, como ele pretendia.

Nos dias seguintes, Caetano enviou algumas instruções para o ministério, também por telegrama, em conformidade com a leitura que fazia da situação: "Assistir [os] indígenas, provê-los [do] necessário, ajudá-los, vale mais para [a] pacificação [do] território [e] prestígio nosso [do] que muita tropa."; e "Por isso sou partidário [que] sigam poucos europeus mas bons – física, técnica e moralmente. Entendo que não havendo operações [de] guerra [a] direcção [da] ocupação devia ficar desde já dependente [do] Ministério [das] Colónias representado [pelo] governador"[10].

Estas instruções pressupunham que não seguia com a expedição o brigadeiro Roque de Sequeira Varejão, sendo nomeado encarregado do Governo o inspector Óscar Freire de Vasconcelos Ruas. Mas, perante a designação daquele militar para chefe da expedição pelo Ministério da Guerra, Caetano manifestou concordância e até agrado, e deu instruções ao inspector Ruas "para respeitar [a] situação [do] governador Carvalho até este embarcar", explicando que "indo Ruas antes [de] mais ninguém tinha [que] possuir [um] título [que o] habilitasse [a] proceder [em] inúmeras questões [que] hão-de surgir. Eis porque [o] nomeio encarregado governo."[11] A expedição continuou a ser preparada em Moçambique, enquanto em Timor continuava como governador o capitão Manuel de Abreu Ferreira de Carvalho (1940-1945).

Terminada a guerra, a rendição formal de Timor (Ocidental e Oriental) foi assinada pelos representantes australiano e japonês, brigadeiro Lewis Dyke e coronel Ksida Tatuichi, respectivamente, em 11 de Setembro de 1945, no porto de Cupang, a bordo do navio de guerra australiano "Moresby". Em 23 do mesmo mês, processou-se a rendição militar em Díli, perante o mesmo destacamento australiano, que havia entrado no porto com cinco navios de guerra, consumando, assim, formalmente, a exigência australiana feita à Grã-Bretanha de que a rendição japonesa deveria ser feita apenas às forças australianas, alegando sobretudo que Portugal não fora capaz de manter a defesa de Timor[12]. No entanto, a modalidade encontrada foi aceite por Portugal, tendo estado presentes na cerimónia as mais altas autoridades portuguesas de Timor. Posteriores conversações, com vista a combinar aspectos práticos de logística de homens e material abandonado, afastaram as tropas australianas de uma presença militar em Timor, ainda que

---

[10] Idem, *ibid.*, "4.ª secção – Ministro das Colónias (1944-1947), Telegramas Expedidos para o Ministério", cx. 10, doc. n.º 53, telegrama n.º 62, especial, do ministro das Colónias para o Ministério das Colónias, Lourenço Marques, 13 de Agosto de 1945; e doc. n.º 56, telegrama n.º 66, especial, do ministro das Colónias para o Ministério das Colónias, Lourenço Marques, 15 de Agosto de 1945.

[11] Idem, *ibid*., "4.ª secção – Ministro das Colónias (1944-1947)", Telegramas Expedidos para o Ministério", cx. 10, doc. n.º 65, telegrama n.º 77, especial, do ministro das Colónias para o Ministério das Colónias, Lourenço Marques, 22 de Agosto de 1945.

[12] Cf. NA, *Portuguese Timor*, "FO371/49494: Preparations for re-occupation: accidental bombing of Macau (1945)", correspondência diversa trocada entre o governo australiano e o *Foreign Office* (*Dominions Office*) e do *Foreign Office* para a embaixada britânica em Lisboa.

temporária, como era desejo do seu Governo, alegando este que Portugal não se encontrava em condições de restabelecer imediatamente um efectivo controle civil e que havia crimes de guerra a investigar. O acordo deveu-se muito à intervenção do Departamento de Estado Norte-Americano, que tudo fez para encontrar uma saída que também não desagradasse a Portugal, contrabalançando, assim, as concessões militares recebidas em 1944, nos Açores[13].

Entretanto, a diplomacia portuguesa fizera saber, em Londres e Washington, que o governador de Timor já controlava internamente a situação e que não havia o risco de uma reacção japonesa, uma vez que os seus militares haviam deposto as armas em 5 de Setembro. Ficava também claro para todos os intervenientes que a soberania portuguesa em Timor não estava em questão. O próprio Governo australiano já o admitia, exigindo apenas um rápido acordo nas áreas da defesa e economia, relativamente ao seu relacionamento com Timor português[14].

Quanto à preparação do após-guerra, no dia da rendição do Japão, a embaixada britânica em Lisboa enviara um extenso telegrama ao *Foreign Office*, onde dava a conhecer a pretensão portuguesa de apresentar em Londres e Washington uma petição formal para que fosse permitido a Portugal participar na Conferência do Extremo Oriente, que havia de seguir-se à guerra, assente nas seguintes considerações: Portugal era signatário do Tratado das Nove Nações; as facilidades dadas no aeroporto de Santa Maria relacionavam-se com a guerra no Extremo Oriente; o país estava pronto a participar directamente na guerra com forças sediadas em Moçambique, dependendo da autorização do Alto Comando Aliado; a participação directa e indirecta na guerra do Extremo Oriente haviam sido reconhecidas pelos Governos britânico e americano em 28 de Novembro de 1944; e o anterior representante diplomático dos Estados Unidos em Lisboa, Raymond Henry Norweb, havia garantido a Portugal um lugar na Conferência de Paz para o Extremo Oriente, dada a importância da sua contribuição para a guerra.

O embaixador concluía que a pretensão, a ser apresentada, lhe parecia razoável e que aceitá-la poderia compensar Portugal pela incompleta assunção de obrigações. Por outro lado, acabariam os receios portugueses quanto ao retomar por completo da sua soberania em Timor, que só algum esquema geral de segurança podia questionar. De resto, para os interesses britânicos haveria vantagem na presença de mais um poder colonial na Conferência, de modo a tornar-se mais viável discutir matérias coloniais e outros interesses gerais, e não apenas problemas militares[15]. De

---

[13] Cf. NA, *Portuguese Timor*, "FO371/49495: Preparations for re-occupation: accidental bombing of Macau (1945)", correspondência diversa trocada sobretudo entre o Departamento de Estado Norte-Americano *e o Foreign Office* e entre este e a embaixada britânica em Lisboa.

[14] Cf. NAA (National Archives of Australia), *Portuguese Timor*, "Near Neighbours – Defence Records: Re-occupation of Portuguese Timor (1945-1956)", A816, C171816, SC101/302/9, 1945-1946, vário expediente trocado entre as entidades envolvidas.

[15] Cf. NA, *Portuguese Timor*, "FO371/49493: Preparations for re-occupation: accidental bombing of Macau (1945)", telegrama n.º 873, da embaixada britânica em Lisboa, para o *Foreign Office*, Lisboa, 15 de Agosto de 1945.

momento, fica aqui apenas esta importante referência. Mas, no decurso do após-guerra foi-se noutro sentido.

Em Timor, no dia 1 de Outubro de 1945, o ainda governador, Manuel de Abreu Ferreira de Carvalho, comunicou ao Governo central que a reocupação administrativa da colónia estava completa, tendo sido feita pelas autoridades portugueses sem apoio militar. Dois dias depois, a mesma entidade informava que os últimos japoneses já haviam passado a fronteira para *Nusa Tenggara Timur* – NTT (Timor Ocidental). Com apenas 140 europeus e assimilados "a maior parte doentes e fortemente depauperados" e com um forte empenhamento das populações locais, continuaria depois a reocupação administrativa, sanitária e missionária[16]. Este governador ficara numa posição delicada durante a ocupação, à qual tinha resistido com o mínimo de dignidade, em virtude dos escassos meios de que dispunha; em contrapartida, desenvolveu uma imediata e eficiente acção no processo da reocupação, como viria a ser reconhecido, em 1948, por uma comissão para o efeito nomeada[17]. Afastada a possibilidade de uma participação directa na frente de guerra do Pacífico e depois da rendição incondicional das tropas japonesas, ficou facilitada a missão das forças expedicionárias idas de Moçambique, que chegaram a Díli a bordo dos avisos da Armada portuguesa "Bartolomeu Dias" e "Gonçalves Zarco", em 29 de Setembro de 1945 e, dois dias mais tarde, no aviso "Afonso de Albuquerque" e no navio "Angola". Estas tropas encontraram uma terra em ruínas e uma população profundamente dizimada e enfraquecida, despojada de quase tudo, mas "pacificada".

Acompanharam estas forças alguns funcionários administrativos, seleccionados sobretudo dos quadros de Angola e Moçambique. Com a sua entrada em acção, procurava-se reabilitar a própria administração portuguesa, profundamente atingida por cerca de três anos de ocupação estrangeira.

De modo a pôr termo às suas carências mais básicas, também o abastecimento imediato às populações mereceu a atenção dos governantes portugueses, que

---

[16] Cf. IANTT, *AMC*, "4.ª secção – Ministro das Colónias (1944-1947)", correspondência com o governador de Timor, cx. 9, doc. 1 – Telegrama n.º 7/504, do governador de Timor para o ministro das Colónias, Díli, 1 de Outubro de 1945; Idem, *AOS* (Arquivo de Oliveira Salazar) /CO/UL-10A, pt. (pasta) 8 "Telegramas diversos sobre Timor", telegrama n.º 7, secreto, enviado pelo governador de Timor para o Ministério das Colónias, Díli, 5 de Outubro de 1945; e Idem, *AMC*, "4.ª Secção – Ministro das Colónias (1944-1947), Correspondência com o governador de Timor...", cx. 9, doc. n.º 3, telegrama n.º 48, ciffrado, urgente, do governador de Timor para o ministro das Colónias, Díli, 14 de Novembro de 1945.

[17] Idem, *AOS/CO/UL-10A*, pt. 10 "Ocupação de Timor por forças estrangeiras. Relatório dos acontecimentos de Timor", relatório da comissão nomeada para apreciar a actuação do ex-governador de Timor Ferreira de Carvalho, Lisboa, 1 de Abril de 1948. Esta comissão surgiu na sequência do *Relatório doss Acontecimentos de Timor (1942-1945),* do governador Ferreira de Carvalho, do qual o ministro das Colónias, Marcello Caetano, mandara fazer 200 exemplares para distribuir pelos membros do governo e outras "pessoas de confiança". Idem, *AOS/CO/UL-10A* (cont.), pt. 1 "Correspondência: Acontecimentos de Timor", cartão do gabinete do ministro das Colónias, de 12 de Novembro de 1947, acompanhado de uma carta de Teófilo Duarte, dirigida ao Presidente do Conselho, Grande Hotel do Luso, s/data. Sobre o bom trabalho prestado pelo governador Ferreira de Carvalho, veja-se ainda: Idem, *AMC*, "4.ª secção – Ministro das Colónias (1944-1947), Correspondência de diversas individualidades", cx. 9, doc. n.º 1, carta para Silva Dias de Ferreira Machado, Darwin, 20 de Outubro de 1945.

fizeram transportar uma quantidade apreciável desses bens essenciais nas mesmas embarcações que levaram os militares e os funcionários civis. Esta generosidade assumia, propositadamente, um carácter de recompensa à fidelidade demonstrada pela maioria dos autóctones, durante a ocupação estrangeira.

Na verdade, tal actuação inseria-se perfeitamente na ideia expandida pelo ministro das Colónias, Marcello Caetano, de que os Portugueses deviam "Voltar como amigos ricos"[18]. O propósito parecia óbvio: impressionar e assim manter o apoio da população do território, procurando também esvaziar muitas críticas externas, relacionadas com a incapacidade de Portugal desenvolver uma colonização efectiva e, principalmente, com a falta de meios de defesa e a dificuldade em os assegurar no futuro. Essas críticas e receios provinham sobretudo da imprensa e do Governo australianos, dado o interesse do seu país que Timor fosse um território mais desenvolvido para ser mais estável e um bastião mais seguro para a sua própria defesa.

Com a chegada das forças expedicionárias, a coexistência das três entidades - governador em funções, comandante-em-chefe e futuro governador - durante algum tempo, criou uma situação de conflitualidade entre hierarquias e personalidades, revelando-se pouco funcional pela sobreposição de competências, o que retardou a tomada de medidas por parte do futuro Governo.

Perante tal imbróglio, o Presidente do Conselho, o ministro da Guerra e o ministro das Colónias, tentaram contemporizar até que regressassem o anterior governador e o comandante-em-chefe, aconselhando bom senso aos envolvidos nesta complexa situação. Mas cada um deles se julgou vítima da indefinição de poderes, no que Caetano dizia ter de lhes dar razão, querendo realçar que tentara evitá-la[19]. Regressado Ferreira de Carvalho à Metrópole, as fricções entre Varejão e Óscar Ruas continuaram a manifestar-se publicamente, resultantes sobretudo de precedências em cerimónias oficiais ou de iniciativas separadas para as realizar.

Os atritos também se reflectiam no terreno, relacionando-se principalmente com o papel mais ou menos activo a atribuir às forças expedicionárias na consolidação da administração portuguesa. Prevaleceu a posição do futuro governador, defendendo o seu estacionamento em Díli, como uma força dissuasora, não a utilizando para manter a ordem e reprimir qualquer tipo de criminalidade organizada, uma vez que não se verificava a existência de grupos armados que pusessem em causa a soberania retomada. Segundo defendia, envolvê-las mais activamente podia despertar animosidades nos nativos, enquanto qualquer excesso daquelas tenderia a provocar reacções em cadeia e comprometer Portugal perante o exterior.

---

[18] Cf. AHU (Arquivo Histórico Ultramarino), *Gabinete do Ministro*, sala 2, est. (estante) II, prat. (prateleira) 7, maço n.º 180, "Relatório do Governo da Colónia de Timor – 1946/1947", governador Óscar Freire de Vasconcelos Ruas", p. 51.

[19] Cf. IANTT, *AOS/CO/UL-10A*, pt. 14 "Reocupação de Timor: Atitude do Comandante em Chefe das forças expedicionárias ao Extremo Oriente perante o Ministro das Colónias", ofício n.º 11MC/CV, secreto, do ministro das Colónias para o Presidente do Conselho, Lisboa, 5 de Janeiro de 1946, pp. 1-18.

Só em Novembro de 1946, com a retirada do remanescente das tropas expedicionárias, se readquiriu a normalidade político-administrativa. Mas, por mais eficiente que esta fosse, a manutenção da presença portuguesa dependeria do modo como esta se revelasse capaz de lidar com a nova situação política da região, após a cessação do conflito mundial, marcada pela instabilidade criada nas Índias Neerlandesas e por uma maior emergência da Austrália, muito preocupada com a sua própria segurança e defesa, após a experiência sofrida com os bombardeamentos japoneses, durante a guerra, aos seus Territórios do Norte.

No imediato, houve também que tratar do repatriamento dos refugiados portugueses neste último país, que para ali se tinham retirado a fim de se protegerem da feroz ocupação nipónica de Timor. A maior parte veio para Lisboa, onde seriam bem recebidos, depois de, na Austrália, ao abrigo do Regulamento Consular, terem sido tratados como indigentes, o que mereceu um apelo directo do ministro Marcello Caetano a Salazar[20]. Por sua vez, em 1947, Teófilo Duarte, já ministro das Colónias, lamentava a "infeliz ideia do Ruas ter recambiado toda a gente para aqui."[21] Todavia, muitos autóctones e alguns portugueses, tendo vindo para a Metrópole, regressaram mais tarde a Timor. Uns poucos fixaram-se em Moçambique ou noutras colónias africanas portuguesas.

Logo em Fevereiro de 1946, o primeiro cônsul australiano em Timor[22], Charles Eaton, dava conta ao seu Governo da situação que ali se vivia:

> There is no doubt that the native population is gratified with the return of the Portuguese administration. They are extremely courteous and friendly, and willing to assist in every way the rehabilitation of their country under Portuguese control[23].

Na verdade, esse estado de espírito era predominante, o que ajuda a explicar as facilidades e a colaboração encontradas.

No mesmo mês, o encarregado de Governo de Timor, Óscar Ruas, pediu autorização para vir a Lisboa tratar de vários problemas relacionados com a organização de um plano geral para a "restauração" da colónia. Inicialmente, Marcello Caetano era de parecer que, enquanto não estivesse definido se ele ficava ou não como governador, não lhe parecia aconselhado tratar com Óscar Ruas a reorganização, embora também pudesse haver prejuízo em ele não vir. Prevaleceu o pragmatismo, tendo o futuro governador efectuado tal visita de trabalho à Metrópole ainda no primeiro semestre de 1946, acerca da qual, em Agosto seguinte

---

[20] Cf. Carta de 10 de Maio de 1945, in José Freire Antunes, *ob. cit.*, p. 159.

[21] Cf. IANTT, *AMC*, "12.ª Colecção/Série: Correspondência (1924-1990) – Teófilo Duarte", cx. 25, doc. n.º 3 – carta de Teófilo Duarte para Marcello Caetano, Lisboa, 29 de Maio de 1947.

[22] O consulado australiano em Timor iniciou os seus trabalhos em 1 de Janeiro de 1946.

[23] NAA, *Portuguese Timor*, "General Information - Papers & Statistics", A1838, C550091, SC376/1/1, 1937-1950, relatório do consulado da Austrália em Timor para o *Department of External Affairs*, Díli, 20 de Fevereiro de 1946.

enviou um relatório[24]. Salazar parece ter-se interessado pessoalmente pelo andamento da reconstrução. Óscar Ruas foi então recebido pelo chefe do Governo, havendo depois referido, em entrevista, que não se tratou de uma "audiência simbólica ao Governador de Timor", uma vez que, durante mais de uma hora, Salazar "ouviu e interrogou em detalhe, nos mínimos pormenores. Quis saber tudo o que resultara da ocupação, nas almas, nas pessoas, nas coisas e até nos animais." Também a despedida parece não ter sido apenas de cortesia: "Salazar deu-me instruções directas e pormenorizadas sobre os mais melindrosos e instantes aspectos da vida da Colónia"[25], diria depois. De facto, a "libertação" de Timor apresentava-se ao Estado Novo como um desígnio nacional, dentro da concepção imperial que o mesmo defendia e propalava.

Referiu-se acima, sobretudo, a componente militar preparada para a reocupação e, apenas de passagem, a da administração civil. Quem se encontrava então envolvido neste espírito de missão?

Ruy Cinatti, após mais de um ano como secretário do governador, em carta dirigida ao ministro das Colónias, avaliava do seguinte modo o tal "escol" que se havia levado:

> A maior parte da gente que para aqui veio de novo, - com o fim de cumprir bem ou mal a sua missão para depois ir gastar os cobres amealhados na Europa -, leva longe demais o mito da raça inferior, simplesmente porque esta raça não procede de acordo com o que nós convencionámos chamar civilização. Mas esta raça é bem adulta: os seus membros não pensam como crianças [...] mas como personalidades sociais responsáveis e mantenedoras da vida social, económica e religiosa da comunidade.
> Gente nova, por amor de Portugal! gente nova meu caro professor! gente nova capaz, sabedora do seu mester, visionária se for possível, cheia de boa vontade e possuidora de um carácter são a que não seja alheio aquele 'esprit de finesse' de que fala Pascal.
> [...].
> Timor novo está cheio de gente velha no espírito e na idade. Era preciso vir buscá-la toda, substituir tudo desde as fundações e trazer todos esses seus rapazes: o engenheiro, o médico, o administrativo, o militar, o poeta, o padre, o homem da... sei lá! É preciso que venham todos os 'anjinhos' que ainda não sabem dizer a verdade lôbrega com barba de três dias e reconstruir o edifício hierárquico português sob o ângulo eterno dos valores. É preciso que venha gente nova, aí e aqui, mas para os lugares de comando; caso contrário será pior a emenda do que o soneto: ou seja a transmissão de todos os vícios a que, por singular milagre, somos hoje estranhos. [...][26]

---

[24] Cf. IANTT, *AOS/CO/UL-10A*, pt. 8 "Telegramas diversos sobre Timor", telegrama n.º 8, secreto, enviado pelo governador de Timor para o Ministério das Colónias, Díli, 14 de Fevereiro de 1946; carta de 18 de Fevereiro de 1946, in José Freire Antunes, *ob. cit*., p. 177; e carta de 9 de Agosto de 1946, in Idem, *ibid.*, p. 188.

[25] "A reconstrução de Timor", *O Clarim*, ano I, Macau, n.º 21, 19 de Setembro de 1948, p. 4.

[26] Idem, *ibid*., "12.ª Colecção/Série: Correspondência (1924-1990) – Ruy Cinatti", cx. 22, doc. n.º 2, carta para Marcello Caetano, Díli, 17 de Dezembro de 1946, pp. 9-14.

No que respeita à consolidação interna na colónia, após a instalação das autoridades administrativas e o estabelecimento de uma Intendência Militar na fronteira, apoiada pela Companhia de Moçambique e pelo Pelotão de Polícia, procedeu-se ao inquérito sobre os crimes de guerra e à substituição das autoridades gentílicas; bem como à "limpeza do território", de bandos armados, constituídos por pequenos núcleos dispersos, trabalho feito com carácter de polícia e sem a mínima intervenção de elementos militares, pelas razões já invocadas[27].

Como resultado desta actuação, muita gente pôde reaver valores desaparecidos, enterrados ou nas mãos dos indígenas. Mas, por falta de negociação com esse fim, não foi possível revistar as bagagens dos militares japoneses. Por seu lado, na fronteira, em serviço de vigilância constante, as patrulhas impediam tentativas de incursões de bandos armados do território vizinho, sobretudo com intuitos de roubo[28].

Garantidas as condições mínimas de segurança, nomeadamente na região da fronteira oeste, foi desencadeada então uma acção destinada a prender os "criminosos" e "colaboracionistas". Foi também proibida e severamente punida qualquer acção de represália imediata, de modo a evitar que a aplicação das penas fosse aproveitada para liquidar velhas rixas ou ódios. As prisões tiveram lugar em princípios de Abril de 1946 e foram efectuadas, simultaneamente, em toda a colónia. Abrangeram cerca de um milhar de indivíduos, considerados implicados directamente em acções de guerra ou colaboradores activos dos ocupantes nipónicos. Concentraram-se na ilha de Ataúro, onde se construíram instalações e criaram condições sanitárias consideradas mínimas para os acolher. Organizados os processos, foram enviados ao Tribunal da Comarca, para que os criminosos de guerra, 1151 indivíduos, fossem julgados regularmente[29].

Paralelamente, foi averiguado quem seria merecedor de recompensa e procedeu-se ao seu reconhecimento público. Assim, em 1947, foram condecoradas 84 pessoas: 12 *liurais*, 24 chefes de *suco* e 48 diversos outros. Durante os anos de 1946 e 1947, tiveram também direito a louvor: sete *liurais*, nove chefes de *suco* e 117 diversos. Em 1948, foram condecorados 115 indígenas e louvados 99, e, em 1949, louvados 10[30].Este reverso da medalha, apesar de, oficialmente, ser apresentado como inevitável e legalmente correcto, não esteve isento de abusos, de desumanidade e vinganças[31], provocando divisões e repercutindo implicações nos tempos seguintes.

---

[27]Cf. Idem, *AOS/CO-UL-10D*, pt. 2 "Actividades do Governador de Timor em 1949-1950 (1950)", Relatório do Governador da Colónia de Timor (1948-1949), p. 28.
[28] Idem, *ibid*., p. 29.
[29] Idem, *ibid*., p. 30.
[30] Idem,*ibid.*, pp. 31e 33.
[31] Cf. NAA, *Portuguese Timor*, "General Information - Papers & Statistics", A1838, C550091, SC376/1/1, 1937-1950, relatório do consulado da Austrália em Timor para o *Department of External Affairs*, Díli, 20 de Fevereiro de 1946.

Em síntese:

A reocupação de Timor Português só foi possível devido a um vasto contexto que ultrapassava claramente a realidade local e regional.Pela parte do Governo de Portugal, a consolidação dessa reocupação exigiu a mobilização de muitas vontades e meios, tendo assumido aspectos de grande generosidade e reconhecimento face aos povos locais e vizinhos.

A grande adesão local a este retorno compreende-se sobretudo pelo caos reinante em toda a região após a saída dos militares japoneses, e pelo modo como estes haviam procedido sobre os bens e tratado as populações.

Para a administração portuguesa do território e também para os locais começava uma novo período de convivência, no qual se definem de certo modo duas etapas: uma, até ao início da década de 1960, mais aceite; e outra, desde então até 1975, durante a qual algumas animosidades eram evidentes.

Referências bibliográficas

BRANDÃO, Fernando de Castro.2004. Franco Nogueira, Relatórios Anuais 1942 a 1945. Elementos Biográficos. Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros.

SALAZAR, António de Oliveira. 1963. “Declaração sobre Política Ultramarina”. Discurso, Ultramar, ano IV, vol. IV, Lisboa, n.º s I-II, Julho-Dezembro.

O Café de Timor: Cultura e Comercialização no Período Colonial (1815-1975)*

Fernando Augusto de Figueiredo

1. Do "ciclo do sândalo" à implantação da cultura cafeícola (1815-1896)

Durante centúrias e até meados do século XIX, o sândalo foi o principal produto de exportação de Timor, acompanhado às vezes de perto pela cera e até pontualmente ultrapassado por ela. No princípio do século XIX, este tráfico encontrava-se já claramente numa curva descendente. Todavia, até à segunda metade do mesmo século, o sândalo continuou a ser o principal produto de comercialização de Timor. Entretanto, nos finais do século XVII ou princípios da centúria seguinte, o café foi introduzido na ilha de Java pelos Holandeses (Silva, 1956, 29; Hall, 1970, 331; e Matos, 1974, 18)[1]. Presume-se que dali tenha sido levado para outras ilhas do arquipélago de Sunda, incluindo Bali e Timor.

As primeiras tentativas conhecidas para introduzir e divulgar esta cultura na possessão portuguesa da Oceania devem-se ao governador José Pinto Alcoforado de Azevedo e Sousa (1815-1819) (Castro, 1867, 111-112, Castro, 1864, 46; e Matos, 1974, 18). Contudo, esta iniciativa não teve logo a continuidade que se impunha para lançar a cultura. Algum tempo depois, o "Inquérito Industrial de 1842", efectuado na governação de Frederico Leão Cabreira (1839-1844), fazia-lhe já a seguinte referência:O café tem sido producção expontanea do paiz; e por isso só se produz em mui pequena quantidade, mas é bom, e mui procurado pelos estrangeiros, particularmente hollandezes; o que tem dado lugar a algum principio de cultura, mediante o exemplo pessoal que eu tenho dado[2], plantando cousa de mil e quinhentas arvores, das quaes a maior parte estão em termos de principiar a produzir.[3]Davam-se então os primeiros passos, de forma voluntariosa, muito aquém ainda do que o incremento da cafeicultura necessitava. Todavia, a qualidade deste

---

* O texto foi apresentado na conferência de "Ciências e práticas discursivas no Timor colonial", organizada pela Unidade de Produção e Disseminação do Conhecimento do PPGP, 13 de Junho de 2013, na Universidade Nacional Timor Lorosa'e.

[1] É normalmente ao governador holandês, Henricus Zwaardecroon (1718-1725), que se atribui essa introdução, tendo sido feitas as primeiras plantações em Java, nos distritos à volta de Batávia e Cheribon.

[2] O próprio governador, Frederico Leão Cabreira, mandou fazer, à sua custa, uma plantação e construir uma casa em Malua, havendo passado este património aos governadores seguintes (Castro, 1867, 138).

[3] AHU (Arquivo Histórico Ultramarino), *Macau-Timor*, pasta 10 (1842), capilha 1, 1842, doc. n.º 13, anexo, "Memoria... 1842, publicado in *Annaes Maritimos e Coloniaes - Parte Official* -, n.º 2, 1843, p. 74.

produto chamava já a atenção sobretudo de estrangeiros, o que lhe augurava futuro. Esperava-se também que os indígenas aderissem às iniciativas tomadas.

Afonso de Castro (1859-1863) foi o primeiro governador de Timor a tomar medidas respeitantes à cultura do café com vista a uma exploração sistemática.Em 1861, uma deslocação do governador a Java, por motivos de saúde, possibilitou-lhe tomar contacto com o sistema ali instalado a partir de 1930, por Van Den Bosch. Caracterizava-se, essencialmente, por uma intervenção permanente e minuciosa do Estado, envolvendo nela coactivamente os naturais, de molde a conseguir uma exploração mais intensiva das terras propícias para a cultura (Angoulvant, 1926, vol. I, 34-36).

O governador Castro tentou transpor o *kultuur stelsel* de Bosch para Timor, adaptando-o aos usos e costumes locais, e dirigindo-o para uma cultura colonial já existente – a do café -, uma vez que as outras eram praticamente insignificantes (Castro, 1867, 333). Para centralizar todo o processo, Afonso de Castro criou uma "Repartição de Culturas", servida por um corpo de funcionários. Nas suas actividades, estes deviam ser auxiliados pelos chefes indígenas, aos quais cabia a distribuição e o controle do cultivo. A ambos os corpos era atribuída uma percentagem pela sua participação e acompanhamento em todas as fases do processo. Faziam ainda parte do projecto as seguintes condições: isenção da *finta* e dos serviços pessoais aos reinos com terras apropriadas à cultura do café, pagando estes ao Governo um quinto da colheita, enquanto os outros contribuíam com um décimo pela produção de arroz, por exemplo; cada agregado familiar dever plantar, anualmente, 600 árvores de café; e a parte da colheita não pertencente ao Governo ser adquirida por este ao melhor preço do mercado.

Compravam-se e distribuíam-se arados, que os búfalos puxavam, adquiriam-se enxadas e outras alfaias agrícolas, e ensinavam-se os indígenas a usá-las. Esta incidência ocorreu sobretudo nos reinos de Luca, Lacló, Laleia, Vemasse, Cairhui e Manatuto, na parte central do Timor português, para onde se alargou, deste modo, a cultura, a partir da região mais a Oeste[4]. Entre os produtos de Timor, seleccionados para figurar na Exposição Universal de Londres de 1862, destacava-se já o café.A implementação da cafeicultura provocou o arroteamento de novas terras, por onde se alongaram muitas pequenas explorações dos nativos. Por sua vez, em 1868, o governador Francisco Teixeira da Silva (1866-1869) criou uma granja experimental em Lacluta, cultivada pelas praças de pré incapazes para o serviço militar (Silva, 1956, 33). Nesta fase inicial da implementação da cultura, há apenas disponíveis dados respeitantes a alguns anos, situados entre o fim da década de 1850 e os meados da seguinte, relativamente à exportação, conforme pode ver-se no Quadro 1.

[4] BA (Biblioteca da Ajuda), *códice 54-X-31*, doc. N.º 343, Díli, ?, Março de 1861.

Quadro 1 - Exportação de Café, 1858-1865[5]

Anos	Quantidade (Kg)	Importância (Réis)	Exportações Totais (Réis)	%Em Relação às Exportações Totais
1858	10.082	1.169$715	26.735$645	4,4
1859	19.487	2.364$915	34.099$773	6,9
1860	23.580	3.305$498	37.643$571	8,8
1862	99.994	15.503$526	19.118$934	81,8
1863	96.596	16.593$914	31.928$451	52,0
1864	116.870	20.314$864	34.467$974	58,9
1865	147.808	25.146$893	38.159$478	65,9
Total	**514.417**	**84.399$325**	**222.153$826**	**-**

Os valores apresentados evidenciam como, desde o início da década de 1860, o café assumiu uma grande importância, rondando ou ultrapassando as cem toneladas por ano e contribuindo com mais de metade do valor das exportações. No entanto, Timor não oferecia as condições básicas de segurança e a disponibilidade de terras que o capital nacional e estrangeiro pretendiam. De facto, o sistema só funcionava com o empenhamento dos régulos e dos indígenas nas terras propícias à cultura, beneficiando do pouco apoio que o Estado lhes podia facultar. Mesmo nestas circunstâncias, houve uma evolução muito positiva da cafeicultura, como pode verificar-se no quadro 2.

Quadro 2 - Exportação de Café, 1876-1896[6]

Anos	Quantidade (Toneladas)	Importância (Réis)
1876	916	-$-
1877	1213	-$-
1878	1042	-$-
1879	1262	-$-
1880	1835	469.251$242
1881	2577	507.511$700
1882	1715	345.896$475
1883	2104	432.961$760
1884	1364	350.824$800
1885	1703	438.181$440
1886	1572	404.427$919
1887	1018	262.023$600
1888	1825	469.545$990
1889	1104	284.212$156
1890	1179	303.374$436
1891	1266	325.751$043

[5]Obs: Calculado com base nos valores apresentados em *rupias*. *Rupia* = 320 réis. Fonte: Hélder Lains e Silva,*Timor e a Cultura do Café*, quadro IV, p. 32.

[6]Fontes: Hélder Lains e Silva, *ob. cit.*, quadro VIII, p. 49; AHU, *SEMU/DGU/2R, Correspondência*, cx. 3 (1886-1889), "Alfândegas e Pautas", doc. nº16, Díli, 19 de Junho de 1886; e *Resumos Estatísticos do Movimento Comercial e Aduaneiro no Ano de 1911*., Lisboa, Casa Portuguesa, s/d., p. 7.

1892	1291	332.092$768
1893	909	234.039$560
1894	844	217.128$074
1895	1345	347.142$157
1896	461	118.429$888
Total	**28.545**	**5.842.795$008**

Entre 1865 e 1876, a exportação sextuplicou. A partir de então, atingiu os quantitativos mais elevados no início da década de 1880. A partir de 1886, começou a dar sinais de abrandamento. A cafeicultura conhecia, assim, o primeiro grande revés nos finais dessa década. Contudo, os valores não sofreram a mesma queda, o que revela que os preços seguiram a lei do mercado.

Uma certa instabilidade política no território, nessa altura, pode ter contribuído para a quebra sentida na exportação. Todavia, o grande decréscimo, registado na seguinte, deveu-se à *Hemileia vastatrix*, moléstia que se manifesta sob a forma de ferrugem alaranjada da folha do cafeeiro, que cai prematuramente, reduzindo, por isso, o crescimento vegetativo e a produção. Atinge sobretudo a espécie *Arabica*.

A afirmação do "ciclo do café", com tendência para a monocultura, começara a deixar à vista os seus efeitos nefastos perante uma crise na produção.

2. A cafeicultura numa "colónia de plantação (1896-1930)

a) Impulso dado à colonização por Celestino da Siva

Durante o século XIX, foram feitas algumas tentativas com vista a tornar Timor uma colónia de plantação. Os resultados, exceptuando o caso do café, revelaram-se muito limitados. Entre os principais factores que concorriam para isso, sobressaía o sistema da posse da terra assente nos *sucos*. No entanto, nos finais da centúria, a ocupação e a "pacificação", empreendidas pelo governador José Celestino da Silva (1894-1908), disponibilizaram outros espaços para o Estado poder alienar e criaram novas condições de segurança para os eventuais investidores.

Numa primeira fase, foi incentivada a formação de companhias agrícolas. O próprio governador deu o exemplo, criando a "Sociedade Agricola Patria e Trabalho", que se tornou a mais importante.

Consolidada a ocupação e estendida a soberania portuguesa a toda a metade oriental da ilha, entre 1901 e 1905, foi estabelecido o quadro legal que regulamentava a obtenção de terrenos "incultos" e "baldios". A propriedade assim formada ficava sujeita ao regime enfitêutico (foros ou prazos), sem remissão de foro.

A legislação continuava não só a garantir aos indígenas, o direito às terras por eles efectivamente cultivadas, como também a exigir a apreciação do Governo para

todas as transmissões de propriedades para não autóctones[7]. Com este processo de controle, o Estado tentava obstar ao desmoronamento da estrutura sócio-económica tradicional, assegurando, simultaneamente, a complementaridade deste tipo de exploração agrícola. Todavia, uma exploração dos recursos mais efectiva e rentável não se compadecia com a manutenção da estrutura de propriedade existente e com muitos dos processos primitivos utilizados no seu cultivo.

b) Cafeicultura e diversidade de culturas

Em Timor, dada a quase inexistência de uma iniciativa privada com recursos, preparação e vontade de investir, a implementação de culturas de exploração tornava indispensável o apoio efectivo do Estado. Nessa direcção seguira a administração de Celestino da Silva, que se empenhou em dinamizar e apoiar várias culturas, destinadas ao consumo local e à exportação. Entre as principais incluíam-se o café, o milho e o arroz. Outras foram também introduzidas ou dinamizadas, destacando-se a borracha, nas espécies "Hévea Brasiliensis", "Ficus Elastica" e "Castilloa", a canela, o cacau, a noz-moscada, o tabaco e árvores de fruto.

Entre as principais, a cultura do café sobrepunha-se, continuando a reforçar esse papel na governação dos seus sucessores imediatos. Observe-se a evolução da sua exportação no Quadro 3.

Quadro 3 - Exportação de Café, 1897-1910[8]

Anos	Quantidade (Toneladas)	Importância (Réis)	% em Relação às Exportações Totais
1897	1071	275.865$280	-
1898	656	127.925$939	-
1899	573	147.515$040	-
1900	794	204.901$280	-
1901	406	104.785$920	70,3
1902	1044	269.321$760	86,4
1903	731	188.743$024	82,6
1904	693	178.725$287	71,4
1905	721	186.110$650	63,0
1906	884	228.170$020	63,0
1907	894	230.601$120	69,3
1908	894	230.783$680	64,4
1909	488	110.248$760	37,9
1910	1057	238.788$234	53,1
Total	**10.906**	**2.722.485$994**	**-**

[7] A carta de lei de 1901 garantia ao indígena o direito aos terrenos por ele efectivamente cultivados ou aproveitados segundo os usos e costumes locais, compreendidos na área das concessões. Cf. *Concessões de Terrenos nas Provincias Ultramarinas*, "Carta de Lei de 9 de Maio de 1901", p. 3.

[8] Fonte: *Resumos Estatísticos do Movimento Comercial e Aduaneiro no Ano de 1911 Acompanhado do Gráfico Demonstrativo da Exportação de Cacau, Café, Cêra, Copra, Sândalo-Pau e Sândalo-Raiz nos Anos de 1880 a 1911*, p. 7.

Relativamente ao período anterior, verificou-se uma quebra na exportação. Essa evolução explica-se pelas revoltas indígenas e pelas campanhas de "pacificação", e também pela queda dos preços, entre 1897 e 1907. Todavia, em 1910, como resultado da regeneração encetada por Celestino da Silva e continuada pelos seus sucessores, a exportação de café reflectia já o início de um outro ciclo positivo.

No que respeita ao apoio do Governo, dispensado às plantações dos indígenas, este consistia em facultar-lhes pessoal preparado na recém-criada, Escola Agrícola do Remexio, para ensinar e acompanhar os autóctones nesse trabalho, e fornecer-lhes milhares de cafeeiros, extraídos dos viveiros deste organismo[9].

Em 1908, com o mesmo intuito, o governador Eduardo Augusto Marques (1908-1909) estabeleceu, perto de Liquiçá, a granja de Caitocoloa (a que depois foi dado o seu nome), que substituiu a do Remexio. Ali se instalaram grandes viveiros de café e de cacau, com a finalidade de distribuir estas plantas, gratuitamente, pelos indígenas, incentivando-os, assim, a acrescentar e a renovar as suas lavras.

3. Com a I República: Novas concessões de terrenos

Após as primeiras leis sobre concessões de terras, em 1901, alguns europeus adquiriram, sobretudo, moitas de café indígenas, conhecidas por "hortas".

Com o advento da República, o Governo Provisório, correspondendo a uma visão desenvolvimentista das colónias, aprovou nova legislação sobre concessão de terrenos, mais generosa e liberal.

O primeiro relatório do governador Filomeno da Câmara Melo Cabral (1911-1917) referia: "A grande obra da administração de Timor, é o desenvolvimento da agricultura indígena, facilitando em certa escala as emprezas agrícolas e de preferência as nacionais, até ao limite de quaisquer tentativas de absorção das propriedades indígenas"[10]. Para concretizar essa orientação e desenvolver o necessário esforço, em 1911, foi criada a Repartição Central de Fomento Agrícola e Comercial[11].

As unidades de propriedade comunal constituíam o núcleo principal deste tipo de orientação. O Governo distribuía aos indígenas os respectivos alvarás; como apoio directo, o executivo mandava distribuir, gratuitamente, charruas e outras alfaias agrícolas, plantas de viveiro, sementes, etc. No campo da tributação, o imposto a pagar incidia sobre a colheita obtida, no intuito de estimular a

---

[9] Os terrenos do Remexio provieram de uma anexação, efectuada por Celestino da Silva, na sequência das campanhas de "pacificação" por ele empreendidas. Aí se instalou a sede de um comando militar e se organizou uma granja experimental do Estado. Cf. AHU, *SEMU/DGU/2R, Correspondência*, cx. 5 (1894-1895), "Fazenda", ofício do governador de Timor para o Ministério da Marinha e Ultramar, Díli, 18 de Março de 1895.

[10] AHU, *SEMU/DGU/2R, Correspondência*, cx. 7 (1911-1918), Relatório do governador..., 1912, p. 103.

[11] Idem, *ibid.*, pp. 11-12.

produtividade e garantir benefícios efectivos aos cultivadores nativos, que detinham cerca de quatro quintos da exportação do café, a principal cultura do território.

Embora se defendesse a necessidade de promover a policultura, para a qual havia que captar capitais e iniciativas particulares, mas garantiria os contratempos da monocultura, e um melhor aproveitamento da capacidade e localização dos solos, a cafeicultura continuava a predominar[12].

Em 1913, foi criado o Conselho de Agricultura e Comércio, cujas funções se relacionavam com a promoção do fomento agrícola e a exportação dos produtos oriundos dele[13].

Quanto à produção directa, promoveu-a o governador nas terras que havia anexado, depois da revolta indígena de 1911-1912, nas regiões de Raimera, Riac e Leo-Laco, onde criou a granja "República", que se tornou de certa maneira um símbolo[14], e que se transformou numa unidade agrícola experimental e fazenda de rendimento do Estado, a cargo da Repartição de Fomento.

A granja "República" tornara-se um centro agrícola, de cujos viveiros eram enviadas para toda a colónia grandes quantidades de plantas das variedades de café ali em experimentação: *Arabica*, *Liberia* e *Robusta*, esta última introduzida recentemente em Timor (Silva, 1956, 41). Mas, à medida que os viveiros se expandiam pelos comandos militares, a granja virou-se sobretudo para o seu próprio povoamento.

Em geral, os sucessores de Filomeno da Câmara tentaram continuar o fomento agrícola, destacando-se Teófilo Duarte (1926-1929). Com este governador, verificou-se uma alteração no tipo de apoio a prestar aos nativos: em vez das propriedades comunais, preferia-se a ajuda individualizada, motivando os indígenas a plantar nos seus terrenos milhões de pés de café, mas também de coqueiros, de arequeiras, de cacau e de borracha, fornecidos pelos viveiros do Estado (Artur, 1926, 57- 61).Esta linha de rumo foi seguida pelo seu sucessor, Cesário Augusto de Almeida Viana (1929-1930).Todavia, no final da década de 1920, não havia na colónia um único organismo, oficial ou particular, que financiasse as explorações agrícolas. Observe-se a evolução da exportação de café e do seu peso no conjunto dos bens exportados entre 1911 e 1930, no quadro 4.

---

[12] Cf. AHU, *SEMU/DGU/2R, Correspondência*, cx. 7 (1911-1918), Relatório do governador..., pp. 106-107.

[13] Pela portaria provincial n.º 131. Cf. *Boletim Oficial do Governo da Provincia de Timor*, n.º 20, 17 de Maio de 1913, pp. 136-137.

[14] Pela portaria n.º 95, de 23 de Agosto de 1912. Cf. *Boletim Oficial do Governo da Provincia de Timor*, n.º 34, 24 de Agosto de 1912, p. 159.

Quadro 4 – Exportação de Café, 1911-1930[15]

Anos	Quantidade (Toneladas)	Importância (Escudos)	% em Relação às Exportações Totais
1911	1015	2.291.663$12	51,8
1912	1449	3.414.045$49	77,1
1913	1085	2.602.460$00	55,8
1914	653	1.553.822$40	61,5
1915	1242	3.196.276$12	77,1
1916	987	3.171.376$00	68,3
1917	646	1.542.269$92	50,0
1918	957	2.087.267$81	62,0
1919	1632	3.845.155$54	70,2
1920	895	2.125.548$84	60,7
1921	839	2.002.651$32	56,9
1922	1763	4.208.938$47	81,1
1923	1430	3.949.073$45	81,8
1924	1613	5.275.369$00	85,3
1925	1672	11.447.246$16	80,4
1926	1341	9.176.187$78	84,1
1927	2165	14.806.281$24	90,1
1928	1587	12.225.225$06	84,6
1929	1492	12.086.447$40	82,0
1930	1327	95.580$00	84,3
Total	**25.790**	**100.102.885$12**	**-**

Ao longo da primeira década, a evolução da exportação de café registou uma oscilação, reflectindo as perturbações relacionadas com a reintrodução do sistema forçado de cultura e a renovação dos cafezais. Mas também, durante a Grande Guerra, a desmotivação dos cultivadores. A evolução dos valores da exportação acompanhou de algum modo essas dificuldades. Mesmo assim, no conjunto das exportações, este produto encontrava-se sempre em primeiro lugar (nunca menos de 50%). Após a guerra, a subida dos preços, ainda que oscilante, estimulou de novo a produção. Dado que a grande maioria da produção provinha das hortas indígenas, geralmente menos cuidadas do que as plantações europeias, eis a principal

[15] Obs. Os valores respeitantes aos anos de 1925 a 1930 foram calculados ao câmbio médio da pataca= 9$00. Fontes: *Boletim Oficial de Timor*, anos de 1911 a 1930; Hélder Lains e Silva, *ob. cit*., p. 49; e *Resumo Estatístico do Movimento Comercial e Aduaneiro*..., (também com outras designações), 1911, p. 7; 1912, p. 6; 1913, Anexo; 1914, p. 36; 1916, p. 16; 1922, p. 3; 1923, p. 3; 1925, p. 1; 1926, p. 1; 1927, p. 1; 1928, p. 1; 1929, p. 1; e 1930, p. 1.

justificação para a baixa produtividade verificada - uma média de 70 gramas por cafeeiro – enquanto, nas principais regiões limítrofes concorrentes, atingia os 300 gramas. Todavia, a boa resistência do *Robusta* às pragas e a excepcional qualidade do produto permitiam-lhe suportar as oscilações do mercado, e manter a cafeicultura como uma actividade compensadora para os produtores, para os comerciantes e para o Estado.

4. Sob o Estado Novo: desígnios nacionais e cafeicultura (1931-1975)

a) Regime de propriedade e orientação económica

A orientação traçada pelo Estado Novo propunha: "Resolver a situação com os próprios recursos da colónia, [...] sem o socorro financeiro da Metrópole que as circunstâncias não tornam possível e que, por muito largo e generoso que fôsse, adiaria apenas o problema, sem o solucionar" (Monteiro, 1942, 77).

Na colónia de Timor, no sector primário da economia, predominavam as pequenas explorações indígenas, contando-se apenas um pequeno número de plantações de nacionais e estrangeiros, dedicadas sobretudo às ditas culturas "coloniais". Em 1932, foi fundada a Associação dos Agricultores e Proprietários de Timor, com a finalidade expressa de melhorar e desenvolver a produção e promover a instrução agrícolas (art.º 2.º), podendo integrá-la todos os que, naquela condição, nacionais ou estrangeiros, soubessem ler e escrever (art.º 3.º)[16]. Esta Associação reflectia a orientação corporativa do Estado Novo, procurando, localmente, organizar os principais agentes.

Por sua vez, em 1936, com vista a inverter a exagerada dependência da cultura do café, que a crise pusera a descoberto, o Governo da colónia criou "campos experimentais" em cada posto administrativo, abrangendo as áreas agrícolas, pecuária e florestal, com um vasto leque de realizações[17]. Com o mesmo intuito, estabeleceram-se depois três modalidades de estabelecimentos agrícolas: campos de cultura e viveiros, granjas administrativas e granjas experimentais agrícolas[18]. Mais uma vez, a intenção de contrariar a quase monocultura do café parecia evidente.

Com a reocupação, a questão da concessão de terras voltou a colocar-se. Com efeito, em 1944, o regime começara já a preparar o após-guerra nas colónias. Nesse ano, foi promulgada uma nova lei sobre concessão de terras no Ultramar. No entanto, esta lei só foi regulamentada em 1951[19]. Além de algumas companhias agrícolas e comerciais (SAPT e SOTA, principalmente) e alguns particulares, Pedro

---

[16] Pela portaria n.º 16, de 29 de Abril de 1932. Cf. *Boletim Oficial do Governo da Colónia de Timor*, n.º 19, 7 de Maio de 1932, pp. 67-69.

[17] Pelo diploma legislativo n.º 481, de 17 de Outubro de 1936, *Boletim Oficial da Colónia de Timor*, n.º 44, 31 de Outubro de 1936, pp. 307-312.

[18] Pelo diploma legislativo n.º 168, de 28 de Março de 1939, *Boletim Oficial da Colónia de Timor*, n.º 13, 28 de Março de 1939, pp. 261-264.

[19] Cf. *Boletim Oficial de Timor*, n.º 51, 22 de Dezembro de 1951, pp. 811-813.

José Lobo, Mascarenhas Inglês, entre outros, e ex-deportados, como Manuel Viegas Carrascalão e Sebastião da Costa Alves, seriam os residentes chineses aqueles que mais aproveitariam estas novas disposições legais.

b) Exploração agrícola e cafeícola

A produção de café continuava de tal modo predominante que, no início dos anos 30, se encontrava à beira da monocultura. Provinha sobretudo da espécie *Arabica*, que se comercializava como Moka (*perlé* ou *caracoli*), 1.ª e 2.ª qualidade. As espécies *Robusta* e *Libéria* eram cultivadas nas terras mais baixas, com pouco peso na balança comercial (Lencastre, 1931, 7). A exportação de café, durante a década de 1930, teve a evolução registada no Quadro 5.

Quadro 5 – Exportação de Café, 1931–1940[20]

Anos	Quantidade (Toneladas)	Importância (Escudos)	% em relação às Exportações Totais
1931	2438	45.668.282$00	95,0
1932	843	56.281.024$00	93,7
1933	966	46.295.273$00	90,8
1934	991	48.518.023$00	88,7
1935	1196	35.054.596$00	65,0
1936	1580	59.679.984$00	74,5
1937	740	1.039.039$00	65,3
1938	1626	5.796.224$00	72,9
1939	878	4.459.622$00	80,0
1940	840	2.160.341$00	73,0
Total	**12.098**	**304.952.408$00**	**-**

A diminuição, sobretudo entre 1931 e 1935, explica-se pela menor procura do mercado internacional, na sequência da crise de 1929, repercutindo-se também nos preços. A baixa produção de 1937 ficou a dever-se a chuvas excepcionalmente fortes que se fizeram sentir nesse ano. A partir daí, a quebra verificada deve relacionar-se com os efeitos da *Hemileia vastatrix* que, também desta vez, se estendeu por toda a região de café, afectando especialmente o *Arabica*[21]. Para além do factor climático, só existem duas maneiras de combater esta praga que, havia de continuar a sua devastação: com fungicidas adequados e com cultivares mais resistentes. Tais recursos ainda não se encontravam então disponíveis.

[20]Fontes: Hélder Lains e Silva, *ob. cit.*, quadro VIII, p. 49; F. Ribeiro Salgado, *A Evolução do Comércio Especial Ultramarino*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1939, mapas 61, 121a e 122a; e *Estatística Comercial. Comércio Externo. Anos de 1939 e 1940. Importações e Exportações*, Díli, Imprensa Nacional, 1940.

[21] Citado por (Silva, 1956, 39).

Em 1939, no intuito de valorizar mais o café nos mercados internacionais, o governador Álvaro da Fontoura regulamentou a exportação e a sua classificação em três categorias. À Repartição dos Serviços Agrícolas e Florestais competia verificar se o processo obedecia às seguintes condições: embalagem determinada, certificado de origem e de tipo, e marca oficial na sacaria[22].

Com a reocupação, em 1947, foi criado o Fundo de Crédito Agrícola e de Colonização, disponibilizando um crédito especial de 100 mil patacas, de modo a facultar empréstimos a curto prazo aos agricultores, para uma melhor exploração e aproveitamento dos produtos agrícolas[23].

Sob a orientação e o auxílio do Estado, fizeram-se replantações, limparam-se pomares, efectuaram-se estudos dos solos, criaram-se viveiros, distribuíram-se aos cultivadores sementes, plantas, ferramentas, insecticidas, etc. Por outro lado, estabeleceram-se normas para a exploração contratual das granjas e de outros bens rurais nacionais, por particulares, tentando, assim, obter um melhor aproveitamento das suas potencialidades[24]. Contudo, este processo não terá resultado, uma vez que, passados dois anos, as granjas agrícolas voltaram à exploração directa pelo Estado[25].

Quanto aos produtos de exportação, o café continuava a ser o que dava mais garantias e, por isso, mereceu atenção especial. Logo após a reocupação, o governador Óscar Ruas nomeou uma comissão para proceder à classificação e certificação da sua qualidade e origem[26]. Depois, mandou dar cumprimento às determinações há muito existentes sobre o descasque mecânico[27]. Em paralelo, e com o intuito de proteger os produtores timorenses da especulação dos comerciantes, determinou que as transacções se efectuassem em mercados estabelecidos e com preços mínimos oficialmente fixados[28]. Em consequência, a partir da década de 1950, verificou-se um incremento da cafeicultura.

Em 1958, foi criada a Brigada de Estudos Agronómicos de Timor, integrada em 1960 na Missão de Estudos Agronómicos do Ultramar – MEAU -, cuja finalidade era realizar o planeamento e os estudos agronómicos de base, necessários ao progresso da agricultura e actividades correlativas (Gonçalves, 1989, 131). A exportação do café de Timor destinava-se sobretudo aos países do então Mercado

---

[22] Pela portaria n.º 760, de 25 de Março de 1939, *Boletim Oficial da Colónia de Timor*, n.º 13, 28 de Março de 1939, pp. 268-270, citada por (Silva, 1956, 44).

[23] Pela portaria n.º 1205, de 27 de Setembro de 1946, *Boletim Oficial da Colónia de Timor*, n.º 10, 8 de Março de 1947, p. 83-84.

[24] Pelo diploma legislativo n.º 262, de 25 de Abril de 1947, *Boletim Oficial da Colónia de Timor*, n.º 18, 5 de Maio de 1947, pp. 153-154.

[25] Pelo diploma legislativo n.º 326, de 26 de Novembro de 1949, *Boletim Oficial da Colónia de Timor*, n.º 48, 26 de Novembro de 1949, p. 450.

[26] Pela portaria n.º 1314, de 27 de Dezembro de 1947, *Boletim Oficial da Colónia de Timor*, n.º 52, 27 de Dezembro de 1947, p. 498.

[27] Na portaria n.º 79, de 10 de Maio de 1928, *Boletim Oficial da Colónia de Timor*, n.º 25, de 18 de Junho de 1949.

[28] Por despacho de 6 de Abril de l951, *Boletim Oficial da Colónia de Timor*, n.º 15, de 14 de Abril de 1951.

Comum e da Zona UEP (União Europeia de Pagamentos), sendo reduzida para a Metrópole (Sousa, 1958, quadro n.º 15, 50).Com os recursos financeiros facultados pelo II Plano de Fomento (1958-1963), o apoio dos serviços provinciais respectivos tornou-se mais efectivo e mais vasto[29].

Em 1964, com vista a financiar o sector primário, foi criada a Caixa de Crédito Agro-Pecuária. Praticando baixas taxas de juro e concedendo créditos sem encargos a pequenos e médios agricultores, facultadas pelo Fundo de Fomento de Produção e Exportação, esta instituição constituía um importante meio de financiamento ao desenvolvimento[30].

Em geral, nas plantações que eram propriedade de europeus, a exploração fazia-se de forma mais racional do que nas lavras indígenas. Mas, mesmo naquelas, verificavam-se algumas deficiências: mau aproveitamento do solo, erradas técnicas de cultivo e falta de arborização. O sombreamento em muitos desses cafezais era feito à base da "Albizia moluccana" – *Madre del Cacao* -, que tinha um desenvolvimento rápido e atingia dimensões consideráveis, mas que, mesmo assim, exigia sete anos para dar sombra suficiente para o café (Silva, 1956, 108).

Com o intuito de superar as principais limitações existentes, numas e noutras plantações, os serviços da JEC (Junta de Exportação do Café) desenvolveram uma intensa actividade de educação técnica. Por outro lado, perante as baixas produções do *Arabica*, começou a difundir-se o "Híbrido de Timor" (HDT), mais resistente à *Hemileia vastatrix* (Gonçalves et al., 1978, 3-10).Com efeito, a partir de 1956, sementes das melhores plantas destas populações deram origem a novos cafezais que se espalharam pela parte oriental da ilha.

Posteriormente, desde 1964/1965, verificou-se um grande trabalho de renovação dos cafezais empreendido e incidindo principalmente no "Híbrido de Timor". Assim, pretendia-se não apenas melhorar a cultura como também a qualidade do produto (Gonçalves, 1989, 133-134).

No que respeita aos processos de tratamento do produto, seguiam-se as duas tecnologias habituais: uma, húmida, mais técnica, normalmente com melhores resultados, utilizada sobretudo nas plantações de maior vulto, pertencentes a europeus; outra, por via seca[31], tecnicamente mais simples, mas de menor qualidade, a que se recorria nas plantações mais modestas. Em regra, nas províncias ultramarinas portuguesas produtoras, esta última via era a mais utilizada. Tal acontecia também em Timor.

---

[29] A portaria n.º 4272, de 15 de Abril de 1967, fixou as bases para a regulamentação da exploração, conservação e melhoramento dos aproveitamentos agrícolas. Foi publicada no *Boletim Oficial de Timor*, n.º 15, 15 de Abril de 1967, pp. 242-243.

[30] Pelo decreto n.º 46.040, de 18 de Novembro de 1964, *Boletim Oficial de Timor*, n.º 48, 28 de Novembro de 1964, pp. 1 056-1 057.

[31] As fases da via seca eram: lavagem ou selecção das cerejas, calibragem das cerejas, secagem, catação das impurezas no café de coco, descasque, calibragem, catação por ventilação e catação manual. As cinco últimas operações, em conjunto, constituem o chamado "benefício do café" (Sousa, 1958, p. 33).

Em 1967, com vista a desenvolver a cultura do café, mas também a obter uma melhor qualidade e apresentação para colocar o produto nos mercados internacionais, regulamentou-se a exploração das unidades de despolpa existentes em vários locais[32]. Em 1973, havia em Timor 24 instalações destas (Gonçalves, 1989, 134).Deste modo, o Estado, quer directamente quer através dos municípios, envolvia-se não apenas no aumento da produção de café, como também na promoção da sua qualidade e certificação perante os mercados internacionais.Entre 1946 e 1973, a exportação dos principais produtos agrícolas "coloniais" conheceu a evolução registada no Quadro 6.

Quadro 6 – Principais Produtos Agrícolas "Coloniais" Exportados, 1946-1973[33]

Anos	Café		Borracha		Copra	
	Quantidade (Toneladas)	Importância (Contos)	Quantidade (Toneladas)	Importância (Contos)	Quantidade (Toneladas)	Importância (Contos)
1946	130	-	-	-	-	-
1947	898	-	-	-	-	-
1948	847	4605	215	541	292	318
1949	935	9515	207	512	1193	2153
1950	1396	-	-	-	-	-
1951	798	1372	-	-	1453	6575
1952	1372	39023	-	-	829	2793
1953	1381	42442	-	-	1191	5528
1954	912	30643	-	-	1192	4099
1955	948	28.532	229	3400	1385	3294
1956	1119	30.815	230	3150	1113	2659
1957	1283	30.521	222	3185	1789	3929
1958	1686	41.275	261	3046	1751	5025
1959	1929	34.202	311	3789	1617	5777
1960	1246	19.678	305	4221	1282	4496
1961	1498	19.713	337	4343	1716	4562
1962	1856	26.350	295	3137	1401	3997
1963	2444	35.313	257	2734	1586	4752

[32] Muitos indígenas faziam a despolpa do café com o auxílio de duas pedras, esmagando a cereja entre elas. Pior era cozê-la quando apanhada demasiado verde, a fim de obter dinheiro mais cedo ou evitar o roubo (Silva, 1956, 114).

[33] Fontes: IANTT, *AOS/CO/UL-10-D*, pt. 2 "Actividades do Governador em 1949-1950" – Relatório do Governador...1948-1949, Anexos, p. 60; *Anuário Estatístico do Império Colonial*, 1946-1949, Lisboa, Sociedade Tipográfica, Lda; *Anuário Estatístico do Ultramar*, 1950-1960; Lisboa, Tipografia Portuguesa, Lda; *Portugal. Anuário Estatístico*, vol. II- *Ultramar*, 1961-1965, vol. II – *Províncias Ultramarinas*, 1966-1972 e vol. II – *Territórios Ultramarinos*,1973, Lisboa, Publicações do Instituto Nacional de Estatística; Presidência do Conselho, "Timor", *Projecto do IV Plano de Fomento, Tomo III – Ultramar*, 1973, p. 311; e AHDMNE, *Timor*, "Apontamento n.º 677/1967: Situação na Província de Timor", armário 1, gaveta 2, maço 237, processo n.º E-7—8, 1967, p. 57.

964	2368	43.626	238	2574	1628	4926
1965	2493	45.120	243	2640	1534	4641
1966	1496	27.829	204	1833	1209	3566
1967	3591	60.483	150	1033	1526	7294
1968	2919	48.079	140	833	1008	3655
1969	2797	-	148	-	1889	-
1970	3811	85.273	123	-	1603	5613
1971	4907	117.926	152	-	1677	7605
1972	5843	132.633	15	-	1476	4614
1973	3133	92.830	1035	-	2283	-
Total	**56.036**	**1.047.798**	**5317**	**40.971**	**35.623**	**101.871**

Neste último período da presença portuguesa, a segunda metade dos anos sessenta e um maior pico entre 1970 e 1973, marcou claramente o auge da produção cafeícola em Timor.

Das três espécies de café cultivadas, cerca de 60% da produção total pertencia ao *Arabica*, contribuindo o *Libéria*e o *Robusta* com os restantes 40%. A produção provinha de pequenas explorações de agricultores indígenas, entre 45% a 60%; das plantações da S.A.P.T; entre 30% a 40%; e de plantações médias pertencentes a régulos, mestiços e alguns europeus, com os restantes 10% a 15% (Faculdade de Arquitectura - Universidade Técnica de Lisboa/GERTIL – Grupo de Estudos de Reconstrução de Timor Leste, 2002, 110).

Com algumas oscilações, os principais compradores do café eram a Holanda e a Malásia, através de Singapura, sendo Macau e a Austrália parceiros com pouca expressão. Por seu lado, em 1952, após a criação da carreira semestral de navegação, a Metrópole aumentou as suas compras, que nunca chegaram a ultrapassar quatro por cento do valor total das exportações. Mesmo assim, o café representava a maior fatia, que pouco contribuía para esbater um maior volume de importações.

O seu circuito económico "fazia-se entre os pequenos produtores familiares que produziam café pergaminho, o comerciante que comprava café pergaminho aos agricultores, completava a secagem e vendia ao exportador, e o exportador que comprava o café pergaminho aos comerciantes e fazia a descasca, escolha e embalagem. As grandes empresas produtoras de café como a SAPT também exportavam café. O café exportado pagava diversas contribuições das quais se destacavam os direitos de exportação." (Guterres et al., s/d, 4). Eis, em síntese, como funcionava todo o circuito.

Referências bibliográficas

ANGOULVANT, G. 1926. *Les Indes Néerlandaises - Leur Rôle Dans L'Économie Internationale* -, vols. I e II, Paris: Le Monde Nouveau.

ARTUR, Máximo Sesinando Ribeiro. 1926. Política, Administração e Trabalho na Província de Timor (cont.). *BGA*, ano II, n.º 9, Março, Lisboa: Agência Geral das Colónias.

CASTRO, Afonso de. 1867. *As Possessões Portuguezas na Oceania*, Lisboa: Imprensa Nacional.

CASTRO, Gonçalo Pimenta de. 1964. *Timor (Subsídios para a sua História)*, Lisboa: Agência Geral das Colónias.

Faculdade de Arquitectura - Universidade Técnica de Lisboa/GERTIL – Grupo de Estudos de Reconstrução de Timor Leste. 2002. *Atlas de Timor Leste*, Lisboa: Lidel - Edições Técnicas, Lda.

GONÇALVES, M. Mayer. 1989. Aspectos das Actividades Agrárias em Timor Oriental. Colóquio sobre A Acção dos Técnicos Agrários Portugueses nos Trópicos, realizado em 20-21 de Outubro de 1988 no Museu de Etnologia em Lisboa, *Revista de Ciências Agrárias*, vol. XII, n.º 2, Lisboa: Sociedade de Ciências Agrárias de Portugal.

GONÇALVES, M. Mayer et al. 1978. Melhoramento da cafeicultura em Timor face à *Hemileia Vastatrix* B. & Br.", *Garcia de Orta*, série Est. Agron., vol. V, (1-2), n.º s 1-2, Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar.

GUTERRES, Verónica da Costa et al. S/d. Comercialização Interna e Externa de Café em Timor Leste: o Caso da Empresa Timorcorp LTD.

HALL, D. G. E. 1981. *A History of South-East Asia*, Fourth Edition, Houndmills and London: Macmillan Press, Lt.

LENCASTRE, Júlio Garcez de. 1931. O Café nas Colónias Portuguesas. *Portugal Colonial*, Revista Mensal de Propaganda e Expansão do Império Português (1931-1937), ano I, n.º 2, Abril, Lisboa: Imprensa Contemporânea Editora.

MATOS, Artur Teodoro de. 1974. *Timor Português, 1515-1769. Contribuição para a sua História.* Série Ultramarina, II, Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa/Instituto Histórico Infante D. Henrique.

MONTEIRO, Armindo. 1942. *As Grandes Directrizes da Governação Ultramarina no Período que Decorreu Entre as Duas Guerras Mundiais, 1919-1939*, Lisboa.

SALGADO, F. Ribeiro. 1939. *A Evolução do Comércio Especial Ultramarino*, Lisboa: Agência Geral das Colónias.

SILVA, Hélder Lains e. 1956. *Timor e a Cultura do Café*. Memórias. Série de Agronomia Tropical, I, Ministério do Ultramar, Junta de Investigações do Ultramar, Porto: Imprensa Portuguesa.

SOUSA, Alfredo de. 1958. *Ensaio de Análise Económica do Café*, Estudos de Ciências Políticas e Sociais, 17, Lisboa: Ministério do Ultramar.

O papel da agricultura familiar e a produção de café em Timor-Leste

Pedro Damião Henriques,
Maria Leonor da Silva Carvalho
Vanda Narciso
Carlos da Conceição de Deus
Maria Raquel Lucas

Os países produtores de cafés arábicos têm para com Timor, e também para com aqueles que souberam avaliar os seus méritos e depois o estudaram e trabalharam, uma dívida sentimental de gratidão pela cedência deste "Híbrido de Timor", porque a partir dele se prepararam cultivares com bom potencial produtivo e resistentes às ferrugens, que hoje constituem a base da afeicultura mundial dos arábicos (Ferrão 2002).

1. Introdução

Existe uma ampla variação de definições de agricultura familiar, não havendo uma que seja universalmente aceite. No entanto, a FAO propõe que se defina a agricultura familiar como a que inclui todas as actividades agrícolas de base familiar e que está ligada a diversas áreas de desenvolvimento rural, ou seja como um meio de organização das produções agrícola, florestal, pesqueira, pecuária e pastoril, e aquícola, geridas pela família e dependente predominantemente da mão-de-obra familiar. A família e a exploração agrícola estão intimamente ligadas, co-evoluindo e combinando as funções económicas, sociais, ambientais e culturais.

Esta definição da FAO mostra uma agricultura familiar e uma família agricultora como um sistema socialmente valioso, associada com os valores da família, tais como solidariedade, continuidade e compromisso, um sistema culturalmente aceitável, um sistema economicamente viável identificado com competências empresariais específicas, escolhas e comportamento de risco, resiliência e realização individual, e um sistema ambientalmente sustentável e politicamente relevante em todos os países e regiões do mundo.

A agricultura familiar é mais do que uma ocupação profissional porque reflecte um estilo de vida baseado nas crenças e nas tradições sobre a vida e o trabalho.A nível mundial, existem mais de 570 milhões de explorações agrícolas, 90% das quais são de agricultura familiar, ou seja mais de 500 milhões de explorações,

controlando 70% da terra mundial, responsáveis por 56% da produção agrícola mundial. A maioria das explorações mundiais é muito pequena – mais de 475 milhões têm menos de 2 ha e mais de 40 milhões têm menos de 1 ha (Lowder et al, 2014).

A agricultura de Timor-Leste é de pequena dimensão, incorpora poucos factores de produção modernos, está integrada na paisagem e utiliza os recursos naturais disponíveis, é predominantemente destinada à subsistência dos agregados familiares e constitui um modo de vida para as populações das zonas rurais. Timor-Leste é um país onde quase toda a produção agrícola tem uma natureza familiar, onde a actividade da agricultura é um modo de vida estando integrada no dia-a-dia das pessoas. Falar da história da agricultura em Timor-Leste é o mesmo que falar da história da agricultura familiar já que esta foi sempre a forma de agricultura dominante.

A forma predominante de exploração da terra em Timor-Leste é baseada na estrutura familiar, que é determinante na afectação dos recursos naturais disponíveis. As famílias estão organizadas em "Casas" (Casa no sentido de entidade social/linhagem, por isso se escreve com maiúsculas) e estas em grupos etnolinguísticos. As Casas, unidade fundamental das comunidades Timorenses, funcionam como elemento mítico-espiritual, social e solidário, congregando indivíduos que se identificam com uma cadeia unilinear de parentesco.

Quer a administração colonial portuguesa quer a administração de ocupação indonésia fizeram concessões de terra tanto a colonos como a instituições privadas. Na sua totalidade, estas concessões representavam uma baixa percentagem da área total disponível para a agricultura e dos respectivos volumes de produção.

Em Timor-Leste existem dois grandes sistemas de agricultura familiar, a agricultura de encosta/montanha e a agricultura de várzea. Em ambos, a produção vegetal e animal está organizada em pequenas unidades de produção familiar cuja área média não excede os 2 ha. Nas culturas vegetais predominam, para subsistência, o milho, as hortícolas, os tubérculos e, nas várzeas, o arroz. Já para rendimento predominam o café, coco, cacau e borracha.

Na produção animal dominam, em número, as galinhas, os porcos e as cabras. Nos animais de grande porte ressaltam os búfalos e cavalos, sendo que, no princípio do século XX, o número de vacas era ainda bastante limitado. A tecnologia utilizada na produção dos diferentes produtos vegetais e animais era bastante rudimentar e teve ao longo do século XX uma pequena evolução. A transformação e conservação eram baseadas na secagem dos produtos agrícolas. A comercialização, à excepção do café, limitava-se essencialmente aos mercados locais.

De todos os produtos, o que tem sido considerado mais valioso ao longo do tempo é o café. No que à produção de café diz respeito, para além do seu contributo para a geração de rendimentos para a família agricultora, desempenha ainda um

papel crucial na manutenção da paisagem rural, na conservação do património genético das plantas e na defesa do património cultural das comunidades locais.

Existe consenso que dois dos principais problemas da produção de café são as baixas produtividade e qualidade. Todos intervenientes do sector do café reconhecem que existe muito potencial para a produção de café de alta qualidade e para aumentos de produtividade. Para além destes dois problemas, considera-se que existe uma desigualdade na repartição dos rendimentos gerados pelo café pelos diferentes intervenientes da sua cadeia de valor. Esta desigualdade não é um problema pós independência, pois já era referida no tempo colonial português e foi uma marca da ocupação Indonésia.

O objectivo do presente capítulo é o de analisar e reflectir sobre o papel da agricultura familiar e a produção do café em Timor-Leste, realçando, para este produto, os aspectos referentes à sua cadeia de valor e à competitividade e vantagem comparativa do sector.

Para o ponto 4 deste trabalho, usou-se a metodologia da cadeia de valor que vem sendo aplicada nos trabalhos mais recentes no sector alimentar, quer na União Europeia quer nos EUA (Bijman, 2007; Briz et al, 2010, Briz et al, 2011), cuja estrutura contempla a totalidade dos agentes económicos participantes. No caso da cadeia de valor do café de Timor-Leste esta é composta por agricultores, comerciantes intermediários, agro-indústrias, ONGs e consumidores.

A base da informação foi obtida através de fontes secundárias e primárias. Os dados são maioritariamente baseados em fontes secundárias, das diferentes publicações e estudos feitos sobre o território durante a colonização portuguesa, ocupação indonésia e período pós independência e mais recentemente dos diferentes estudos em que os autores participaram, mas em que a experiência e o conhecimento do terreno pelos autores, foi valiosa e determinante para o trabalho desenvolvido.

As fontes primárias foram entrevistas semi-estruturadas de natureza qualitativa, observação directa e inquéritos por questionário realizados a agentes económicos mais significativos da cadeia de valor. Análises de conteúdo das entrevistas, análises estatísticas dos questionários e análise SWOT foram realizadas. A partir da identificação prévia das fraquezas, ameaças, forças e oportunidades identificados em trabalhos anteriores, este último método operativo permitiu realizar uma síntese da situação actual da cadeia de valor do Café de Timor-Leste e evidenciar as suas possibilidades de melhoria.

Inúmeras dificuldades foram encontradas na obtenção dos dados, seja, pela escassez e dispersão de informação, pela falta de uniformidade das fontes e natureza dos dados oficiais, pelos obstáculos ao planeamento das entrevistas, pelo não domínio da linguagem e dos conceitos técnicos utilizados, ou, falta de motivação dos respondentes em fornecer a informação.

2. A agricultura familiar em Timor-Leste

A origem da agricultura em Timor-Leste não está completamente esclarecida, sendo três as possíveis vias: a partir da China com a introdução da cerâmica e do arroz por volta de 3000 3500 anos; a partir da Nova Guiné; e descoberta independente da agricultura em Timor (Oliveira, 2008).Existem registos escritos de actividade agrícola em Timor-Leste desde o século XVI, embora, de forma sistemática, somente a partir do terceiro quartel do Século XIX. Um dos primeiros documentos a retractar a agricultura de Timor é Castro (1867), enquanto Cinatti (1964) descreve as referências a plantas e animais encontradas em Timor por diversos visitantes do território, começando em 1522 por Pigaffeta e acabando em 1879 por Forbes.

Figura 1 - Evolução do número de habitantes (1916-2010) (Fonte: Elaboração própria)

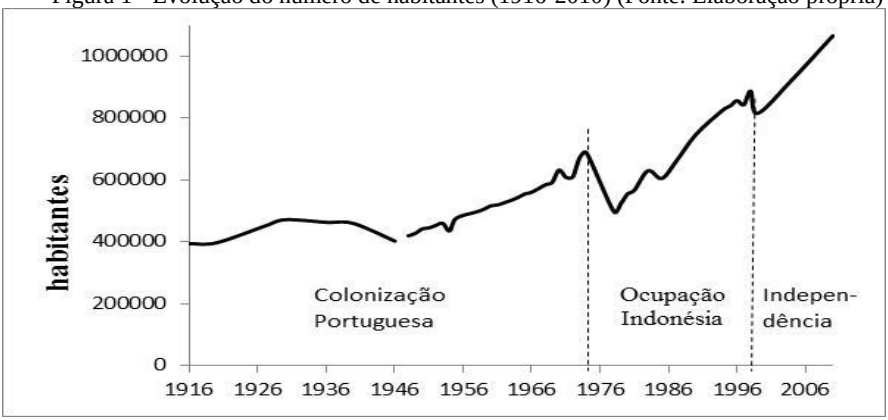
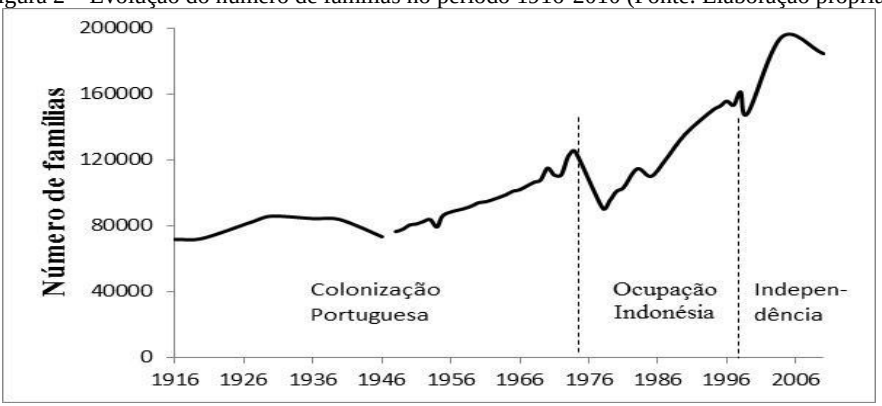


Figura 2 – Evolução do número de famílias no período 1916-2010 (Fonte: Elaboração própria)



Falar da agricultura em Timor-Leste é o mesmo que falar da agricultura familiar, já que esta foi sempre a forma de agricultura ou de produção agrícola dominante. As Figuras 1 e 2 mostram a evolução da população e do número de famílias em Timor-Leste para o período 1916 a 2010. Quer a população quer o número de famílias têm vindo a aumentar de forma consistente ao longo do último século, com excepção para os períodos correspondentes à segunda guerra mundial e à primeira fase da ocupação Indonésia.

Em 2010, o número de famílias rurais representava cerca de 74,2% do total de famílias (DNE, 2011). Durante a colonização portuguesa, a quase totalidade da população era de origem rural, o mesmo se passando durante a ocupação Indonésia, cerca de 92 a 93% na década de 90 (UNDP, 2006). O fenómeno da urbanização da população terá tendência a acelerar nas próximas décadas à medida que o processo de desenvolvimento se consolide com o ganhar de importância dos sectores industrial e de serviços.

As excepções à forma de exploração da terra do tipo familiar foram a concessão de terrenos para a agricultura de plantação que ocorrerem durante a colonização portuguesa, a ocupação Indonésia e no período pós independência. Nestas concessões, a cultura dominante foi sempre o café, embora o coco, a borracha e o cacau tivessem tido também alguma importância, principalmente durante a colonização portuguesa. Ainda hoje, a maior parte da terra utilizada pela agricultura familiar não é titularizada sendo a sua posse e uso regida pelo direito costumeiro.

A família é o núcleo essencial da produção agrícola, das decisões de uso da terra e do uso do resultado da produção, sendo a agricultura familiar o garante da subsistência do produtor e da família, contribuindo para a sua segurança alimentar e satisfação de necessidades básicas, bem como geração de rendimentos no caso da venda de excedentes nos mercados locais.

As normas de parentesco são pilares fundamentais da organização social e influenciam significativamente o sistema consuetudinário de gestão e posse da terra que sabemos ser o dominante em Timor-Leste. Coexistem em Timor-Leste dois sistemas diferentes de parentesco, um patrilinear em vigor na maioria do território e um matrilinear nas regiões com predominância dos grupos etnolinguísticos Tétum-Terik, Búnaque e Galoli (Narciso e Henriques, 2010; Narciso, 2014).

Todas as actividades agrícolas são geridas por uma família e realizadas com recurso a mão-de-obra, de natureza familiar ou comunitária, em que a troca e a entreajuda são elementos fundamentais, sendo muito raro o recurso à mão-de-obra assalariada.

O consumo de bens alimentares é maioritariamente oriundo de produção própria e a segurança alimentar advém em primeiro grau dessa produção própria, a qual está muito dependente da regularidade da época das chuvas. A venda e ou troca de bens é feita nos mercados locais que normalmente ocorrem uma vez por semana. A maiorias das festas e dos rituais estão ligados com as actividades agrícolas e/ou usam produtos das mesmas.

Como já referido, a área média de cada família é normalmente inferior a 2 hectares. Na exploração da terra a horta é um elemento essencial da produção agrícola, onde se pratica agricultura extensiva e de sequeiro e sujeita à regularidade da monção. A horta tem normalmente uma área de agricultura permanente, localizada ao pé da habitação da família e outra do tipo agricultura itinerante localizada mais longe, mas normalmente dentro dos limites da aldeia e do suco.
As culturas mais comuns da horta são o milho, a mandioca, a abóbora, o feijão, os tubérculos e os vegetais. As árvores de fruto estão dispersas e localizam-se perto da habitação da família. No passado, a cultura do algodão era bastante comum e servia de base ao fabrico os panos e tecidos tradicionais.

Tabela 1 – Comparação da composição cultural da agricultura familiar timorense por número de famílias (2004 e 2010) – Fonte: DNE (2006); DNE (2011)

Culturas	**Número de famílias que cultivam em**		**% das famílias em**		**Variação percentual**
	2004	2010	2004	2010	
Arroz	60966	45672	31,3	24,7	-25,1
Milho	131516	102346	67,5	55,4	-22,2
Mandioca	134233	94833	68,9	51,4	-29,4
Vegetais	103779	78605	53,2	42,6	-24,3
Frutos Temporários	124766	88245	64,0	47,8	-29,3
Frutos Permanentes	131854	86526	67,6	46,9	-34,4
Café	66679	51358	34,2	27,8	-23,0
Côco	116562	76833	59,8	41,6	-34,1
Culturas Temporárias	118163	83923	60,6	45,4	-29,0
Culturas Permanentes	127569	85354	65,4	46,2	-33,1
Total de Famílias	194962	184652	100,0	100,0	-5,3

A Tabela 1 mostra a evolução do número de famílias que se dedicam às diferentes actividades agrícolas para os anos de 2004 e 2010. Entre estes dois anos, a percentagem de famílias reduz-se em cerca de 5,3%, mas a redução do número de famílias que se dedicam às diferentes actividades agrícolas é substancialmente maior. A redução menor é na cultura do milho (22,2%) e a maior nos frutos permanentes (34,4%). As culturas do milho (55,4%) e mandioca (51,4%) são feitas por mais de 50% das famílias, os vegetais, frutos temporários e permanentes, côco e culturas permanentes e temporárias por mais de 40% das famílias.

Os dados do censos de 2010 permitiram avaliar os agregados que se dedicavam às culturas vegetais e dividi-los em agregados urbanos e agregados rurais. Assim, do total de famílias, 63,1% fazem culturas vegetais, enquanto nas zonas urbanas somente 31,6% das famílias fazem culturas vegetais contra os 74,0% das famílias nas zonas rurais (Tabela 2). Das famílias que se dedicam às culturas vegetais, pode

verificar-se que as famílias rurais apresentam valores elevados para o milho (90,7%) e mandioca (84,3%), as culturas mais importantes para as famílias das zonas rurais (Tabela 3).

Tabela 2 – Famílias urbanas e rurais que cultivavam culturas vegetais em 2010 (DNE, 2011)

Familias	Timor-Leste		Urbanos		Rurais	
	Número	%	Número	%	Número	%
Famílias com culturas vegetais	116426	63,1	15077	31,6	101349	74,0
Total de famílias	184652	100,0	47723	100,0	136929	100,0

Tabela 3 – Famílias urbanas e rurais que cultivavam as diferentes culturas vegetais em 2010 (DNE, 2011)

Culturas	Timor-Leste		Urbanas		Rurais	
	Número	%	Número	%	Número	%
Arroz	45.672	39,2	3.829	25,4	41.843	41,3
Milho	102.346	87,9	10.400	69,0	91.946	90,7
Mandioca	94.833	81,5	9.392	62,3	85.441	84,3
Vegetais	78.605	67,5	7.942	52,7	70.663	69,7
Frutos Temporários	88.245	75,8	9.507	63,1	78.738	77,7
Frutos Permanentes	86.526	74,3	8.918	59,1	77.608	76,6
Café	51.358	44,1	4.030	26,7	47.328	46,7
Côco	76.833	66,0	8.399	55,7	68.434	67,5
Culturas Temporárias	83.923	72,1	8.507	56,4	75.416	74,4
Culturas Permanentes	85.354	73,3	8.489	56,3	76.865	75,8
Famílias com culturas vegetais	116.426	100,0	15.077	100,0	101.349	100,0

Para além da área de horta, a família pode ter acesso a uma parcela de arroz ou a uma parcela de café. A parcela de arroz está dependente da localização com acesso a uma zona de várzea ou de arroz de montanha, enquanto a parcela de café se localiza nas zonas com condições edafo-climáticas para a sua produção.

A área dominante de arroz é constituída pelas várzeas irrigadas cujas infra-estruturas de irrigação foram sendo construídas ao longo do último século. O arroz de montanha ou de sequeiro, outrora maioritário, representa hoje uma área bastante reduzida. Os dados dos censos de 2004 e 2010 mostram que houve uma redução no número de produtores entre 2004 e 2010 de 25,2% (Tabela 1). O censo de 2010 mostra que cultivam arroz 24,7% do total de famílias, 39,2% do total de famílias cultivam culturas vegetais e 41,3% das famílias localizadas nas zonas rurais cultivam culturas vegetais (Tabela 3).

A cultura do café, embora inicialmente tenha sido experimentada em quase todo o território, está confinada a cinco distritos, Ermera, Liquiçá, Manufahi, Ainaro e Ailéu, podendo encontrar-se plantações noutros locais. A sua importância, expressa pelo número de produtores, mostra que, em 2010, 27,8% das famílias tinham café, 44,1% das famílias cultivavam culturas vegetais e 46,7% das famílias localizadas nas zonas rurais cultivavam culturas vegetais. É de salientar que, entre 2004 e 2009, houve uma redução de 23% no número de famílias produtoras de café (Tabelas 1 e 3).

A pecuária é dominada pelos animais domésticos, os que vivem à volta da casa e se alimentam dos desperdícios domésticos - porcos, galinhas e cães, e os que pastoreiam de forma livre nas campinas e encostas-vacas, búfalos, cabras, cavalos e ovelhas.No passado, os animais eram essencialmente um símbolo de poder, acumulação de riqueza e eram utilizados nas festividades e rituais anuais, sendo que nos dias de hoje desempenham também um papel maior na alimentação e na satisfação das necessidades urgentes da família através da sua venda.

Figura 3 - Evolução do número de porcos, ovelhas e cabras (1920-2010)

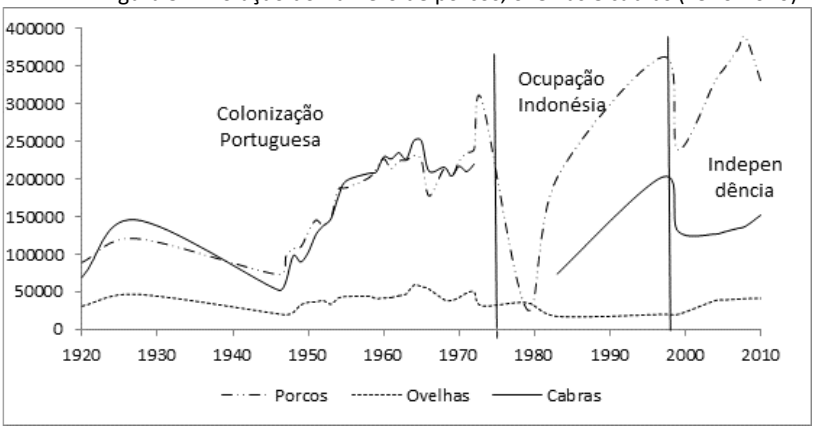
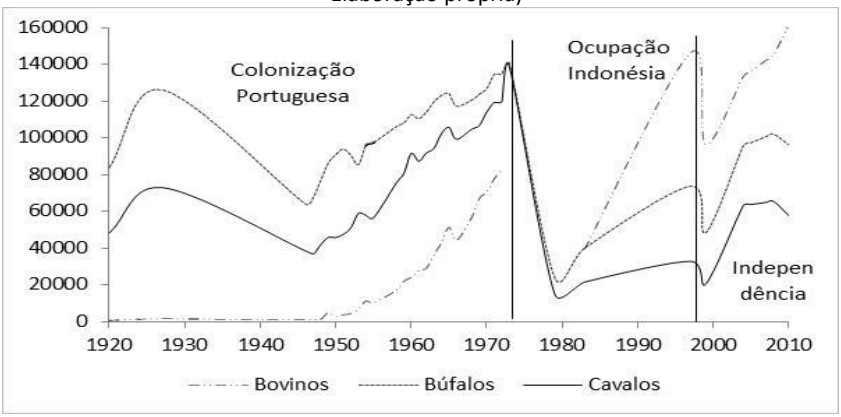


Figura 4 – Evolução do número de bovinos, búfalos e cavalos (1920-2010) (Fonte: Elaboração própria)



As Figuras 3 e 4 mostram a evolução do número de animais das diferentes espécies entre 1920 e 2010. Verifica-se uma baixa significativa do número de animais durante a segunda guerra mundial, após a invasão Indonésia e após o *referedum* para a independência. Durante a ocupação Indonésia, o número de

porcos aumentou de forma significativa, passando a ocupar o primeiro lugar dos pequenos animais, enquanto o número de ovinos e caprinos se manteve ou teve uma ligeira redução.

Entre a colonização portuguesa e a ocupação Indonésia dá-se uma inversão na ordem de importância dos grandes animais, de bufalinos, equinos e bovinos para bovinos, bufalinos e equinos, que se mantém no pós-independência.Os dados mais recentes sobre o arrolameto dos animais pecuários mostram que, entre 2004 e 2010, houve uma redução do número de cabeças de gado de equinos e suínos e um aumento nos bovinos, caprinos, ovinos, galináceos e bufalinos. Com excepção das famílias que produzem bovinos e caprinos que aumentaram, as famílias que produzem bufalinos, equinos, suínos, ovinos e galináceos diminuíram (Tabela 4).

Tabela 4 - Comparação da composição do efectivo pecuário da agricultura familiar timorense (2004 e 2010) – Fonte: DNE (2006); DNE (2011)

Espécie pecuária	Número de famílias por espécie		Número de Cabeças		Variação nas famílias (%)	Variação nas cabeças (%)
	2004	**2010**	**2004**	**2010**		
Bovinos	39713	43028	133577	161654	8,3	21,0
Bufalinos	22127	19119	95921	96484	-13,6	0,6
Equinos	34314	27691	63234	57819	-19,3	-8,6
Suínos	140697	123862	331895	330435	-12,0	-0,4
Ovinos	7897	6957	38965	41854	-11,9	7,4
Caprinos	41902	45781	126977	152360	9,3	20,0
Galináceos	141372	124658	659066	702474	-11,8	6,6

Em termos médios cerca de 80% das famílias timorenses criam qualquer tipo de espécie pecuária, sendo que este valor sobe para 88,3% para as famílias rurais e desce para 56,1% para as famílias urbanas (Tabela 5).

Tabela 5 – Famílias urbanas e rurais que criam animais em 2010 (Fonte: DNE, 2011)

Famílias	Timor-Leste		Urbanos		Rurais	
	Número	%	Número	%	Número	%
Famílias com animais	147665	80,0	26776	56,1	120889	88,3
Total de famílias	184652	100	47723	100	136929	100

Da observação da distribuição das espécies pecuárias por famílias, verifica-se que quase todas as famílias que criam animais têm galináceos (84,4%) e suínos (83,9%). Das outras espécies, surgem os caprinos em 31,0%, bovinos em 29,1%, equinos em 18,8%, bufalinos em 12,9% e ovinos em 4,7% das famílias que criam animais. O número médio de animais por família aumentou de 2004 para 2010, situando em 2010 em 5,6 para os galináceos e 2,7 cabeças para os suínos, enquanto para as outras espécies sobressaem os ovinos com 6,0, os bufalinos com 5,0 e os bovinos com 3,8 cabeças por família (Tabela 6).

Tabela 6 – Distribuição das espécies pecuárias pelas famílias (2010) (Fonte DNE (2011)

	Número de famílias com espécie animal	Famílias com espécie animal (%)	Número de Cabeças	Número de cabeças por família
Bovinos	43028	29,1	161654	3,8
Bufalinos	19119	12,9	96484	5,0
Equinos	27691	18,8	57819	2,1
Suínos	123862	83,9	330435	2,7
Ovinos	6957	4,7	41854	6,0
Caprinos	45781	31,0	152360	3,3
Galináceos	124658	84,4	702474	5,6
Famílias com Animais	147665	100,0	-	-

A transformação dos produtos para autoconsumo é reduzida, limitando-se à secagem no caso da mandioca, milho, arroz, feijão e carne, enquanto as culturas de rendimento como o café, cacau, coco e borracha destinadas à exportação tinham e têm processos de transformação que obedeciam e obedecem a padrões mínimos de qualidade.

A comercialização apresentava e ainda apresenta dois grandes circuitos: o circuito local em que os produtos são vendidos directamente pelos agricultores nos diferentes mercados/bazares organizados periodicamente nas várias aldeias e sucos, e o circuito destinado à exportação em que dominam as grandes empresas e os intermediários, estes normalmente de etnia chinesa e que recolhem a produção nos diferentes sucos e distritos.

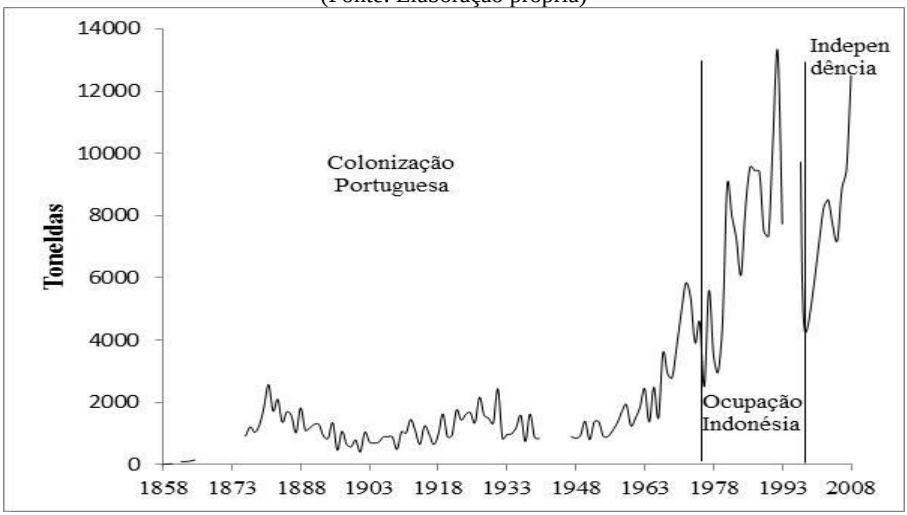
Da breve análise feita pode inferir-se que o elemento central que patrocina a relativa estabilidade e exerce um papel regulador entre os diferentes aspectos da vida e da organização social é a própria natureza familiar das unidades agrícolas, que assenta nas relações de parentesco e de herança existentes entre os seus membros.

A produtividade agrícola é prejudicada por vários factores entre os quais podem destacar-se a falta de infra-estruturas, práticas agrícolas inadequadas e falta de fatores de produção. Esta é a causa subjacente da insegurança alimentar que afeta uma parte da população. A agricultura familiar é muito importante pois é a forma maior e melhor de aumentar a produção de alimentos da dieta básica da população e alavancar um maior desenvolvimento económico à medida que se vai conseguindo inserir a mesma nos mercados (locais e internacionais).

A cultura do café desempenhou e desempenha, quer na colonização portuguesa em que foi durante muito tempo o principal elemento das políticas de fomento agrícola, quer durante a ocupação indonésia, em que as suas receitas ajudaram a financiar o exército indonésio na luta contra a resistência timorense, quer ainda no período pós independência pelo papel importante nas políticas de desenvolvimento rural e agrícola. A Figura 5 mostra a exportação de café entre 1858 e 2000, observando-se as quebras de produção devido à ferrugem no final do século XIX, durante a segunda guerra mundial e início da ocupação indonésia. O café foi e ainda

é o principal produto de exportação da economia e responsável pela principal agro-indústria timorense. A fileira do café, por ter sempre desempenhado um papel de motor de desenvolvimento do sector agrícola, foi escolhida para uma análise mais detalhada nos próximos pontos.

Figura 5 – Evolução da exportação de café pergaminho por Timor-Leste entre 1858 e 2008 (Fonte: Elaboração própria)



3. A produção de café em Timor-Leste

A cultura do café em Timor-Leste iniciou-se no tempo colonial português em que ganhou importância fundamental na sua economia e no seu desenvolvimento, permaneceu como uma das principais culturas de rendimento durante a ocupação Indonésia do território e no período pós independência ganhou um papel motor para dinamizar o desenvolvimento das zonas rurais com implantação cafeícola. O café foi introduzido em Timor-Leste em meados do século XVIII e as primeiras plantações foram estabelecidas na primeira década do século XIX, mas é somente a partir do último quartel daquele século que a cultura se desenvolve, ganha importância como cultura de rendimento para os agricultores e ao dominar as exportações de Timor torna-se a sua verdadeira moeda externa.

Os diversos governos coloniais portugueses dinamizaram a sua cultura através da construção de viveiros e da distribuição de plantas, da obrigatoriedade da sua plantação, da construção de estações de benefício e da criação de serviços de apoio e experimentais. A estrutura da produção era dominada pelos pequenos produtores com dimensões entre 1 e 2 ha enquanto os grandes produtores eram em número bastante reduzido, mas tendo áreas de plantação significativas. A comercialização

interna e a exportação eram dominadas pelos intermediários de etnia chinesa e europeia, muitas vezes criticados por praticarem preços de exploração dos produtores de café.

Inicialmente a variedade cultivada era a típica da espécie arábica, mas com o surgimento da ferrugem no final do século XIX, foi introduzida a espécie libérica e no princípio do século XX a espécie robusta. A excelente qualidade do café arábica que Timor produzia, em termos de aroma, qualidade e composição química, permitiu-lhe atingir, desde meados do século XIX, fama excepcional em vários mercados, beneficiando o seu preço, por isso, de uma majoração.

A melhor tecnologia de transformação do café cereja em café verde, a via húmida, já aplicada no princípio do século XX no território, é dinamizada pelos diversos governadores coloniais por ser aquela que conduz a uma qualidade superior do café a que se juntaria o descasque mecânico e a selecção e classificação do café destinado à exportação.

Após a ocupação do território pela Indonésia em 1975, a produção de café continuou a ser a principal actividade de rendimento e de trocas com o exterior. No entanto, houve pouco interesse em manter ou desenvolver práticas de cultivo, ou mesmo em contribuir com qualquer tipo de retorno de capital para a cultura. O único interesse era extrair rendimento através da quantidade de café colhida, vendida a um preço barato principalmente através do porto indonésio de Surabaya.

A comercialização interna e a exportação de café eram dominadas, em regime de monopólio, por empresas Indonésias, que praticavam preços reduzidos e cujos lucros ajudaram muitas vezes a financiar a guerra de ocupação. É somente em meados da década de 90 que aquele monopólio é quebrado, pelo surgimento da NCBA na transformação e comercialização do café, levando a um aumento do rendimento dos produtores de café.

No que diz respeito à indústria do café durante o período indonésio, pode dizer-se que, em geral, o principal legado foi a diminuição do interesse no cultivo do café entre os timorenses já que os agricultores, actuando como guardiões das plantações, colhiam simplesmente o café a partir das antigas grandes plantações, bem como das suas próprias pequenas explorações.Com a consolidação do período de transição e com a restauração da independência, a estrutura de produção de café cereja manteve-se, mas outros intervenientes entraram no mercado de compra de café aos agricultores dos quais se destacam a CCT, Timor Global, Timorcorp, ELSAA Café, Always Café e ONGs.

Do ponto de vista da produção, o Ministério da Agricultura em paralelo com ONGs e agências internacionais de apoio ao desenvolvimento têm apoiado a reconversão dos cafezais e a melhoria da tecnologia de transformação do café cereja em café pergaminho. Não contabilizando os produtos petrolíferos, a cultura do café continua a ter nos dias de hoje um papel relevante no rendimento do sector agrícola e nas exportações. Pode dizer-se que, desde meados do século XIX, a cultura do café é o produto principal da economia timorense. A natureza florestal do café de

Timor torna-o invulgar pois é cultivado de forma quase selvagem e em altitude numa ilha de clima tropical e, juntando a falta de atenção dada às plantações, a sua produção é natural, de padrão biológico.

3.1. As espécies de café em Timor-Leste

São três as espécies de café cultivadas em Timor - *Coffea arabica* ou simplesmente Arabica, *Coffea canephora* usualmente conhecido como Robusta, e o *Coffea liberica* conhecido por Liberica. A espécie mais divulgada e a que deu fama a Timor-Leste pela excelência do café produzido foi a arábica, sendo que a produção de liberica, residual nas estatísticas em 1975, se limita nos dias de hoje a cafeeiros isolados. Na primeira metade do século XX, um acaso da natureza ocorreu em Timor, o improvável cruzamento entre a espécie robusta (22 cromossomas e resistente à ferrugem) e a arábica (44 cromossomas e café de grande qualidade) deu origem ao híbrido de Timor. Foi a partir deste híbrido, disponibilizado por Timor ao mundo em 1956, que todas as variedades, existentes no mundo, da espécie arábica resistentes à ferrugem foram obtidas.

As duas espécies de café que permaneceram no território ao longo do tempo, arábica e robusta, aproveitam as diferentes altitudes do território. O café robusta é cultivado em altitutdes até aos 600 - 1000 metros e o arábica cultiva-se entre os 1000 e os 2000 metros de altitude. A espécie arábica domina, ocupando uma área de 53.816 hectares e produzindo 79% do café verde exportado, enquanto a espécie robusta se cinge a uma área de 2.574 hectares e representa 13% das exportações. A mistura dos dois cafés representa 8% (Wahjudi 2009).

A espécie arábica produz cafés de melhor qualidade, mais finos e requintados, e possui aroma intenso e os mais diversos sabores, com inúmeras variações de corpo e acidez. A espécie robusta, originária de África, apresenta acidez mais baixa e não possui sabores tão variados nem refinados como a arábica. No entanto, por apresentar mais sólidos solúveis é de grande utilização nas indústrias de cafés solúveis. Os cafés de melhor qualidade utilizam combinações de arábica.

3.2 A tecnologia de produção do café cereja

A tecnologia de produção do café pode ser dividida nas seguintes fases: produção de café cereja; produção de café pergaminho; produção de café verde e produção de café torrado. Os pequenos agricultores produzem café cereja e café pergaminho que vendem às empresas exportadoras e estas produzem café verde que exportam. O café torrado produzido em Timor-Leste destina-se somente ao mercado local.

A tecnologia de produção do café cereja em Timor-Leste utiliza poucos ou quase nenhuns factores de produção. Para além da mão-de-obra, há a considerar as plantações, as ferramentas agrícolas e o material de apanha e processamento do café. As plantações de café são bastante antigas enquanto as ferramentas e máquinas são rudimentares. A tecnologia de produção utilizada pelos agricultores é bastante simples: na grande maioria, não fazem poda das árvores de café, não limpam os cafezais das novas plantas de café que germinam e das ervas, não controlam as pestes e as doenças e não fazem a substituição das plantas velhas. O único factor de produção variável utilizado é a mão-de-obra. A Tabela 7 mostra a quantidade de mão-de-obra usada na cultura por hectare, verificando-se que a colheita gasta cerca de 55,2% do total de mão-de-obra.

Tabela 7 - Utilização de mão-de-obra na cultura do café (Direcção do Agronegócio, 2008)

Operações Culturais	**Nº de dias**	**Percentagem**
Limpeza	10	14,9
Colheita	37	55,2
Transporte	15	22,3
Venda da cereja	5	7,5
Total	67	100

A qualidade e quantidade de café são afectadas por pestes e doenças. A peste mais comum é o escaravelho da flor do café (*Stephanoders hampei*) e a doença mais vulgar é a ferrugem (*Hemileia vastatrix*). Também as plantas de sombra (*Paraserianthes falcataria*) têm sido afectadas pela ferrugem gall (*Uromycladium tepperianum*). As infestantes que mais afectam a cultura são alang alang (*Imperata cylindrica*) e as plantas de café que germinam espontaneamente (Amaral, 2003).

O café é colhido entre Março e Agosto/Setembro. A colheita não é contínua, mas ocorre em três períodos: inicial – cereja seca e com defeitos; médio – constitui a maioria da colheita; e final – apanha dos últimos frutos maduros, verdes e caídos para evitar o desenvolvimento de pestes e doenças. Os problemas na colheita prendem-se com a elevada altura dos cafeeiros, levando a que se gaste muito tempo na colheita e pouco na selecção dos frutos verdes, vermelhos e pretos, contribuindo para a baixa qualidade do café (Amaral, 2003).Dadas as suas características, a produção de café em Timor-Leste pode ser considerada orgânica porque não usa produtos químicos, sendo a cultura do café muito mais um processo florestal que frutícola (Silva, 1957 e OXFAM, 2003).

Os principais problemas da actividade cafeeira são de ordem técnica devido a lacunas no maneio das plantações de café, das quais destacamos a poda, fertilização, qualidade da colheita e substituição dos cafeeiros velhos. Como resultado, a produção e a produtividade são extremamente baixas.Para além do aspecto económico, o café pode também ser utilizado para proteger o solo nas encostas montanhosas que caracterizam a maior parte do território. Numa plantação de café existe um andar superior constituído por árvores leguminosas, normalmente

Albizia (*Paraserianthes falcataria*), Casuarina e Leucaena, que protegem e enriquecem o solo; um segundo andar constituído pelas plantas de café que contribuem para fixar o solo, e um terceiro andar de vegetação espontânea que serve de coberto vegetal.

3.3 A transformação do café

O café cereja, depois de colhido, é transformado em café pergaminho e este em café verde que se destina maioritariamente à exportação. Uma pequena parte da produção de café é vendida no mercado interno como café verde ou torrado.

Tradicionalmente, em Timor-Leste, os agricultores transformam o seu próprio café cereja em café pergaminho. Esta transformação pode utilizar um processamento por via seca ou por via húmida. No processamento por via seca, a cereja pode ser colhida e seca ao sol durante dez dias e depois armazenada até ser descascada, ou então, ser colhida, despolpada, posta a fermentar em cestos tradicionais e depois posta a secar. Verifica-se uma grande variabilidade na qualidade do café, pois a a técnica utilizada por cada agricultor é diferente no que diz respeito à maturação da cereja usada, à existência ou não de fermentação, ao início do processo de secagem depois da colheita, à duração do processo de secagem e às condições sanitárias da mesma.No processamento húmido, proposto por Esteves (1965) para Timor-Leste, e que está a ser utilizado actualmente pelos principais intervenientes no sector do café, começa-se com uma lavagem para seleccionar a cereja por densimetria, segue-se a despolpa mecânica, a fermentação em tanques, a lavagem em canal com selecção final por densimetria e a secagem, obtendo assim o café pergaminho. Para esta tecnologia é necessária uma máquina de despolpa, tanques de fermentação e de lavagem e disponibilidade de água. Esta técnica origina uma maior qualidade do café obtido.

A transformação do café pergaminho em café verde ou grão de café é também descrita por Esteves (1965) e consta do descasque, limpeza, e escolha final do grão de café, sendo esta a técnica utilizada pelas empresas que hoje processam café pergaminho destinado à exportação.Em 2002, cerca de 75% do café foi produzido pelo método seco e o restante por via húmida, essencialmente pela CCT (OXFAM, 2003). Contudo, à medida que mais empresas agro-industriais se foram estabelecendo no território, a percentagem de café transformado com o uso da via húmida foi aumentando.Por sua vez, na transformação do café pergaminho em café verde a maioria das empresas agro-industriais utiliza equipamento mecânico. Nas zonas rurais, o café pergaminho é transformado em café verde utilizando a tecnologia do pilão ou almofariz e a torrefacção é manual. A CCT, para além da produção de café verde para exportação, abastece o mercado interno com café torrado, possuindo para tal uma torrefacção em Díli.

3.4 A importância socio-económica do café

Há mais de um século que o café tem sido a maior fonte de rendimento para os agricultores nas montanhas e também o principal produto de exportação de Timor-Leste (cerca de 80% das exportações).

Tabela 8- Famílias, área, produção e produtividade em 2006 (Ministério da Agricultura, Pesca e Floresta, Timor-Leste, 2006)

Distrito	% famílias a produzir café	Área total hectares	% área total	Produção total toneladas	% da produção total	Produtividade Kg/hectare
Ermera	84,8	29225	56,2	5372	53,1	184
Manufahi	59,6	7310	14,1	1687	16,7	231
Liquiça	65,8	6756	13,0	1244	12,3	184
Ainaro	72,1	5024	9,7	1191	11,8	237
Outros Distritos	19,6	3674	7,1	628	6,2	171
Timor-Leste	34,2	51989	100,0	10122	100,0	195

O café é cultivado na generalidade dos 13 distritos de Timor-Leste, maioritariamente em pequenas propriedades, mas também em propriedades de média e grande dimensão. Ocupava uma área de 51.989 hectares em 2006 (10 mil toneladas) que se manteve em 2008, embora com produtividade acrescida (14 mil toneladas).A produção e a área estão concentradas nos distritos de Ermera, Manufahi, Liquiçá e Ainaro, cerca de 92,9% da área e 93,8% da produção (Tabela 8). Com excepção dos distritos anteriores e de Aileu e Bobonaro, a produção nos outros distritos destina-se praticamente ao autoconsumo e à venda nos mercados locais. A produtividade média é cerca de 195 Kg/hectare, apresentando Manufahi e Ainaro maior produtividade.

A percentagem de agregados familiares que cultivam café em Timor-Leste é de cerca de 34% (66.679 famílias). No entanto, nos distritos em que a cultura está mais disseminada, Ermera, Manufahi, Liquiça e Ainaro essa percentagem é sempre superior a 60% (Tabela 8). O rendimento obtido através da venda do café contribui para 90% do rendimento monetário das famílias e é, assim, um recurso importante para obter os bens alimentares e não alimentares de que necessitam durante o ano (OXFAM, 2003). Para o ano de 2006, utilizando os dados da Direcção do Agronegócio (2008) ajustados à produtividade média de 195kg/hectare de café verde, a margem bruta estimada é de 338,1USD por hectare. Se se considerar uma área média de café por família de 0,78 hectares, o rendimento médio anual por família da cultura do café é cerca de 264 USD o que dá 0,72 USD por dia. Este valor é inferior à linha da pobreza definida para Timor-Leste, 0,78USD por dia.

Muitos cafezais são velhos e quase improdutivos, ocupando uma área estimada em 28.960 hectares, cerca 56% da área total de café em 2006 (MAP, 2009). A reconversão destes cafezais deverá ser uma prioridade da política agrícola para esta actividade. Em 2006, a replantação de novos cafezais foi de cerca de 1350 hectares,

correspondendo a 2,6% da área total de café. A reconversão da cultura do café deverá ser incentivada, pois a sua rendibilidade, medida pela TIR, é superior a 15% para a variedade arábica típica (com contra safra na produção) e cerca de 30% para a variedade híbrido de Timor sem contra safra na produção (Henriques, 2010).

No que diz respeito à criação de emprego, o sector agro-industrial ligado ao café está a desenvolver-se através das empresas CCT, Timor Global, Timorcorp LTD, ELSAA café, Always café e de outras que eventualmente poderão surgir. Estas empresas empregam um número significativo de trabalhadores, temporários e ou permanentes. Por exemplo, os dados existentes para a CCT, indicam que a empresa emprega 380 trabalhadores permanentes, cerca de 3.000 sazonais e opera cerca de 100 camiões durante a colheita. Para além disso, no seu programa de saúde rural a empresa possui dez clínicas fixas e 27 clínicas móveis e apoia duas instituições académicas o Institute of Business (IOB) e a Academia Café Timor (ETICA) (CCT, 2010). Tal como no passado, o café é o principal produto de exportação em produtos não petrolíferos. Em 2001, representava 75% do total de exportações. Em 2008, as exportações de café rondaram os 11,2 milhões USD (Tabela 9). Com base neste valor, a produção de café dverá corresponder a cerca de 10% do PIB agrícola. O consumo interno tem como base o autoconsumo e deverá rondar as 1000 toneladas ano.

Tabela 9 - Área, produção, exportação em peso e valor e consumo interno de café[1]

Ano	Área hectares	Produção toneladas	Exportação toneladas	Exportação USD	Consumo interno toneladas
2002	49873	9787	8240	4800	1547
2003	49873	9895	8519	5400	1376
2004	50784	10050	7689	6899	2361
2005	51348	10069	7210	7630	2859
2006	51989	10122	8877	7999	1245
2007	51998	10500	9500	8560	1000
2008	52002	14000	12500	11200	1500

4. A comercialização e a cadeia de valor do café

Apesar da pobreza do país, o sector do café em Timor-Leste tem vindo a aumentar, proporcionando aos produtores um melhor nível de vida (Moxham, 2001). As maiores mudanças observaram-se na comercialização, com um número crescente de compradores e exportadores. Ao mesmo tempo, um considerável número de projectos e de iniciativas do sector apareceu sob a responsabilidade quer do governo quer de organizações não-governamentais (ONG's).

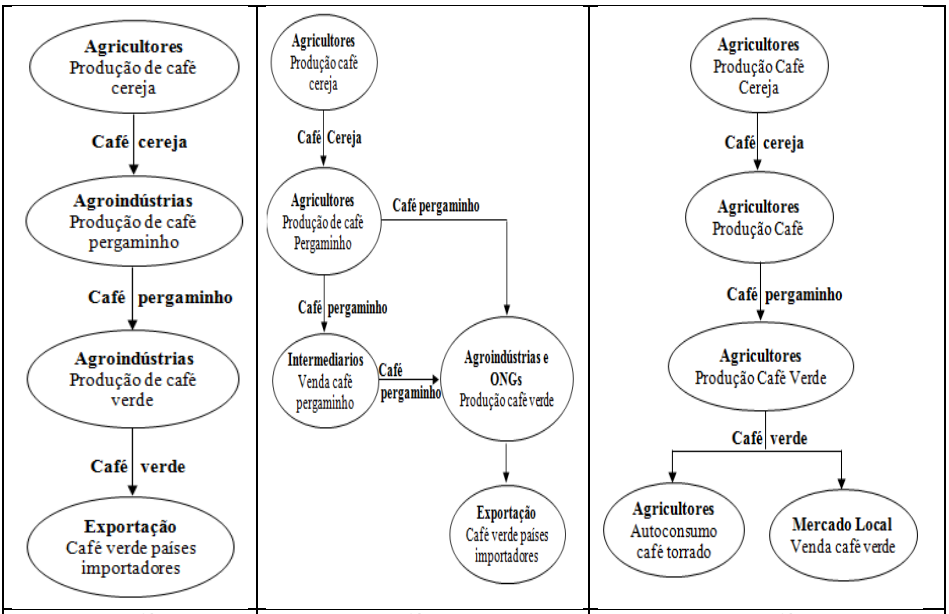
[1] Fonte: Direcção Nacional Plantas Industriais e Agro Comércio 2009.

4.1 Os canais de comercialização

Os principais circuitos de comercialização do café que é produzido pelos agricultores apresentam-se no Diagrama 1. O nível de complexidade depende do número e das funções de cada actor na cadeia de valor. O produtor de café pode ir directamente ao consumidor final (Diagrama 1-canal C) ou transferir essa função para o intermediário que desempenha diversas funções entre o produtor e o consumidor (Diagrama 1-canais A e B).

O produtor fica-se pela produção de café cereja no canal A. Este café cereja é vendido às empresas agro-industriais entre Março e Agosto (CCT, ELSAA cafés e Timor Global) que o transformam em café pergaminho utilizando a via húmida, e depois em café verde que é exportado. No canal B do Diagrama 1, o café cereja que não é vendido às empresas agro-industriais ou que é apanhado depois de Agosto é transformado pelos próprios agricultores em café pergaminho. Este é vendido aos comerciantes intermediários, às ONGs, ou às empresas agro-industriais - Always Café e Timorcorp LTD -, que se dedicam somente à transformação de café pergaminho em café verde para exportação.

Diagrama 1- Circuitos de comercialização do café produzido pelos agricultores (Deus, 2011)



Produção de café cereja para venda (**A**)	Produção de café pergaminho para venda (**B**)	Produção de café verde para autoconsumo e venda local (**C**)

Finalmente, o café pergaminho que não é vendido aos intermediários, ONGs e empresas agro-industriais é transformado pelos agricultores em café verde. Este é consumido pelo agregado familiar ou vendido nos mercados locais na época da chuva para fazer face à falta de rendimento para comprar alimentos (Diagrama 1 - C). Por exemplo, no caso da CCT, as CCO (Cooperativa de Café Orgânico) compram apenas café arábica em cereja aos agricultores, transportando-o para as duas fábricas ou instalações de processamento localizadas em Maubisse e Ermera onde é transformado em café pergaminho. O café pergaminho é seco nos armazéns da CCT em Tibar, transformado em grão verde na fábrica de Bidau e embalado em sacos de 60 quilos para exportação. Como um dos principais exportadores de café, a CCT, ao garantir a qualidade do café produzido, consegue obter bons preços nos mercados internacionais e oferecer bons preços aos agricultores. Uma parte dos lucros reverte a favor dos agricultores através de apoios à saúde, à reconversão dos cafezais e à formação profissional.

Já no caso da Timorcorp LTD, a empresa só compra café pergaminho, tanto arábica como robusta, aos agricultores e às agências da Timorcorp LTD. As agências compram café pergaminho e café cereja aos agricultores. No caso de comprarem café cereja, fazem o seu processamento (despolpa, fermentação e secagem) para obter café pergaminho. O café pergaminho entregue na fábrica em Díli, depois de avaliado à entrada, sofre uma secagem adicional quando necessária, descasque, limpeza, classificação e embalagem em sacos de 60 quilos para a exportação (Guterres 2010). Sendo a grande maioria do café produzido em Timor-Leste destinado ao mercado externo, e sendo Timor-Leste um país pequeno em termos da produção e do consumo mundial, o país é, em termos do preço de exportação, um tomador de preço. Como consequência, desde sempre, que o preço pago à produção local tem reflectido as variações no preço mundial do café.

Tal como no período colonial português e durante a ocupação indonésia, a exportação de café está hoje concentrada num número reduzido de empresas. O mercado de venda do café cereja e do café pergaminho é do tipo oligopsónio, os produtores são controlados pelos compradores, parecendo não existir qualquer tipo de regulação do mesmo. Parece também não existir uma informação clara e transparente no mercado timorense sobre os preços do café recebidos por parte das empresas exportadoras. Neste contexto, é questionável se os preços pagos aos produtores são os mais justos, dado que a capacidade de negociação dos pequenos produtores é relativamente pequena ou nula.

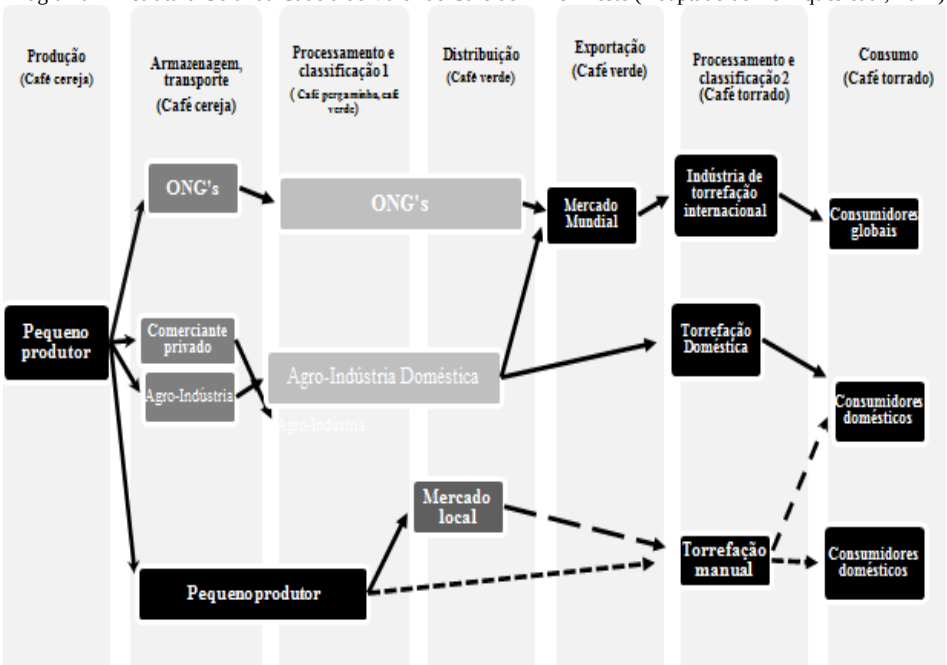
4.2 A cadeia de valor do café

A cadeia de valor do café em Timor-Leste apresenta notáveis diferenças em relação à de outros países com economia de mercado desenvolvida quer no que diz respeito à sua estrutura (negócio, organização, barreiras comerciais e canais de

comercialização) quer comportamento (dimensão das relações contratuais, margens de comercialização, competição, posições comerciais) quer ainda em relação à natureza e procedimentos (fluxo de informação, transparência, nível de inovação) dos diferentes intervenientes.

Como se pode observar no Diagrama 2, a estrutura da cadeia de valor do café é curta e simples. Os maiores estágios incluem o produtor, o comprador local/intermediário/operador privado, o processador e ou exportador (produtor, agro-indústria ou ONGs) e, o consumidor. Os produtores de café são agricultores de subsistência muito pobres. Outros intervenientes na cadeia de valor incluem colectores rurais, camionistas ou comerciantes privados manuseando pequenos volumes e agindo muitas vezes como agentes para processamento e exportação. Há vários grupos de compradores e de exportadores de café em Díli, incluindo pequenos projectos de desenvolvimento, ONGs, comerciantes que compram principalmente pergaminho e o exportam através da Indonésia, assim como empresas que investem fortemente na exportação a partir de Díli, tais como a Timor Corporation Ltd (assumiu a empresa Delta Café em 2006)—as suas exportações em 2009 de café verde ascenderam a cerca de 4.700 Mt, principalmente para a Alemanha e para outros países; a CCT —as suas exportações de café verde em 2009 atingiram 1.500 Mt, principalmente para os EUA e para a Europa; a ELSAA Café Ltd — em 2009 as suas exportações de café verde foram da ordem das 450 Mt, sobretudo para Portugal; e a Timor Global Ltd— com exportações de 1500 Mt de café verde em 2009. Estas quatro empresas representaram 90% das exportações de café. A CCT tem liderado através da melhoria da qualidade da transformação e foi a primeira a obter a Certificação Orgânica e de Comércio Justo, obtendo uma diferença no preço f.o.b. de aproximadamente $0,10/Kg de café verde exportado (Henriques et al, 2012; World Bank, 2011).Além destas, há também um certo número de instituições públicas (Ministério da Agricultura) e organizações de desenvolvimento local (agências bilaterais de cooperação como o IPAD e ONG). A maioria dos produtores de café cereja são famílias e usam uma tecnologia rudimentar, pelo que não há consumo de inputs ou vendedores de recursos. Assim, a transformação e a distribuição estão altamente concentradas, especialmente em agro-indústrias e as barreiras ao comércio interno estão relacionadas com as limitações nas mudanças ou evolução da cadeia de valor e relações de ajustamento entre os diferentes intervenientes. Algumas execpções contemplam os descendentes dos primeiros produtores que regressaram em 1999 e que focam a sua actividade induzindo processos de integração vertical ou horizontal, não formais, por razões económicas e economias de escala na exportação.

Diagrama 2- Estrutura Geral da Cadeia de Valor do Café de Timor-Leste (Adaptado de Henriques et al, 2012)



As principais dificuldades de acesso aos mercados internacionais, onde o café de Timor-Leste tem uma grande tradição e é bem recebido, estão relacionadas com a manutenção de um padrão de qualidade e com o *know-how* necessário para as operações de exportação.

As relações entre os diferentes intervenientes na cadeia de valor, quer ao nível horizontal entre membros da mesma fileira, quer ao nível vertical entre membros da mesma cadeia, quer ainda diagonalmente entre membros de outras cadeias, ainda não se encontram formalmente constituídas. Em termos de *ranking* das organizações industriais, CTT, ELSAA Cafés, Timor Global, TimorCorp e Always Café agrupam processadores e distribuidores. Estas incluem grupos fortes de produtores para melhoramento das práticas de colheita, economias de escala no tratamento e transporte, normalização da qualidade, aumento do poder de negociação no mercado internacional. As relações horizontais são escassas apesar da existência da CCO, uma cooperativa de café orgânico que dá assistência técnica, informação e serviços sociais e é também o representante legal perante a CCT, defendendo os interesses dos produtores (Henriques et al, 2012).

A cadeia de valor do café de Timor-Leste opera como resultado da sua estrutura, comportamento e tipo de intervenientes. Pode ser avaliada pela transparência, informação, nível de inovação e modernidade. Uma vez que o café

disponibilizado aos consumidores nos mercados internacionais é sempre uma mistura de diferentes variedades e diversas origens, com diferentes tecnologias de torrefacção e marcas próprias ou de distribuição, esta situação limita a transparência e a visibilidade do nome do produtor ou origem para o consumidor, embora possa aparecer alguma informação na embalagem, como por exemplo nos Delta Cafés. O propósito de alguns agentes nem sempre é o de fornecer um elevado valor acrescentado ao produtor e ao consumidor, mas sim atingir metas individuais, excepção feita às funções sociais desempenhadas pela CCT e algumas empresas de distribuição que valorizam o café Timor e a marca (Henriques et al, 2012).

A informação é outra dimensão da cadeia de valor que não atinge todos os operadores, em particular com respeito aos preços mundiais, tecnologias de produção e de transformação e padrões de qualidade. Na primeira situação, o preço do mercado internacional não é transmitido de modo exato a todas as ligações da cadeia de valor. Quanto às tecnologias de produção, as taxas de conversão do café não se encontram ao nível desejado; já no que respeita às tecnologias de transformação verificam-se falhas no equipamento e na disponibilidade de água. Os padrões desejáveis para a qualidade e a gestão da qualidade e da rastreabilidade são bem conhecidos mas a sua aplicação está limitada pela ausência de legislação em conformidade. Do ponto de vista global, as lacunas na transmissão da informação devem-se à falta de uma associação que obtenha a informação de e para os diferentes intervenientes da cadeia de valor (Henriques et al, 2012).

A inovação e modernidade estão focadas principalmente nos níveis de transformação e de distribuição, e também na exportação. Nestes níveis, as agro-indústrias e as ONG's procuram ajustar processos e equipamentos para a melhoria do café arábica. Ao nível da produção, a reconversão das árvores velhas de café e a reintrodução de operações culturais de poda e limpeza melhorarão a qualidade do café colhido, (Henriques et al, 2012).

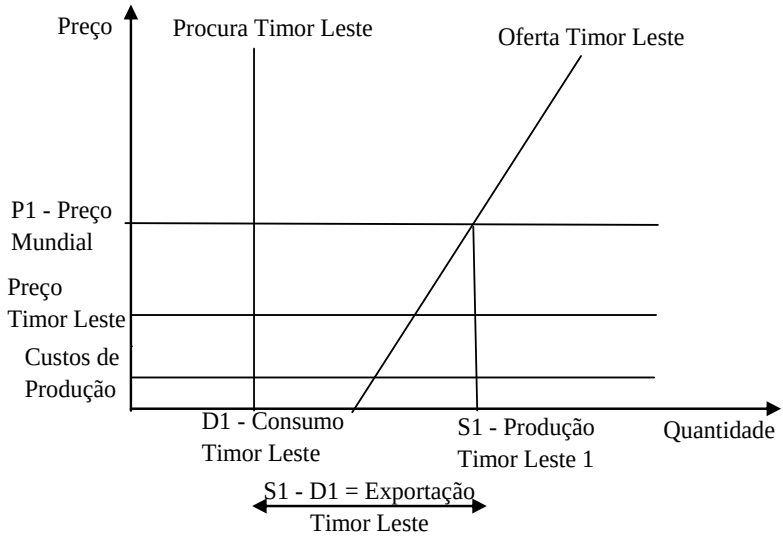
5. Vantagem comparativa e competitividade do café

Timor-Leste exporta café porque tem vantagem comparativa, o custo de produção é mais baixo que o de muitos outros países que exportam e dos países que importam. Em termos da produção mundial de café, Timor-Leste é um país pequeno e por isso não influencia o preço mundial.

A Figura 6 explica o mercado do café em Timor-Leste, assumindo que é um país pequeno e é tomador do preço mundial, que a procura de Timor-Leste (D) é relativamente estável porque o consumo já satisfaz as necessidades das pessoas, a oferta (S) é variável porque existe potencialidade para colher mais café com as plantações existentes, os custos produção são baixos porque o único custo é a mão-de-obra, e que o preço de Timor-Leste é inferior ao preço mundial (P1) porque uma

parte significativa do consumo é produção própria. Assim, para o preço mundial P1, o consumo doméstico é D1, a produção é S1 e a exportação é S1- D1.

Figura 6 - Vantagem comparativa de Timor-Leste (Fonte: Elaboração própria)



Vários são os técnicos, internacionais e timorenses, que têm reflectido sobre as dificuldades e potencialidade da cultura do café (Piggin 2003, Amaral 2003, Direcção de Agronegócio 2008 e Wahjudi 2009)

Em relação aos recursos humanos, os pontos fracos são a baixa formação e organização dos produtores de café e perda do hábito de fazer as operações culturais durante o período indonésio. Já na produção de café, são os cafezais velhos e improdutivos, práticas culturais inadequadaseincerteza na posse da terra e os pontos fortes são a disponibilidade de terra para novas plantações, lenha como sub produto para cozinhar e protecção da erosão do solo.

Na transformação e mercados, os pontos fracos são as estruturas de processamento insuficientes e a consequente baixa qualidade do café e o ponto forte é a produção de café ser orgânica. No plano institucional, os pontos fracos são as infraestruturas gerais insuficientes como estradas, transportes e telecomunicações deficientes, capacidade institucional pública e privada ainda limitada, poucos recursos financeiros disponibilizados para investimento na cultura e uma insuficiente interligação entre os diversos intervenientes no desenvolvimento da indústria do café.

Por último, as oportunidades e as ameaças da cultura do café são analisadas considerando o plano de desenvolvimento em acção e a envolvente internacional. O

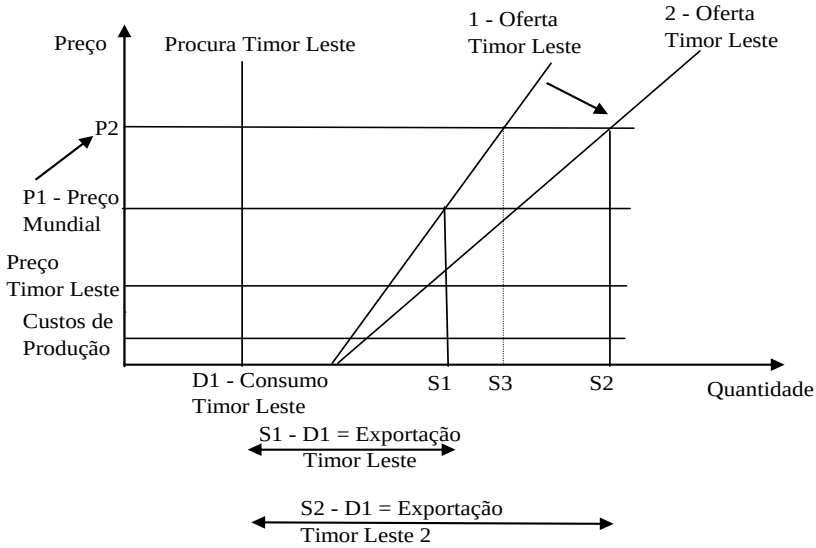
desenvolvimento do café tem sido promovido pelas seguintes instituições: Ministério da Agricultura e Florestas, Ministério do Turismo, Comercio e Indústria, Organismo de Cooperação Internacional (Missão Agrícola Portuguesa, USAID, ONGs, Peace Winds, PARC, OXFAM) e o sector privado através das empresas de transformação e exportação. As acções desenvolvidas têm contribuído para uma requalificação e motivação dos agricultores, para a introdução de práticas culturais adequadas, para a substituição dos cafezais velhos através da replantação, para uma melhor qualidade através melhoria no processamento feito pelos agricultores e pela certificação orgânica obtida por algumas empresas exportadoras. Dado que a cultura do café é permanente, os efeitos de algumas destas medidas não são sentidas no imediato mas darão os seus frutos no futuro. A metodologia de intervenção junto dos agricultores utilizada por algumas destas instituições é semelhante à desenvolvida pelos Serviços Agrícolas de Timor antes de 1975.

Maior atenção deverá ser dada à criação de associações de produtores de café, à conquista de mercados regionais e internacionais, à criação de uma agência de certificação da qualidade e à criação de um organismo regulador.Com especial cuidado deve ser analisada a criação e dinamização de indústrias ligadas ao café: cafés solúveis e turismo (rota do café e museu do café). Em relação às indústrias de cafés solúveis deve ser avaliada a possibilidade da sua instalação em Timor-Leste, através de parcerias com empresas internacionais e tendo em conta o mercado asiático, de modo a que o país pudesse fechar o seu ciclo industrial do café, criando um pólo tecnológico baseado na cultura do café.

O melhoramento das infraestruturas gerais depende do plano de desenvolvimento do país. Para os distritos produtores de café, esta actividade pode ser uma das primeiras a beneficiar e a criar mais-valias a partir da melhoria nas infraestrutruras do país, através da diminuição dos custos de transporte e de transacção. Os meios financeiros para investimento na cultura do café dependem, mas não exclusivamente, da existência do título da propriedade para serem usados como garantia dos agricultores às instituições financeiras que disponibilizam capital para investimento nas plantações. Dar título de propriedade da terra é delicado porque esses títulos têm que estar de acordo com as leis tradicionais de posse e uso da terra.

As ameaças domésticas à cultura do café são as doenças do café e as doenças das árvores de sombreamento pelo que são necessárias medidas urgentes para lidar com o sombreamento do café. Em termos internacionais a competição com os outros países que produzem café, e a variabilidade e tendência decrescente no preço internacional do café são factores que poderão ter reflexos no preço das exportações de Timor-Leste, sendo que as únicas armas que Timor-Leste pode usar são a sua história, o seu nome-marca e a sua qualidade.

Figura 7 - Efeito do aumento da qualidade e da produção na exportação



Fonte: Elaboração própria.

Se forem tomadas as medidas atrás descritas então: 1) a qualidade do café vai aumentar levando a que o preço mundial para o café de Timor-Leste suba de P1 para P2; e 2) se houver uma reconversão dos cafezais antigos e improdutivos, a oferta de Timor-Leste aumenta de 1 para 2 (Figura 7). A combinação destes dois efeitos produz um aumento da produção de S1 para S2 e das exportações de S1-D1 para S2-D1. É de esperar que o rendimento dos agricultores aumente devido a um aumento da produção e dos preços. O acréscimo de preço pela qualidade de café não deverá ficar só para o exportador mas também chegar aos agricultores. Wahjudi (2009) propõe a criação de uma taxa de exportação para redistribuir o rendimento do café pelos produtores. No período colonial português essa taxa existia e servia para dar incentivos aos produtores de café através de apoio técnico replantação.

O primeiro efeito, aumento da qualidade, pode acontecer no curto prazo e o segundo efeito, aumento de produção, acontece no longo prazo porque a reconversão do cafezal demora entre 3 a 5 anos. Nesse sentido, se as melhores técnicas de colheita e processamento forem implementadas pelos agricultores é esperado que numa primeira fase a produção aumente para S3 e as exportações aumentem para S3-D1. Neste momento é isto que etsá a acontecer.

Em resumo, aumentar a qualidade e a produção, permite aumentar o emprego da mão-de-obra nas zonas rurais, as exportações e a entrada de receitas no país, o rendimento dos produtores de café e das suas famílias e o bem-estar das populações rurais de Timor-Leste. Por exemplo, Nogueira (2009) estima que o aumento da produção de pergaminho de 200 para 600 kg implicará um aumento no rendimento de cada família de cerca de 600 USD por ano.

O aumento na produção de café, para além de proporcionar um aumento na capacidade instalada das empresas que processam e exportam o café, permitirá a entrada de novas empresas no mercado, aumentando o investimento e o empregoPara os distritos produtores de café, esta actividade pode e deve ser utilizada como motor do desenvolvimento local e os planos de desenvolvimento distritais devem ter isso em consideração, proporcionando às famílias produtoras um melhor nível de vida.

6. Conclusões

Em Timor-Leste, ao contrário do que se poderia pensar, a agricultura familiar assenta em sistemas complexos de produção, combinando várias culturas, criação de animais e transformação primária. A família é o núcleo essencial de produção e consumo e tem como ideal a satisfação das necessidades da família. Existe uma grande centralidade da unidade familiar e uma não separação do produtor dos seus meios de produção e, por conseguinte, do controlo do processo produtivo e do produto. Os acontecimentos e os contextos familiares são a causa e consequência das estratégias familiares. A produção agrícola tem uma inserção mercantil em condições de subalternidade e dependência ou mesmo, em muitos casos, uma não inserção. Para além da soberania/segurança alimentar, a agricultura familiar é importante, e pode ainda vir a ser mais no futuro, como fonte de rendimento e de empregos para a população rural, que é a grande maioria, e que não possuem muitas oportunidades fora da agricultura.As diferentes ocupações da terra permitem a produção de um conjunto de bens e serviços, tangíveis e intangíveis, que são fundamentais para a sobrevivência e para o bem-estar das comunidades rurais. A repartição destes bens e serviços depende das regras de posse e uso da terra, e estas resultam da organização social existente.

A terra é o principal recurso e a família o principal actor, daí a importância crucial e estrutural da unidade familiar como unidade de análise.

O facto do crescimento das áreas urbanas ser cada vez maior gerando zonas menos reconhecidas, inseguras, débeis e vulneráveis na sua dependência alimentar e com consequentes efeitos sociais e desigualdades nas comunidades, tem levado a requalificar a agricultura familiar e a sua importância para a produção e venda local de alimentos e para a sustentabilidade dos territórios naquilo que se pode designar uma modernidade alternativa. Em Timor-Leste, onde a agricultura familiar é predominante, esta modernidade alternativa pode ser conseguida através de melhorias diversas ao nível da produção e do estabelecimento de redes agro-alimentares que induzam uma redistribuição do valor gerado através das própria rede e construam um sistema de confiança entre o produtor e o consumidor e articulem formas de retroalimentação do desenvolvimento e da sustentabilidade dos territórios.

A produção de café arábica tem desempenhado um papel fundamental a nível de rendimento e de bem-estar das populações rurais dos distritos produtores de café de Timor-Leste, desde finais do século XIX.

Apesar da evolução histórica e política, a estrutura da produção, transformação e comercialização interna e externa do café não mudou significativamente ao longo do tempo. A produção continua a ser dominada por pequenos produtores locais, as plantações de café são antigas, a transformação e o comércio externo continua a ser feito por pouca sempresas agro-industriais epor intermediários, e a transparência do mercado para dfirentes níveis dos canis de comercialização continua a ser insuficiente. Uma vez que a maioria da produção se destina ao mercado externo, os canais de comercialização dominantes são aqueles em que os produtores produzem café cereja e pergaminho para venda às agro-indústrias e intermediários.

Continuar a ser um pilar socioeconómico, ambiental e cultural, contribuir para a garantia de rendimento dos agricultores e para a diminuição da pobreza e da fome, preservar a alimentação tradicional, proteger a agro-bio-diversidade e o uso sustentável dos recursos naturais e impulsionar a economia local, são alguns dos papéis que sendo reconhecidos à agricultura familiar em Timor Leste, em especial aquela que advém dos produtores familiares de café, devem ser mantidos e potenciados. Daí a necessidade de formular políticas que promovam e garantam uma agricultura familiar sustentável, que melhorem o entendimento das suas necessidades, do seu potencial e as suas restrições, assim como, assegurem o apoio técnico aos agricultores e famílias.

Criar sinergias para a sustentabilidade, criar e/ou legitimar associações de produtores de café que defendam os interesses da agricultura familiar, reconhecer o papel da mulher neste tipo de agricultura e identificar possibilidades de comercialização do café através de circuitos curtos que liguem o produtor ao consumidor são outros aspectos a ter em conta.

7. Referências bibliográficas

AMARAl, F.E. (2003). *Prospects for coffee development in Timor-Leste, in Agriculture: New Directions for a New Nation*, edited by Hélder da Costa, Colin Piggin, César da Cruz and James Fox, ACIAR, Proceedings N. 113.

BIJMAN, J., (2007). "The role of producer organizations in consumer-oriented agrifood chains: an economic organization perspective". *Tropical Food Chains, Governance Regimes for Quality Management*. R. Ruben, M. von Boekel, A. van Tilburg; J. Trienekens (Eds). Wageningen Academic Publishers 257-279.

BRIZ J., De Filipe I., Briz T. (2010)."La cadena de valor alimentaría. Un enfoque metodológico".*Boletín Económicode ICE, 2983.* 45-55.

BRIZ J., De Filipe I., Asunción I. (2011). "Cadena de valor corta: caso cadena hortofrutícola Aranjuez-Madrid". *La cadena de valor agroalimentaría: análisis internacional de casos reales.* Briz, J. (Ed.). Editoral Agricola 401-426.

CASTRO, Affonso de (1867). As possessões Portuguesas na Oceania, Imprensa Nacional, Lisboa.

CINATTI, Ruy. (1964). Useful plants in Portuguese Timor An historical survey, Separata do Vol. 1 das Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, Coimbra.

DEUS C. C. (2010). *Impacto do desempenho da CCT na satisfação e qualidade de vida dos seus membros*. Dissertação de Mestrado em Gestão - Recursos Humanos, Universidade de Évora.

DIRECÇÃO DE AGRONEGÓCIO (2008). *Commodity Profile for Coffee*. Ministério da Agricultura e Pescas, Díli, Timor-Leste.

DIRECÇÃO NACIONAL PLANTAS INDUSTRIAIS E AGROCOMÉRCIO (2009). *Evolução das Culturas Agrícolas*. Ministério da Agricultura e Pescas, Díli, Timor-Leste.

DNE (2006). *Census da população*, Direcção Nacional de Estatística, Díli.

DNE (2011). *Census da população*, Direcção Nacional de Estatística, Díli.

ESTEVES A. B. (1965). *Preparo de Cafés em Timor*, MEAU, Re-edited by TimorAgri.

FERRÃO J. E.M. (2002). *Os cafeeiros em Timor*, Oriente, n.º 3, p. 31-40.

GONÇALVES M. M., Rodriques M.L. (1976ª). *Nota Sobre as Possibilidades de Produção do " Híbrido de Timor " no Seu Habitante Natural*, Lisboa, MEAU, Re-edited by TimorAgri.

GUTERRES V. C. (2010). *Comercialização interna e externa de café na empresa de Timorcorp, em Comoro-Timor-Leste*. Relatório final do estágio em Ciências Agrárias.

HENRIQUES, P.D. S. (2010). *A Rendibilidade da cultura do café*. Documento de trabalho, Díli.

HENRIQUES, P. D., Lucas, M.R., Carvalho, M.L.S; Deus, C.C. (2012) ."Coffe Value Chain in Timor-Leste", in Julián Briz e Isabel de Felipe (ed.) Las Redes de cadenas de valor alimentarias en el siglo XXI – *Food value chains networks in the 21st century international challenges and opportunities.*Editorial Agrícola Española S.A., Madrid.

LOWDER, S.K., Skoet, J. and Singh, S. (2014). *What do we really know about the number and distribution of farms and family farms worldwide? Background paper for* The State of Food and Agriculture 2014. ESA Working Paper No. 14-02. Rome, FAO.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E FLORESTAS (MAF) (2009). *Estatísticas agrícolas*, Direcção de Culturas Industriais e Agronegócio, Díli.

MOXHAM, B. (2001). *Grinding poverty? Coffee and the development challenges for Timor-Leste*, University of Melbourne.

NARCISO (2014). Mulheres e terra: faz a matrilinearidade diferença? Uma leitura da situação no distrito de bobonaro em Timor-leste, Dissertação de Mestrado em em Estudos sobre as Mulheres, As Mulheres na Sociedade e na Cultura Universidade Nova de Lisboa.

NARCISO, V.**,** Henriques, P.D.S**.** (2010). "Women and Land in Timor-Leste: Issues in Gender and Development", *Indian Journal of Gender Studies*, 17, 1, 49-72.

NOGUEIRA, M. (2009). *Gestão das Plantações*. 1ª Conferência Internacional Café Timor, Díli, Timor-Leste.

OLIVEIRA, N.V. (2008). *Subsistence Archaeobotany: Food Production and the Agricultural Transition in East Timor*. Canberra: The Australian National University (tese de doutoramento não publicada – http://palaeoworks.anu.edu.au).

OXFAM (2003).*Overview of the Coffee Sector in Timor-Leste*.edited by TimorAgri.

PIGGIN, C. (2003). *Working Group SWOT analysis on agricultural development in Timor-Leste*. edited by Hélder da Costa, Colin Piggin, César da Cruz e James Fox, ACIAR Proceedings Nº 113.

SILVA, H. L. (1956). *Timor e a Cultura do Café, Memórias* – Série de Agronomia Tropical, Junta de Investigações do Ultramar, Ministério do Ultramar, Re-edited by TimorAgri.

UNDP (2006). Relatorio desenvolvimento humano the path out of poverty Timor-Leste, UNDP, Díli.

WAHJUDi, B. (2009). *A Economia do Café de Timor-Leste*. Gabinete do Ministro do Turismo, Comércio e Indústria, Díli.

WORLD BANK (2011).*Expanding Timor-Leste's Near-Term Agricultural Exports***,** vol I- Main report, Diagnostic Trade Integration Study (DTIS), January.

Gestão sustentável de recursos naturais: interesses privados e públicos*

António Cipriano A. Pinheiro

Introdução

Muitos dos recursos naturais que há trinta ou quarenta anos eram considerados inesgotáveis são hoje considerados escassos, ameaçando mesmo tornar a vida impossível em muitas regiões do globo. O crescimento da população mundial e o aumento generalizado do poder de compra têm multiplicado o impacto da humanidade sobre os recursos naturais essenciais à vida do Homem. Acresce que como a população não se distribuiu uniformemente pela superfície terrestre, há regiões, consideradas das mais ricas em espécies animais e vegetais, onde a preservação dos recursos naturais corre sérios riscos porque, sendo das mais densamente povoadas, estão ameaçadas pelas actividades do homem. Tendo alcançado cerca de 7,1 mil milhões, em 2013, a população humana continua a crescer. As Nações Unidas estimam para o ano 2050 uma população no intervalo entre 8 e 10,9 mil milhões, indicando, este intervalo, a medida em que o Homem pode influenciar o seu futuro. O objectivo deste artigo é o de mostrar que a sustentabilidade dos recursos naturais é fortemente condicionada pelas decisões tomadas e que estas são, em última análise, influenciadas por variáveis de natureza económica.

1. A escassez de recursos

São já muitos os recursos fundamentais à vida humana que começam a ser escassos e que se não forem tomadas medidas podem por em causa a vida no planeta Terra. Entre esses recursos, destacamos pela sua importância os que a seguir indicamos.

- **Água**: Presentemente, 434 milhões de pessoas sofrem "stress" por causa da água ou têm escassez de água e 902 milhões não têm água potável. Dependendo da taxa de crescimento da população. Em 2025, entre 2,6 e 3,1

* Texto foi apresentado no Ciclo de Conferência "Conhecimento e Ciência", organizado pela Unidade de Produção e Disseminação do Conhecimento do PPGP da UNTL, a 18 de Abril de 2013.

mil milhões de pessoas viverão com falta de água ou em condições de "stress" provocado pela água.

- **Terra arável**: O número de pessoas que vivem em países onde a terra cultivável é criticamente escassa está projectado entre 600 e 986 milhões em 2025. Apesar da Revolução Verde e de outros progressos tecnológicos alguns especialistas da área da produção agrícola continuam a colocar a seguinte pergunta: até quando o crescimento da produção acompanhará o crescimento da população?
- **Pescas**: A maior parte das pescas dos oceanos estão no limite máximo das suas capacidades ou em declínio.
- **Floresta**: Presentemente, mais de 1,8 mil milhões de pessoas vivem em 36 países com menos de 0,1 hectares de terra florestal *per capita*. Baseado nas projecções de crescimento médio da população e na tendência de desflorestação corrente, no ano 2025 o número de pessoas que viverão em países com escassez de floresta rondará os 3 mil milhões.
- **Clima:** As emissões de CO2 *per capita* continuam com a mesma tendência para crescer que se verificou nos meados da década de 1990.
- **Biodiversidade**: Mais de 1,1 mil milhões de pessoas vivem em áreas em que os ecologistas consideram das mais ricas em espécies animais e vegetais e das mais ameaçadas pelas actividades do Homem.

Presentemente, a questão dos recursos naturais e as consequências da sua escassez são objecto de muita preocupação, de estudos e alertas. Por exemplo, o relatório "*The Future of Food and Farming: Challenges and choices for global sustainability*" aponta como principais conclusões as seguintes:

- O sistema alimentar global está a viver para além das possibilidades: está a consumir recursos a uma taxa maior do que são repostos pela natureza.
- A ameaça de fome pode aumentar: os esforços feitos não têm produzido os efeitos desejados. Num mundo com fome aumentam as tensões sociais, os conflitos e as migrações.
- Não há uma solução única e rápida: as potenciais ameaças que convergem sobre o sistema alimentar global são tão grandes que é preciso agir em muitas frentes, desde mudar as dietas alimentares a eliminar os desperdícios.
- O sistema alimentar falhou, pelo menos em dois sentidos. Primeiro, é insustentável (consumindo recursos a um ritmo mais rápido do que é possível repô-los; segundo, mil milhões de pessoas passam fome, outros mil milhões sofrem de "fome encoberta", enquanto mil milhões consomem demais.

2. Por que importa considerar os aspectos económicos?

A Economia é a ciência social que estuda a afectação dos recursos escassos de modo a satisfazer os desejos ilimitados do homem. Isto implica a análise da produção, transformação, distribuição, comércio e consumo de bens e serviços. O que tem acontecido com muitos recursos, ao longo dos tempos, é serem considerados inesgotáveis e por se admitir uma grande oferta têm sido subvalorizados. Ora, a escassez dos recursos resulta do facto de se subestimar o seu valor, isto é, serem consumidos em excesso por o preço pago ser baixo.

Uma pergunta pertinente que se pode colocar é a seguinte. Por que razão o mercado não corrige esta situação impedindo que os recursos naturais se esgotem? A esta pergunta podemos responder: porque quem utiliza os recursos naturais não paga o seu custo social. O preço pago pelo consumidor representa apenas uma parte, em certos casos muito pequena, do real valor social do recurso. Isto acontece porque nem sempre os interesses individuais coincidem com os da sociedade.

O indivíduo, enquanto agente económico, pretende maximizar o lucro ou o bem-estar, ao passo que a sociedade tem como objectivo principal o desenvolvimento sustentável, isto é, a sociedade tenta equilibrar a satisfação das necessidades humanas com a protecção do ambiente natural de modo que as necessidades possam ser satisfeitas não só no presente, mas também num futuro indefinido. Assim, por exemplo, um privado gere uma floresta com o objectivo de obter as maiores receitas e o menor custo possíveis – nas suas decisões toma apenas em linha de conta os bens e serviços remunerados. O empresário só produz se tiver alguma compensação pela actividade realizada. Ora, no caso da floresta, ao mesmo tempo que se produz madeira ou cortiça produz-se, também, um conjunto de outros bens e serviços pelos quais o produtor pode não ser compensado (produção de cogumelos, fixação de carbono, biodiversidade, retenção da água no solo, protecção contra a erosão, acumulação de matéria orgânica e outras). Isto significa que a actividade florestal é multifuncional, gera externalidades. As externalidades se positivas, vão fazer aumentar o bem-estar ou o lucro de outros, mas o mercado não remunera quem as produz. No caso das externalidades negativas passa-se o contrário, fazem diminuir o bem-estar ou aumentam os custos de outros e o mercado não penaliza quem as produz.

Do que atrás se disse facilmente se conclui que sempre que os actos de consumo ou os processos produtivos dão origem a externalidades, positivas ou negativas, os objectivos da sociedade e dos privados conduzem a decisões diferentes. Nesta situação diz-se que o mercado falha e, então, é preciso que o Estado intervenha para corrigir a situação. Presentemente, há uma grande preocupação em saber se os sistemas produtivos são ou não sustentáveis dos pontos de vista económico, social e ambiental. Para saber se um sistema de produção é sustentável temos de o analisar nos seguintes aspectos: a) Produtividade – quantidade de produção por unidade de área; b) Estabilidade - regularidade inter-anual ou inter-sazonal da produção; c)

Durabilidade - capacidade de manutenção de um dado nível de produtividade a longo prazo; d) Equidade - repartição justa (equitativa) do valor da produção entre os detentores de todos os factores de produção intervenientes no sistema de produção; e) Suficiência - capacidade para satisfazer as necessidades dos que vivem e trabalham no sistema.

Se o sistema falhar em alguns destes vectores mais cedo ou mais tarde tornar-se-á insustentável.

3. Multifuncionalidade (bens e serviços produzidos conjuntamente)

Como atrás se disse, muitos sistemas productivos geram, simultaneamente, um conjunto de bens e serviços. Os recursos naturais, em geral, e as florestas, em particular, ao mesmo tempo que produzem alimentos, madeira, frutos e cascas, providenciam benefícios múltiplos, tais como protecção ambiental, preservação da paisagem rural, sequestro de carbono, preservação do solo, alimentação dos recursos hídricos, protecção da vida selvagem, protecção e incremento da biodiversidade e diminui o aquecimento global. Estes bens e serviços podem ser agrupados de acordo com o beneficiário e com o espaço onde se fazem sentir, conforme consta do quadro abaixo (Quadro 1)

Quadro 1 - Categorias de valores e tipos de benefícios (Romina Cavatassi, 2004; ESA Working paper Nº 04-01)

	Valores de uso directo	**Valores de uso indirecto**	**Valores de opção**	**Valores de não uso**
Benefícios privados locais	Alimentos, madeira, estacas, outros produtos lenhosos. Produtos florestais não lenhosos. Receitas da educação, turismo e lazer. Medicamentos e germoplasma agrícola. Productos agroflorestais.			
Benefícios públicos locais		Protecção de bacias hidrográficas, solos e inundações. Reciclagem da água e dos nutrientes. Fertilidade do solo. Protecção contra o fogo. Aumento da produtividade agrícola.		Valores estéticos, e culturais espirituais
Benefícios globais	Lazer e turismo	Fixação de carbono	Material genético que pode ser usado no futuro para fins medicinais.	Conservação da biodiversidade e preservação de espécies.

3.1. Métodos para medir os valores dos bens e serviços gerados pelos recursos naturais

Se a determinação do valor de alguns dos bens e serviços apresentados no Quadro 1 não oferece qualquer dificuldade, outros há em que tal tarefa se torna bastante difícil. Para estimar aqueles valores, várias técnicas têm sido desenvolvidos ao longo dos anos. Estas técnicas podem ser agrupadas em três grandes categorias com base no grau de confiança que oferecem: valores ou preços directamente obtidos no mercado (Quadro 2), valores ou preços indirectamente obtidos no mercado (Quadro 3) e valores hipotético (Quadro 4), (Kengen, 1997).

As técnicas de preços directamente obtidos no mercado baseiam-se nas estimativas dos preços actuais de mercado, em inquéritos aos mercados, etç. São usados com o propósito de análise financeira, na medida em que captam os custos e os benefícios privados, representando o primeiro passo da avaliação económica. Obviamente, na ausência de distorções de mercado, eles podem também ser tomados como uma medida do valor social.

Quadro 2 – Valor de bens e serviços directamente obtidos do mercado **(**Fonte: Romina Cavatassi, 2004; ESA Working paper Nº 04-01)

Preços directamente obtidos do mercado	**Fonte**	**Exemplo**
Preços existentes no mercado	Observação directa Levantamento de mercados Uso de estatísticas	Usado para valorizar todos os bens e serviços da floresta com mercado, se não houver distorções no mercado.
Valor residual	Uso de mercado para os bens finais e para os inputs intermédios e alguma medida do lucro, para chegar a um valor residual.	O valor dos troncos de madeira é obtido subtraindo ao valor da madeira acabada todos os custos de corte e de processamento até a venda.

As técnicas depreços indirectamente obtidos no mercadoassentam em inferências baseadas no comportamento actual das pessoas, sobre o valor que atribuem aos bens e serviços e como ele muda à medida que o grau de qualidade do que é produzido muda.

Quadro 3 **–** Valor de bens e serviços indirectamente obtidos no mercado (Fonte: Romina Cavatassi, 2004; ESA Working paper Nº 04-01)

Preços indirectamente obtidos do mercado	**Fonte**	**Exemplo**
Preços de substitutos e custos de substituição ou custos	Uso dos preços de mercado para substitutos próximos como uma medida aproximada do valor de um bem ou serviço para o qual não existe mercado. Ambos são convertidos a um denominador comum (valor de	O valor máximo de um programa de gestão de uma bacia hidrográfica, focado apenas nos sedimentos carreados para o reservatório a jusante é igual ao valor alternativo do custo de dragar o reservatório dos sedimentos

evitáveis	protecção)	adicionais que ocorreriam na ausência do programa.
Custos de oportunidade	O uso dos preços de mercado para a melhor alternativa perdida fornece uma medida do valor mínimo para o bem ou serviço e é útil para tomar a decisão de aprovar ou rejeitar um projecto.	O valor mínimo para um parque selvagem é estimado pelo valor dos bens e serviços, a preços de mercado, que se deixam de obter por fazer o parque.
Custos de viagem	Medidas, *per capita*, da participação de regiões a diferentes distâncias são usadas para obter estimativas do valor de uma área, actividade ou facilidade.	Diferentes preços de mercado de viagens de diferentes utilizadores a uma reserva, a um parque ou a uma área de lazer são utilizados para avaliar aquelas estâncias na base de diferenças nas taxas de uso em relação a diferenças nos custos de viagem
Preços hedonísticos	Baseiam-se na ideia que as pessoas avaliam um bem porque valorizam as características do bem e não o bem em si mesmo.	Os preços das casas estão relacionados com muitas das suas características, incluindo características da casa em si (número e dimensão de divisões, qualidade da construção, etç) e com atributos da vizinhança (qualidade do ar, barulho, criminalidade, distância aos centros de emprego, etç.)

As técnicas de valores hipotéticosadoptam a aproximação ao mercado do substituto perguntando directamente às pessoas sobre as suas preferências e como valorizam o bem ou serviço, ou, em alternativa, partindo de certas premissas no que se refere a condições de mercados próximos (substitutos). No Quadro 4 indica-se como se podem obter estimativas de valores (preços) para bens e serviços para os quais ainda não existe mercado.

Quadro 4 – Estimativas de valores na ausência de mercado

Estimativas de valores na ausência de mercado	**Fonte**	**Exemplo**
Método de valorização contingente	Inquéritos à vontade dos utilizadores de pagar por dado acontecimento, área, facilidade ou actividade.	O valor de algumas espécies em perigo é inferido a partir de inquéritos à vontade de pessoas em pagar para as salvar
Análise conjunta	Determina os valores interrogando as pessoas sobre uma gama de aspectos ou atributos de uma floresta, área protegida, acontecimento, etç. Isto permite uma análise de " trade-off" envolvidos em cada bem ou serviço permitindo determinar a combinação de atributos que dará maior satisfação ou seja mais valiosa	A valorização de uma área protegida pode ser inferida das respostas dadas em relação a diferentes atributos e aspectos de uma dada área.

Uma ou mais destas técnicas pode ser usada para estimar cada um dos valores apresentados no Quadro 1.

3.2. Benefícios públicos e privados

Os benefícios gerados pelos recursos naturais, em geral, ou por uma floresta, em particular, podem aproveitar apenas localmente ao dono do recurso ou beneficiar a sociedade localmente ou globalmente.

3.2.1 Benefícios privados locais

No caso de uma floresta, para a madeira e para os outros produtos lenhosos existe um mercado mais ou menos competitivo pelo que é possível achar um valor de mercado. Para os produtos agrícolas e agro-florestais (cogumelos, plantas medicinais e outros), com maior ou menor dificuldade também é possível encontrar um preço de mercado. Para os serviços de recreio e lazer os custos de transporte ou a avaliação contingente podem ser os métodos mais aconselháveis para os valorizar. Ao nível local o turismo pode gerar rendimentos ligados a despesas em bens e serviços locais. Estes podem ser medidos em termos do emprego e dos rendimentos gerados (hotéis, guias turísticos, licenças, bilhetes de entrada, desporto, caça e outros).

3.2.2 Benefícios públicos locais

Para o valor da protecção das bacias hidrográficas a literatura sugere que se use o custo de mitigar, reparar ou de reabilitar a bacia hidrográfica como base para valorizar as externalidades ou efeitos "spillover".

O efeito sobre o melhoramento da produtividade agrícola pode ser medido pelo aumento da produção devido às externalidades positivas associadas às boas práticas florestais, tais como a protecção de bacias hidrográficas, de inundações, aumento da fertilidade do solo e ciclo dos nutrientes. A produtividade pode ser retida com um benefício privado indirecto e avaliado pelo valor do acréscimo de produção.

A florestação ou reflorestação podem levar a um aumento dos nutrientes e do carbono localizado na biomassa acima do solo. O valor dos nutrientes pode ser calculado em função do preço de mercado dos fertilizantes.

A floresta com o seu microclima húmido pode ter um efeito de regulação microclimática**,** o que dá uma maior protecção natural contra fogos. Este serviço prestado pela floresta pode ser estimado considerando a probabilidade de ocorrência de fogo em terra com e sem floresta e o custo de prevenção de fogos.

Apesar de serem muito importantes todos os atributos ambientais da floresta e que cada um deles é controverso e tem uma especificidade local e de escala. Em geral, são extremamente difíceis de valorizar e dependem crucialmente dos usos alternativos do solo que se tomam para comparação. Dois ou mais serviços públicos

podem tomar decisões completamente diferentes em relação ao mesmo projecto florestal ou à mesma bacia hidrográfica, o que torna o processo de avaliação ainda mais difícil.

Os valores estéticos, culturais e espirituais associados à floresta são particularmente difíceis de avaliar. Um método que tenta atribuir-lhes um valor monetário é o da valorização contingente. Como se disse, com este método pretende-se descobrir a vontade da população em pagar para conservar a floresta. Do mesmo modo os preços hedónicos podem ser usados para inferir do quanto é que os compradores estão dispostos a pagar para terem uma boa vista, por estarem perto de uma floresta ou de uma zona de recreio.

3.2.3 Benefícios ambientais globais

Como acima se disse, esta categoria de benefícios refere-se, fundamentalmente, à fixação de carbono e à conservação da biodiversidade.

Fixação de carbono. Dada a grande preocupação com as mudanças climáticas e a capacidade da floresta fixar de 20 a 100 vezes mais carbono por unidade de área do que as terras de cultura, a fixação de carbono tornou-se uma das mais importantes externalidades da floresta a ser valorizada.

O valor total da fixação de carbono por ser obtido com base nos custos e benéficos actualizados das emissões de CO_2. Contudo, como o impacto do aquecimento global no futuro é difícil de prever, os custos são eminentemente especulativos. Nordhaus (1992) recomendou um custo económico marginal de 5 dólares Americanos por tonelada de carbono. Por sua vez, Franhauster (1995), obteve uma estimativa de 20 dólares Americanos por tonelada de carbono.

A emergência de mercados para o carbono constituirão uma referência mais segura. Os resultados mais recentes, provenientes de avaliações pelo método do valor contingente, indicam valores para a tonelada de carbono entre 5 e 15 dólares Americanos, com um valor central de 10 dólares (alguns estudos indicam que uma floresta fixa cerca de 4 toneladas de carbono, por ano e por hectare).

Conservação da biodiversidade. A grande dificuldade de atribuir valor à biodiversidade resulta das suas muitiplas componentes: para além do stock de material genético e de nutrientes para plantas e animais, necessários para a gestão da floresta e sistemas agrícolas, os benefícios da biodiversidade provêm dos seus valores de existência e opção. A biodiversidade é um stock de recursos para usar no presente e para potências usos no futuro no campo da medicina, agricultura ou aplicações de engenharia genética. A inclusão de valores para a biodiversidade é difícil e especulativa, exigindo dados que muitas vezes não existem. Contudo, é importante não esquecer o seu valor, principalmente quando a conservação da biodiversidade é um dos aspectos a focar no projecto florestal em estudo ou quando o projecto gera impactos importantes na biodiversidade.

4. Um exemplo

Para melhor se entender como, na presença de externalidades, as decisões individuais não levam, necessariamente, ao óptimo social, analisemos o seguinte exemplo[1]. Consideremos dois sistemas de produção de montado de sobro que usam técnicas de gestão diferentes – num usou-se o corta mato e no outro a grade como técnicas alternativas de eliminação de infestantes.

Como indicador económico-financeiro usou-se o valor actual líquido, VAL, do investimento em um hectare de montado de sobreiros. O cálculo do VAL teve por base as seguintes premissas:

- Custo médio da tiragem da cortiça/arroba: 3,49 €;
- Início do descortiçamento aos 28 anos com a produção de 11,8 arrobas/ha;
- Produção máxima de cortiça: 127,2 arrobas/ha;
- Custo /ha da instalação do montado: 1200 €;
- Custo/ha de gradar: 60 € (gradagem de 5 em 5 anos);
- Custo/ha de cortar o mato:120 € (mato cortado de 3 em 3 anos);
- Receita líquida de uma cabeça normal, CN de animal:156,8 € (7ha/CN)

Quadro **5** - VAL de um hectare de montado para diferentes taxas de juro e preços de cortiça

Preço da arroba da cortiça	Gradagem			Corta mato		
	Taxas de actualização			Taxas de actualização		
	3%	5%	7%	3%	5%	7%
20 €	677,5	-467,2	-835,8	-190,2	-1006,9	-1219,5
30 €	1602,3	-162,1	-718,6	734,6	-701,8	-1102,3
40 €	2527,1	143,1	-601,4	1659,4	-396,6	-985,1
50 €	3451,8	448,2	-484,2	2584,2	-91,5	-867,9

Perante os resultados do Quadro 5, o agricultor irá, seguramente, optar pela técnica da gradagem pois é a que lhe dá maior lucro. Mas será esta a melhor decisão do ponto de vista da sociedade?

No Quadro 6 apresenta-se a relação de bens e serviços produzidos pelo montado nos dois sistemas de gestão. Embora sejam difíceis de quantificar, assinalam-se com sinais de mais e de menos se o modo de gerir o sistema faz aumentar ou diminuir a quantidade produzida. Não havendo dados ainda disponíveis que possam comprovar, e sendo alguns serviços difíceis de medir, indica-se o grau de

[1] Baseado em dados do Projecto AGRO 768 *"Regeneração natural e artificial do sobreiro e a gestão sustentada do montado"*

fiabilidade em que se tem a informação (quanto maior o número mais segura se considera a informação).

Quadro 6 - Bens e serviços produzidos no montado em dois sistemas de gestão

Bens e serviços fornecidos pelo montado	Gradagem		Corta-mato	
	Intensidade	Grau de fiabilidade	Intensidade	Grau de fiabilidade
BENS E SERVIÇOS TRANSACCIONÁVEIS				
Cortiça	-	1	+	2
Bolota	+	1		
Lenha				
Número de animais (vacas, ovelhas, porcos..)	+	3	-	3
Cogumelos	---	4	+	3
Outros bens (mel, espargos…..)				
Número de plantas para regeneração	-	3	+	3
Fixação de carbono	--	3	++	3
Turismo e lazer				
Caça		3		3
apicultura e plantas aromaticas		3		3
apanha dos cogumelos		3		3
valor estetico (identidade, tradicoes)		3		3
valor estetico (novos usos, qualidade de vida)		3		3
EMPREGO				
Número de trabalhadores por unidade de área				
Número de horas máquina por unidade de área	-	2	+	2
BIODIVERSIDADE				
Avifauna	-	1	+	3
Entmofauna	-	2	++	4
Diversidade das especies (entomo+avi)	-	2	+	3
Grandes mamíferos				
Diversidade de espécies	+	3	++	4
Qualidade das espécies	--	4	+++	5
CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS DA ESTAÇÃO				
Protecção contra a erosão	---	5	+++	4
Retenção da água no solo	--	4	++	3
Matértia orgânica	---	4	++	4
Protecção contra incêndios	+	4		

Se analisarmos e quantificarmos os bens e serviços que os dois sistemas de produção montado dão origem (externalidades), verificamos que o uso do corta mato é superior ao da gradagem em muitos dos itens atrás mencionados (fixação de carbono, biodiversidade, retenção da água no solo, protecção contra a erosão, acumulação de matéria orgânica e outras). Como atrás se verificou, o valor de muitos destes bens e serviços é, presentemente, difícil de quantificar – muitos ainda não têm mercado, porque a sociedade ainda não tomou consciência do seu valor.

Contudo, as decisões dos empresários estão muito condicionadas pela valorização atribuída aos bens e serviços que produzem. Para o provar, no exemplo acima referido, refizeram-se as estimativas dos indicadores económico-financeiros incluindo, para além da cortiça e do gado, apenas o valor do carbono sequestrado.

Quadro 7 - VAL de um hectare de montado de sobro instalado de novo e explorado durante 100 anos, considerando também o valor do sequestro de carbono, para diferentes taxas de juro e preços de cortiça

Preço da arroba da cortiça	Gradagem			Corta mato		
	Taxas de actualização			Taxas de actualização		
	3%	5%	7%	3%	5%	7%
20 €	1309,5	-70,2	-550,4	1705,8	184,0	-363,3
30 €	2234,3	234,9	-433,2	2630,6	489,1	-246,1
40 €	3159,0	540,0	-316,0	3555,3	794,2	-129,0
50 €	4083,8	845,1	-198,9	4480,1	1099,4	-11,8

Nesta situação, o sistema de produção que usa o corta mato mostrou-se economicamente superior ao da gradagem. Se valorizássemos outros itens verificaríamos que o sistema de produção com corta mato seria ainda mais rentável por ser aquele que produz maior quantidade de bens e serviços desejados pela sociedade.

Conclusões

Muitos recursos naturais estão a ser consumidos a um ritmo superior à capacidade natural de reposição e, em breve, serão exauridos.

Para que os agentes económicos pratiquem uma gestão ambiental, social e economicamente sustentável dos recursos naturais é fundamental que a sociedade reconheça e valorize todos (ou a maior parte) dos bens e serviço gerados, simultaneamente, com a produção principal. Se isto não acontecer muitos dos sistemas de produção, atualmente praticados, desaparecerão ou deixarão de produzir as quantidades de bens e serviços socialmente desejáveis.

Desde que haja externalidades, as decisões dos empresários, em geral, não levam à combinação de bens e serviços socialmente mais desejável. Nestas circunstâncias, compete ao Estado regular o mercado, penalizando quem produz externalidades negativas e compensando os que produzem externalidades positivas.

Do ponto de vista privado, decisões como: técnicas de produção, velocidade de extracção, idade óptima de corte ou outras, são tomadas de modo a maximizar o VAL ou outro indicador económico. Não havendo ainda mercado para muitos bens

e serviços produzidos pela floresta (e por outros ecossistema) os que têm mercado são os que constituem os elementos chave na tomada de decisão dos agricultores. Assim, no caso vertente, o preço da cortiça e a taxa de juro, que se verificar no mercado financeiro, são as variáveis fundamentais na tomada de decisão do agente económico.

Se um sistema florestal não gerar emprego e rendimento suficientes para satisfazer as necessidades daqueles que nele vivem e trabalham, mais cedo ou mais tarde será abandonado, à semelhança do que tem acontecido com muitas actividades de produção agropecuária.

Para assegurar a preservação dos recursos naturais é fundamental que as políticas agrícolas, florestais e ambientais sejam integradas.

Referências

FRANKHAUSTER. 1995. Valuing climate change: The economics of the greehouse**.** London, Earthscan.

KENGEN, S. 1997.Forest valuation for decision-making: Lessons of experience and proposals for improvement. Rome, FAO.

NORDHAUS, D. W. 1992. An optimal transition path for controlling greenhouses gases.*Science*, 258: 1315-1319 (20 November).

PINHEIRO, António Cipriano. 2006. *Avaliação de Património*, 2.ª Edição, Sílabo, Lisboa.

CAVATASSI, Romina 2004.Valuation methods for environmental benefits in forest and watershed investment projects.*ESA working paper Nº 04-01* (available at http://www.fao.org/es/esa).«

ENGELMAN, Robert with Richard P. Cincotta, Bonnie Dye, Tom Gardner-Outlaw and Jennifer Wisnewski.2000. *People in the Balance: Population and Natural Resources at the Turn of the Millennium* (Washington, DC: Population Action International).

STROUP, Richard and John Baden. 1979. Property Rights and Natural Resource Management. *Literature of Liberty.*

PARTE 2
TIMOR-LESTE: UM PANORAMA NOS DIVERSOS CAMPOS DE ESTUDO

Arte e paisagem timorenses nos versos de Ruy Cinatti*

Irta Sequeira Baris de Araújo

1. Ser poeta significa ser simples

Rui Vaz Monteiro Gomes Cinatti, nasceu em Londres em 1915 e veio a falecer em 1986, em Lisboa. Formou-se em 1941 no Instituto Superior de Agronomia de Lisboa, na especialidade de Fitogeografia. Em Oxford, estudou Etnologia e Antropologia Social. Entre 1943 e 1945 desempenhou o cargo de meteorologista aeronáutico da *Pan-American Airways* e entre 1946 e 1948 exerceu a função de chefe de gabinete do governador de Timor, mais tarde ocupou o cargo de chefe dos Serviços da Agricultura do Governo de Timor, dedicando a este território vários estudos, na área da fitogeografia e da antropologia social, alguns dos quais publicados pela Junta de Investigação do Ultramar, de que foi investigador[1].

Em 1940, co-dirigiu com Tomás Kim e José Blanc de Portugal, na primeira série da publicação *Cadernos de Poesia*; e na segunda série desta mesma publicação já estava em conta com Jorge de Sena, José Blanc de Portugal e José-Augusto França, sob o emblema "Poesia é só uma", porque o poeta escreve poemas a partir da vontade própria, relacionando o seu pensamento com a realidade social onde ele próprio é testemunha.

O poema é o corpo do poeta e o poeta é a essência da poesia, por isso, quem escreve os versos é simples homem com característica própria em apresentar a realidade de vida. A esta relação, Ruy Cinatti em "Cadernos de Poesia", citado por Peter Stilwell (1995, p.57) anuncia as seguintes estrofes:

> Para se ser poeta é preciso ser-se simples
> Como eram simples os elementos naturais
> Antes de Deus fazer misturas.
> Para se ser poeta é preciso nascer-se poeta
> E ainda assim não chega pois nem todos falam música
> ou cometem o impossível
> Para se ser poeta é preciso também despir as vísceras
> Que, à força de hábito, se acostumaram a usar a cor dos fatos

---

* O texto foi apresentado no Colóquio Timor-Leste: Quinhentos anos em contacto com o Mundo", 24 a 25 de Outubro de 2012, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Agradeço ao Professor Vicente Paulino pelos comentários e revisão do texto.

[1]Fonte: http://www.infopedia.pt/$ruy-cinatti (acesso em 12/10/2012).

E a forma dos sapatos
E a beleza das gravatas.
É preciso despir as vísceras e expô-las ao sol,
Lavá-las no mar,
No mar cheio de coisas podres mas imune,
Na terra onde o embrião força a semente
E suga o néctar onde os vermes se espreguiçam;
Depois é só com a flor e o seu perfume,
E nascer de novo com cada coisa em seu lugar
Como a mulher que concebe
E conhece a Deus no beijo do homem amado.
Só então o poeta começa a ser poeta
De modo algum somente aquele olhar
Ou a sublime ideia ou ainda o sonho
Apenas três degraus mas não o trono
A realidade infinita

Estes versos narratológicos do discurso apresentam como objetivo "arquivar a atividade da poesia atual sem dependência de escolas ou grupos literários, estéticas ou doutrinas, fórmulas ou programas", subscrevendo, no início da segunda série, uma concepção de poesia como um compromisso firmado entre um ser humano, o seu tempo e o seu espaço, entre uma personalidade e uma sua consciência sensível do mundo, que mutuamente se definem na definição de poeta, segundo o qual o homem está destinado a nele se definir a humanidade.

Neste sentido ser poeta significa ser capaz de viajar nas palavras, como dizia Daniel Faria (2003, p.132): "Repito a corrida na memória quando estou parado (…) Sei que estou em viagem na palavra que se move", de igual modo, Vicente Paulino (2012) afirma: "Recordo a corrida da minha infância quando estou adormecido; quando estou acordado, sei que estou em tudo do nada". Isto significa que o poeta é um ser capaz de ter todo o passado íntegro no presente e capaz de transformar o presente integralmente em futuro, através de "tudo do nada" com uma atitude de lucidez, compreensão e independência na construção do sentido das palavras. Entretanto, para qualquer pessoa, um dos pontos fundamentais da educação é o conhecimento a fundo da poesia, a saber, a capacidade de discernir das obras dos poetas sobre o que foi dito com acerto e o que não foi dito.

É nas edições Cadernos de Poesia que Ruy Cinatti publicou as suas primeiras obras poéticas, por exemplo, *Nós Não Somos deste Mundo*, em 1941 e, no ano seguinte, *Anoitecendo a Vida Recomeça*. Entre 1942 e 1943, este poeta fundou a revista *Aventura*, tendo em conta redatores como Eduardo Freitas da Costa, José Blanc de Portugal, Jorge de Sena e Manuel Braamcamp Sobral. Nesta revista apresentou uma outra visão de cariz profundamente religiosa, isto é, apresentou as coordenadas de publicação numa orientação espiritual católica, onde se exprime nas páginas de "todas as expressões de beleza, todas as formas do trabalho do homem" baseadas nos mandamentos de um "Deus – motivo de toda a criação, origem de toda a justiça", seja sob a forma de contribuições de ordem literária, artística,

filosófica, religiosa ou científica; e a união dos seus membros num "processo de integração espiritual" e num castelo de aproximação e fraternização fundamentados na ética e estética. Percebendo, desta forma, a "vida e poesia têm a exigência de compromissos a assumir, o que se torna patente nas causas diversas que Cinatti elegeu e fez tema de sua obra" (Borges, 1997:68).

2. O timorense amigo meu afinal um homem como eu

Ruy Cinatti é um homem dotado de teoria darwinista que não era comum na época colonial. Foi um homem que olhava a outro ser como irmão, amigo e família em todos os aspectos de vida social dos povos que o acolheram. Este olhar foi reforçado pelo seu espírito de "ser timorense" através de um "juramento de sangue" com dois régulos: um de Loré (do distrito de Lospalos) e outro de Ai-Assa (do distrito de Bobonaro). Este pacto foi explicitado no seu poema "Pacto de Sangue", publicado em "Paisagens timorenses com vultos" (1996a:124), aclamando-o de forma emotiva dizendo:

> Nobres há muitos. É verdade.
> Verdade. Homens muitos. É muito verdade.
> Verdade, que com um lenço velho
> as nossas mãos foram enlaçadas.
> Nós como aliados, eu digo.
> Panos, um só, tal qual afirmo.
> A lua ilumina a minha face.
> O sol ilumina o aliado.
> Água de Héler! Pelo vaso sagrado!
> Nunca esqueça isto o aliado.
> Juntos, combater, eu quero.
> Com o aliado, combater, eu quero!
> A lua ilumina a minha face.
> O sol ilumina o aliado
> Poderemos, talvez, ser derrotados
> ou combatidos, mas somente unidos

Neste poema, Ruy Cinatti declarou-nos que o seu contacto com o povo de Timor era como a lua a iluminar a sua feição e o sol a iluminar a sua "sagrada aliança". Esta aliança foi baptizada com a água sagrada de Héler e enlaçada por um "lenço velho". Por esta razão, dizia Cinatti: "Era natural que o sentimento me levasse a falar dele [refere-se ao timorense] com carinho" (apud Stilwell 1995:186), daí o poeta reconheceu o *outro* do seu "ser", considerando os timorenses humanos como ele, reforçando desta forma, o seu espírito de "ser timorense" como irmão mais novo "foi por simpatia, início de vivência redobrada, e menos por curiosidade renascida, que o timorense se destacou da passagem comum, símbolo de gente exótica; abstracções humanísticas; corpo e alma que por mim e me dera o seu nome

para que o chamasse [...] o timorense meu amigo era, afinal, um homem como eu" (Cinatti, 1996b:21).

É uma revelação que se propõe o lugar em enunciados que dimanam de actos ilocutórios do "eu", um "eu" de sentido plural, comunitário, "adoptivo" na ilha exótica. A umbilical ligação entre silvicultor, etnólogo e poeta, constitui-se como trinómio preterido pelos essencialismos político-culturais, habilmente combinado pelos seus interesses de querer "ser timorense" está igualmente "na origem da sua vontade de estudar Antropologia" (Castelo, 2011:3). Foi por isso que dizia Cinatti "em Loré, a casa do meu irmão gémeo pelo sangue bebido. Adelino-Ruy, Ximénes Cinatti" (Cinatti, 1996a:53) e "tudo indica que os seus interesses se centram cada vez mais nos "estudos de pré-história e de arqueologia […] por estarem compreendidos no estudo da evolução cultural da região" Cinatti, 1965; apud Castelo, 2011:9) com descobertas de três sítios de pinturas rupestres de alto valor arqueológico no contexto do Sudeste Asiático que representam características de uma cultura mista (Cinatti, 1996a:126).

Não se surpreenda se Ruy Cinatti na sua retrospeção afirmou que "foi a paisagem que me afundou. A pouco e pouco os homens içaram-me. Milagre? – Não! Foi só amor. Assim Timor, os timorenses" (Cinatti, 1996b:65-66; Cinatti, 1996a:60-61). Pela sua proximidade e amizade que teve com o povo de Timor, recusou ir ao Brasil para leccionar a disciplina de "Agronomia". Devido a este facto, escreveu uma carta a Jorge de Sena dizendo que "aqui em Timor, já sou irmão, por pacto de sangue, de muitos timorenses".

Isto significa que o sol desta terra brilhava em cada manhã imensa na alma e coração do poeta para que este poder sentir a vontade de querer "fazer qualquer coisa útil quer no campo científico quer no campo social[2]" a fim de tornar a vida dos timorenses num só "texto", porque a vida deles já é um "texto" onde consta a sua história, o seu amor, o seu tempo, o seu desejo. Tudo isto foi inscrito no seu próprio corpo vivo, porque o poeta enquanto humano associa a existência do seu corpo com a natureza através de um "Regresso Eterno (…) Na natureza calma e definida pela vivência de um corpo em cuja essência", onde "A terra inteira vibra e a noite de estrela premedita" (Cinatti, 1970, p.28). Entretanto, a simpatia humana do poeta para com os timorenses e o prazer que retira do convívio com eles está bem patente nas "Páginas dum diário poético" (1948)

Pelo seu "Regresso Eterno" ou nada foi deste motivo, Luís Cardoso, no seu romance "Requiem para o Navegador Solitário" (2007) começou a evocar o espírito de Ruy Cinatti, consagrando-o como um poeta que, em grande parte da sua obra

[2] Fonte: Gomes, José (2012), "Ruy Cinatti Poeta, Agrónomo, Etnólogo, Antropólogo e Investigador", publicado em http://chuviscos.blogspot.pt/2012_07_01_archive.html (acesso em 12/10/2012). Aliás, numa das cartas enviadas ao seu professor da Universidade de Oxford, Cinatti dizia: Estou muito feliz em Timor. (...). Esta ilha é um paraíso antropológico, completamente ignorado e demasiado vasto para um homem só (...). Encontrei três lugares com pinturas rupestres, qualquer dos três no extremo leste da ilha, distrito de Lautem, posto administrativo de Tutuala (...). Tudo somado estou muito feliz e não voltarei à Europa dentro dos próximo seis meses (Apud Stilwell, 1995:302).

relatava à memória e ao imaginário de Timor em forma de prosa narrativa e poética, construindo assim a memória de um povo num só texto que ninguém poderá matar nem destruir. Como dizia Manuel Rui, a propósito do povo angolano, citado por Amarino Oliveira de Queiroz (2007, p.19):

> Não posso matar o meu texto com a arma do outro. Vou é minar a arma do outro com todos os elementos possíveis do meu texto. Invento outro texto. Interfiro, desescrevo, para que conquiste a partir do instrumento escrita um texto escrito meu, da minha identidade. Os personagens do meu texto têm de se movimentar como no outro texto inicial. Têm de cantar. Dançar. Em suma, temos de ser nós. "Nós mesmos". Assim reforço a identidade com a literatura.

Esta asserção é precisamente colocar o texto como um "dispositivo primário" para arquivar a memória de um indivíduo ou a comunidade de diferentes grupos sociais. Cada um de nós pode escrever o nosso texto para minar a nossa história de vida. Quando Manuel Rui disse: "não posso matar o meu texto com a arma do outro" significa que está a requalificar o seu texto, sobretudo, diz respeito ao seu trajecto profissional. Relacionando esta trajectória de "não posso matar o meu texto com a arma do outro" com a visão global demonstrada por Ruy Cinatti à memória e ao imaginário de Timor, é uma realidade vivida, experienciada e narrada com o texto. Entretanto, Ruy Cinatti era um "texto vivo" que testemunhou a vivência social do povo de Timor, por isso, ele enquanto poeta demonstra o seu trajeto profissional com uma personalidade humanística ao serviço do povo timorense, recusando integrar-se a qualquer tipo de "grupelhos" ideológicos ou literários. É por isso que a sua poesia possui uma voz própria, uma voz que defende os princípios básicos morais de uma sociedade ainda exótica. Esta voz não tem qualquer comparação com outra experiência poética contemporânea, porque era uma voz que nasceu a partir de uma liberdade métrica e lexical total, onde se integra na obra poética materiais tradicionalmente não poéticos.

O seu pensamento natural é eivado por uma particular relação a espaços e populações, cuja fragilidade parece condená-los a uma exterminação contra a qual o poeta tinha consciência de não poder lutar, mas que motiva composições de revolta e de grande intensidade emocional, como as de *Timor-Amor* ou de *Paisagens Timorenses com Vultos*, originalidade reforçada por uma "associação entre a alma e a natureza, que mutuamente se correspondem e interpenetram" (Amaral, 1992, p.20). Isto faz com que a ilha de Timor que tão longe de Portugal assuma um lugar especial nos poemas cinattianos. Isto é, Timor de Cinatti é segundo Jorge de Sena (1996:7): "Não é, porém, nele, uma paisagem literária, ou um daqueles mundos a que os poetas se agarram para criar-se uma pequena mitologia própria; é mais: um objecto em que se concretiza a aproximação do poeta consigo mesmo e com a vida humana dos outros".

3. A relação tridimensional do mundo timorense

Quando Ruy Cinatti visitou o interior de Timor, encontrou uma grande variedade de casas, levando-o a escrever que "Quem, pela primeira vez, percorre Timor, é surpreendido por uma variedade de casas não explicável pelo aparente uniformismo das gentes que nelas vivem. […]. Assim, o corpo do telhado envolve o mundo dos espíritos dos antepassados, a residência propriamente dita o mundo dos vivos" (Cinatti 1963-12-16). É neste contexto que a relação humana timorense com todas as partes existentes no universo numa união de "tridimensional" (o mundo visível, o mundo dos espíritos e o espaço celestial) e que de certa forma, se conectam entre si. Esta união "tridimensional" é "o símbolo da unidade e amizade da sociedade, o símbolo do ritual, o símbolo social, e o símbolo do poder religioso" (Umberto Eco, 1977).

Ruy Cinatti não deixou de evocar também a presença dos espíritos dos antepassados que os timorenses consideram como *Lulik*. Em seu poema intitulado "Antepassados" (Cinatti, 1996a, p.21), exclamou:

> Antepassados
> As pedras ancestrais têm um nome
> que todos sabem ser o de avós.
> À noite, quando os vivos dormem,
> as pedras deslocam-se,
> trocam os poisos,
> indagam uns pelos outros
> seres que lhes dão vida,
> servem-se de nomes
> intransmissíveis,
> afirmam fome.
> Antes que a manhã venha perturbar
> o sono dos vivos,
> retomam o parecer quotidiano
> de pedras antigas.
> Cobrem-se de musgo,
> captam orvalho

É uma asserção emotiva que evoca o poder relacional entre os mortos e os vivos, ou seja, os vivos não conseguem viver em paz, se não comunicarem com os seus antepassados. É assim que "timorense meu amigo conhece os seus antepassados, os sítios distantes de onde vieram, a linhagem a que pertence, os seres animais e vegetais que por terem protegido a sua vinda ao mundo, doravante, consagrados epítomesimbólica da existência" (Cinatti, 1996b, p.29). Dentro desta linha de pensamento, vale ainda salientar que a evocação simbólica emergente de Ruy Cinatti ao seu "amigo timorense", é enaltecedora de aproximação e de fraternização – pensando na relação que teve com o povo timorense, sujeito falante das línguas vernáculas, na terra a que pertence – porque se acreditava ser "de

sangue" (Hobsbawm, 1998, pp.102-103) timorense concebido como o perfeito irmão mais velho, uma consagração justificada por uma "aliança adoptiva".

Para os timorenses, os montes são *Lulik* (sagrados)[3] e o Tata-Mai-Lau é caracterizado como "Pico do Avô", tem uma simbologia própria segundo a qual denota a sabedoria suprema. É por esta razão que Cinatti fez uma aclamação poética a fim de enxergar a verdade sobre este "monte sagrado" que esconde mil segredos.

> Ao Tat-Mai-Lau,
> o Avô dos montes,
> hei de subir
> - e descer à chã verdade
> que todos negaceiam,
> a verdade – minto! – que já tardam
> os que por Timor não se esqueceram,
> pecando por atraso,
> malícia tibieza.
> Timor e Timorenses isolados!

Neste poema, conhecemos o monte mais alto de Timor chamado "Tat-Mai-Lau" e neste lugar encontramos "bastidores corridos da terra ao céu é o que se avista do Tat-Mai-Lau fonte da escrita" (Cinatti, 1996a:33), por isso, é baptizado como "Avô dos montes" e "não me sentirei, portanto, em falso, se consignar ao Tata-mai-Lau todos os atributos mencionados no poema, e o invocar, não só literária, mas intencionalmente, mediante esses mesmos atributos profano-mágico e sagrados" (Cinatti, 1996a:148-149).

4. O coração movido pela essência da alma e da natureza

Numa viagem que vai do sensível ao metafísico, a poesia parte então do deslumbramento diante da paisagem como "manuseamento subjetivo" (Cinatti, 1970:7) do olhar que vai ao encontro total do indivíduo com a natureza de uma ilha ainda exótica como uma aurora intangível que sustenta a vida humana. Com efeito, Cinatti é um poeta que viu o mundo dos timorenses com a circunstância existencial e das exigências éticas, manifestando a sua indignação diante da destruição ecológica como o caso da destruição dos gondões que sombreavam as casas e as ruas de Díli (refere-se às ruas de Lecidere). A este fenómeno, o poeta em seus versos "Os Gondões de Díli" (1970:34) exclama:

> Gondões de Díli, sarça verdejante
> debruçada no cais,
> esteio de navios,

[3] Na verdade, nem todos os montes são sagrados, mas no contexto da mitologia da transformação do corpo do crocodilo na ilha de Timor, todas as coisas que apareceram a partir do corpo deste ser mitológico e simbólico são considerados sagrados, pois o corpo do crocodilo também é considerado sagrado.

passeio de perdidos e de amantes,
aonde me acolhi, um dia,
trauteando a minha melodia.
Pobres árvores destroçadas,
que não sentem as dores das minhas penas,
ao sol mostrando feridas incuráveis
abertas pelo crime e ventania.

O sentimento do poeta diante da atitude "civilizacional egocêntrica" do senhor governador de Timor português e seus fiéis colaboradores que destruíram as grandes árvores num só projecto de desenvolvimento sem olhar a natureza como a "mãe da vida humana", levou-o a denunciar com mágoa e dor no coração através do discurso poético:

Ah minha dor que me fastia
até à náusea,
e aquela mágoa,
que é traição de amigo,
refazendo em escrita a natureza! (Cinatti, 1970:35).

Foi assim que Cinatti expressou a sua mágoa em escrita, pois para ele a narrativa escrita é uma arma de recuperação da natureza destruída. O homem destrói a sua própria natureza para o progresso da evolução da humanidade mas, em contrapartida, ameaça a existência de sua geração e das gerações vindouras. O homem deve perceber que a essência da natureza é a fonte inesgotável da sua vida e do seu saber, por esta razão que talvez, Ruy Cinatti em "Secreto Apelo" (1970, p.21) exclama:

Na floresta silenciosa
Fui encontrar a rosa
Prometida
Na floresta silenciosa
Fui encontrar, generosa,
Minha vida.

Entretanto, disse o cientista e pensador Herbert Alexandre Galdino Pereira: "quem a destrói a natureza comete o genocídio dos pensamentos e ensinamentos que foram dados por ela[4]". Quanto a isto, Ruy Cinatti foi mais longe, basta considerar as últimas estrofes exclamadas nos "Gondões de Díli" onde o poeta oferece a sua prece à raiz destas grandes árvores destruídas, que está unida e presa pelo mesmo chão que as criou sem a vida para reclamar:

Mas nada pode a sombra contra o golpe
vibrado no córtex, no cimo

[4]Fonte: http://pensador.uol.com.br/destruicao_natureza/ (acesso 13/10/2012).

floreado de pássaros,
na raiz que o chão prende à minha prece,
na solidão que era um hino (Cinatti, 1970, p.35).

O ser humano destrói a natureza por ignorância, pois, não sabe os riscos que corremos com a sua destruição, e também, pelo seu interesse, arranca todas as árvores como os gondões, que segundo Cinatti, na época da administração colonial foram "destruídos e arrancados a poder de *dinamite* e substituídos pelas mesquinhas 'acácias amarelas' (*Cassia siamea lam*.), que embora mal sombreiem o largo de Lecidere, estão ao nível da mentalidade de quem as lá pôs" (Cinatti, 1996a:122). Foi uma atitude inaceitável e desoladora praticada pelos agentes administrativos de então que fazia doer o coração de Cinatti. Aliás tal atitude desoladora ainda é praticada também pelos timorenses, até a própria autoridade local.

Ruy Cinatti enquanto homem e poeta reforçou os fluxos críticos, adquirindo como nova motivação a luta contra o sistema colonial, pelo que a sua indignação para com a destruição das grandes árvores e a injustiça social práticadas pelos agentes coloniais foi muito forte do que a sua própria raça. Relativamente à primeira, exclamou Cinatti (1996a:19):

O que peço, ó árvore,
é que ninguém venha tocar-te
com bastão ou lume,
catana ou espada.

Quero-te visivel
para além do nome.
Não quero desertos,
nem morrer à fome.

Nestas suas estrofes, Cinatti conduz-nos a reflectir sobre a importância da natureza florestal de Timor aos timorenses, porque "a árvore é garantia do pão" (Cinatti, 1996a:130) no seu quotidiano. É por isso que o nosso dever é preservar a natureza florestal de forma continuada, pois ela assegura ciosamente o segredo de vida de todas espécies que a habitam e falam dinamitadas "para dar lugar aos que nada dizem" (Cinatti, 1996a:31). Preservar a natureza de Timor significa valorizar a "paisagem tropical por defeito de gramática. Corografia encostada à natural fisionomia. (…) Paisagem de relvados com gerânios e violetas. Rochas de bosques corados em fundos azuis intensos" (Cinatti, 1996a:90).

Aliás, Cinatti na sua poesiaimpõe a leitura de outras viagens, as da peregrinação interior do homem, por exemplo, "que a si próprio impõe o conhecimento do ser para poder salvar-se, como homem e como alma" (Cinatti, 1992, p. 156), pois de facto, o castelo do poeta "foi destruído para fazer a casa do chefe do posto". Aliás, continuou Cinatti (1970, p.89): "O meu poema suporta o incêndio, a cheia, a lotação esgotada. Não suporta estupidez. A paisagem, pois, prossegue, exulta nos livros que

escrevi. Sinto-me bem rodando entre piteiras, cada lado, deixando atrás de mim poeira solta, vermelha de calcário. Os ares lavados inundam-se de luz. Julgo que a montanha distante, azul, o meu solar, o lar das almas que me escutam" e nos versos "Em Baucau", o poeta personifica a ilha de Timor como "um cinema" com "piquenas, verdade e muita fita, a voz de deus – o seu feroz mistério, o seu prazer-justiça" (Cinatti, 1970, p.90).

Referências Bibliográficas

AMARAL, Fernando Pinto do (1992), "prefácio", in Cinatti, Ruy, *Obra Poética*, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

BORGES, Maria João (1997), "Cinatti: a poesia como investidura", in *Revista Ler*.

CINATTI, Ruy

(1948), "Páginas de um Diário Poético", in *Panorama*, vol. 6, nº 36 e 37.

(1970), *Uma sequência timorense*, Braga: Editora Paz.

(1992), *Obra Poética*, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

(1996a), *Paisagens Timorenses com vultos*, Braga: Editora Paz.

(1996b), *Um Cancioneiro para Timor*. Lisboa: Editorial Caminho.

CARDOSO, Luís (2007), *Requiem para o Navegador Solitário*, Lisboa. Edições Dom Quixote.

CASTELO, Cláudia (2011), "Ruy Cinatti: poeta, 'agronómo e etnólogo', instigador de pesquisas em Timor", in Marques, Vítor Rosado., Roque, Ana Cristina & Roque, Ricardo (eds), *Actas do Colóquio Timor: Missões Científicas e Antropologia Colonial, 24-25 de Maio de 2011*, Lisboa: IICT, Electronic edition at http://www.historyanthropologytimor.org (acesso em 12/8/2012).

FARIA, Daniel (2003), *Poesia*, Vila Nova de Famalicão: Quasi Edições.

HOBSBAWN, Eric J (1998), *A Questão do Nacionalismo: nações e nacionalismo desde 1780, programa, mito, realidade*, Lisboa: Terramar.

QUEIROZ, Amarino Oliveira de (2007), *As inscrituras do verbo: dizibilidades performáticas da palavra poética africana* (dissertação de doutoramento em Teoria de Literatura), Recife: Universiadde Federal de Pernambuco http://www.pgletras.com.br/2007/teses/tese-amarino-oliveira.pdf (acesso em 15/10/2012).

PAULINO, Vicente (2012), *Representação identitária em Timor-Leste: Culturas e os media*, (dissertação de doutoramento em Comunicação e Cultura), Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

STIWELL, Peter (1995), *A Condição Humana em Ruy Cinatti*, Lisboa: Editorial Presença.

SENHA, Jorge de (1996), "Nota de abertura", in Cinatti, Ruy, *Paisagens Timorenses com vultos*, Braga: Editora Paz.

Sujeito, espaço e tempo nos poemas de Fernando Sylvan e Xanana Gusmão*

Sabina da Fonseca

Abílio Leopoldo Mota-Ferreira, com o pseudónimo literário de Fernando Sylvan, é uma das figuras mais representativas da literatura timorense. Tendo sido trazido para Portugal ainda criança, não teve por isso ligação afectiva com a sua terra natal mas, através da poesia, fortificou a sua memória sobre o lugar onde viu, pela primeira vez, a luz do dia. Os seus poemas reflectem sobre temas universais, tais como a paisagem, o amor e, sobretudo, o tema do patriotismo. Fernando Sylvan foi um homem culto que dedicou muito do seu tempo à promoção da Língua Portuguesa, através da Sociedade da Língua Portuguesa, por exemplo, de que ele próprio foi presidente. Tem o essencial da sua obra poética reunido no livro *A Voz Fagueira de Oan Timor*, publicado antes da sua morte, em 1993.

É possível, aqui e agora, tentar salientar a questão de sincretismo religioso patente no poema "Menino Jesus da minha cor" de Fernando Sylvan. Neste poema, o poeta apresenta o sujeito "eu poeta" como timorense rendido à influência da religião católica, que constituiu um dos pilares de resistência contra a assimilação da entidade religiosa indonésia. Foi através do "Menino Jesus da minha cor" que o poeta se identificou como sendo diferente dos indonésios, reafirmando a identidade do "menino branco" como a personagem mais próxima do sujeito "eu timorense" como "indivíduo preso a uma identidade que reconhece como sua, assim constituído, a partir dos processos de subjectivação", ou seja, um sujeito "útil, dócil e produtivo" (Fonseca, 2003: 26), presente nestes versos encantados de F. Sylvan (1993: 20-21):

Meu Natal Timor,
Meu primeiro Natal.
(…)
Minha Mãe-Menina
Fez-me o seu presépio:
Uma encosta arrancada ao Ramelau
Com uma gruta ausente
Cheia de Maromak
E perfume de coco,
Um búfalo e um kuda
Um menino branco
Igual aos que chegavam de longe.

– Inan, quem é?
– É o Maromak-Filho e teu Irmão!

E eu recuei, porque via no berço
Um menino rosado,
Um menino branco
Igual aos que chegavam de longe.

* O texto foi apresentado no Colóquio *Timor-Leste no Espaço de Encruzilhadas Culturais*, realizado a 1 de Fevereiro de 2013. Agradeço ao Professor Vicente Paulino pelas sugestões e comentários.

E o bafo quente dos seus pulmões.
E um menino sobre a palha de arroz
E folhas de cafeeiro.

(…)
E vejo-O desde então
Também da minha cor

Não muito diferente será a composição dos dois sujeitos "eu timorense" e "eu menino branco", em que se destaca a personagem de Fernando Sylvan, manifesta no sujeito "eu poeta" na condição de timorense assimilado. É por isso que o poeta, em "Menino Jesus da minha cor" apresenta um riquíssimo e vasto compêndio de ensinamentos que liga as duas realidades, ou seja, duas concepções religiosas diferentes.

No sujeito "menino branco" explícito na memória colectiva dos timorenses ocorre a instauração de uma figura de pessoa divina como normalmente se vê no próprio universo do ser humano. O que encontramos no sujeito "eu timorense" e "eu menino branco" é apenas a descrição de um estado dual do sujeito: a junção de duas entidades, reforçando a narrativa completa, muito comum em textos descritivos, segundo evidencia Fiorin (2005: 46): "Uma das características do texto descritivo poderia ser a manifestação de apenas um dos estados do nível narrativo (o inicial e o final) e não da transformação completa (passagem de um estado a outro)".

De qualquer modo, é possível através da sua intelectualidade como um *corpus* coerente, que abrange pouco mais de quatro séculos da presença portuguesa nas terras de Timor até ao ciclo de invasão e ocupação indonésias, afirmar que o sujeito do "eu timorense" está associado a uma certa influência do catolicismo trazida pelos missionários dominicanos e introduzida de forma gradual na prática mística e espiritual do povo de Timor, sem apagar ou destruir no entanto, os traços culturais que constituem a identidade nacional de Timor-Leste, como escreveu Xanana Gusmão (2002: 48):

> O Povo Maubere alimenta-se ainda das suas tradições e os seus costumes permanecem sagrados. E é nas suas tradições e nos seus costumes que reside o plano superior das suas concepções, da sua maneira de ser e da sua própria vida. O Povo Maubere caracteriza-se, essencialmente, na sua concepção sobre a honra, pois é um povo que se orgulha dos seus atos e menospreza os bens materiais.

Desta forma, Xanana Gusmão, na sua obra poética "Mar Meu: Poemas e Pinturas", publicada em 1998, reflecte o patriotismo timorense na defesa da sua identidade histórica e cultural, no dizer do escritor Moçambicano, Mia Couto no prefácio da obra (1998: 6): "E naquelas páginas confirmei: pela mão de um homem se escreve Timor. Um livro de Xanana Gusmão não poderia ser apenas um livro. Por via da sua letra se supõe falar de todo um povo, uma nação. Há ali, não apenas poesia mas uma epopeia de um povo, um heroísmo que queremos partilhar, uma utopia que queremos que seja nossa".

No *Mar Meu: Poemas e Pinturas*, Xanana Gusmão ostenta os valores do heroísmo de um povo que procura a liberdade e a paz. Os seus poemas reflectem, sobretudo o sofrimento de um povo preso no seu próprio país. É neste sentido que, Xanana Gusmão, como líder principal da Resistência timorense em todos os planos de acção, comunga o ideal no discurso poético e metafórico para tentar demonstrar aos povos do mundo de que "o mar não é meu" (Gusmão, 1998:12). Trata-se de um enunciado lírico associado ao "direito do mar", que ele evoca como sua "terra-espaço", já que, para os timorenses, o mar contém várias funções e significações que, de facto, segundo António de Almeida:

> Os timorenses são excelentes marinheiros manejando destramente a vela e os remos. Nas noites calmas tão vulgares durante maior parte do ano, os nativos chamam o vento assobiando-lhe. Para arpoarem os pequenos baleotes e os peixes de maior corpulência os timorenses atiram-se à água, junto à costa ou ao largo, munidos de óculos por eles próprios fabricados, com chapa de vidraça, fixados com cera ou com uma armação de madeira. Os óculos encostam-se hermeticamente à face. Uma espingarda ou besta de madeira, munida de elástico de câmara-de-ar à guisa de mola arremessa as setas (in Documentário de António de Almeida "Caça e pesca em Timor" (fita de 11m-39s a 12m-49s; obs. cit Paulino, 2012:152).

Para os timorenses o mar é como um espaço que sustenta a vida, pois "Numa época em que o mar é uma figura tão mediática, foco de tantas atenções e atividades várias, não se pode deixar de pensar na sua dimensão de fonte de lazer, saúde e cultura. E para os Timorenses, seria isso que provavelmente o mar representaria, não fossem as circunstâncias em que foram colocados" (Moreira, 1998: 123).

Este é um dos sentidos contidos no poema "Mar meu" de Xanana Gusmão, onde se caracteriza o mar como um espaço que dá o sinal de aviso daqueles que vêm invadir a terra. Através "do mar, do meu mar, vinham tremores saídos de barcos" (Gusmão, 1998: 16). Dito doutra forma, Xanana mostra simplesmente a sua angústia, porque o seu mar – que numa relação coletiva também pertence a todo o timorense – está a ser ocupado por outro estranho locutor. É por isso que ele, no seu poema "Mar meu" evoca a importância do mar para as crianças timorenses, mas evoca-o com uma certa nostalgia perdida, porque o mar que o poeta refere já não dá felicidade às crianças timorenses, por isso, se "pudesse eu/ prender entre os dedos/ os suspiros do mar/ e distribuí-los às crianças" (Gusmão, 1998: 14). É como o grito do "sujeito supliciado" (Foucault, 1999: 9), impotente perante o seu suplício num "espaço alheio" (refere-se à prisão de Cipinang, Indonésia), na ânsia e no desejo de dar às crianças timorenses aquilo a que têm direito, a sua felicidade. É a elas que, com toda a sua experimentação intelectual, o poeta tenciona sobretudo, dedicar boa parte do resto dos seus versos, prevendo certamente o desejo de ouvir as vozes das crianças a cantar, se "pudesse eu/ sentir nos dedos/ o beijo das espumas/ e ouvir risos/ de crianças" (*idem*).

É por isso – para o um dia poder chegar ao patamar de liberdade e de espontaneidade de afirmação do sentimento de pertença, abertas, não dogmáticas –

que Xanana Gusmão revela antecipadamente que algo possa vir ao seu encontro pessoal e colectivo, como expressa nas seguintes passagens: "Se eu pudesse/ ao entardecer das ondas/ caminhar pela areia/ entregue a mim mesmo/ no enlevo molhado da brisa/ e tocar a imensidão o mar/ num sopro da alma/ que permita meditar o futuro/ da ilha de Timor (Gusmão, 1998: 31-32).

Ninguém pode negar o reconhecimento de Xanana Gusmão enquanto filho de uma pátria perdida que tenta afirmar previamente que algo poderá vir no momento exacto, e Fernando Sylvan partilha o mesmo desejo considerando o mar como algo que representa a "memória do povo timorense", pois através do mar "eu via o que não existia na memória. (…) Foi ele que me disse, que havia espaço e tempo. E comecei a viajar sem medo da viagem" (Sylvan, 1993: 14) e, numa linguagem retórica e poética, manifesta a ligação do seu sujeito "eu" com o seu povo: "A vida é a liberdade de um povo que não morre" (Sylvan, 1993: 71). Deste modo, é de salientar que um povo que luta pela liberdade é um povo que sabe defender não só a sua própria identidade pessoal e colectiva, mas também um povo que sabe conservar a sua verdadeira essência humana, como revela Sylvan na seguinte passagem poética: "As florestas serviam/ desde séculos e séculos/ como templo sagrado/ de rezar liberdade. (…) E ainda servem agora/ a heróis guerrilheiros/ como templo sagrado/ de rezar a liberdade" (Sylvan, 1993: 72-73).

As florestas foram, de facto, o berço da resistência donde mais tarde se expandiu para a zona urbana, consideradas sagradas porque foi através delas que os antepassados timorenses iniciaram o seu percurso de vida heróica, sendo prova disso, a existência de muitos altares sagrados espalhados pelas florestas timorenses.

Um ano depois, Luís Cardoso publicou, em sua homenagem, um artigo na revista *Kaibauk – Boletim de Informação Timorense*, sob o título "*Fernando Sylvan ou Silêncio das Palavras*":

> Fernando Sylvan ou Silêncio das Palavras
> Depois
> (mas só depois)
> os galos
> lutaram sem lâminas
>
> Este poema é dedicado a Xanana Gusmão. Fernando Sylvan era um poeta para quem deviam ser ditas apenas e só as palavras necessárias. Pois o silêncio não é o vazio das palavras. Mas no dia 25 de Dezembro, quando todos procuravam as mais variadas palavras para saudarem o Nascimento do Menino, Fernando Sylvan calou-se. E o seu pequeno corpo curvou-se sob o peso do silêncio que, desta vez, tinha o peso de todas as palavras. Do exílio, desde os tempos de menino e depois de décadas de ausência da ilha querida, fizeram com que ele próprio construísse com palavras ilhas que salpicavam o oceano do seu silêncio e tormento. Estudou o idioma português e usou a sua escrita "ai-suak" para escavar até ao fundo das palavras onde procurava o que unia todas as línguas, entre as quais, a da sua infância. Finalmente, no dia de todos os nascimentos, Fernando Sylvan deixou-se cair nos braços da mão de todas as línguas: o silêncio e a palavra muda (Cardoso, 1994:14).

Neste trecho de Luís Cardoso sobre a memória de Fernando Sylvan, encontramos alguns elementos essenciais que tocam a questão do silêncio e da palavra do homem literário. O homem de literatura faz brilhar a palavra escrita, e esta escrita torna-se conhecida quando o silêncio lhe tira a voz. A questão da identidade foi também abordada por Cardoso, quando se referia ao percurso académico de Fernando Sylvan: "Estudou o idioma português e usou a sua escrita "ai-suak" para escavar até ao fundo das palavras onde procurava o que unia todas as línguas, entre as quais, a da sua infância". Tal idioma é hoje reconhecido como língua oficial de Timor-Leste.

No entanto, pode dizer-se que o próprio estilo de Fernando Sylvan é uma atitude singular de comunicação. Uma fusão ideal e nobilíssima de essência (humana, histórica, geográfica) se opera nas suas obras que, do ponto de vista ontológico-literário visa o percurso do ser humano para além de outra aurora. Deste modo, podemos considerar o poeta como quem não se preocupa muito com a precipitação dos planos imediatos, mas que observa atentamente os movimentos dos homens com uma linguagem própria.

Referências Bibliográficas

CARDOSO, Luís. 1994. Fernando Sylvan ou Silêncio das Palavras. *Kaibauk – Boletim de Informação Timorense*, 1 (7), Jan-Fe, Linda-a-Velha.

FIORIN, José Luiz. 2005. Elementos de análise do discurso. São Paulo: Contexto.

FONSECA, M. 2003.Michel Foucault e a constituição do sujeito. São Paulo: EDUC.

FOUCAULT, Michel.1999. Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão. Tradução de Raquel Ramalhete, 20ª ed. Petrópolis: Editora Vozes Ltda..

GUSMÃO, Xanana. 1998. Meu Mar – Poemas e Pinturas, prefácio de Mia Couto, edição bilíngue português-tétum, Porto: Granito Editores e Livreiros.

GUSMÃO, Xanana. 2002. Timor-Leste – Um Povo, uma Pátria. Lisboa: Colibri.

MOREIRA, Maria João Caramelo.1998. Timor-Leste e o direito do mar: uma questão de justiça. Dissertação de mestrado, Lisboa: Universidade de Lisboa.

PAULINO, Vicente. 2012. Os documentários de António de Almeida e outros cinemas sobre Timor. In Lopes, Frederico (org)., *Cinemas em Português: IV Jornadas*, Covilhã: LivrosLabCom, pp.145-169.

SILVAN, Fernando. 1993. A Voz Fagueira de Oan Tímor. Lisboa: Colibri.

Os média e a afirmação da identidade cultural timorense

Vicente Paulino

1. A representação dos *media* na defesa da identidade cultural

No que a meios de comunicação social diz respeito, importa ter presente que, em finais do século XIX (1877), apenas existia uma tipografia da hierarquia da igreja católica, sedeada no território de Timor-português. Até 1900, não há notícia da produção de jornais ou da edição livros, embora existisse uma pequena delegação da Imprensa Nacional, criada em 1899, incumbida de produzir o *Boletin Oficial* e alguns impressos necessários aos serviços da administração colonial. Benedick Anderson caracteriza esta realidade do seguinte modo: "Até cerca de 1930, quando os estudos sobre Timor ganham maior alento, o panorama não melhorou consideravelmente. Só melhoraria na sequência da ocupação japonesa, tão trágica, mas que fez com, em Timor finalmente deixasse de ser, no ultramar português, a parcela eternamente esquecida: as monografias históricas e científicas multiplicaram-se, a sua qualidade subiu no mesmo ritmo" (*Apud* Mendes, 2005:290).

Em meados dos anos 50 começou a surgir alguma difusão dos meios de comunicação, como é o caso das emissões radiofónicas emitidas pela entidade administrativa colonial. As informações difundidas em português, chinês e tétum (principais comunidades ali residentes), começaram no ano de 1964, altura em que se terão legalizado cerca de 1229 rádio-receptores. No que diz respeito aos *media* escritos, damo-nos conta da publicação de *A voz de Timor* a partir 1960, sob controlo do governo colonial, e do jornal *A Província de Timor*, destinado aos militares, cujo início de publicação tem início em 1964.

Merece particular destaque o surgimento, em 1948, do periódico A *SEARA*, jornal católico de larga difusão e influência dentro do universo dos leitores timorenses que, como podemos imaginar, não seria, naquele tempo muito vasto. O objectivo editorial de *A Seara* foi, pela mesma paternidade do projecto, o de dar a conhecer o trabalho desenvolvido pelos padres missionários no território e difundir a cultura religiosa; ao mesmo tempo, propunha-se ser também veículo de difusão cultural, tanto da cultura portuguesa como da timorense. Tornou-se, ao longo dos anos, veículo de divulgação de informação e entretenimento das elites timorenses.

A *Seara* desempenhou, de um modo geral, a função de jornal educativo e difusor de cultura[1] (Paulino, 2011; Paulino, 2012).

O movimento nacionalista timorense utilizou, de 1970 em diante, o jornal *A Seara* como veículo de divulgação do pensamento político, designadamente de artigos de opinião, comentários e análises sociais que continham já críticas à colonização portuguesa. *A Seara* conseguiu escapar, durante cerca de três anos, à apertada censura que vigorava no restante território sob administração portuguesa. Todavia, por ordem do governador colonial, o centro da publicação deste jornal foi fechado por agentes PIDE a 10 de Fevereiro de 1973.

É justo que se diga que, de entre os jornais publicados em Timor, *a Seara* foi, de todos, o que mais contribuiu para a correcta representação da cultura e identidade do povo timorense. De facto, este periódico teve um especial papel na divulgação das "ideias, crenças, tradições, lendas que nos permitem ver a alma destes povos tão simples e tão complexa, tão diferente da nossa, mas, em última análise, a braços com as mesmas eternas aspirações humanas, em presença das mesmas interrogações perturbadoras, em luta com os mesmos imponderáveis inimigos" (Jornal da SEARA, Ano 1-nº.1, 1949:11). E, a esta luz, podemos dizer que o jornal *A Seara* ajudou a construir a "Comunidade Imaginada" de que fala Benedick Anderson.

Na obra a que deu o título de *Comunidade Imaginada*, Anderson dá-nos conta de como o labor da imaginação está presente no processo de construção de uma comunidade. Diz o autor: "É imaginada porque até os membros da mais pequena nação nunca conhecerão, nunca encontrarão e nunca ouvirão falar da maioria dos outros membros dessa mesma nação, mas, ainda assim, na mente de cada um existe a imagem da sua comunhão" (Anderson, 2005:25).

Poder-se-á dizer também que a construção da identidade nacional do povo timorense resultou do esforço conjugado do papel "reconstrutor" dos *media*, da acção cívica de intelectuais e figuras públicas e, sobretudo, dos movimentos sociais.

Luísa Teotónio Pereira em entrevista, concedida ao Rui Marques, reconheceu que Timor, "do ponto de vista jornalístico, era também pouco interessante e havia pouca gente que lidava com a matéria, que conhecia os problemas - a questão interna e o processo de descolonização. Havia realidades que interessavam muito mais, que estavam muito mais presentes, e eram muito mais importantes do que Timor que, também por essa razão, ficou de parte" (Marques 2005:92). Adelino Gomes, à data jornalista da RTP, esteve em Balibo no ano de 1975, tendo testemunhado a actuação brutal por parte das Forças Armadas da Indonésia. Ele foi, por esse motivo, testemunha privilegiada e directa da invasão ilegítima por parte da Indonésia, produzindo relatos e divulgando as imagens que deram a conhecer ao mundo, em particular ao povo português, a dimensão da tragédia do povo Timor, ajudando assim a criar uma consciência crítica na opinião pública. Evocando a sua

[1] Cf. "A SEARA, não só circulava nas casas dos Padres e missionários, mas circulava também nas casas dos intelectuais em Timor e Ultramar" (Costa-Gusmão 1999:32).

já longa experiência jornalística, Adelino Gomes dá este significativo testemunho: "25 de Novembro teve em mim um impacto jornalístico, mas também ideológico. Eu gostava muito do ambiente revolucionário que vivemos em Portugal, e quando, há aquela contenção do 25 de Novembro, e depois da invasão de Timor (em 7 de Dezembro)... Se você analisar as notícias em Portugal, o tema é primeira página, mas também, os comentários são todos: 'que chatice, houve uma invasão, mas também... são comunistas. [...]" (Marques, 2005:214-215).

A visita do Papa foi, como pudemos todos constatar, largamente acompanhada por jornalistas da imprensa, rádio e televisão[2]. Ramos-Horta foi, na circunstância, fonte privilegia de notícias. Eis o seu testemunho: "Daí que eu tenha escrito, em várias ocasiões, que 'o momento de viragem na mobilização da opinião pública internacional para Timor-Leste foi por ocasião da visita do Papa. (...) depois de muitos anos de silêncio, de repente, Timor é colocado no mapa. E acredito que a vinda dele foi a sua maneira de ajudar este povo. E jovens timorenses, com algum sector da Igreja timorense por trás, sem o bispo Belo estar envolvido nisso, já conscientes da importância política do Papa e dos *media*, orquestraram uma acção de protesto durante a missa em Tacitolu. Começam a surgir os meios de comunicação mais rápidos, e a partir daí, já era mais fácil sensibilizar ONG e as organizações religiosas para o drama de Timor-Leste, e já era mais fácil sensibilizar todo o mundo" (Cf. Marques, 2005:197).

Com a abertura do território ao mundo, o problema de Timor ganhou reforçada visibilidade na opinião pública mundial. Na construção das notícias, os *media* foram dando conta de que existia uma sólida consciência nacional no povo timorense e que a sua luta tinha um fundamento de legitimidade. Esta abertura é um momento único de revelação da verdade, porque foi daí que o território começou a receber a visita de várias pessoas vindas do exterior, incluindo a vinda jornalistas mais ou menos reputados (que alguns entraram sem 'visto'[3]), de vários países acabavam por chegar a Timor. Começou,então uma abertura claramente que tenha um significado profundo para os Timorenses na sua luta pela autodeterminação.

Em termos jornalísticos a cobertura noticiosa dos acontecimentos de Timor, num quadro de "guerra de libertação", tornou-se, a partir de 1989, muito apelativa. De algum modo reunia os três ingredientes necessários para a mobilização de um jornalismo de reportagem: "o ingrediente de aventura, de utopia ancorada nas

---

[2] Segundo relato de Barbedo de Magalhães: "os gritos por um Timor-Leste independente ecoaram em português e em tétum, quando João Paulo II conclui, com as palavras 'ite missa est', a celebração eucarística da que se previa ser a etapa mais polémica desta visita que o Pontífice realiza ao Sudeste asiático (...). Entretanto avolumavam-se os gritos a favor da independência de Timor. As forças de segurança começaram então a actuar com maior contundência contra os jornalistas. Arrebataram as máquinas a dois deles, destruindo os filmes" (Barbedo-Magalhães, 1992:45).

[3] A este propósito, a agência noticiosa da LUSA, faz nos lembrar que o jornalista da TSF, João Gabriel, conseguiu chegar a Díli, sem "visto" e sem autorização, numa viagem cuidadosamente planeada e que decorre sobre a sua exclusão iniciativa, sem apoio de qualquer organização e com as despesas por conta da emissora. Nesta viagem, o jornalista [João Gabriel] pode testemunhar o clima que verdadeiramente se vive na ex-colónia portuguesa e contar histórias que viu 'com os próprios olhos'" (cf. Marques, 2005:254).

realidades e a solidariedade de estar ao lado dos que sofrem", como nos conta Adelino Gomes[4].

Movidos pelo entusiasmo de estarem a construir noticiosamente a própria História, os jornalistas tendem a ver "o mais pequeno acontecimento (…) como sendo já histórico, memorável, inscrevendo-se já na história, quando nem sequer se sabe, se ela terá lugar ou se virá a ter alguma importância" (Pierre Nora, 1983:49). As notícias construídas pelos jornalistas em teatro de guerra merecem, quase sempre, o crédito da opinião pública, na medida em que parecem aliar "a verdade dos factos" e a emoção do real vivido e reportado pelo jornalista. A razão e a emoção são, como sabemos, poderosos aliados do processo persuasivo. Consciente da força persuasiva *dos media*, Ramos-Horta dizia em Abril de 1991: "estamos a aumentar a resistência organizada e de massas nas zonas ocupadas e não nos podemos esquecer que é devido a essa organização política clandestina que é possível levar e trazer informações do interior de Timor-Leste e até levar alguns jornalistas a entrevistar o lendário comandante Xanana Gusmão" (cf. Marques, 2005:153).

Num quadro de tão grande abertura, o próprio Ramos-Horta vê sentido nas palavras que ouvira dizer a alguns oficiais da Indonésia: que os turistas que vão a Timor, são agentes políticos e jornalistas, na medida em que eles levavam sempre consigo, para fora de Timor, notícias, fotografias e vídeos da Resistência (Ramos-Horta, 2004:16). O massacre de Santa Cruz foi seguramente o acontecimento que mais mobilizou os jornalistas e as organizações não-governamentais no sentido de se interessarem e se preocuparem definitivamente com o destino do povo timorense. A partir das imagens de um jornalista inglês, de nome Max Stahl, os jornalistas começaram a construir discurso mais incisivo e persuasivo junto da opinião pública[5].

---

[4] Cf. A entrevista de Adelino Gomes concedida por Rui Marque (2005:230-231 sst) que dizia: " [...] todos os ingredientes que podem interessar à comunicação social: tem o ingrediente aventura, tem a utopia mas ancorada na realidade, a solidariedade, o estar ao lado dos que sofrem. Entretanto, existia o plano B a esta categorização, a alternativa, como que dizendo 'vocês não tiveram a reportagem de Timor, e nós vamos oferecer-vos uma reportagem de Timor, com riscos, e com a mesma possibilidade de atingirem os mesmos objectivos, que é verem Timor'. (...) O repórter diz assim: 'portanto, o senhor governador está na montanha? E a resposta foi: 'não, estou aqui em Díli'. Na cabeça do jornalista, o governador era um resistente que estava na montanha a resistir.". Provavelmente, isto é melhor argumento imaginário que teve influência nos editoriais e no campo do trabalho do próprio jornalista.

[5] Em Lisboa, cinco meses depois do "Massacre de Santo Cruz", 73 activistas de 21 países, acompanhados por 50 jornalistas de diversas agências noticiosas, alugaram o barco da "Lusitânia Expresso". O barco partiu no porto do rio Tejo de Lisboa ao rumo de Timor-Leste, para homenagear os jovens que morreram no "Massacre de Santa Cruz". Os militares indonésios deslocaram pelo menos 16 batalhões para controlar toda área, com a participação de seis barcos da guerra e mais a quantia de helicópteros para bloquear a entrada do barco "Lusitânia Expresso" no território de Timor-Leste. Xanana Gusmão fez o seu reconhecimento a esta acção de solidariedade promovida pela juventude portuguesa, com seguinte enunciado: "Pelos objectivos dos promotores, era bem-vinda a iniciativa. Objectivos que foram, no essencial, alcançados. Consideramo-lo um acto de coragem da juventude portuguesa, à qual reafirmo o nosso apreço e a nossa profunda gratidão" (Gusmão, 2002:264).

Na fundamentada opinião de José Rodrigues dos Santos, "o massacre de Santa Cruz confirmou o agendamento do problema, mas foi preciso esperar pelas imagens da chacina, difundidas pela televisão uma semana depois, para que o público finalmente reagisse à agenda imposta pelos meios de comunicação social. O mais interessante é que o Dia de Luto Nacional foi decretado no dia seguinte à exibição das imagens, e não no dia seguinte ao massacre, num curioso tributo ao poder da televisão" (Santos, 2001:114). Em reforço da natureza prevalecente da televisão sobre os demais órgãos de comunicação social, como adverte Pierre Bourdieu (1997:71): "se acontece que um tema seja lançado pela imprensa escrita, ele só se torne determinante, central quando é retomado pela televisão".

Rui Marques, adverte com alguma prudência, que as imagens de um acontecimento histórico nos poderão levar "a perceber a realidade não exactamente como ela é mas como a desenhamos na nossa mente, designando estes dois universos, respectivamente, por ambiente e pseudo-ambiente" (cf. Marques, 2005:29). Comungando desta mesma preocupação de tentar "perceber a realidade como ela é", por isso, "As notícias devem estar centradas nos acontecimentos, não nas condições a eles subjacentes; na pessoa, não no grupo; no conflito, não no consenso; no facto que 'antecipa a história', não naquele que a explica. Somente as 'más noticias', referentes a conflitos, cenas dramáticas, acordos ilícitos ou comportamentos questionáveis são notícias interessantes" (Castells, 2007:450-451).

Ramos-Horta, após o designado "Massacre de Santa Cruz" dizia ao jornalista Adelino Gomes que "não podemos permitir que o mundo volte a dormir depois disto" (Marques, 2005:198). Nelson Traquina, por seu turno, sublinha que "depois do massacre no cemitério de Díli, Timor ganhou noticiabilidade. Todo e qualquer assunto relacionado com Timor ser visto pela comunidade jornalística portuguesa como valor-noticia" (Traquina, 2007:190). A participação dos *media* na construção noticiosa, dando conta da saga da resistência de um povo sofredor, não deixa de constituir, em si mesma, uma acção solidariedade, seja esta solidariedade assumida ou não. Tenhamos presente que a sua função primeira é a de informar com verdade.

Adelino Gomes, referindo-se a uma entrevista por ele feita a um guerrilheiro da FRETILIN em Maliana, disse: "eu pergunto a um fulano porque é que ele está ali e ele diz que está a lutar pela independência, e eu pergunto, mas porque é que você que a independência, e ele diz 'porque sou maubere'. Ele estava comer a mandioca. 'o pão de maubere', explica-me, no meio do riso de todos. Não me esqueço mais, foi uma imagem que é impressionante quando se vê ainda hoje. Essa palavra "maubere" que, curiosamente, é uma palavra polémica, a primeira vez que eu a ouço é aqui. E os outros todos, que estão com as armas, dispostos a morrer, dizem assim: 'claro, por isso é que quer ser independentes'. Bom, essa imagem, para mim, é a imagem de um povo que está disposto a tudo" (Marques, 2005:217).

A crise económica na Ásia que atingiu a Indonésia, os timorenses, numa atitude estratégica, voltaram a defender, perante as Nações Unidas, o seu propósito de realização do *Referendum*., sabendo que uma vitória poderia ser decisiva para a

sorte da sua luta. O clima de insegurança dos timorenses, Durante e após de *Referendum*, foi visivelmente reportado pelos jornalistas creditados em Timor. Na cobertura de um acontecimento desta natureza, "os jornalistas portugueses [na opinião de Adelino Gomes], eram os primeiros que tratavam o assunto, influenciados pelos acontecimentos e, é gente que pode ser levada pelas circunstâncias (...) os americanos estão acostumados a que, quando falham no terreno, estão lá os editores para repor o 'jornalisticamente correcto. (…) O que o que aconteceu é que a realidade reforçou o mito [isto é, o mito da formação da ideia nação e da identidade nacional]. Acho extraordinário Timor ter aguentado aquele ano inteiro, até Agosto, reportagens sucessivas de jornalistas e ver-se quase uma continuidade de discurso nos *media*"' (Marques, 2005:237-238).

Aquando da tragédia ocorrida a seguir à realização do *Referedum* realizado em 1999, a opinião pública portuguesa estava bastante dividida e confusa quanto à explicação do que se passava em Timor. Todos os dias havia notícias nos dois sentidos: "aprofundar a imagem virtuosa dos bons e aprofundamento a imagem diabólica dos maus. Isto fez com que a opinião pública, que já estava preparada para isto, se tornasse aí também quase incontrolável" (Marques, 2005: 238). Apesar de não entender bem as causas do que se passava, a opinião pública portuguesa, perante o drama e a destruição que diariamente lhe era mostrado pela televisão, compreendeu que o povo de Timor estava a ser a vítima inocente das maiores atrocidades. E isso terá bastado para que uma opinião pública dividida se unisse, à semelhança do que acontecera em 25 de Abril de 1974, em torno duma causa comum: "foi um tempo rico de afirmação de gestos simbólicos: os cordões humanos, a roupa branca, a pressão juntos das embaixadas (...)" (Marques, 2005:118).

Os jornalistas que quotidianamente cobriram os acontecimentos em Timor, foram contagiados pela natureza emotiva do acontecimento: "A voz embargada, os silêncios, a excitação, as explosões de dramaticidade, em que as palavras se sucedem com muita rapidez, as alterações do tom de voz ao longo da descrição, são sinais explícitos de que, durante as transmissões em directo telefónico, o jornalista aproximou-se dos participantes, (...) em sintonia com o espírito da Missão Paz em Timor. Então utiliza na construção das frases a primeira pessoa plural" (Cabrera, 2001:259).

Para finalizar esta secção, tenhamos presente o precioso argumento do jornalista Adelino Gomes, enunciado nestes termos: "Timor não foi o resultado da informação, mas a realidade de Timor impôs-se à informação e, a partir daí, teve os favores da informação e da opinião pública. Os jornalistas estiveram lá, mas a opinião pública não 'pega'. Como não se conseguem abarcar todas as tragédias do mundo, as pessoas elegem uma. Mas essa tragédia tem que 'merecer'. Portanto, não foram os jornalistas que contaram bem a história, mas foi a história que se impôs aos jornalistas e ganhou a opinião pública" (cf. Marques, 2005:240).

1.1. A agenda dos *Media* em Timor-Leste

Consideramos que, para a abordagem deste tópico, se impõem à nossa consideração e análise as reflexões produzidas por Rui Marques, na sua excelente tese "*Timor-Leste: Agendamento mediático*". Segundo o autor, os jornalistas tiveram uma participação muito importante no projecto da construção da identidade cultural e nacional timorense, quer junto da população de Timor, quer da Comunidade Internacional. Num tempo em que pontificam os valores da globalização e se consolida a "Sociedade da Informação" o jornalismo contemporâneo tem uma matriz de universalidade. Os poderes socialmente constituídos podem travar, acelerar ou, mesmo ainda, censurar, segundo as suas conveniências, o fluxo da informação jornalística que circula no espaço público mediatizado de dimensão planetária. Mas não parecem capazes de restringir o alcance e universalidade do discursivo jornalístico.

A informação contemporânea pode contribuir, como no caso de Timor, para uma efectiva solidariedade universal e, de um modo especial, a televisão. Ela tem o condão de pôr o indivíduo em relação directa com as comunidades de outros continentes e responde, na medida das suas possibilidades, à necessidade que o público tem de aceder, com a maior de exactidão possível, ao que se passa no mundo, mesmo que não consiga captar a complexidade dos processos de construção jornalística da informação que lhe é servida. Apesar de as notícias serem construídas muitas vezes a partir de notas difundidas pelas mesmas Agencias Noticiosas e, por isso, terem cada vez mais um formato estereotipado, pensamos que é possível escapar a uma verdadeira massificação, tanto mais que, como nos adverte Mouro Wolf (2003:29): "as mensagens dos meios de comunicação contêm características particulares do estímulo que interagem de maneira diferente com os traços específicos da personalidade dos elementos que constituem o público. Desde o momento que existem diferenças individuais nas características da personalidade dos elementos do público, é natural que se presuma a existência, nos efeitos de variações correspondentes a essas diferenças individuais".

Rui Marques analisa o agendamento mediático em Timor-Leste, a partir do "Modelo dos Lang". Nessa medida, o autor centra a sua análise nos quatro tópicos que desempenham papéis fundamentais no discurso jornalístico, a saber: "focalização", "enquadramento", "universo simbólico" e "porta-vozes". Através do processo de *focalização*, " é dado destaque a determinados acontecimentos ou actividades. Fazem-nos sobressair de entre inúmeros outros eventos e actividades contemporâneas que também, poderiam ter sido seleccionados para divulgação. Transformar algo num centro de interesse afecta a forma como as pessoas irão pensar e falar" (Marques, 2005:37). O *enquadramento*, por sua vez, trata de uma outra dimensão do trabalho jornalístico: "para além de dar a notícia, a explica e a enquadra. Não resultando exclusivamente da sua vontade ou da sua grelha de

leitura, estas têm, no entanto, uma enorme importância" (Marques, 2005: 151). No que ao *universo simbólico* diz respeito, "compete ao jornalista, de entre os elementos simbólicos presentes numa dada mensagem, sublinhar os mais relevantes em si mesmo e no diálogo com o universo do público-alvo a que o jornalista se dirige" (Marques, 2005: 151). Por último, uma palavra sobre o quarto e derradeiro tópico, dos "porta-vozes". Diz o autor que na sua consolidação "os jornalistas têm uma importância, pois, através da sua gestão de fontes, vão, directa e indirectamente, destacando porta-vozes, através das opções que fazem – a quem dão voz – e da leitura prévia ou posterior que introduzem na interacção com os porta-vozes" (Marques, 2005: 151-152).

Os quatro tópicos que acabámos de referir são, no seu todo, indicadores fundamentais do modo como a produção das notícias interveio decisivamente na consolidação da identidade cultural, histórica, territorial do povo de Timor-Leste.

Para produção da sua tese "Timor-Leste: O Agendamento Mediático", Rui Marques reuniu um vasto *corpus* de análise: as notícias produzidas pela agência LUSA entre 1987 e 1999 (que terão constituído o núcleo da sua investigação); entrevistas a 11 personalidades timorenses e portuguesas (da guerrilha, da igreja local, da diplomacia, do activismo e do jornalismo); e, por último, documentos cedidos pela Resistência (referentes à cobertura jornalística da sua luta).

Como ele mesmo nos dá conta, "as notícias foram agrupados por meses, foram construídas tabelas de frequência de notícias e, a partir delas, elaborados gráficos que visualizam as tendências, nomeadamente a curva de evolução ao longo do tempo e os valores acumulados". O autor procurou ainda identificar "os momentos mais significativos em que o número de notícias se situou acima média" (Marques, 2005:67).

Rui Marques sublinha a importância que, segundo ele, tiveram as relações de proximidade e de cumplicidade que se estabeleceram entre jornalistas e membros da Resistência. Pela sua parte, diz o autor: "a Resistência teve a intuição da importância da componente mediática para a sua causa e desejou a presença de jornalistas no território" (Marques 2005:153). A resistência, tal como a sociedade civil, reconheceu a grande importância da solidariedade jornalística para o bom êxito da causa de Timor, mas não deixou de reconhecer, ao mesmo tempo, que, no decurso dos acontecimentos, sempre foram surgindo, aqui e ali, algumas dificuldades de relacionamento com a imprensa, uma vez que ela e eles (Resistência e Jornalistas) tinham lógicas de funcionamento diferente.

Como explica Luísa Teotónio, a propósito das respostas a uma entrevista de Xanana a um jornalista do *Liberation* o Xanana "ele ficou muito irritado com a resposta, por duas razões: primeiro, porque o Xanana o tratava o como se ele fosse um amigo da causa, e essa foi uma das principais aprendizagens: nem todos os jornalistas eram amigos da causa. Eram jornalistas, em primeiro lugar! Mas levou muito tempo os timorenses a aperceberem-se disso, porque quem lhes dava atenção era automaticamente um amigo, e, portanto, havia um sentimento de cumplicidade,

de confiança, que, lembro-me nesse caso muito concreto, irritou profundamente o jornalista" (Marques, 2005: 154). Afinal, o jornalista queria, muito legitimamente, salvaguardar apenas a independência que o público dele espera e, no limite, lhe é exigida pela deontologia da sua classe.

Felizmente que as relações entre a Resistência e os jornalistas se pautaram, na sua maioria, por padrão de mútuo respeito, sabendo cada parte o que lhe competia fazer, como sublinha Marques nestes termos: "A história das tentativas de contacto da Resistência com os jornalistas evidencia, em pequenas "estórias", uma estratégia intencional. Por exemplo, uma das figuras-chave na *interface* da sociedade timorense com os jornalistas que visitam Timor-Leste é o taxista. Com a vantagem de poder, por uns minutos, acompanhar os jornalistas a sós, sem o risco de serem escutados ou de serem tidos como suspeitos, estes timorenses desempenham um papel relevante" (Marques, 2005:159).

2. Da representação identitária de Timor

Segundo Bassand, citado por Lemos Martins, vivemos numa sociedade da comunicação generalizada, que torna as comunidades que compartilham as diferenças de ideias de "*trans e/ou inter-cullturais*" (Martins: 1996:59). As culturas nacionais e locais deverão ser, na perspectiva sociológica de Martins, consideradas a partir de um espaço-tempo local, o cosmopolitismo pode projectar no mundo a acção humana. Por outras palavras, as culturas locais serão tanto mais livres quanto mais multiplicarem as conexões concretas entre si e com o resto do mundo.

Não temos aqui a pretensão de, no âmbito deste trabalho, traçar um mapa detalhado das identidades culturais que convergem para uma identidade única que se presume existir quando falamos do Estado-nação de Timor-Leste. Toda a caminhada teórica feita até este momento sobre a questão da identidade cultural timorense, permitiu-nos perceber que o tema da identidade tem sido, entre os autores que estudaram o fenómeno da edificação da nação Timor-Leste, um tema nuclear, sem que, todavia, possamos dizer que existe sobre a temática das "identidades de Timor" uma posição unívoca. Todavia, é justo destacar, entre todos, o trabalho desenvolvido por Nuno Canas Mendes por nós diversas vezes citado.

Importa sublinhar aqui a participação activa dos actores não-governamentais na formação da identidade nacional timorense, prestando, cada um deles, um contributo para uma ideia de Identidade Plural. Cada um desses actores teve o mérito de legar à nação uma narrativa, entretecida de mitos, lendas e costumes que entraram numa relação de "coerência narrativa" (Dworkin) com todas as narrativas de que se tece a Identidade Nacional timorense.

Atente-se, em particular, na solidariedade dos actores não-governamentais, como as ONGs, cujo contributo se exprime, na fundamentada opinião do José Manuel Pureza, numa transformação "do conceito tradicional de soberania na oferta

do Estado como suporte de lutas emancipatórias fundamentais que têm lugar na sociedade civil global e que são conduzidas por redes de ONG's transnacionais" (Pureza 2001:2). A discussão das identidades culturais de Timor-Leste deve ser articulada como as práticas comunicacionais entre etnias timorenses, sem esquecer a sua inevitável abertura a um mundo, tendo como primeiro interlocutor estratégico as ONG's.

A representação, por sua vez, traduz os valores fundamentais partilhados pelos timorenses e sobre os quais assentam, na sua dimensão de representação identitária, a etnia, a cultura, a língua, a religião e a histórica. Daí ela ser, nas palavras de Moisés L. Martins, "a identidade é um ser percebido, e percebido como distinto, que existe fundamentalmente pelo reconhecimento dos outros" como riqueza da nação, quer pela sua dimensão, quer por vontade honrosa de que o "acto de adesão pessoal permanentemente reiterada a uma comunidade, a qual se espelha numa estrutura simbólica, que incessantemente inspira práticas significantes" (Martins, 1996:24). A esta luz, a riqueza de Timor, foi legada pelos seus ancestrais antepassados e reforçada pela herança cultural portuguesa, convergindo ambas para a formação da identidade do povo timorense. Daí fazer sentido dizer-se que "Timor-Leste foi colonizado durante 500 anos por portugueses e forjou uma identidade cultural e religiosa" (Ramos-Horta, 1994:34).

A diversidade étnica, religiosa ou política, as correntes artísticas, científicas ou filosóficas, não deixaram de se influenciar e enriquecer mutuamente ao longo dos períodos da luta pela independência. Deste modo, a pluralidade deve ser entendida como uma riqueza comum de que hoje se pode reclamar Timor-Leste como estado livre soberano. Com efeito, por mais diferentes que sejam, os povos timorenses partilham uma história que os situa dentro do seu próprio território e no mundo, afirmando-se como portadores das suas próprias idiossincrasias (o que faz deles um povo diferente) mas consciente de que, enquanto parte da Humanidade "somos todos os mesmo", isto é, humanos.

No nosso ponto de vista, o modelo cultural do povo de Timor-Leste deve basear-se no respeito e intercâmbio cultural entre os diversos grupos étnicos, no desenvolvimento de acções cooperativas que alimentem, enriqueçam e dinamizem os valores simbólicos da tradição. Este desígnio só pode ser levado a cabo através de uma política de perseverança e de mobilização comunitária, com vista ao efectivo desenvolvimento sustentável de Timor-Leste.

Nestes pressupostos, importa ter em conta as reflexões de António Augusto Mendes Correia, na sua obra *Antropologia Timorense*. O autor faz aí um levantamento do que ele chama "a anatomia" e "fisiologia" dos timorenses. Por seu turno, António de Almeida na sua obra *Das mutilações étnicas dos indígenas de Timor*, dá-nos conta das suas investigações sobre o aspecto corporal dos timorenses, suas práticas rituais, origem e significado dos seus nomes, particularidades dos grupos etnolinguísticos que merecem do autor uma classificação pessoal. Todavia, esta observação da taxinómica é demasiado sofisticada e estática, mostrando várias

categorias de timorenses e não-timorenses. O autor ignorou, no seu estudo, alguns sectores culturais, por cultura e ascendência, pertencem simultaneamente a vários grupos. A observação etnográfica mais conceituada de Timor-Leste terá sido a produzida por Mendes Correia que nos conta dos seguintes dados: a comunidade dos proto-malaios era constituída por 65,4% de homens e 53,7% mulheres (Thomaz, 2002:42); a dos vedo-australóides era constituída por 11,8% de homens e 15,8% mulheres. Relativamente aos vestígios linguísticos, não existiam (até à data da publicação da obra de Thomaz) estudos especializados e sistemáticos (Thomaz, 2002:39). Thomaz reconhece que também ele não conseguiu aprofundar, como se impunha, as relações de parentescos entres as várias línguas faladas em Timor e no continente australiano. Realça ainda que a população timorense é, na sua maioria, de raiz "Austronésia", uma civilização que terá sido preservada, durante séculos, de novas influências externas. As suas actividades eram essencialmente agrícolas, dedicando-se ao cultivo do milho e mandioca traduzidos pelos portugueses do Brasil e rapidamente divulgadas a partir do século XVII. A economia de subsistência das populações rurais timorenses de hoje é em tudo análoga à definida pelo autor.

2.1. Dos mitos e das crenças do povo timorense

Canas Mendes, na sua obra *A multidimensionalidade da Construção Identitária em Timor-Leste*, dá um particular ênfase ao lugar do mito e dos símbolos transmitidos pela tradição oral. Segundo o autor o mito está "na génese de um imaginário colectivo, designadamente no que às origens diz respeito, bem como na formulação de um destino histórico" (Mendes, 2005:258). A ficção timorense fixada nas narrativas e lendas de transmissão oral constitui um elemento essencial para o estudo das raízes do nacionalismo, sendo os cinco séculos de colonização que originaram o que [Ezequiel Enes] Pascoal chama de *contos mestiços* (Paulino, 2012), por conterem referências a elementos da cultura portuguesa (Mendes, 2005:259).

Num sentido poético, Ruy Cinatti referia-se à beleza do território timorense, como um paraíso tropical oriental cheio de sedução: "não admira que o espírito sensível de Alberto Osório de Castro fosse levado a confessar: 'a flora de Timor, misteriosa e fremente, em mim produz por vezes o mesmo *grand songe terrestre*, igual vertigem e ardente ebriedade pânica à que me dão certos poemas" (Cinatti, 1996). Ruy Cinatti reconheceu que, afinal, os timorenses também são humanos como ele, reforçando no seu espírito, através do contacto, a sua admiração pela cultura timorense que ele manifesta do seguinte modo: " foi por simpatia, início de vivência redobrada, e menos por curiosidade renascida, que o timorense se destacou da passagem comum, símbolo de gente exóticas; abstracções humanísticas; corpo e alma que por mim e me dera o seu nome para que o chamasse (...) o timorense meu

amigo era, afinal, um homem como eu" (Cinatti, 1996:21).Deste modo claro e sincero, Ruy Cinatti, alude a uma "condição humana" com a qual se sente irmanado, pela amizade criada e selada com "pacto de sangue" com o Régulo de Ai-Assa, em representação do povo autóctone de Timor[6].

Os timorenses, sob a protecção de um Estado, sentem-se seguros e em paz com a garantia de que a sua cultura, costumes e mitos são preservados e considerados, na sua pluralidade, uma riqueza nacional. Esta observação é clara quando à ideia de uma identidade e de uma tradição próprias aos vários povos de Timor, onde a ideia de vivência colectiva, a formar a alma timorense, com o contacto com o povo civilizador (Mendes, 2005). Os timorenses, na sua quase totalidade, acreditam na existência de outra vida para além da morte. A crença em Deus terá sido inspirada na ideia totémica de "lúlic"(que designa tudo o que é sagrado) e que está presente em todos os momentos na vida dos timorenses. Tudo o que merece a designação de "lúlic" é supersticiosamente temível e está presente nas cerimónias rituais (quaisquer que sejam os seus "estilos") para afastar o mal. Após a morte, almas continuam a viver, ora vagueado por lugares estranhos, ora retidas nas cavernas das montanhas sagradas, ou encarnando mesmo em animais e objectos sagrados. Uma tal religiosidade está patente na vitalidade das práticas rituais e na veneração e respeito pelos espaços sagrados.

De um modo geral, as crenças tradicionais dos timorenses que têm o seu centro nas "casas sagradas" e nos "objectos sagrados", são algo que pertence e representa o valor da vida humana. Cada ritual obedece a códigos ancestrais de representação designados por "estilos" cuja origem se perde na memória dos tempos. Qualquer que seja o "estilo", o ritual exige sempre o sacrifício de animais. E, em se tratando de grandes cerimoniais, poderão ser sacrificados búfalos ou porcos que serão ingeridos pelos convidados do banquete cerimonial.

Ezequiel Enes Pascoal na sua obra *A Alma de Timor vista na sua Fantasia*, dá-nos conta de que, em Timor-Leste, há uma existência de imaginário mitológico que preside à celebração destes rituais: "encontra-se em Timor, uma espécie de cosmogonia *sui generis* que vem, com certeza, de recuadas eras. Nela figuram homens e animais, dotados de recursos e poderes inconcebíveis com os quais dominaram as forças da natureza desencadeadas em proporções ciclópicas [...]. As lendas timorenses em que prevalece o tema das origens admitem a preexistência da

---

[6] Segundo tradição timorense, os seus ancestrais fizeram um juramento de sangue com os portugueses como um símbolo de amizade. Como descreve Apolinário Guterres o relato de "lia na'in" de Aça Mali de Oepó que diz o local de "Caliau Lozó Bibaua Luabel", situado na encosta da montanha de Lakus, como um lugar de despedida entre timorenses e portugueses, antes de estes partirem para além-mar. foi neste local que mataram um galo, beberam vinho e aclamavam com alta voz "biba" (em português designado por "viva") e, deram aquele sítio o nome de "Bibaua Laudel" (Guterres 1992:238). O português Ruy Cinatti no seu tempo, fez um juramento de sangue com dois chefes timorenses, proveniente do grupo étnico Búnaque, Armando Barreto de Ai-Assa e Adelino Ximenes de Loré (Cinatti 1974). Por força simbólica deste "pacto de sangue" e segundo dos costumes timorenses, o português Ruy Cinatti passou a ser simultaneamente, luso-timorense, irmão de dois chefes timorenses e pertenceu às suas respectivas linhagens de dois chefes timorenses: "liguei-me a Timor por juramento de sangue" (Cinatti 1984:10).

terra, isto é, de Timor, mas diferente da actual, em tamanho e forma. Concepções igualmente lendárias relativas ao aparecimento estranho de determinados homens, de que descendem certas dinastias autóctones, são posteriores a tremendos cataclismos que teriam assolado a ilha" (Pascoal,1967:23).

Segundo um conto popular, existe um mito colectivo que diz respeito, à existência de uma forte ligação entre timorenses e portugueses. O termo "malae" designa alguém que é "estrangeiro"; foi utilizado, pela primeira vez, para se referir portugueses[7], como nos conta António de Almeida: "conforme o simbolismo dos nativos, a ilha outra coisa não é do que um gigantesco crocodilo. O jacaré é um animal reverenciado por muitos Timorenses; chamam-lhe avô, manifestando a sua veneração por meio de estilos ou práticas magico-religiosas, que consistem em sacrifícios de porcos e de outros animais domésticos, abstendo-se de molestá-los, mesmo quando ele consiga matar e deglutir algum patrício. O réptil aparece frequentemente no folclore local; no dorso de um jacaré voador, dizem os nativos, chegou a Timor o primeiro branco, um *malae*, ou seja, um Português" (*apud* Mendes, 2005: 259-260).

Estas preciosas narrativas de Ezequiel Enes Pascoal e de António Almeida, falam-nos de uma mitologia que explica as origens e o fundamento da existência do povo de Timor, sem esquecer o contacto cultural e a consequente adaptação recíproca entre as culturas de diversos grupos étnicos, incluindo também a introdução da cultura portuguesa no seu quotidiano. Mendes sugere que tal pode ser visto como a formação de uma memória partilhada. Anthony Smith considera esta "memória partilhada" como elemento agregador da vivência étnica. De facto, estamos em presença de um legado de memória colectiva. Como sustenta Lúcio Sousa, "a presença dos antepassados revela-se em estruturas presentes igualmente na paisagem e desconhecidas por muitos, sobretudo por estranhos, e articulam-se entre si relacionando o *habitat* território com os seus agregados humanos, as casas e o seu interior" (Sousa, 2007:199). Ainda hoje, há fortes vestígios de "totemismo" na cultura timorense como relata Luís Filipe Thomaz. O *totem* é a personificação de um antepassado mítico que se torna simultaneamente um símbolo da unidade do grupo social (que o venera) e a sua entidade protectora.

Nas últimas campanhas de pacificação do território pelo governador Celestino da Silva, a bandeira portuguesa foi identificada pelos timorenses como um *totem* do

---

[7] Segundo os "Lal-gomo" (senhores da palavra) do grupo étnico búnaque sublinham que há uma existência mitológica colectiva que diz respeito a uma forte ligação entre timorenses e portugueses. Segundo os "Lal-gomo" (senhores da palavra) Búnaque de Léber : "Bui Dau" (mulher) e "Mau Dau" (Homem), o primeiro casal saído das mãos de "Maromak" (Deus), geraram "Aça Paran e Mau Paran". Os filhos de "Aça Paran e sua mulher "Olo Dia Soi Dia" foram seguintes: "Kei Kesa", "Malae", "Sina Mutin", "Malakan", "Gugo Eivi", "Tsie Sina", "Kelun Leu", "Samolo", "Asa Lorok" e "Fau Funak". Deus entregou "ai-su'ak" (é um instrumento agrícola que consiste num pau aguçado de espessura e tamanho variado) e "katana" (é um instrumento, equivalente ao podão, próprio para cortar madeira) aos dois casais antepassados dos timorenses: "Asa Lorok e Fau Funak", "Kelun Leu e Samolo" e; Deus entregou "súrat" (papel) e "lápis, sabão e lenço" aos "Gugo Eivi e Tsie Sina", "Sina Mutin e Malakan", "Kei Kesa e Malae" – estes três casais são antepassados dos "malae" (portugueses) (cf. Guterres 1992: 237).

seu suserano e, como tal, tornou-se a entidade protectora e o símbolo da unidade dos "reinos" e "sucos" de Timor[8]. Segundo Ruy Cinatti, "esta entidade protectora encontra-se ainda hoje nos sítios mais escondidos, como se fora um "um crucifixo que os próprios gentios veneram e identificam com os símbolos do seu saber mais antigo: a árvore sagrada, o tronco afeiçoado à figura de um homem com braços abertos, ou uma carta de nomeação, passada em nome de El-Rei e conservado num bambu, suspenso do travejamento da casa, juntamente com a espada de guerra dos antepassados" (Cinatti, 1963: 12-16).

Como corolário da reflexão aqui desenvolvida, sobre o fundamento da mitologia imaginária na formação da identidade cultural timorense, vale a pena realçar que "para além da mestiçagem cultural, é muito importante sublinhar aqui a existência de uma mitogénese dinâmica que denuncia as divisões políticas desde remotas eras, facto que percorre toda a história da ilha" (Mendes, 2005:260).

2.2. A Igreja católica e Identidade do povo timorense

A realidade do vivido não pode nem deve resumir-se a uma mera série de factos. Ao invés, e de acordo com Hall, "as definições de realidade eram sustentadas e produzidas através de todas aquelas práticas linguísticas por meio das quais as definições selectivas do real eram representadas. Isso implica o trabalho activo de seleccionar e apresentar, de estruturar e dar forma: não apenas a transmissão de um significado já existente, mas o trabalho mais activo de dar significado às coisas" (*apud* Traquina, 1999:109).

Para a constelação de símbolos mediáticos, o cristianismo dos timorenses – vs. O islamismo dos indonésios - constituiu uma importante ponte com o Ocidente, numa ligação estreita ao seu universo simbólico, culturalmente cristão. Esta afirmação da identidade religiosa foi determinantena persistência dos timorenses na busca da sua independência, quer na captação de apoio internacional, nomeadamente no universo dos cristãos (Marques, 2005:134). É justo reconhecer que o papel assumido pela igreja católica em Timor foi decisivo na salvaguarda a identidade cultural, histórica e religiosa dos timorenses. No plano estritamente político, a igreja católica timorense foi capaz de resistir à exigência Episcopal da Indonésia no sentido de aceitar a "integração como facto consumado".

Do nosso ponto de vista, a igreja católica timorense, não obstante o prestígio granjeado e a sua grande implantação, não representa uma *dimensão específica* da identidade timorense. Importa não esquecer que existem outras formas de religiosidade, com raízes mais antigas, partilhadas pelos timorenses, mesmo católicos. Todavia, importa não esquecer que também ela, a igreja católica

[8] Segundo Luís Filipe F. R. Thomaz, os timorenses consideram a bandeira portuguesa como um totem e uma identidade protectora do mais vasto dos grupos em que se sentem integrados e o símbolo da unidade dos vários reinos e sucos do território [de Timor] (Thomaz 1977:21).

timorense, tem uma história que remonta já a cerca de 500 anos. A imagem que os timorenses têm da igreja católica é fortemente marcada pelo seu pragmatismo na resolução dos problemas quotidianos dos mais desfavorecidos, pelo empenho em congregar todas as etnias, pela tolerância e hospitalidade.

Em função do que acabámos de dizer, a religião católica, de par com a língua portuguesa, constituem uma genuína herança que os timorenses guardam da presença colonial portuguesa. Não é difícil sustentar que, à sua chegada, a religião católica foi uma crença estranha a uma população que na sua maioria é animista. Todavia, essa crença estranha estimulou uma reacção no hospedeiro que a recebeu, como se fosse uma pérola que hoje, os timorenses guardam ciosamente como parte dos valores fundamentais da sua identidade nacional.

Durante a ocupação Indonésia, a igreja católica, foi a única instituição que ajudou a Resistência timorense a levantar a bandeira identitária e a defender os direitos universais do povo timorense na luta pela independência. O antigo cônsul australiano em Díli (1962-1964), James Dunn, destaca que "a Igreja Católica em Timor era uma força poderosa entre os timorenses, mesmo aqueles que não tinham aceitado a fé. (...) Apesar de mais de metade dos timorenses serem animistas, em certo sentido, Timor era um Estado católico por ocasião da invasão indonésia" (cf. Jollife, 1989:29).

Tendo em conta a sua posição política de fidelidade aos ideais emancipatórios, a hierarquia da igreja católica consolidou uma relação de grande proximidade ao povo timorense, aquando das duras lutas travadas pela libertação nacional. Diga-se, a título de ilustração, que após 6 anos da invasão de Timor pela indonésia, mais precisamente em 1981, a hierarquia da igreja católica timorense elaborou e difundiu, através dos *media*, um duro manifesto político-religioso que dizia: "confessamos que ainda não compreendemos por que razão a Igreja Indonésia e a Igreja Romana não declaram, oficial e abertamente, a sua solidariedade com Igreja, religiosos e povo de Timor-Leste. Talvez este seja para nós o golpe mais duro. Vendo a extensão da tragédia do povo de Timor-Leste que se vem arrastando ao longo de seis anos, fazendo um número de vítimas superior a 'duzentos mil pessoas', incidente conhecido em todo o mundo, ficamos assombrados com o silêncio que parece permitir que morramos abandonados" (Barbedo-Magalhes, 1992:33).

Num excerto da sua mensagem aos jovens de Timor-Leste em 1986, Xanana Gusmão reconheceu o trabalho desenvolvido pela igreja católica timorense, nestes termos: "a igreja de Timor-Leste, e neste prolongado cativeiro do nosso povo, tem sido o porto seguro nestas vagas de crimes e de violações de toda a ordem, tem sido o suporte moral na luta do nosso Povo, tem sido a valiosa mão que aliviou as dores do nosso Povo na sua heróica resistência à vil e cobarde agressão indonésia e à sua criminosa ocupação da nossa Pátria" (Gusmão, 2002:201-202).

A política da unidade nacional saiu reforçada quando, a 6 de Fevereiro de 1989, o líder da Igreja Católica de Timor-Leste, D. Ximenes Belo, dirigiu uma carta

ao Secretário-Geral da ONU – Perez de Cuellar, a pedir a realização de uma consulta popular: "Como responsável da Igreja Católica e como cidadão de Timor, venho pedir ao Senhor Secretário-Geral para iniciar em Timor o processo de descolonização mais normal e democrático que é a realização de um *Referendum*. Até agora, o povo ainda não foi consultado. São os outros que falam em nome do povo. É a Indonésia que diz que o povo de Timor já escolheu a integração, mas o próprio povo de Timor nunca disse isso. Portugal quer deixar ao tempo a resolução do problema. E nós vamos morrendo como povo e como nação"[9] (Acácio 2006:157).

O D. Ximenes Belo, era Bispo de Díli quando, no seu discurso de laureado com o Prémio Nobel da Paz, afirmou: "É do conhecimento de V.Ex.ªs o esforço da Igreja no que concerne ao sofrimento do povo de Timor-Leste [...] enquanto bispo deste povo, não encaro esse Prémio Nobel da Paz como algo com que se prestigia somente uma pessoa, mas como a homenagem devida à Igreja Católica de Timor-Leste, pelo trabalho feito na defesa dos direitos inalienáveis do seu povo", conclui dizendo enfaticamente: "O homem é um ser para a liberdade" (Ximenes-Belo, 1997:54). Jorge Sampaio, à data Presidente da República Portuguesa, refere-se àquela honrosa distinção nestes termos: "O Prémio Nobel da Paz marca a consagração definitiva da causa timorense como uma grande causa internacional, onde se revêem todos os que lutam pela paz, pela liberdade e pelo direito" (Acácio, 2006:21).

Em Maio de 2005, a hierarquia da igreja católica de Timor-Leste promoveu uma mega-manifestação contra o pacote educativo, lançado pelo governo de Mari Alkatiri, que determinava que a disciplina de religião-moral passaria a ser facultativa[10]. Nessa manifestação, a hierarquia da igreja católica fez um apelo público ao governo para que suspendesse aquela restrição, como forma de resolver o problema, invocando, para tanto, as orientações sobre política educativa imanada no Concílio Vaticano II.

O governo de Timor-Leste, por seu turno, entendeu que devia tomar uma decisão imediata e, convidando o representante da igreja católica, propôs-se resolver o problema através de um acordo em que se afirmava o reconhecimento do papel desempenhado pela igreja católica como retaguarda da Resistência, como

---

[9] O documento disponível em Kohen 1999:158.

[10] A este propósito, a hierarquia da igreja católica fez questão de declarar publicamente, com seguintes enunciados: "É dever do Estado promover a civilidade, a solidariedade, o respeito mútuo, a dignidade humana, os direitos e a colaboração entre os diversos credos. Por isso é necessário um apurado esforço para a definição jurídica detalhada de um sistema de educação em que se reconhecem os valores fundamentais da vida em sociedade, para a qual, inegavelmente, a Religião é de primordial importância. (...). Para os timorenses, a Religião, e de modo particular a Religião Católica, foi e é expressão da identidade do povo. (...). As outras religiões presentes em Timor-Leste dirão da sua justiça. Nós, os Bispos católicos de Timor-Leste, somos de opinião que o ensino da Religião não deve ser apenas facultativo, mas obrigatório no Currículo; serão os Pais a decidir se os seus filhos devem ou não frequentar a aula de Religião; os pais terão que declarar a sua opção no acto da matrícula dos seus filhos. (...)" (Nota Pastoral, in jornal semanário de 17/2/2005; obs. cit. Silva, 2007:220-221).

difusora e defensora dos direitos humanos, no trabalho de alfabetização e na formação da identidade nacional timorense. Do nosso ponto de vista, este acordo não resolveu completamente o problema da disciplina de religião-moral, mantendo-se em aberto aquele diferendo.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Benedict. 2005. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo. Lisboa: Edições 70 (edição portuguesa).

ACÁCIO, Manuel. 2006. A última bala é a minha vitória: a história secreta da resistência timorense. Cruz Quebrada: Oficina do Livro.

BOURDIEU, Pierre. 1997.Sobre a Televisão. São Paulo: Jorge Zahar Editor Lda.

BARBEDO-MAGALHÃES, António. 1992.Timor-Leste: ocupação indonésia e genocídio. Porto: Universidade do Porto.

CASTELLS, Manuel. 2007.A era da informação: economia, sociedade e cultura – o poder da identidade. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

CABRERA, Ana. 2001.Missão paz em Timor: percurso de um pseudo-acontecimento. In*O Jornalismo português em análise de casos*, Lisboa: Editorial Caminho.

CINATTI, Ruy

1996. Um Cancioneiro para Timor. Lisboa: Editorial Caminho.

1963. Tratado da Província de Timor. *Revista Shell*, n.º 346.

GUNN, Geoffry.

1999.Timor Lorosae 500 anos. Lisboa: edição portuguesa – livros do Oriente.

2001. Língua e cultura na construção da identidade de Timor-Leste. In Timor Lorosa'e; Camões – Revista de Letras e Cultura Lusófonas, Lisboa: Instituto Camões.

GUSMÃO, Xanana. 2002.Timor-Leste: Um Povo Uma Pátria, Lisboa: Edições Colibri.

JOLLIFE, Jill. 1978. East Timor: nationalism and colonialism. St. Lucia: University of Queensland Press.

KOHEN, Arnold S. 1999. Da terra dos mortos, as lutas épicas do Bispo Ximenes Belo. Lisboa: Círculo de Leitores.

MENDES, Nuno Canas. 2005. A multidimensionalidade da construção identitária em Timor-Leste. Lisboa: ISCSP-UTL.

MARQUES, Rui. 2005. Timor-Leste: O agendamento mediático. Porto: Porto Editora.

MARTINS, Moisés de Lemos. 1996. Para uma inversa navegação: o discurso da identidade. Porto: Edições Afrontamento.

NORA, Pierre. 1983.O acontecimento e o historiador do presente, In AAVV A nova história. Lisboa: Edições 70.

PASCOAL, Ezequiel Enes

1949. SEARA: Boletim eclesiástico da Diocese de Dili. Ano 1 – nº 1, Dili-Timor.

1957. A Alma de Timor vista na sua fantasia: lendas, fábulas e contos. Braga: Barbosa & Xavier.

PAULINO, Vicente. 2012. Representação identitária em Timor-Leste: culturas eos média. Tese de Doutoramento, Lisboa: Faculdade de Letras daUniversidade de Lisboa.

PAULINO, Vicente. 2011. Imprensa católica Seara e a tradição timorense: 1949-1973. In SILVA, Kelly & SOUSA, Lúcio (org)., Ita maun alin o livrodo irmão mais novo – afinidades antropológicas em torno de Timor-Leste.Lisboa: Edições Colibri, pp.169-182.

RAMOS-HORTA, José

2004.Timor-Leste, o primeiro Estado do Século XXI. In Bessa, António Marques et all, *Timor-Leste em mudança: ensaios sobre administração pública e local*, Instituto do Oriente: Instituto de Ciências Sociais e Políticas de Lisboa, P.11-19.

1997. The Nobel Lecture Given by The Nobel peace Prize Laureate 1996 José Ramos-Horta. In *Timor-Leste: Nobel da Paz, Lisboa*: Edições Colibri.

1994. Timor-leste: amanhã em Díli. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

SANTOS, José Rodrigues dos. 2001. Comunicação. Lisboa: Prefácio-Edição de Livros e Revistas

SMITH, Anthony. 1997.A identidade nacional. Edição portuguesa traduzida por Cláudia Brito, Lisboa: Edição Gradiva

SOUSA, Lúcio Manuel Gomes de. 2007. As casas e o mundo: identidade local e nação no património material/imaterial de Timor-Leste. *Etnografia - Acta do III Congresso Internacional*, Cabeceira de Basto.

THOMAZ, Luís Filipe F.R. 2002.Babel Lorosae: o problema linguístico de Timor-leste. Lisboa: Cadernos Camões.

TRAQUINA, Nelson. 1999.Jornalismo: questões, teorias e estórias. Lisboa: Veja.

WOLF, Mauro. 2003. Teorias da comunicação. Edição portuguesa traduzida por Maria Jorge Vilar de Figueiredo, Lisboa, Editorial Presença.

XIMENES-BELO, Carlos Filipe.1997. The Nobel Lecture Given by The Nobel peace Prize Laureate 1996 Carlos Filipe Ximenes Belo.In *Timor-Leste: Nobel da Paz*, Lisboa: Edições Colibri.

O poder local em Timor-Leste*

Jaime Valle

1. O princípio da descentralização administrativa na Constituição de 2002

O princípio da descentralização administrativa encontra um amplo acolhimento na Constituição timorense de 2002 (Gonçalves, 2010). É desde logo acolhido na Parte I, em sede de «Princípios Fundamentais», afirmando o artigo 5.º da Constituição, no seu n.º 1, que "o Estado respeita, na sua organização territorial, o princípio da descentralização da Administração Pública" cometendo à lei, no n.º 2, "defin[ir] e fixa[r] as características dos diferentes escalões territoriais, bem como as competências administrativas dos respectivos órgãos".

Não obstante a remissão para a lei efectuada pelo artigo 5.º, n.º 2, e repetida pelo artigo 71.º, n.º 4, quando afirma que "a organização político-administrativa do território da República Democrática de Timor-Leste é definida por lei", a própria Constituição adianta os traços essenciais dos moldes da descentralização territorial ao nível local, estabelecendo, no seu artigo 72.º, n.º 1, que "o poder local é constituído por pessoas colectivas de território dotadas de órgãos representativos, com o objectivo de organizar a participação do cidadão na solução dos problemas próprios da sua comunidade e promover o desenvolvimento local, sem prejuízo da participação do Estado", que o n.º 2 do mesmo artigo completa afirmando que "a organização, a competência, o funcionamento e a composição dos órgãos do poder local são definidos por lei".

Por seu turno, o artigo 137.º, n.º 2, integrado no Título VI da Constituição, dedicado à Administração Pública, ao estabelecer que "a Administração Pública é estruturada de modo a evitar a burocratização, aproximar os serviços das populações e assegurar a participação dos interessados na sua gestão efectiva" aponta, também, ainda que mediatamente, para a existência de um princípio de descentralização.

A essencialidade do princípio da descentralização administrativa que destes preceitos se retira é confirmada, em termos de direcção política e de garantia, pela inclusão da divisão territorial no elenco das matérias de reserva absoluta da competência legislativa do Parlamento Nacional, nos termos do artigo 95.º, n.º 2, alínea g), e pela consagração de um «princípio de desconcentração e

* Texto de suporte a uma palestra proferida na Universidade Nacional de Timor Lorosae, Maio de 2013.

descentralização administrativa» como limite material de revisão constitucional na alínea h) do artigo 156.º da Constituição.

A tarefa de que a Constituição timorense de 2002 incumbe o legislador na concretização do âmbito territorial do princípio da descentralização encontra-se, assim, perante este conjunto de dados normativos, suficientemente densificada: a criação de pessoas colectivas públicas territoriais (vertente formal), dotadas das atribuições e competências apropriadas para a aproximação da Administração Pública das populações e para a prossecução do desenvolvimento local e dos recursos, humanos e materiais, necessários para a prossecução e exercício daquelas atribuições e competências (vertente material).

2. Os primeiros passos da descentralização territorial em Timor-Leste

O processo de descentralização territorial em Timor-Leste iniciou-se em 2003, com a criação de um Grupo de Trabalho Técnico Interministerial, sob a liderança do Ministério da Administração Estatal do I Governo Constitucional de Timor-Leste, com o objectivo de preparar um projecto de política nacional de descentralização.

Quase simultaneamente, logo em 2004, foi criado um Programa de Desenvolvimento Local, um projecto-piloto com o objectivo de testar diferentes modelos de descentralização e gerar ensinamentos práticos para um sistema de governo local efectivo e transparente, que respondesse às necessidades das populações.No âmbito deste projecto foram criadas Assembleias Locais, compostas na sua grande maioria por funcionários do Governo e membros dos Conselhos de Suco, que receberam formação apropriada, e foi disponibilizado a essas Assembleias Locais um Fundo para o Desenvolvimento Local, com vista à preparação dos membros das Assembleias no respeitante à afectação dos montantes disponíveis de acordo com as necessidades locais por elas identificadas e em linha com o Plano de Desenvolvimento Local estabelecido.

O Programa, que começou por incluir em 2005 4 distritos, foi estendido em 2008 a mais 4, e passou a abranger, desde 2010, todos os 13 distritos de Timor-Leste.

3. A «Política que Institui a Descentralização e o Governo Local em Timor-Leste»

Dos resultados do labor do Grupo de Trabalho Técnico Interministerial nasceu a «Política que Institui a Descentralização e o Governo Local em Timor-Leste», aprovada pela Resolução do Governo n.º 6/2006, de 11 de Outubro, já no decurso do exercício de funções do II Governo Constitucional de Timor-Leste.

O seu objectivo geral era "estabelecer municipalidades fortes, democráticas e eficientes, com suficientes recursos humanos e capacidade fiscal para poderem ter um envolvimento activo e contribuir para a realização dos objectivos de desenvolvimento do Governo de Timor-Leste".

Esta «Política» propugnava um único estrato municipal do governo local, cujo nível, dimensão e população se situariam entre o dos existentes Distritos e dos Subdistritos, devendo assegurar:

- a preservação da homogeneidade e identidade cultural local;
- um equilíbrio do potencial e recursos para o desenvolvimento, combinando as áreas mais ricas e mais pobres, se possível;
- a existência de um centro administrativo, permitindo um acesso razoável por parte de todos os sucos da municipalidade;
- um nível mínimo de população;
- um número mínimo de sucos constituintes.

Os municípios, a instituir faseadamente, seriam ordenados em categorias, tendo em conta 3 critérios:

- dimensão total da população;
- grau de urbanização;
- pessoal e capacidades administrativas.

A «Política» previa como órgãos para o Município a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal. A Assembleia Municipal, numa 1.ª fase eleita indirectamente através dos Conselhos de Suco, possuiria poderes orçamentais, regulamentares e de supervisão.

A Câmara Municipal teria um Chefe Executivo à frente de um pequeno conjunto de funcionários responsáveis pela gestão das funções municipais essenciais e básicas, e teria também Departamentos Sectoriais, sob supervisão simultaneamente do Governo e da Assembleia Municipal.

Previa ainda um órgão unipessoal, alternadamente designado por Presidente do Município e por Presidente da Câmara, que presidia à Assembleia Municipal e a quem o Chefe Executivo reportaria. Numa 1.ª fase nomeado pelo Governo, posteriormente seria eleito directamente.

Por fim, previam-se ainda Comissões Municipais Permanentes, “com poderes para supervisionar os principais planeamentos, desenvolvimentos, finanças e funções relativas à oferta de serviços”.

O papel reservado à tutela governamental era de âmbito amplo e de grau intenso. Caberia, por exemplo, ao Ministério da Administração Estatal “iniciar processos judiciais e/ou administrativos se as Municipalidades não cumprirem ou contrariarem a política nacional”.

Tratava-se de um modelo de organização administrativa complexo e algo confuso, com sobreposição de funções entre os diversos órgãos municipais, e fortemente restritivo da autonomia local.

4. As «Directivas para a Descentralização e o Governo Local em Timor-Leste»

I. Ainda que a «Política» aprovada pela Resolução do Governo n.º 6/2006 não tenha sido formalmente revogada, ela foi, na prática, abandonada, e substituída por uma denominada «Policy Orientation Guidelines for Decentralization and Local Government in Timor-Leste», de Março de 2008, elaborada no âmbito do Ministério da Administração Estatal e Ordenamento do Território, que traduzimos aqui por «Directivas Políticas para a Descentralização e o Governo Local em Timor-Leste» (existem apenas versões em inglês e em tétum). Sobre a informalidade destas «Directivas» e a impossibilidade de princípio de substituição formal da anterior «Política», bem como sobre a ausência de uma versão em língua portuguesa, não nos alongaremos aqui. Vamos tomá-las em conta apenas enquanto documento interno do Ministério que serviu de base aos projectos de acto legislativo de que trataremos mais adiante.

II. As «Directivas» correspondem, na sua base, ao texto da «Política» anteriormente aprovada, mas com algumas alterações significativas.

A mais importante dessas alterações disse respeito à divisão territorial, passando os municípios a instituir a corresponder integralmente ao quadro dos actuais 13 distritos.

Também a sua criação passou a ser propugnada em simultâneo, e já não faseadamente. Na organização municipal verificaram-se também importantes alterações clarificadoras:

- o Presidente do Município deixou de ser eleito directamente ou nomeado pelo Governo, para passar a ser eleito pela Assembleia Municipal, de entre os seus membros ou externamente, preenchidos certos requisitos de capacidade, a definir pela lei;
- deixa de lhe caber a presidência da Assembleia Municipal, que elegerá o respectivo Presidente de entre o conjunto dos seus membros.

O sistema de governo municipal proposto afasta-se assim do anterior modelo convencional, para assumir um pendor parlamentar.

5. A Lei da Divisão Administrativa do Território

I. Da actividade do Grupo de Trabalho Técnico Interministerial resultaram três anteprojectos de diploma legislativo, que o Governo apresentou em 2009 sob a forma de propostas de lei ao Parlamento Nacional:

- a 1.ª relativa à divisão administrativa do território;
- a 2.ª relativa ao governo local; e
- a 3.ª relativa às eleições municipais.

Destas 3 propostas de lei, apenas a 1.ª conheceu já sequência, vindo a resultar na Lei n.º 11/2009, de 7 de Outubro; as outras duas continuam pendentes no Parlamento Nacional.

II. De acordo com o artigo 2.º da Lei n.º 11/2009, os municípios são "pessoas colectivas de território, dotadas de autonomia administrativa e financeira e de órgãos representativos eleitos, que visam a prossecução dos interesses das populações respectivas, em benefício da unidade nacional e do desenvolvimento local".

Nos termos do seu artigo 4.º, os seus limites correspondem à área territorial dos distritos, sendo assim em número de 13:

Na costa norte:
- Bobonaro;
- Liquiçá;
- Díli;
- Baucau.

Na costa sul:
- Covalima;
- Ainaro;
- Manufahi;
- Viqueque.

Da costa norte à costa sul:
- Manatuto.

No extremo oriental:
- Lautém

No interior montanhoso:
- Aileu;
- Ermera.

E encravado no território indonésio, na parte ocidental da ilha:
- Oe-Cusse Ambeno.

O Município de Oe-Cusse Ambeno, em obediência aos ditames constitucionais que já referenciámos, rege-se por uma política administrativa e um regime económico especiais a definir em lei (artigo 16.º, n.º 2), abrindo-se assim caminho a um maior grau de descentralização administrativa para este enclave.

Deste conjunto, coincidente com os concelhos existentes no período final da época colonial, não faz parte Ataúro, que fica integrado, de acordo com o disposto no artigo 10.º, no Município de Díli.

Pode questionar-se se esta opção do legislador será conforme ao disposto no artigo 5.º, n.º 3, 2.ª parte, da Constituição, que estabelece que Ataúro goza de tratamento administrativo e económico especial, e no artigo 71.º, n.º 3, que determina que a ilha goza de um estatuto económico apropriado. É certo que ao contrário de Oe-Cusse Ambeno, a especialidade em matéria de política administrativa constante do artigo 5.º, n.º 3, não é repetida no artigo 71.º, mas em todo o caso o artigo 5.º não deixa margem para dúvidas ao estabelecer a necessidade de um tratamento administrativo especial. Ora, essa especialidade não está prevista na presente lei, e duvida-se que possa ser alcançada para este território insular se o mesmo se mantiver como parte integrante do Município de Díli. Parece haver aqui inconstitucionalidade por omissão, tanto mais que o estatuto de Ataúro, com a extinção dos subdistritos - categoria que aquela ilha detinha - pela Lei da Divisão Administrativa do Território, nos termos do seu artigo 27.º, n.º 1, na prática regride, deixando de constituir uma circunscrição autónoma.

III. A Lei fixa regras para a criação, modificação e extinção de municípios, que terá de ser feita por lei e deverá ter em conta, de acordo com o artigo 19.º, os seguintes critérios:

a) A vontade da maioria das populações abrangidas, manifestada em consulta popular;
b) A preservação da homogeneidade etnolinguística e identidade cultural local;
c) Um equilíbrio do potencial e recursos para o desenvolvimento;
d) Factores geográficos, demográficos, económicos, sociais, culturais e administrativos;
e) Interesses de ordem nacional e regional ou local em causa;
f) A existência de um centro administrativo que permita a instalação dos órgãos municipais;
g) A comprovação que as receitas do município de origem e do novo município são suficientes para a prossecução das atribuições que lhe estiverem cometidas.

Alguns destes critérios afiguram-se pouco operativos: o da alínea d) é demasiado amplo; o da alínea e), extremamente vago.

No caso de criação de novos municípios, por fusão ou cisão, para além da consideração dos critérios referidos, deverão ser respeitados 2 requisitos (artigo 20.º):

a) Um número de residentes na área do futuro município superior a 30 mil;
b) Uma área superior a 300 km2.

A iniciativa para propor a criação ou modificação de um município cabe:

a) a um mínimo de 30% dos eleitores do município ou municípios envolvidos, através de petição;

b) à Assembleia Municipal ou Assembleias Municipais envolvidas, por maioria absoluta;
c) Ao Conselho de Ministros;
d) Aos Deputados ao Parlamento Nacional.

Este regime legal da iniciativa de modificação ou criação dos municípios é de difícil coadunação com as regras constitucionais sobre a iniciativa legislativa - recorde-se que a criação e a modificação dos municípios têm de ser feitas por lei, mais especificamente, por lei parlamentar. Assim sendo, as iniciativas dos eleitores e das Assembleias Municipais não poderão corresponder a mais do que pré-iniciativa ou mero impulso legislativo, havendo apenas verdadeiramente iniciativa (de lei) no caso do Governo e dos Deputados; por outro lado, embora não conste do elenco do artigo 22.º da Lei da Divisão Administrativa do Território, não pode ficar excluída a iniciativa das Bancadas Parlamentares, prevista em termos gerais pelo artigo 97.º, n.º 1, alínea b), da Constituição.

Igualmente de difícil compatibilização com a Constituição, em matéria de iniciativa legislativa, se mostram a regra da limitação da iniciativa da criação ou modificação de um município a uma por mandato dos órgãos municipais, e a regra da proibição de apresentação dessa iniciativa nos 6 meses que antecedem as eleições nacionais ou municipais.

6. A proposta de Lei Eleitoral Municipal

I. Como já se referiu, a proposta da Lei Eleitoral Municipal, apresentada pelo Governo em 2009, não obteve ainda aprovação no Parlamento Nacional, e não é seguro que a venha conseguir em breve. No entanto, e desconhecendo as razões precisas do atraso na sua tramitação, pode considerar-se, dada a sua origem - o Grupo de Trabalho Técnico Interministerial apoiado pelas Nações Unidas -, como provável, se não a aprovação desta concreta proposta, pelo menos um diploma de conteúdo largamente coincidente no futuro. O processo legislativo em Timor-Leste tem-se revelado, em muitos casos, extremamente demorado.

II. A proposta de lei regula a capacidade eleitoral, activa e passiva, a organização eleitoral, a campanha eleitoral, o procedimento eleitoral e o contencioso eleitoral na designação dos membros das Assembleias Municipais e do Presidente da Câmara Municipal.

Como aspectos mais relevantes do regime proposto, salientem-se:

- a restrição da capacidade eleitoral passiva aos cidadãos timorenses letrados (artigo 4.º, n.º 1);
- a restrição do direito de candidatura às Assembleias Municipais aos partidos políticos, isoladamente ou em coligação partidária (artigo 11.º, n.º 1); já na eleição do Presidente da Câmara são admitidas candidaturas

individuais sem apoio partidário, desde que propostas por um mínimo de 5% dos eleitores do município (artigo 22.º, n.º 1);

- nas eleições para as Assembleias Municipais adopta-se o método da representação proporcional correspondente à média mais alta de Hondt para a conversão dos votos em mandatos (artigo 13.º, n.º 1); na eleição do Presidente da Câmara Municipal, a designação é por maioria absoluta dos votos validamente expressos, excluídos os votos em branco e nulos, procedendo-se a uma 2.ª votação se nenhum dos candidatos obtiver mais de metade dos votos, a que concorrem apenas os dois candidatos mais votados que não tenham retirado a sua candidatura (artigo 21.º).
- o mandato das Assembleias Municipais e do Presidente da Câmara Municipal é de 5 anos (artigo 41.º, n.º 1).

7. A proposta de Lei do Governo Local

I. A proposta de Lei do Governo Local, apresentada pelo Governo - tal como a proposta da Lei Eleitoral Municipal - no «pacote legislativo da descentralização territorial», também não logrou ainda aprovação, mantendo-se pendente no Parlamento Nacional. Contudo, pelas mesmas razões referidas a propósito da proposta de Lei Eleitoral Municipal, podemos considerar elevada a probabilidade da sua aprovação, ou, pelo menos, de um diploma com conteúdo bastante aproximado.

II. A proposta de Lei do Governo Local estabelece, nos termos do seu artigo 1.º, "os órgãos de poder local, a respectiva composição e competência, o quadro de transferência de atribuições para os municípios, bem como o quadro de cooperação com a administração central".

Os órgãos de governo local são, nos termos do artigo 2.º da proposta, dois: a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal.

O artigo 3.º da proposta de lei fala em competências devolvidas aos municípios, mas aquilo de que trata efectivamente são as atribuições dos municípios - toda a proposta se caracteriza, aliás, por uma exuberância e confusão terminológica assinalável entre competências, poderes, atribuições e responsabilidades - que se estendem aos seguintes sectores:

- Saúde;
- Educação;
- Agricultura;
- Infra-Estruturas;
- Ambiente e saneamento;
- Serviços e acção social;
- Protecção Civil;
- Habitação e Urbanismo;

- Desporto e tempos livres;
- Património e cultura;
- Indústria, comércio e turismo;
- Promoção do desenvolvimento;
- Apoio aos sucos.

O Governo definirá, por decreto, os serviços a transferir ou, na terminologia da lei, a «delegar» nos municípios (artigos 3.º, n.º 2 e 4.º)

III. A Assembleia Municipal de cada município contará entre 15 a 21 membros, consoante a sua população (artigo 6.º).
As suas competências principais (artigo 7.º) são as de:

- aprovação de planos e orçamentos e fiscalização da respectiva execução;
- aprovação de regulamentos municipais;
- supervisão das actividades da Administração municipal;
- celebração de acordos com outros municípios para prestação conjunta de serviços.

A Assembleia Municipal pode ser dissolvida pelo Governo, nos termos do artigo 13.º da proposta, nos seguintes casos:

- quando for incapaz de deliberar durante 12 meses sucessivos;
- quando for incapaz de aprovar um orçamento durante 2 anos sucessivos;
- quando continuar, apesar de avisada, a agir além do seu mandato estipulado por lei;
- quando agir de forma que possa colocar em risco a soberania do país;
- se por qualquer razão se vir reduzida a metade dos seus membros.

No 3.º e 4.º caso, a formulação da lei recorre em demasia a conceitos indeterminados (Cunha, 2010).

Da deliberação de dissolução cabe recurso para o Supremo Tribunal de Justiça (artigo 13.º, n.º 3).

IV. Quanto à Câmara Municipal, a proposta de lei diz que "é o órgão executivo do Município sob a liderança do Presidente da Câmara e com o apoio da administração municipal" (artigo 22.º). Mas a intenção manifesta da proposta é traída pelos resultados. Não há nenhum órgão «Câmara Municipal». O órgão é o Presidente da Câmara Municipal, único a quem são atribuídas competências, previstas no artigo 24.º da proposta, apoiado por um conjunto de funcionários e serviços municipais.
Essas competências são as seguintes:

- exercer funções de representante legal do Município;
- publicar e implementar as deliberações e decisões da Assembleia;

- fazer recomendações à Assembleia Municipal sobre as estratégias, programas e serviços para dar resposta às necessidades prioritárias do município;
- coordenar todas as actividades de desenvolvimento e de prestação de serviços dentro do município
- coordenar a Comissão de Planeamento do Desenvolvimento Municipal;
- preparar o plano municipal e as propostas de orçamento e revisões ao orçamento;
- submeter à Assembleia Municipal os planos, o orçamento anual e todas as revisões ao orçamento, para discussão e aprovação;
- executar o orçamento municipal;
- propor assuntos para compor a pauta de discussão da Assembleia Municipal;
- autorizar pagamentos e subscrever todos os contratos entre o município e outras entidades;
- preparar e submeter os relatórios de progresso periódicos e financeiros à Assembleia Municipal, incluindo o relatório anual consolidado sobre as actividades e despesas municipais;
- nomear e supervisionar o Secretário Executivo municipal;
- dar posse aos Chefes de Suco e Chefes de Aldeia no âmbito do município;
- monitorizar o desempenho do pessoal municipal e do pessoal dos serviços desconcentrados do Governo, de acordo com as orientações da Assembleia Municipal;
- preparar e submeter aos órgãos do Governo a avaliação do desempenho dos funcionários dos serviços desconcentrados,
- gerir e administrar os activos do município;
- submeter os assuntos para inclusão na ordem do dia da Assembleia Municipal.

O Presidente da Câmara Municipal responde politicamente perante a Assembleia Municipal, que pode avaliar o mérito (político) do seu desempenho e removê-lo do cargo. É o que resulta da formulação algo imprecisa e repetitiva do artigo 25.º, n.º 2, da proposta, quando diz que "o Presidente da Câmara Municipal pode ser demitido pela Assembleia Municipal se:

a) Não executar adequadamente suas funções ou encontrar-se impedido de executar continuamente as suas funções durante 6 meses;

b) Restar provado que o Presidente da Câmara Municipal violou o juramento prestado quando empossado [cujo conteúdo a lei contudo não detalha];

c) Não exercer as suas responsabilidades como Presidente da Câmara Municipal.

Possuindo o Presidente da Câmara Municipal também uma legitimidade democrática directa, autónoma da Assembleia Municipal, afigura-se pouco curial a

previsão de uma relação de responsabilidade política (institucional) como a que é proposta. Supondo que uma Assembleia Municipal demite o Presidente da Câmara por considerar que o mesmo não desempenha adequadamente as suas funções, e que o Presidente demitido se recandidata e é reeleito, como pode funcionar, em termos de normalidade institucional e estabilidade política, o relacionamento futuro entre os dois órgãos, tendo presente que o eleitorado não apoiou a decisão de demissão tomada pela Assembleia Municipal? E será que esta pode demitir novamente o Presidente da Câmara, por motivos similares, e assim sucessivamente, mantendo-se em funções com uma legitimidade sucessivamente decrescente?

V. A proposta de lei detalha com bastante pormenor a Administração municipal. Compete ao Governo defini-la, mas deve incluir, no mínimo, de acordo com o artigo 26.º da proposta:

- um Secretário Executivo;
- um Secretariado Municipal;
- uma Comissão de Planeamento do Desenvolvimento Municipal;
- Centros de Atendimento ao Público.

O Secretário Executivo é uma figura curiosa; a proposta quis deixar bem claro que é ele quem dirige a Administração municipal: diz o artigo 26.º, n.º 2, que a Administração municipal se subordina ao Secretário Executivo, e o artigo 27.º, n.º 1, por sua vez, refere que ele "é o chefe da Administração municipal".

Esse chefe não deveria ser o Presidente da Câmara Municipal? E o Presidente da Câmara é, ao menos, o chefe do Secretário Executivo? De certa forma é, mas não totalmente. O Secretário Executivo tem de cumprir as determinações do Presidente da Câmara [artigo 27.º, n.º 1, alínea b)], e reporta-lhe directamente, mas parece que o Presidente da Câmara só lhe fornece uma orientação global e instruções generalizadas a respeito das actividades da Administração municipal., nas palavras do n.º 2 do art. 27.º.

E repare-se que o Presidente da Câmara Municipal nomeia e supervisiona o Secretário Executivo [artigos 24, n.º 1, alínea l) e 27.º, n.º 3], mas a proposta não lhe dá o poder de o demitir...

Não é difícil de prognosticar que o verdadeiro centro do poder executivo no Município poderá vir a residir, em muitos casos, no Secretário Executivo.

O Secretariado Municipal é a estrutura administrativa de suporte à Administração municipal, diz o artigo 29.º, n.º 1.

A Comissão de Planeamento do Desenvolvimento Municipal, por sua vez, e de acordo com o artigo 30.º, coordena, planeia e formula o Plano de Desenvolvimento Municipal para curto, médio e longo prazo.

Por fim, os Centros de Atendimento ao Público são as estruturas, em número pelo menos igual ao dos subdistritos anteriormente existentes no território do Município, a quem compete providenciar os serviços municipais fora da sede municipal.

Uma última referência, no âmbito desta proposta de lei, para a questão das finanças municipais, em que se veda a possibilidade de endividamento aos Municípios. Diz o artigo 35.º, epigrafado «restrições às receitas municipais», que:
"1. Um Município não pode receber valores, bens ou benefícios de valor monetário de terceiros com a obrigação, por parte do município, de restituí-los.
2. Os municípios não dispõem de capacidade para criar tributos.
3. Em cada ano financeiro, a despesa real de um município não pode exceder a receita real do mesmo ano, incluídas as reservas de dinheiro."

8. A relação dos sucos com o poder local

I. Um retrato do poder local em Timor-Leste não ficaria completo sem uma referência aos sucos, que são unidades territoriais que têm na sua base um conjunto de povoações, agrupando-se originalmente nos reinos em que o território de Timor-Leste se encontrava dividido nos primórdios da colonização portuguesa Ospina & Hohe, 2002). A importância do suco e do respectivo chefe acentuou-se num período colonial tardio, a partir de 1934, quando o chefe de suco foi designado, pelo poder colonial, em substituição do régulo, como principal elemento de ligação das estruturas tradicionais de poder com o governo colonial (*Idem*:41).

Os sucos corresponderiam assim a instituições de poder tradicional, e os seus órgãos ou estruturas configurar-se-iam como autoridades tradicionais[1]. É para esta perspectiva que a ordem jurídica timorense parece apontar, referindo-se-lhes como "estruturas de liderança comunitária", e regulando a sua organização, actuação e processo de eleição pela Lei n.º 3/2009, de 8 de Julho.

A liderança tradicional é definida pela lei como "o colectivo que tem por objectivo organizar a participação da comunidade na solução dos seus problemas, zelar pelos seus interesses e representá-la sempre que necessário" (artigo 2.º, n.º 1), e é exercida pelo Chefe de Suco e pelo Conselho de Suco (n.º 2).

O suco, por seu turno, é definido como "uma organização comunitária formada com base em circunstâncias históricas, culturais e tradicionais que tem área estabelecida no território nacional e população definida" (artigo 3.º, n.º 1), com o qual se conjuga – ou em que é englobada – a aldeia, "um agregado populacional unido por laços familiares e tradicionais e ligado aos sucos por relações históricas e geográficas" (n.º 2). Contudo, de acordo com o n.º 3 do mesmo artigo, cabe ao Governo "delimitar o número e área dos sucos e respectivas aldeias".

II. A Lei n.º 3/2009 afirma peremptoriamente no n.º 3 do seu artigo 3.º que "os líderes comunitários não pertencem à Administração Pública e as suas decisões não

[1] Cfr. a discussão dos conceitos de poder tradicional e autoridade tradicional em CARLOS FEIJÓ, *A Coexistência Normativa entre o Estado e as Autoridades Tradicionais na Ordem Jurídica Plural Angolana*, Coimbra, 2012, pp. 22 e ss.

obrigam o Estado". No entanto, o conjunto das demais disposições da mesma Lei relativas à eleição, atribuições e competências dos Chefes de Suco e dos demais membros do Conselho de Suco permitem duvidar da eficácia do ditame legal.

Por um lado, a designação dos Chefes de Suco e da quase totalidade dos demais membros dos Conselhos de Suco não é feita por regras costumeiras, mas sim nos termos da lei, por "sufrágio universal, livre, directo, secreto, pessoal e periódico" (artigo 6.º, n.º 1, da Lei n.º 3/2009), e é também nos termos da lei que podem perder o seu mandato – residência por mais de 3 meses consecutivos fora da área do suco ou condenação judicial por crime doloso a que corresponda pena de prisão (artigo 7.º, n.ºs 1 e 2).

Por outro lado, é igualmente a lei que fixa as atribuições – paz e harmonia social, recenseamento e registo, educação cívica, promoção das línguas oficiais, desenvolvimento económico, segurança alimentar, ambiente, educação, cultura e desporto, e auxílio na manutenção de infra-estruturas sociais – e competências dos Chefes de Suco e dos Conselhos de Suco (artigo 10.º a 12.º da Lei n.º 3/2009).

O funcionamento dos Conselhos de Suco também é regulado pela lei, que estabelece, entre outros aspectos, a periodicidade das sessões ordinárias, o quórum de funcionamento e o quórum deliberativo (artigo 13.º).

A tudo isto acresce, como já referimos, a prerrogativa governamental de definição do número de sucos e da respectiva área.

Perante este quadro, em que estruturas criadas ou, pelo menos, reconfiguradas por actos estaduais legislativos, com os seus titulares designados em termos igualmente definidos pela lei, prosseguem claramente a função administrativa, através da satisfação de necessidades colectivas que a lei coloca a seu cargo, e nos moldes igualmente por esta definidos, torna-se difícil dilucidar o sentido da proclamada exclusão legal dos Chefes de Suco e dos Conselhos de Suco da Administração Pública e da enigmática negação da vinculação do Estado pelas suas decisões. Será que estamos perante uma situação de coexistência entre estruturas do poder tradicional e estruturas do poder formal, ou, mais plausivelmente, perante a absorção de estruturas que tiveram a sua origem no poder tradicional pela Administração Pública, no quadro de um pluralismo organizativo do poder administrativo[2]?

Em qualquer caso, parece inegável que os Chefes de Suco e os Conselhos de Suco integram plenamente o poder local[3], aí desempenhando o papel de estruturas administrativas de base, de fundamental importância.

---

[2] Sobre a ideia de pluralismo organizativo da Administração Pública, cfr. PAULO OTERO, *Legalidade e Administração Pública – O Sentido da Vinculação Administrativa à Juridicidade*, Coimbra, 2003, pp. 148 e ss.

[3] Em sentido contrário pronunciou-se, em sede de fiscalização preventiva da constitucionalidade, o Tribunal de Recurso, no seu Acórdão n.º 2/Const/2009/TR, de 9 de Julho de 2009, publicado no *Jornalda República*, Série I, de 5 de Agosto de 2009 – cfr., no entanto, o voto de vencida da Conselheira Maria Natércia Gusmão Pereira.

Referências bibliográficas

CUNHA, Ricardo Sousa da. 2010. A Construção do Poder Local em Timor-Leste. *Direito Regional e Local*, N.º 12, 2010, pp. 36 e ss.

GONÇALVES, Mara Sofia da Silva. 2010. O Amadurecimento Político-Institucional do Processo de Descentralização Administrativa em Timor-Leste. In *Actas das Jornadas Comemorativas da Conclusão do Primeiro Curso de Direito da Universidade Nacional de Timor Lorosa'e – 11 de Junho de 2010*, s/l, 2010, pp. 23 e ss.

FEIJÓ, Carlos. 2012. A Coexistência Normativa entre o Estado e as Autoridades Tradicionais na Ordem Jurídica Plural Angolana, Coimbra A Coexistência Normativa entre o Estado e as Autoridades Tradicionais na Ordem Jurídica Plural Angolana. Coimbra

OSPINA, Sofia &HOHE, Tanja. 2002. Traditional Power Structures and Local Governance in East Timor – A Case Study of the Community Empowerment Project *(CEP)*. Genebra

OTERO, Paulo. 2003. Legalidade e Administração Pública – O Sentido da Vinculação Administrativa à Juridicidade. Coimbra

As revistas culturais no Brasil, sua contribuição para a formação da intelectualidade e para a difusão das artes. Breve panorama, das suas origens até o século XX*

João Bernardo Filho & Percival Tirapeli

Introdução

A imprensa brasileira tem uma vida relativamente curta. Portugal foi muito estrito quanto à educação e a cultura laica no Brasil ao longo de todo o período colonial. Ao contrário da Espanha, que se vangloriou de e alardeou aos quatro ventos suas conquistas no Novo Mundo, Portugal optou por manter o Brasil muito protegido do olhar de seus inimigos. Inclusive, aquela que poderia considerar-se nossa certidão de nascimento, a chamada Carta do Descobrimento, de Pero Vaz da Caminha, escrita ao Rei D. Manuel I de Portugal na data de 01 de maio de 1500, manteve-se em segredo durante três séculos, publicando-se pela Imprensa Régia no Rio de Janeiro somente no final do século XIX.

No entanto, no início desse século, nomeadamente em 1808, a família real, sob as ameaças de Napoleão e diante da iminência da invasão de suas tropas em Portugal, empreende sua estratégica fuga aos trópicos, levando consigo a tipografia real. As máquinas de impressão, importadas da Inglaterra, chegaram ao Rio de Janeiro ainda empacotadas, sem nem sequer ter passado por seu destino previsto originalmente, Lisboa. Depois de sua chegada ao Rio de Janeiro, a Coroa estabelecia a criação da Imprensa Régia pelo decreto de 13 de maio de 1808.

Os primeiros impressos – elogias ao rei D. João VI (1767-1826), a membros de seu séquito ou funcionários investidos de autoridade – continuaram sendo publicados até a Independência, em 1822. Deste período caberia citar o jornal *Gazeta do Rio de Janeiro* (de 1808 a 1821) ou outros que, pelas dificuldades encontradas para a continuidade de sua publicação, não tiveram a mesma sorte e extinguiram-se antes deste advento, tais como *O Patriota* (1813-1814), *O Bem da Ordem*, *O Revérbero Constitucional* e *O Compilador Constitucional*.

Entretanto, se queremos ser benévolos com nossa história gráfica, devemos considerar 200 anos de imprensa com o *Jornal Brasiliense*, impresso em Londres. A liberdade, ou melhor dito, a livre expressão não tem mais de 150 anos, quando

* Texto de suporte a uma palestra proferida na Universidade Nacional de Timor Lorosae, Junho de 2013.

surgiram as primeiras revistas com caricaturas de Angelo Agostini (1843-1910), mostrando um imperador sonolento a finais do século XIX.

Fac-símile da capa do nº 450 da *Revista Ilustrada*,
publicada por Angelo Agostini. Rio de Janeiro, 1887

Quanto à fotografia, teve melhor destino. O imperador D. Pedro II (1825-1891) acolheu o invento desde seus primórdios com apenas dezoito anos de idade, convidando fotógrafos, aprofundando-se na prática e estudo, e comprando equipamentos. Incentivou a abertura de estúdios, começando pelo Rio de Janeiro e logo mais tarde em Salvador, Recife e São Paulo. E ainda mais, promotor da astronomia, das ferrovias, da tecnologia e das ciências, chegou a contratar missões de fotógrafos para documentar a construção do império brasileiro.

O resultado foi do mais esperançoso, e se naquele momento a fotografia teve a função de difundir os domínios do império, hoje permanecem como testemunho e eficaz instrumento de reconstrução da história do Brasil. Assim, embora Portugal tenha negado ao mundo a entrada em seus domínios na América, posteriormente, com o novo império, as missões diplomáticas e científicas explorariam e deixariam registradas inclusive as regiões mais recônditas de nosso território. Com o segundo império, coincidente com a invenção da fotografia, os fotógrafos franceses e alemães, especialmente, percorreram as regiões limítrofes amazônicas e acompanharam a chegada da modernidade na região costeira.

Na transição ao século modernista, as revistas impressas em sistema litográfico e ilustradas com caricaturas de Agostini celebravam a queda do regime imperial e o fim do sistema escravagista, enquanto entravam na era das máquinas importadas da Alemanha, deslocando a atenção e a importância dedicadas aos artistas franceses e italianos aos alemães, que trouxeram um alento ao incipiente parque gráfico brasileiro.

A cidade do Rio de Janeiro, então capital federal e cultural, foi promotora do ensino das artes nos padrões franceses e o lugar onde a crítica conseguia atuar em

revistas não especializadas. Entretanto, com relação à especialização, Rio viu-se ameaçada pela pujança industrial de São Paulo que, ávida de modernidade, consolidava-se como centro de confluência da mão de obra imigrante, especialmente italiana, alemã, espanhola e japonesa, que desembarcava no porto de Santos desde finais do século XIX para substituir o trabalho escravo na produção de café.

Chegam os imigrantes

A contribuição da imigração foi decisiva para a indústria brasileira, já que muitos dos que chegavam procediam de zonas urbanas europeias e estavam habilitados em um ofício – e inclusive com experiência na indústria gráfica –, como é o caso dos italianos Luis Niccolini e Primo Sarcinelli que fundaram sua tipografia em São Paulo no início do século XX, ou o alemão Max Schrappe, fundador da Max Schrappe & CIA (1905) que já contava então com uma máquina litográfica de alta velocidade em suas instalações de Joinvile no Estado de Santa Catarina.

Também neste período fundava-se em São Paulo a Lytographica Harthmann-Reichenbach (1901), e dez anos depois, seus proprietários, Julio Harthmann e Gustavo Reichenbach, obtinham grande sucesso com a publicação de periódicos, dispondo em suas instalações de 13 grandes impressoras e 70 máquinas auxiliares. Em seus diversos departamentos "empregavam 120 pessoas, setenta delas contratadas na Europa […] Alguns anos mais tarde, em 1917, passaria a chamar-se Companhia Lythographica Ypiranga, e durante muitos anos se posicionava como líder de alguns setores gráficos em São Paulo" (Cintra-Gordinho *et al.* 1991:42).

Contudo, outra grande contribuição da imigração foi sua implicação política, pois frequentemente se vinculava à oposição ao governo, em defesa dos direitos do trabalhador. Neste sentido, cabe recordar que a grande greve que houve em São Paulo em 1917 contou com o apoio dos periódicos anarquistas difundidos especialmente nas colônias italianas.

De fato, esta era uma época de fortes transformações ideológicas e radicais contestações políticas em todo mundo, marcada por importantes precedentes históricos: em 1889 funda-se a II Internacional dos trabalhadores, poucos anos depois se funda a Confederação Geral do Trabalho na França, em 1903 os socialistas russos realizam um congresso em Londres e no mesmo ano funda-se a Associação Política e Social das Mulheres, entre outros sucessos que tinham claramente ecos no Brasil. E, aliás, na mesma cidade de Santos – principal porto de exportação do café e, ao mesmo tempo, o ponto de chegada dos navios que traziam a mão de obra europeia –, já em 1895 começa a circular a revista *A Questão Social*, publicada pelo médico Silvério Fontes – pai do poeta Martins Fontes –, considerada um dos primeiros marcos do socialismo nacional numa época em que São Paulo era o maior produtor de café do mundo. Também se multiplicavam as publicações de

tendência anarquista, entre elas: *O Protesto* e *A Greve* no Rio de Janeiro; a *Voz do Operário* na Bahia.

Assim, a transição à industrialização que trouxe de vez a modernidade a São Paulo, além de seu florescimento cultural também produziu conflitos sociais e disputas políticas. Entretanto, apesar das manifestações e mobilizações trabalhistas, na mesma cidade e ano da primeira grande greve histórica, os industriais de São Paulo celebravam seu êxito com uma grande exposição no *Palácio das Indústrias*, aí se encontrava o melhor da produção nacional. O então prefeito de São Paulo, Washington Luís, cumprimentava os participantes da exposição, gabando-se: "A cidade é hoje algo como Chicago e Manchester juntas" (Ângelo *et al*. 1992:34). O destaque então era para o empresário Francesco Matarazzo (1854-1937) que, a partir de sua incansável insistência na produção de embalagens para todo tipo de produtos, especialmente farinha, conseguiu construir ao longo das primeiras décadas do século XX um império com 365 fábricas por todo o Brasil.

Por outra parte, devido aos diversos usos da informação impressa – associados ao aumento do número de leitores potenciais concentrados nas grandes cidades –, a indústria gráfica brasileira tinha por diante o desafio de adaptar-se à rapidez de respostas aos acontecimentos da vida social, o que lhe exigia tanto uma revisão dos recursos e técnicas de impressão como a abordagem de uma maior variedade de temáticas e, especialmente, a orientação das publicações a grupos mais amplos da sociedade brasileira no primeiro quarto do século XX, e algumas delas tiveram grande longevidade, como a revista *A Cigarra*, de 1914 até 1975, que aspirava polir o universo feminino carente de moda e verniz cultural.

A indústria papeleira

Também não se poderia deixar de mencionar, como é lógico, que a expansão da produção gráfica brasileira tem significativa relação com o desenvolvimento da indústria papeleira local. Desde finais do século XIX, havia boas perspectivas para o setor. Aqui também a contribuição imigrante foi decisiva, como no caso dos alemães Weiszflog, que assumiriam o controle de uma das principais indústrias a partir de 1921, quando compraram do coronel Antônio P. Rodovalho, a companhia por ele fundada em 12 de setembro de 1890, para proporcionar melhorias – daí vem o nome da atual companhia Melhoramentos – à capital da província, Rio de Janeiro, e entre elas estava a fabricação de papel, ainda muito raro no Brasil. Mas não foi a única, também em 1906 estabelece-se a Fábrica de Papel Paulista de Klabin, Irmãos e Cia., além da manufatura fundada pelo judeu ucraniano Leon Feffer, que imigrou ao Brasil em 1910. Durante os anos de 1920 a 1930, Feffer dedicou-se ao comércio, ampliando suas atividades ao abrir uma tipografia e uma pequena fábrica de envelopes, além de manter uma loja própria, até que, em 1939, decidiu desfazer-se

de tudo para criar sua própria fábrica de papel, instalada no bairro do Ipiranga em São Paulo, dando origem a atual Companhia Suzano Papel e Celulose.

Contudo, a indústria papeleira só chegaria a seu auge posteriormente, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, no chamado Estado Novo (1937-1945), já que em seu programa de incentivos à industrialização ficavam isentos do pagamento de impostos os produtos básicos, entre os quais se incluía o papel.

Os anos 20 e o modernismo em São Paulo

Em 1921 inicia-se a terceira operação de valorização do café. O governo multiplicou a emissão de papel moeda e adquiriu 4,5 milhões de sacas de café, que foram queimadas logo em seguida, com o objetivo de impedir a inevitável queda dos preços que se ocasionaria pela superprodução desse ano. A contrapartida disto, segundo o historiador Nicolau Sevcenko, foi a crise social, que se acentuaria posteriormente com o impacto da quebra da bolsa de Nova Iorque, em 1929, e que culminaria radicalmente com o agravamento da situação econômica do país. Sem dúvida, a cidade de São Paulo sofria transformações bruscas: as bases proletárias que já se encontravam organizadas desde os anos 17, 18 e 19, como se viu anteriormente, reagiram devido à insatisfação com a política governamental:

> A ausência de qualquer regulamentação, garantindo direitos mínimos, submetia o trabalhador a duras condições de exploração. Nas manifestações de 1917, 1918 e 1919, a gente enfurecida tomou a cidade de forma espontânea, enfrentando as autoridades e clamando por direitos básicos. O governo intensificou a repressão aplicando a fórmula: "questão social é questão de polícia". O temor à agitação revolucionária provocou uma reação política das elites, semelhante a que preponderava na Europa: o nacionalismo exaltado e conservador. (Sevcenko, 1992:113-115)

Houve então uma reação ambivalente à vertente nacionalista incentivada pelo governo. A comunidade artística e intelectual dividiu-se. Parte se aderiu a sua facção conservadora, glorificando o passado e as tradições do país. Outros evoluiriam no sentido oposto. Portanto, é fundamental a compreensão do modernismo em seu contexto político e econômico no Estado de São Paulo, que até princípios dos anos 20, produziu quase em exclusividade mais de 75% de todo o café consumido no mundo. A partir daí surgiu então uma classe de emergentes produtores de café que fez da cidade de São Paulo o cenário para demonstrar sua opulência, o que culminaria com a urbanização portentosa do Vale do Anhangabaú e a construção do Teatro Municipal, destinado a ser o ponto de vinculação entre a vanguarda europeia e a (alta) sociedade paulista.

Este seria o contexto das comemorações do centenário da Independência (1822-1922), e a finalização do palácio do Ipiranga (atual Museu Paulista da Universidade de São Paulo), inspirado desde seu jardim no palácio de Versailles, mas também o

momento eleito para a apresentação das atividades da *Semana de arte moderna* de 1922, com manifestos contra a situação de domínio do pensamento acadêmico, surgidos a partir dos artigos da revista *Fanfulla* – fruto da contribuição italiana na cidade, que circulava em São Paulo como periódico desde 1907, chegando a posicionar-se entre os grandes jornais locais, já não vinculado às manifestações proletárias, mas se relacionando agora com os interesses da burguesia em ascensão.

Isto serve para assinalar outra das facetas do movimento modernista: seu aspecto cosmopolita. Contando com a proteção de uma das mais nobres figuras da fidalguia paulista – Dona Olívia Guedes Penteado (1872-1934) – os jovens modernistas encontravam as referências sobre os novos paradigmas da arte – revistas, periódicos, livros e informações diversas – tudo diretamente da Europa e de portas abertas nas reuniões e saraus promovidos pela viúva do grande fazendeiro de café, Inácio Leite Penteado (1864-1914).

Já se sabe que a ideia de organizar uma semana de arte moderna partiu dos fazendeiros do café e do casal Marinette e Paulo Prado. Forma-se, então, um comitê patrocinador com o apoio de personalidades como Alfredo Pujol, Armando Penteado, René Thiollier, Antônio Prado Júnior e vários outros nomes da alta sociedade paulista, incorporando-se ao movimento os ideais da burguesia do café; elite que a meados dos anos 20 ia sofrendo, pouco a pouco, sua decadência até receber o golpe definitivo de 1929.

Klaxon

Como vimos, as duas primeiras décadas do século XX estiveram marcadas pela crise do capitalismo e pelo nascimento da democracia de massas. A burguesia tomou consciência do perigo que supunha uma revolução socialista. Ao mesmo tempo, uma radical e inédita revolução científica começava a romper as barreiras temporais e espaciais, produzindo um grande e universal estado de euforia e de fé no progresso. A finais do século XIX e começos do XX inventaram-se a lâmpada incandescente, o telégrafo, o automóvel, o telefone, o cinema, o avião, entre outros, passando assim a máquina a ser um elemento frequente em todos os setores da vida social. Igualmente, durante e depois do período conhecido como *belle époque*, surgiram na Europa diversos movimentos artísticos conhecidos em conjunto como vanguarda, entre eles o futurismo, expressionismo, cubismo, dadaísmo e surrealismo. Todos propunham a desorganização deliberada da cultura e da arte que até então se produzia. No Brasil estas tendências ganham corpo já na primeira fase modernista, durante a qual se põem em prática as propostas de renovação defendidas nos diversos manifestos e revistas da época. Mas isso exigia uma nova linguagem, especialmente no âmbito da literatura e das artes visuais.

Assim, surge uma das publicações com mais empenho na divulgação do movimento modernista brasileiro: a revista *Klaxon* – que literalmente significa "buzina" –. Seu objetivo, como o próprio nome sugere, era chamar a atenção e

estimular o processo de modernização e a atualização de valores da cultura brasileira. De periodicidade mensal, sua primeira edição é de maio de 1922, publicando-se até janeiro do ano seguinte. Durante este período, contou com a colaboração de um grupo de ilustres intelectuais e escritores como Mário de Andrade (1893-1945), Sérgio Milliet (1898-1966), Oswald de Andrade (1890-1954), do mesmo modo que artistas como Di Cavalcanti (1897-1976), Anita Malfatti (1889-1964) e Tarsila do Amaral (1886-1973), entre outros.

Capa do nº 1 da revista *Klaxon*,São Paulo, maio de 1922.

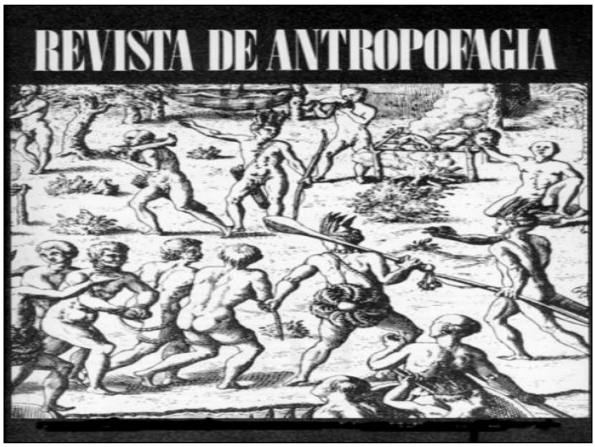
Revista de Antropofagia

Também a *Revista de Antropofagia*, de curta duração – de 1928 a 1929 – é, sem dúvida, a primeira revista de arte brasileira que se recorda pela célebre frase *Tupy or not tupy, that's the question,* de Oswald de Andrade, parafraseando Willian Shakespeare. Iniciava-se assim, com certo atraso com relação às revistas europeias, a era dos manifestos artísticos, inaugurada por Marinetti e os artistas futuristas tão bem acolhidos no Brasil. Seguem-no muito de perto o manifesto *Pau Brasil*,publicado no periódico *Correio da Manhã*, no dia 18 de março de 1924 – no mesmo ano do *Manifesto surrealista*, de André Breton –, disseminando o modernismo e influenciando também a obra de escritores estrangeiros, como o poeta e novelista franco-suíço Blaise Cendrars (1887-1961).

Quatro anos depois, ou seja, em 1928, Oswald de Andrade publica em Paris o *Manifesto Antropófago*, como uma nova etapa do nacionalismo crítico do grupo *Pau Brasil* e como resposta à vertente *verde-amarelista* (postura conservadora de extrema direita, aliada ao fascismo, cuja realidade social estava relacionada com a pátria-madre, una e indivisa, e com os antepassados de sangue). Entretanto, sua criação original está na obra com a qual Tarsila do Amaral presenteia Oswald, seu esposo então, em janeiro de 1928. Conta-se que a pintura deixara Oswald

impressionado, e batizou-a com o nome de Abaporu (em tupi, *aba* = homem, *poru* = que come).

Tendo como eixo central a renovação da arte através da recuperação de temas regionais e, sobretudo, a proposta de revisão crítica da história e cultura brasileiras, o movimento antropofágico utilizou como *leiv-motiv* a imagem do índio e a antropofagia, reproduzindo-a como metáfora do processo de absorção cultural, ou seja, a construção de uma cultura através da "digestão" de culturas alheias e sua adequação às tradições brasileiras:



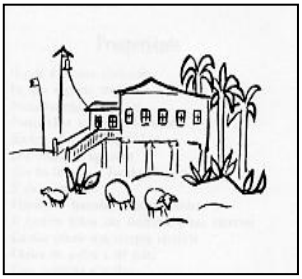
Capa da *Revista de Antropofagia*, São Paulo, maio de 1928

Os desenhos de Tarsila do Amaral e Di Cavalcanti

Em Paris, junto a seu marido Oswald de Andrade, Tarsila participa da antologia de poemas *Pau Brasil* que ele publica em 1925, com uma série de desenhos em preto e branco, com um traço livre, a modo de esboço, realizados na última viagem que fizeram ao Brasil em companhia de Blaise Cendrars, a quem Oswald presta uma homenagem: "Ao Blaise Cendrars na ocasião do descobrimento do Brasil" (Andrade, 1925:5). O mesmo Paulo Prado (1869-1943), um dos grandes mecenas do modernismo brasileiro, encarrega-se do prefácio:

> A poesia *Pau Brasil* é um ovo de Colombo – esse ovo, tal como dizia um inventor amigo meu, em quem ninguém acreditava e acabou por enriquecer o genovês. Oswald de Andrade, em uma viagem a Paris, do alto de um ateliê de Place Clichy – umbigo do mundo – descobriu, deslumbrado, sua própria terra. A volta à pátria confirmou, no encantamento dos descobrimentos manuelinos, a revelação surpreendente de que o Brasil existia. Este fato, do qual alguns já desconfiavam, abriu seus olhos à visão radiosa de um mundo novo, inexplorado e misterioso. Estava criada a poesia *Pau Brasil*. (Prado, *in* Andrade 1925:5)

Os desenhos de Tarsila representam, quase de forma *naïf*, paisagens brasileiras que redescobriram durante a viagem. Aparecem tanto animais, vegetação nativa, casas, montanhas e rios – referências diretas às localidades rurais mais recônditas –, até edifícios, torres, pontes, luzes, carros, que assinalam a cidade e o processo de modernização.



Desenhos de Tarsila do Amaral publicados na antologia *Pau Brasil*, 1925. Da esquerda à direita: 1) Fazenda de São Martinho. 2) *Faróis da Light*. 3) Carnaval.

Por outra parte, é necessário assinalar que a relação dos modernistas com a vanguarda europeia já tinha começado alguns anos antes. Em 1921, Cendrars publica sua *Anthologie Nègre* e em 1922 os *Poèmes Nègres*. Em 1924, o poeta reservaria a Tarsila o espaço para a capa de *Feuilles de route*, obra na qual trata de sua viagem ao Brasil.O tema da arte negra estava de moda na Europa e foi Tarsila, com a liberação do inconsciente coletivo, quem assinalou os novos paradigmas ao dar forma à *Negra*, criação de sua fase em que ainda absorvia as lições cubistas de seu professor, Fernand Léger (1881-1955). Sua imagem será determinante e a própria Tarsila a reconstrói em sua composição *Antropofagia*, compartilhando a mesma crença de Mário de Andrade em Macunaíma (1928), para assinalar a mescla entre o índio, o negro e o branco, em uma fusão de culturas da que resulta o povo brasileiro.

No entanto, enquanto Tarsila procura formas, seres e vegetação tradicionais do Brasil, Di Cavalcanti desenvolve uma arte nacional mais espontânea, embora igualmente empenhada, retratando paisagens humanas, urbanas e suburbanas, com um sentido crítico e muito sagaz.

Já instaurado o regime militar no Brasil, passado pouco mais de dez anos depois da *Semana de Arte Moderna*, Di Cavalcanti publica em 1933 o álbum *A realidade brasileira*. Nele aparece uma série de desenhos que expressam, com marcada ironia, sua insatisfação com o governo. As obras compreendem uma denúncia social. Em total são doze desenhos, em preto e branco, num contraste que acentua a oposição entre dominantes e dominados, estes últimos fazem alusão ao povo e ocupam dimensões mais reduzidas, com estruturas simples e formas muito delgadas,

enquanto os primeiros, os opressores, apresentam-se com vigor gráfico em tons escuros e formas muito maiores e volumosas.

Feuilles de Route, Blaise Cendras, Paris, 1924. Capa e ilustrações de Tarsila do Amaral.

Di Cavalcanti, *A questão social continua sendo caso de polícia* da série *A realidade brasileira* (1933). Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo.

A *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*

Em meio ao Estado Novo do governo Vargas, também surge a fundação da *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* em 1937. Até então importantes revistas como a do Instituto Histórico e Geográfico Brasileirono Rio de Janeiro (1906) e a do Museu Paulista (1895) davam conta das especificidades com estudos de cultura brasileira, tratando, entre outros assuntos, da arquitetura colonial. Nesta perspectiva de construir uma história do Brasil por meio da cultura e especialmente da arquitetura colonial barroca; esquecendo o período anterior imperial com o estilo neoclássico da cultura francesa, a modernidade de nossa arquitetura aliou-se às artes plásticas barrocas. Assim surgia a *Revistado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (IPHAN) como espaço de discussão da nacionalidade e a projeção, tanto da arte barroca como moderna no âmbito da história da arte mundial.

Encomendaram-se artigos aos mais brilhantes intelectuais brasileiros, entre eles Gilberto Freyre (1900-1987) em sociologia, Gilberto Ferrez (1908-2000) em fotografia, Lúcio Costa (1902-1998) em arquitetura, e Mário de Andrade (1893-1945) nas artes plásticas. Dos estrangeiros, Germain Bazin (1901-1990), então diretor do Museu do Louvre de Paris, Robert Chester Smith (1912-1975), da Universidade de Harvard, Hannah Levy Deinhard (1912-1984), historiadora austríaca, cada qual trazendo para o Brasil teorias de Erwin Panofysky (1892-1968),

Henrich Wönfflin (1864-1945) e Rudolf Arnhein (1904-2007), ampliando os métodos de leitura das obras de arte.

À revista do IPHAN, inclusive sem a periodicidade desejada, acompanhou-lhe uma diversidade de publicações antológicas, valendo merecidamente a este conjunto de obras o título de primeira universidade brasileira e, embora então restrita à intelectualidade, por sua distribuição governamental e venda muito limitada às unidades do IPHAN, hoje é fácil ter acesso à totalidade de seu conteúdo na Internet [1].

A arquitetura moderna. Projeto e criação de paradigmas da arte

Na transição dos anos 40 aos 50, o pensamento modernista vincula-se à ação pós-guerra, com as teorias de aproximação do pensamento norte-americano. Apresentou-se em Nova Iorque uma grande exposição de arquitetura modernista brasileira e em seguida surgiram revistas como *Módulo* (1955), tendo Oscar Niemeyer (1907-2012) à frente no Rio de Janeiro, e *Habitat* (1949), com Lina Bo Bardi (1914-1992) em São Paulo. Esta última também discutindo o desenho brasileiro.

Criam-se os museus de arte moderna no Rio de Janeiro e São Paulo (1948/1949) e os críticos paulistas acodem às referências museísticas norte-americanas. Quase simultaneamente se criava o Museu de Arte de São Paulo (1947), com Assis Chateaubriand (1892-1968), tendo à frente os italianos Lina e Pietro Maria Bardi (1900-1999). A fundação da Bienal Internacional de São Paulo seria levada a cabo em 1951 pelo industrial Ciccilo Matarazzo (1898-1977) – sobrinho do conde Francesco Matarazzo, o italiano que construiu um dos maiores complexos industriais do Brasil – e revivia os modelos da centenária Bienal de Veneza, com salas de convidados internacionais que trouxeram ao Brasil a obra dos grandes expoentes do século XX como Henry Moore, Mondrian, Picasso, Pollock e os mestres da Bauhaus.

As novas revistas

A *Noigandres* (1952)

Nos anos 50, as artes plásticas, seguindo o exemplo da arquitetura, orientavam-se à internacionalização pela vertente do concretismo e da arte cinética, e a revista *Noigandres* (1952) foi de fundamental importância para a divulgação dos manifestos dos concretistas paulistas. O primor técnico e uma cuidadosa

[1] Ver http://portal.iphan.gov.br

diagramação, aliados à novidade da poesia como veículo de massas e popularização da arte, foram elementos decisivos para as criações posteriores.

Assim, as artes – exceto a dança, o teatro e o cinema – estavam intercomunicadas. No início do século XIX, a fotografia e a arquitetura, nos anos 30, as artes plásticas, com a criação dos museus modernos e uma bienal internacional, e todas as vertentes da abstração, incluindo o desenho, conjugavam-se com um grande desenvolvimento interrompido pela repressão da ditadura militar de 1964 a 1982.

A resistência surgiu com a imprensa marrom, *OPasquim* (de 1969 a 1991), com desenhistas muito ocorrentes, e naquele período o *Salão Internacional de Humor de Piracicaba* (1974) cumpriu o papel de veicular e arejar, através do humor, tanto o contato internacional continuado pela Bienal de São Paulo como resistir à repressão interna. As revistas *O Cruzeiro* (de 1928 a 1975)e *Manchete* (de 1952 a 2000), que glorificavam, através de artigos e fotos, a entrada do Brasil na modernidade com a fundação da Brasília (1961), foram pouco a pouco substituídas por aquela que poderia considerar-se a precursora das principais revistas da atualidade, a revista *Realidade* (de 1966-1976). A partir daí a revista *Veja*, lançada em 1968, passava a incorporar inovações técnicas na composição fotográfica, e até hoje vem publicando-se ininterruptamente dirigindo-se a um público de massa. Seu principal adversário no mercado local é a revista *IstoÉ*, de 1978.E, muitoa pesar do obscurantismo da política ditatorial dos anos 60 no Brasil, estas publicações, em conjunto, conseguiram trazer grandes novidades ao setor e uma forma mais expressiva na abordagem de notícias a respeito da realidade, especialmente com relação ao alcance de sua distribuição e acesso de um maior número de leitores a discussões da situação atual e, além disso, com amplo emprego de recursos técnicos como a fotorreportagem.

Também na indústria editorial abriam-se novas perspectivas, importando as mesmas técnicas de massificação de produtos, portanto se introduz a venda de fascículos colecionáveis. A associação da Zahar Editores (1957) com o grupo Delta Larousse chegou a ocupar uma parcela importante deste mercado, mas será a casa editorial Abril o responsável por consolidar definitivamente as bases para a massificação e ampla distribuição de obras em fascículos em todo o país, inicialmente produzidas com material importado, como é o caso de *Os gênios da pintura*, a *Enciclopédia Abril*, *Os pensadores* e muitos outros títulos postos ao alcance da população, com tiragens que costumavam ser superiores a 100 mil exemplares.

Por outra parte, com relação à difusão da produção editorial, caberia mencionar que em 1968, a Bienal de Arte de São Paulo dedicou um pequeno espaço às casas editoriais, para que pudessem expor suas obras. Nascia então a "Bienal Internacional do Livro", uma iniciativa que obteve um sucesso contundente e, depois da realização de 21 edições, converteu-se na atualidade no terceiro maior evento editorial do mundo, recebendo mais de 900 selos editoriais nacionais e

internacionais em cada edição, com uma programação cultural intensa para promover a leitura entre crianças, jovens e adultos, realizando simpósios, conferências, concertos, dramatizações, entre outras atividades.

Assim, proporcionar-se-ia o cenário ideal para o posterior surgimento de novas revistas de crítica literária e artes, tal como a revista *Cult*,fundada no final dos anos 90, com análise literária e filosófica mais ampla. Do mesmo modo que outras revistas com enfoque mais centrado nas artes visuais, em grande parte também devedoras da contribuição da revista *Íris* (1947), uma das mais antigas publicações brasileiras especializadas em fotografia e ainda hoje em circulação, seguida pela revista *Fotótica*, que intensificaram a importância da fotografia tanto de arte como de fotojornalismo, como meio para mostrar a crua realidade em que o país estava imerso já no final da ditadura e com vistas à abertura política que parecia aproximar-se. As revistas de artes naquelas décadas foram substituídas pela *Art Forum*, *Art in América*, *Beaux Arts*,artigos quase de luxo para as escolas de arte.

Na década de 80 surge uma belíssima revista, a *Ventura*, que cobria a arte internacional, agenda de museus e antiquário. De formato luxuoso e ambicioso projeto gráfico, substituiu para o público geral aquelas importadas e suplantou as de resistência. Um descuido numa nota ao pé de uma foto onde aparecia uma pintura não identificada arrastou a *Ventura* a uma profunda crise até se afundar em longos de litígios por direitos autorais.

A revista *Bravo* veio suprir este espaço que ficava vazio, conjugando todas as artes incluindo a música, dança e teatro. Continua sendo acolhida com grande entusiasmo até hoje, inclusive após décadas desde seu lançamento. A Bienal Internacional de São Paulo tentou com *a Bienart* alcançar um público especializado em artes plásticas, no entanto, teve uma duração muito curta. A revista *Nossa América*, publicada pela Fundação Memorial da América Latina, com versão em portuguêse espanhol, publica-se trimestralmente e é hoje um instrumento de integração entre os povos americanos…

Abriu-se um leque de revistas de artes de vocação acadêmica, quase obrigatório para os departamentos de história da arte, inicialmente nos anos 70 e, posteriormente, para as novas mídias até a presente data. As universidades estaduais e federais mantêm suas revistas que agora passam a ser eletrônicas e, quando impressas, têm distribuição restrita a editoras universitárias com periodicidade geralmente trimestral.

A amplitude do território, dificuldades de acesso a várias regiões e impostos sobre a distribuição de produtos fizeram com que as revistas eletrônicas na última década pudessem ir ganhando cada vez mais espaço frente às impressas ou publicadas em papel. O preço de distribuição de uma revista nas bancas pode chegar a 50% de seu custo, sem contar os gastos de transporte. Contudo, parece ser que as principais revistas de massa, segundo o IVC – Instituto Verificador de Circulação (2009) – continuam bem posicionadas nessa disputa:

Dez maiores semanais / circulação média por edição em 2009

Título	Jan a jun/09	Editora
Veja	1.097.481	Abril
Época	417.789	Globo
Istoé	338.549	Três
Caras	312.056	Caras
Ana Maria	218.537	Abril
Viva Mais	213.618	Abril
Contigo	147.476	Abril
Tititi	139.394	Abril
Recreio	124.076	Abril
Malu	120.762	Alto Astral
Total	3.129.738	

Fonte: IVC – Instituto Verificador de Circulação
ANER – Associação Nacional de Editores de Revistas

A Internet no Brasil

Por último, caberia fazer referência à inegável revolução produzida pela incorporação da informática e as novas tecnologias. De fato, este parece ser o caminho do futuro para a indústria editorial, especialmente quando se tem em conta as estatísticas de acesso à Internet no Brasil: hoje 45,4 milhões de usuários acessam regularmente a Internet no trabalho ou em casa, o que supõe um aumento de 10% em apenas um ano. A maior parte acessa em casa (37 milhões), com um aumento de 15% em um ano. 38% das pessoas acessa a rede diariamente. Em total, 87% dos internautas brasileiros acessa a Internet semanalmente[2].

A entrada da classe C no clube dos internautas supõe uma previsão de continuidade desse mesmo compasso forte de aumento no número de usuários domésticos. A desigualdade social, infelizmente, também tem vez no mundo digital: entre os 10% mais pobres, só 0,6% tem acesso a Internet; entre os 10% mais ricos esse número é de 56,3%. Somente 13,3% de negros usa Internet, mais de duas vezes menos que os de raça branca (28,3%). As porcentagens de acesso a Internet das regiões sul, com 25,6%, e sudeste, 26,6%, contrastam com as das regiões norte, 12%, e nordeste, 11,9%[3].

[2]Cf. *Datafolha: 64,5 milhões de internautas*. In:Marketing digital – Blog de Fred Pacheco, 03/12/2008.
[3]Cf. *Proposta de emenda à Constituição, nº 6, 2011*, Senado Federal, 03/03/2011.

Conclusões

Diante do exposto, é possível afirmar que o sucesso das revistas culturais no Brasil também se vincula ao aumento da população e seu acesso à cultura, publicadas tanto nos meios impressos como nos cada vez mais frequentes suportes digitais. Além disso, tal sucesso também se insere num amplo contexto do processo de modernização do país, já famoso na produção estética dos artistas modernistas, portanto a história da arte brasileira também é fundamental para compreender a produção editorial que possuímos. O vigor do modernismo brasileiro e a repercussão mundial que chegou a ter com Niemeyer e Lucio Costa, aliado à criatividade, ao aspecto lúdico e a um redescobrimento da arte e da cultura brasileira, como, por exemplo, na releitura do barroco mineiro que faz toda uma geração de intelectuais dos anos 20 do século passado, estimularam, pela via da preservação patrimonial, essa pujança que marca o início da produção intelectual dos anos 40 do mesmo século, com as revistas do IPHAN, e que ainda hoje continuam publicando-se, especialmente com a contribuição universitária e suas revistas acadêmicas, que continuam sendo um foco emissor de edições especializadas na área de artes e cultura em todo o país.

Em síntese, tais publicações tiveram relevância na formação da intelectualidade e, sua história vincula-se ao processo de modernização do próprio país, ao longo do qual assumiram uma vertente política e função informadora e formadora de opinião ao mesmo tempo em que incorporavam novos recursos e técnicas de composição que conseguiram conferir ao setor uma forma mais expressiva na abordagem de notícias e, especialmente no que se refere à sua divulgação, distribuição e acesso a números cada vez maiores de leitores e inclusive com vocação internacional.

E, para finalizar, sob tal vocação, também cabe fazer referência à importância do mercado editorial em língua portuguesa: à escala mundial, o português é o segundo idioma latino mais falado na atualidade, o sexto entre todos os idiomas na atualidade e inclusive com muitos mais falantes que o italiano, o francês ou o alemão; conta com aproximadamente duzentos e oitenta milhões de falantes nos cinco continentes do mundo, e é idioma oficial em Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Desprezar a contribuição cultural destes povos e, especialmente, de sua produção editorial, seria ignorar hoje uma parte muito importante do conhecimento universal.

Bibliografia

ANDRADE, Oswald. 1925. *Pau Brasil*. París: San Pareil.

ÂNGELO, Ivan *et al*. 1992. *São Paulo: 110 anos de industrialização – 1880-1990.* São Paulo: Ed. Empresa de Comunicação Três Ltda.

CINTRA-GORDINHO, Margarida *et al*. 1991. *Gráfica: arte e indústria no Brasil* – 180 anos de história. São Paulo: Ed. Bandeirante.

MARINGONI, Gilberto. 2011. *Angelo Agostini* – A imprensa ilustrada da corte à capital federal, 1864-1910. Ed. Devir.

SEVCENKO,Nicolau. 1991. *Orfeu Extático na metrópole* – São Paulo sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras.

Webgrafía

http://itaucultural.org.br

http://mac.usp.br/mac

http://portal.iphan.gov.br

http://revistacult.uol.com.br/home

http://tobeguarany.com/internet_no_brasil.php

http://usp.br

Inteligência Artificial: mitos e realidades*

Ernesto Costa

1. Introdução

Roma, 1515. No seu atelier, Michelangelo Buonarroti contempla a obra que acaba de concluir, a estátua de Moisés. Perante a sua perfeição diz-se que exclamou: fala! Séculos depois, em Agosto de 1956, um investigador do Darmouth College, John McCarthy, convenceu um conjunto de colegas (Marvin Minsky, Claude Shannon, Nathaniel Rochester, Thenchard More, Arhur Samuel, Ray Solomonoff, Oliver Selfridge, Allen Newell e Herbert Simon) a juntarem-se para:

> a two-month, ten-man study of artificial intelligence be carried out (. . .). The study is to proceed on the basis of the conjecture that every aspect of learning or any other feature of intelligence can in principle be so precisely described that a machine can be made to simulate it.

Foi a primeira vez que o termo Inteligência Artificial (IA) foi utilizado. O desejo comum a todos esses homens era o de concretizar as crenças de antigos filósofos (Aristóteles, Descartes, Pascal, Leibniz) e as teorias de cientistas (Boole, Shannon, von Neumann, Turing), no sentido de transformar o computador num artefacto de novo tipo, a quem um dia pudessem dizer: pensa!

O ser humano tem sido ao longo da sua história um constante construtor de artefactos, que lhe permitiram aumentar as suas capacidades mecânicas. Com o aparecimento do computador passou a dispor de um artefacto diferente, que lhe amplifica a uma escala nunca vista as suas capacidades cognitivas. Para muitos, incluindo para os pais fundadores da Inteligência Artificial, o computador abre uma imensidão de possibilidades, enquanto para outros levanta questões relevantes sobre o nosso futuro colectivo. Toda a discussão sobre as máquinas inteligentes e a sociedade do futuro, tem sido popularizada em obras de ficção de que os filmes I, robot, ou 2001: uma odisseia no espaço, ou ainda Blade Runner são um pequeno exemplo. Para muitos existe uma impossibilidade de as máquinas serem inteligentes, enquanto para outros, sendo possível a sua construção não deve ser seguida com medo de uma sociedade dominada por elas. Perante o medo de uns e a

* Texto foi apresentado no Ciclo de Conferência "Conhecimento e Ciência", organizado pela Unidade de Produção e Disseminação do Conhecimento do PPGP da UNTL, a 26 de Abril de 2013.

euforia de outros é preciso um certo realismo. A história da Inteligência Artificial se prova alguma coisa é que nem os crentes nem os descrentes têm total razão. Mas afinal o que como se define Inteligência Artificial. Como tem evoluído ao longo da sua, ainda curta história? Que promessas foram feitas e qual é a realidade? São estas questões que tentaremos elucidar de forma muito sintética e breve no resto deste texto.

2. Conceitos

Existem várias definições possíveis de IA, sendo que a nossa preferida é a que remete para uma visão de engenharia: A IA é uma área da computação, cruzando ciências da cognição, neurociências e biologia, dedicada ao estudo e construção de agentes autónomos, que interagem com o seu ambiente, tendo em vista a resolução de tarefas com máximo desempenho.

Podemos visualizar os vários conceitos em jogo como se ilustra na figura 1.

Figura 1: Definição

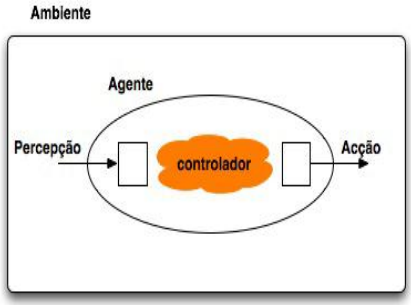


Figura 2: Arquitectura de um agente

Ao dar a definição acima é claro que adoptamos um ponto de vista pragmático de engenharia, sendo que no centro da nossa actividade está a construção de agentes. Mas quais os elementos essenciais da arquitectura de um agente? De uma forma simplista são apenas três (ver figura 2).

Um agente, mergulhado num dado ambiente, tem um conjunto mecanismo de entrada (percepção), um conjunto de mecanismos de saída (acção) e um cérebro (controlador). No essencial o que distingue os vários tipos de agentes é precisamente o cérebro. Temos assim agentes puramente reactivos, agentes reactivos com memória, agentes de procura, agentes baseados em conhecimento, agentes aprendizes, agentes adaptativos. Independentemente das diferenças o controlador dos agentes terá sempre duas componentes: conhecimento e raciocínio (ver figura 3).

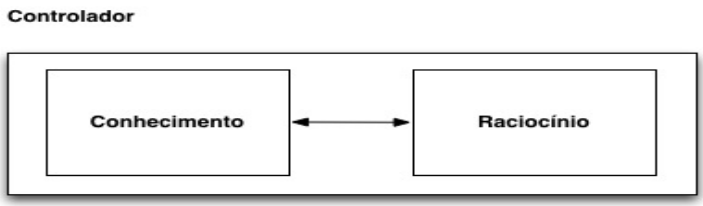


Figura 3: Componentes do cérebro

Os agentes podem ainda existir isoladamente ou em sociedade. O que nos faz optar por um dado tipo de agente é o problema que é preciso resolver. Mas mesmo depois de escolhido o tipo de agente a utilizar ainda vamos ter que decidir qual a técnica a utilizar. A história da Inteligência Artificial mostra que o tempo fez emergir e cristalizar três paradigmas essenciais inspirados ou nos sistemas simbólicos, ou nos sistemas neuronais, ou ainda nos sistemas naturais. É claro que existem variantes em cada uma destas três categorias. A história da Inteligência Artificial dá-nos conta disso mesmo.

3. Um pouco de história

Hoje, 57 anos depois do seu aparecimento, que balanço podemos fazer? Desde logo importa constatar que, afinal, como se depreende do que já foi dito, não existe uma IA, mas sim várias que podemos sintetizar numa paisagem a duas dimensões. Com efeito, enquanto para uns é viável o aparecimento de máquinas que são inteligentes (tese da IA forte), para outros apenas possível construir artefactos que imitam o homem na sua acção inteligente (tese da IA fraca). Por outro lado, existem os que defendem que o processo de construção de uma máquina inteligente se deve basear na identificação e na representação computacional dos mecanismos cognitivos de alto nível usados pelos humanos (abordagem simbólica). O edifício deve ser construído de cima para baixo. Num outro extremo estão os que defendem que, pelo contrário, um agente artificial inteligente deve ser construído da base para o topo, pois a inteligência é uma propriedade emergente resultante da interacção de pequenas entidades "estúpidas"(abordagem neuronal e natural). A história da IA é um pouco a história do confronto entre várias localizações neste espaço, umas fundamentalistas e outras mais dialogantes e propondo alternativas híbridas.

Desde muito cedo foram feitas promessas ambiciosas. Herbert Simon, um dos pais da IA e prémio Nobel da Economia, já em 1957 postulava que:

> (...) the ability (of machines) to do these things (think, learn, create) is going to increase rapidely until – in a visible future – the range of problems they can handle will be coexistensive with the range to which the human mind has been applied.

No início os esforços voltaram-se para a resolução geral de problemas, jogos e compreensão de linguagem natural, com os programas a serem testados em mundos simplificados. Os primeiros resultados pareciam dar razão ao optimismo inicial: demoraria no máximo dez anos até um computador ser campeão do mundo de xadrez, ou um teorema matemático importante ser demonstrado, ou ainda termos um sistema automático de tradução. Mas a realidade revelou-se bem mais complexa. As razões foram várias, e levaram à perda de importância da IA forte em favor da IA fraca. Por um lado, revelou-se errado pensar que a inteligência resultaria da manipulação puramente sintáctica de símbolos. Por outro lado, as técnicas simples de procura cega não escalavam bem para problemas de elevada complexidade devido a um fenómeno conhecido por explosão combinatória: o número de situações a analisar na busca de uma solução cresce exponencialmente com a dimensão do problema. Finalmente, os próprios métodos usados sofriam, nalguns casos, de limitações de princípio, e.g., as primeiras redes neuronais baseadas num único neurónio não conseguiam implementar algo tão simples como um "ou exclusivo" (XOR). Tudo isto levou ao esquecimento ou ao abandono de algumas abordagens (redes neuronais, algoritmos evolutivos).

Compreendeu-se então a importância de dotar as máquinas de conhecimento sobre os problemas a resolver e encontrar modos diversos de representar esse conhecimento e de efectuar sobre ele raciocínio (lógica, abordagens heurísticas). Como resultado desta fase aparecem os chamados sistemas periciais, sistemas de elevado desempenho em domínios restritos (e.g., diagnóstico de doenças, prospecção petrolífera, apoio à decisão financeira). Os anos 80 afirmaram a supremacia da abordagem simbólica da IA e o seu sucesso comercial. Se já tinha contribuído para a Informática com novas linguagens de programação (LISP), novos conceitos (tempo partilhado), a IA tem agora um papel importante (e por vezes esquecido) em sistemas baseados em objectos, em hardware dedicado (Máquinas LISP), em sistemas robóticos. O seu sucesso atraiu dinheiro e impulsionou grandes projectos, como o projecto japonês do computador da 5ª geração. Mas depressa se tomou consciência das limitações dos sistemas baseados em conhecimento para a prossecução do objectivo último de uma máquina inteligente. Essas dificuldades eram gerais: dos mecanismos de percepção (e.g. visão) aos elementos de actuação, passando pelo cérebro (representação e raciocínio). O afastamento entre as promessas e a realidade leva a cortes drásticos nos investimentos em projectos de IA.

Como sempre acontece em momentos depressivos, os investigadores voltam-se de novo para os princípios, na procura de alternativas. Tornou-se então claro que para ter sucesso era necessário reforçar a autonomia do computador e a sua capacidade de responder a situações novas: era necessário dotar as máquinas de capacidade de aprender. A partir de meados da década de 80 foi nisso que se concentraram muitos dos esforços da IA. Assistiu-se ao reaparecimento de

paradigmas adormecidos que favorecem uma abordagem distribuída, da base para o topo (i.e., redes neuronais, algoritmos evolutivos), embora com novas roupagens (algoritmo de retropropagação, algoritmos e programação genética). Ao mesmo tempo, do lado da IA simbólica, reconhece-se a importância de métodos rigorosos para tratar conhecimento incompleto ou incerto (e.g., abordagens bayesianas). Perto do final do século os conceitos de agente e de sociedade de agentes emergem, muito impulsionado pela nova realidade da Internet (agentes de busca, assistentes diversos) e surgem algoritmos e sistemas especializados no tratamento de grandes volumes de dados (mineração de dados, sistemas inteligentes de recomendação).

Em pleno novo milénio, a IA continua o seu caminho de diversificação, reforçando os paradigmas não simbólicos e com o aparecimento de novas áreas e algoritmos centrados já não nos mecanismos cognitivos ou no funcionamento do cérebro humano, mas antes guiados pelo modo como os organismos biológicos ou a natureza têm ao longo de milhões de anos sabido resolver um problema fundamental: sobreviver. Para além dos Algoritmos Evolutivos já aqui referidos, hoje fala-se também de Vida Artificial (ou estudo da vida não como foi mas como podia ter sido), de Algoritmos de Enxame, de Algoritmos Baseados em Colónias de Formigas. Transita-se do agente isolado para o agente social. Todos têm tido grande aplicação na resolução de problemas de *design* e de optimização, de elevada complexidade, desde o projecto de dispositivos electrónicos até antenas de telecomunicações, passando pela optimização de rotas ou transportes e logística. Mas podemos dar um conteúdo mais concreto aos paradigmas enunciados.

4. Paradigmas

Sabemos que nós, humanos, temos uma capacidade inata para resolver problemas. Mas como procedemos? Vejamos um exemplo. Suponhamos que o Senhor Costa e a sua Esposa dão uma festa em sua casa e convidam quatro casais amigos. Quando se encontram e como é natural entre pessoas civilizadas cumprimentam-se. Um observador atento notaria que:

> ninguém cumprimenta nem a si próprio (!) nem ao seu cônjuge;
> nenhum para se cumprimenta mais do que uma vez

Acontece que no final da festa e antes que todos se retirem o Senhor Costa pergunta aos restantes presentes quantos apertos de mão deram e recebe como resultado nove valores distintos. A questão que se coloca é a de saber quantos cumprimentos deu a mulher do Senhor Costa. Parece um problema sem solução, mas nós humanos usando o nosso conhecimento e capacidade de raciocínio somos capazes de resolver esta questão. Vejamos como.

Comecemos por criar uma representação para o problema (figura 4).

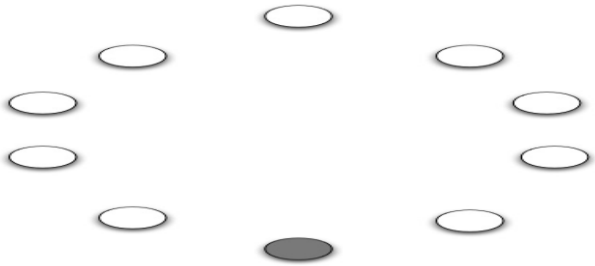


Figura 4: O problema do Senhor Costa

Nesta representação apenas disposemos as 10 pessoas num circulo e identificámos o Senhor Costa (a cinza escuro). Do que foi dito por cada uma das 9 pessoas ao Senhor Costa todas deram um número diferente de apertos de mão. Como existem dez pessoas e ninguém se cumprimenta a si próprio nem ao seu cônjuge o número máximo de apertos de mão foi de 8. Com nove pessoas em jogo temos que ter a situação da figura 5.

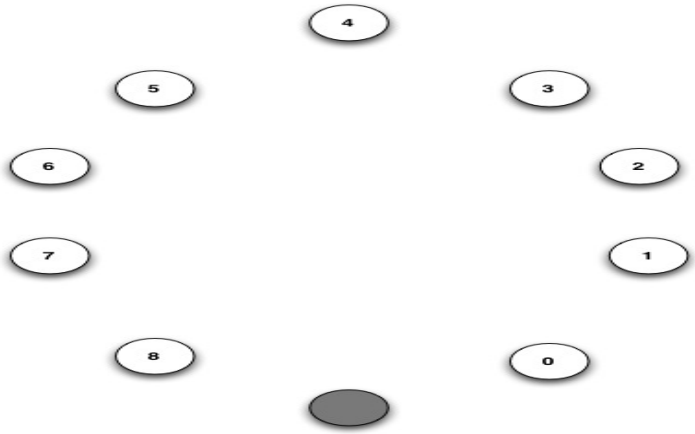


Figura 5: Os apertos de mão

Isto termina a parte da representação. Agora vamos raciocinar. Comecemos por quem deu 8 apertos de mão. Nas condições do problema as pessoas que cumprimentou são as indicadas na figura 6.

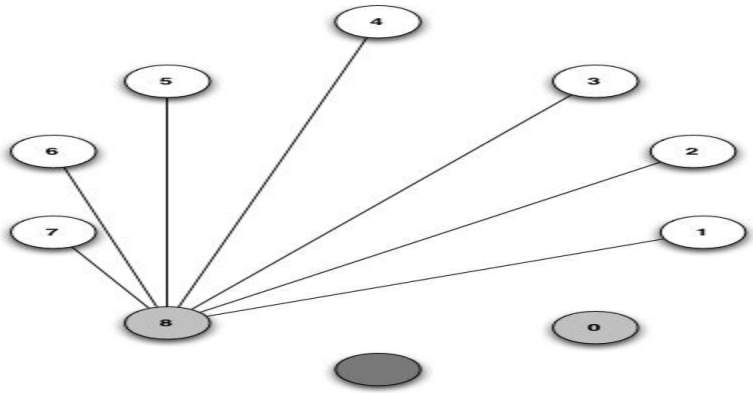


Figura 6: O Senhor 8

Olhando para o resultado podemos concl'uir que o cônjuge da pessoa 8 só pode ser a pessoa 0! Continuando este raciocínio chegamos à conclusão que o cônjuge do Senhor Costa é a pessoa 4, que, por isso deu quatro apertos de mão (ver figura 7).

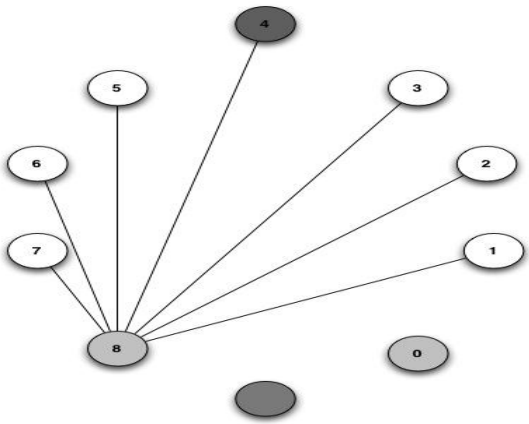


Figura 7: Eureka!

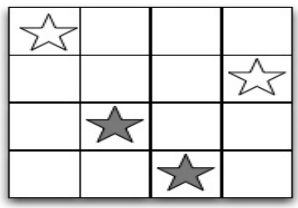


Figura 8: 4 rainhas

Podemos transportar estas ideias de resolução de problemas para o interior de um computador? O cerne da resposta está na nossa capacidade de inventar um sistema computacional capaz de representar o problema e com base no conhecimento sobre o domínio do problema efectuar raciocínios que o conduzam à solução. Olhemos para um caso ainda académico mas que pode ser implementado numa máquina, designado por problema das n-raínhas: colocar n-rainhas num

tabuleiro de modo que não se ataquem mutuamente. O exemplo da figura 8 ilustra para 4 rainhas e identifica duas rainhas (a cinza escuro) que se atacam.

Cognitivo

Uma primeira solução passa por identificar o conceito de estado e por operadores de transformação de estado. Raciocinar é navegar de modo controlado escolhendo a cada momento um operador de mudança de estado que nos aproxime da solução. Neste exemplo, um operador pode ser simplesmente a operação de movimentar uma rainha para um local não ocupado, como a figura 9.

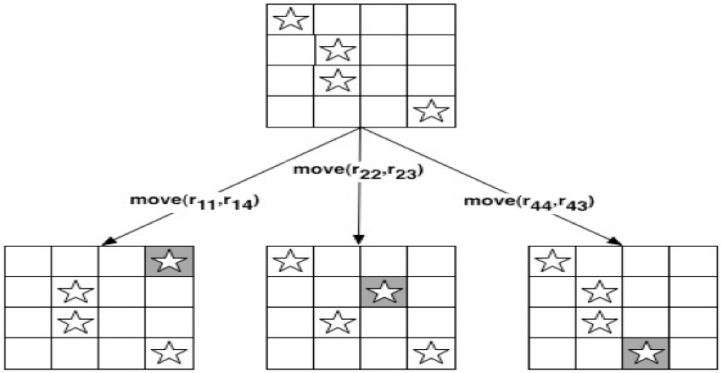


Figura 9: Navegar num espaço de estados

Esta navegação pode ser feita de modo cego ou de modo heurístico, por exemplo, procurando que o operador a usar diminua o número de ataques entre rainhas.

Neuronal

Uma outra solução tem por base um modelo artificial de um neurónio (ver figura 10). Um neurónio tem um conjunto de entradas (X), cada uma delas com um peso associado (W). Se a soma pesada das entradas ultrapassar um certo limiar (Θ) então o neurónio dispara produzindo um sinal à saída (Y). Dizemos que o neurónio está activo, caso contrário o neurónio estará inactivo. Juntando vários neurónios e ligando-os entre si constituímos uma rede neuronal. Para um dado valor das entradas o valor das saídas depende dos pesos associados com essas entradas.

Figura 10: Neurónio Artificial

Este facto torna possível às redes aprenderem a ligar as suas entradas a um valor específico, por simples variação dos pesos. As redes neuronais podem deste modo aproximar funções. Podemos, por exemplo, ensinar uma rede neuronal a identificar padrões, como caras, texto, ou outros. Existem diferentes arquitecturas de redes neuronais mas é um tema fora do âmbito de um texto generalista. Para o problema que temos entre mãos a solução passa por criar uma rede com n2 neurónios ligados entre si (ver figura 11 onde se ilustra o princípio para o caso de n = 2.).

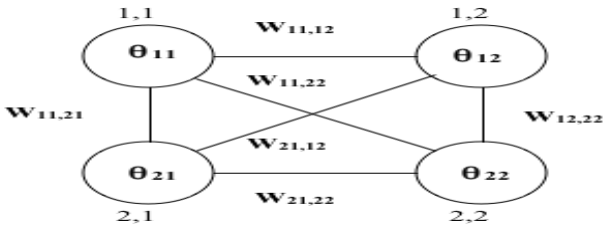


Figura 11: Rede Neuronal

Cada neurónio representa uma posição no tabuleiro e pode estar activo (tem rainha nessa posição) ou não. Como existem n2 neurónios, existem 2n2 configurações diferentes da rede, também chamadas de estados. A cada estado podemos associar uma função de energia que reflicta os ataques entre rainhas. Deste modo uma solução para o nosso problema traduz-se em encontrar um estado de energia mínima. Para isso teremos que alterar as saídas dos vários neurónios que, com já dissemos, dependem do valor dos pesos e do limiar. Como se pode ver, também nesta abordagem é crucial a definição de uma representação apropriada e de um mecanismo apropriado de raciocínio. Igualmente, é fundamental ter uma noção de proximidade à solução, o que é dado pela função de energia.

Natural

Todos conhecemos a teoria de Darwin da evolução por selecção natural: os indivíduos mais aptos vivem mais e por isso têm mais hipóteses de procriar passando para a descendência os seus traços genéticos. Essa herança está sujeita a pequenas variações (mutações). As que forem benéficas serão retidas, as outras ou

não dão origem a nenhum indivíduo viável ou esse indivíduo tem poucas hipóteses de sobreviver e produzir descendência. Esta ideia simples foi transformada num poderoso método de resolução de problemas: cria-se uma população de soluções candidatas para um dado problema e faz-se evoluir essa população ao longo de gerações simulando o processo de reprodução com variação controlado pela qualidade de cada indivíduo (ver figura 12).

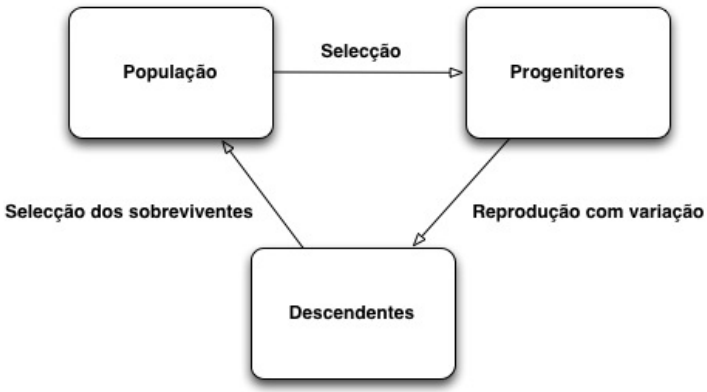


Figura 12: Algoritmo Genético

Como é que esta abordagem nos pode ajudar a resolver o problema das n-rainhas? Do que atrás foi dito resulta claro que precisamos de uma representação para os indivíduos e de um mecanismo de raciocínio. Este último é o processo acima descrito e que a figura 12 ilustra: a partir de uma população inicial de soluções candidatas ir fazendo evoluir ao longo de gerações esses indivíduos, seleccionando em cada geração os mais aptos que reproduzem com variação. Da descendência gerada os melhores passam para a geração seguinte. Ao longo das gerações vão existindo cada vez mais indivíduos de melhor qualidade. E no que toca à representação? Sabemos que rainhas na mesma linha ou na mesma coluna atacam-se mutuamente. Podemos escolher uma representação que force as rainhas a estar desde logo impossibilitadas de se atacar por ocuparem ou a mesma linha ou a mesma coluna. Para o caso de n rainhas isso traduz-se por considerar como representação de um indivíduo um vector cujo conteúdo é uma permutação dos inteiros entre 1 e *n*. A figura 13 ilustra a ideia de representação de um indivíduo.

Figura 13: Representação de um indivíduo

A posição k no vector indica a linha em que a rainha se encontra, o seu conteúdo a coluna. Para que o processo evolutivo possa funcionar só precisamos de um mecanismo que nos diga qual a qualidade de cada indivíduo. Mas isso é trivial: basta contar os ataques entre rainhas e saber que quanto menor esse valor, melhor. Quanto aos mecanismos de variação, um muito simples é o que selecciona de forma estocástica um indivíduo e, no caso de ser seleccionado, trocar o conteúdo de duas posições escolhidas também elas aleatoriamente. Deste modo mantemos uma permutação dos inteiros mas alteramos a posição (linha, coluna) dos dois indivíduos. Este exemplo muito simples ilustra o fundamental dos três paradigmas representativos das várias abordagens actualmente usadas em Inteligência Artificial. Agora é tempo de falar de realizações menos académicas.

5. A Inteligência Artificial hoje

O leitor estará por ventura a interrogar-se sobre uma questão importante: os princípios, a história e os paradigmas são essenciais para julgar uma abordagem científica, mas mais relevante do ponto de vista pragmático são as realizações, e saber em que medida elas são já hoje importantes para o nosso dia a dia. Podíamos referir que a promessa de um programa campeão mundial de xadrez se tornou uma realidade, com o programa Deep Blue da IBM, embora em vez de 10 anos tenha sido necessário esperar 40 anos. Mais importante no nosso quotidiano são os jogos de computador que cada vez mais dependem de técnicas de IA para problemas como a tomada de decisão ou a gestão do movimento (e.g., Creatures, The Sims, Black and White). Se usarmos o computador para procurar o melhor caminho entre dois pontos, usando tecnologia Google (Google Maps) ou da Microsoft (ClearFlow) ou um vulgar GPS, vamos usar técnicas de IA (algoritmo A*, redes bayesianas). Ao entramos no nosso carro somos auxiliados por sistemas avançados de assistência ao condutor, como o *adaptive cruise control* (ACC), o inteligente speed adaptation (ISA), o sistema de apoio ao estacionamento, a detecção de obstáculos, o sistema inteligente de controlo da pressão dos pneus, ou o sistema inteligente de controlo do volume do rádio. Socorrem-se de técnicas de IA, como a visão por computador, inferência probabilística, métodos de planeamento ou aprendizagem automática. Regressados a casa podemos usar um ou vários robots iRoomba para nos limpar o chão, ou ter o sistema de aquecimento a controlar a temperatura e a enviar comandos para fechar as cortinas, ou o forno microondas com leitura de código de barras para determinar a melhor maneira de cozinhar uma refeição, ou ainda um sistema inteligente de detecção de intrusão com envio de mensagens automáticas para o nosso telemóvel. Uma vez mais a IA participa nas soluções dos chamados sistemas de inteligência ambiente, através de sistemas de reconhecimento de imagem e de voz, de sistemas de inferência baseados em lógica vaga. Quando usamos um sítio em linha para compras electrónicas de modo sistemático como a

amazon o sistema aprende as nossas preferências e passa a fazer-nos sugestões de livros que julga que nos podem interessar. O mesmo se aplica às redes sociais como o Facebook. Existem também correctores automáticos, seja quando usamos o Google para pesquisa ou um editor de texto como o Microsoft Word. Hoje com o nosso telemóvel inteligente podemos dialogar com um assistente pessoal como o Siri da apple, pedindo-lhe informações sobre o tempo ou dando ordens para enviar mensagens em nosso nome. O Siri recorre a técnicas avançadas de compreensão de língua natural e de síntese de voz. O difícil é encontrar um aspecto da nossa vida quotidiana em que as soluções que recorrem as técnicas de Inteligência Artificial não estejam presentes.

Mas a IA também coloca à disposição de médicos, engenheiros, homens de negócios várias ferramentas fundamentais para a sua profissão (e para o nosso bem estar!). Na área médica são imensas (veja-se o sítio http://www.openclinical.org para uma descrição exaustiva). Refira-se o sistema ATHENA DSS para a gestão de problemas de hipertensão. Problemas de escalonamento inteligente têm vindo a ser resolvidos de modo rotineiro

por sistemas como o AURORA (usado pela Boeing na construção do 787 Dreamliner) ou o TEMPORIS (usado na gestão de tarefas em missões espaciais e testado na Estação Espacial Internacional). O BLAZE ADVISOR é um sistema de apoio à tomada de decisão na área dos negócios. Hoje existem vários destes sistemas baseados em técnicas de mineração de dados, processamento de texto e tomada de decisão inteligente, capazes de auxiliar de modo instantâneo decisões como a compra ou a venda de acções.

6. A Inteligência Artificial amanhã

Alan Kay disse que a melhor maneira de prever o futuro é inventá-lo. É disso de que se trata hoje nos grandes laboratórios de investigação em todo o mundo. Curiosamente, alguns dos grandes desafios que se colocam hoje à IA envolvem tarefas e problemas em que nós humanos somos trivialmente competentes: reconhecer caras, manter uma conversa de modo coerente, ser criativo. O reconhecimento de caras tem tido alguns avanços (consulte-se http://www.facerec.org/). Tem um potencial de utilização vasto mas coloca problemas sérios de privacidade. Têm sido usadas diferentes técnicas de aprendizagem automática, como técnicas bayesianas ou cadeias de Markov escondidas. FaceVacs é o nome de um produto comercial para reconhecimento de faces. Também já existem produtos comerciais para a tradução automática por reconhecimento e síntese de voz, como o MASTOR da IBM. As abordagens inteligentes inspiradas na natureza têm tido um sucesso considerável na produção de novas soluções para circuitos eléctricos, controladores, antenas, que deram origem a patentes. É claro que os problemas que queremos resolver com a ajuda de

uma máquina inteligente são cada vez mais complexos e envolvem recursos computacionais cada vez maiores. É por isso que a investigação actual em novas arquitecturas dos computadores que exploram o paralelismo, ou as inovadoras propostas de computadores quânticos ou de ADN são uma necessidade cada vez mais premente. O futuro dirá se seremos bem-sucedidos a trabalhar com fiabilidade na escala do infinitamente pequeno.

7. Conclusão

Procurámos dar uma ideia, ainda que superficial, do que tem sido, é e poderá ser, o campo científico conhecido por Inteligência Artificial. a partir daqui o leitor interessado em saber mais pode visitar o sítio da associação ame ricana de IA (http://www.aaai.org) ou o sítio da associação portuguesa de IA (http://www.appia.pt) onde encontrará muita informação adicional. Se para além de saber quer aprender, dois excelentes textos são o livro de S. Russell e P. Norvig (2010), *Artificial Intelligence: a modern approach* (para a abordagem clássica) e o livro de D. Floreano e C. Mattiussi (2008), *Bio-Inspired Artificial Intelligence* (para a abordagem inspirada na natureza). Em língua portuguesa poderá encontrar o livro que escrevemos, Inteligência Artificial: fundamentos e aplicações (2008), no qual se descreve uma abordagem multi-paradigma centrada no conceito de agente.

Os nossos antepassados confrontaram-se com a dificuldade de aceitar a visão moderna de Copérnico, que nos coloca fora do dentro do universo; com a teoria da selecção natural de Darwin, que retira o lado transcendente à nossa existência; com a visão de Freud sobre os nossos vários egos, e que questiona a nossa racionalidade. Hoje aceitamos tudo isso com naturalidade. Será que amanhã aceitaremos também que uma máquina, um robot, possa ter manifestações de tristeza, manifeste emoções, como nos mostram filmes como I Robot ou Blade Runner? Mais tarde ou mais cedo a ficção transformar-se-á em realidade. Por isso é melhor estarmos preparados!

Referências

COSTA, Ernesto & SIMÕES, Anabela. 2008. Inteligencia Artificial: fundamentos e aplicações. FCA, terceira edição edition.

FLOREANO, Dario & MATTIUSSI, Claudio. 2008. Bio-Inspired Artificial intelligence: theories, methods, and technologies. MIT Press,

RUSSELL, Stuart & NORVIG, Peter. 2010. Artificial Intelligence: a modern approach. Prentice Hall, third edition edition.

PARTE 3
FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES SOCIAL DA FAMÍLIA, ESCOLA E ENSINO UNIVERSITÁRIO

Família e escola na sociedade contemporânea: revisitar alguns elementos necessários*

Miguel Maia dos Santos & Vicente Paulino

Prólogo – Família como transmissora dos valores e virtudes humanas

A família é fundada a partir do matrimónio estabelecido entre um homem e uma mulher, é o lugar primário das relações interpessoais, o fundamento da vida de pessoas e o protótipo de toda a organização social. É o lugar apropriado no qual o homem nasce e cresce, recebe as primeiras noções da verdade e do bem, onde aprende o que quer dizer "*RESPEITAR*" e "*AMAR*", por conseguinte, de modo a pode apresentar o seu modo de 'ser pessoa educada' na família e de 'estar considerado e respeitado' na sociedade. É uma pequena comunidade constituída por pais, filhos avôs e contando ainda alguns parentescos onde se tem a primeira experiência e a primeira aprendizagem da sociabilidade humana, pois nela não só descobre a relação pessoal entre o "eu" e o "tu", mas também dá o passo ao "nós".

A família é a primeira escola das virtudes sociais e mediadora na "intervenção em busca da paz" (Breitman & Porto, 2001) que todos os povos necessitam, mas "não é única e exclusiva comunidade educativa" (João Paulo II, FC ns 36 e 40). É a melhor escola na história da vida humana no mundo que produz e estabelece as relações comunitárias e fraternas, frente às actuais tendências individualistas, que na concepção religiosa, ela é transmissora da fé e com ela o ser humano transmite as 'virtudes divinas' como promissora de vida, refere-se a propósito dos preceitos cristãos: "A família, como a Igreja, tem por dever ser um espaço onde o Evangelho é transmitido e de onde o Evangelho irradia (…) Os pais não somente comunicam aos filhos o Evangelho, mas podem receber deles o mesmo Evangelho profundamente vivido" (Paulo VI, EN n.71), daí que chama a família cristã como "igreja doméstica" e a educação dos seus fiéis é feita e promovida através do "programa da catequese pastoral"[1].

O valor mais importante que as crianças recebem na 'educação familiar' é amar os seus semelhantes, pois o amor é preceito mais perfeito da família, mas só é

---

* O texto foi elaborado no âmbito do projecto de pesquisa "Aquisição da leitura dos alunos do ensino básico em Timor-Leste: Metodologia e Estratégias", supervisionado pelo INFORDEPE em 2013

[1]José Luís, "Família, Transmissão e Educação da Fé", in http://www.abcdacatequese.com/index.php/evangelizacao/documentos/348-comissao-episcopal-da-educacao-crista/1568-familia-transmissao-e-educacao-da-fe (acesso em 12/11/2013).

possível se houver uma entrega de si mesmo aos outros. Cada membro da família é reconhecido quando este cumpre só seus deveres para com parentes, mas também respeita e promove os valores pessoais e sociais na sociedade. O valor social obtido pelas crianças na família é o bem que elas possuem para descobrir o sentido social dos bens comuns na sociedade.

1. Família como centro de ‘ primeira aprendizagem’ do ser humano

A educação é importante para todos os homens na terra e com ela socializa a cultura, o conhecimento e os valores. A cultura, a moral e a ética devem ser transmitidas de geração a geração e tal difusão do conhecimento ocorre dentro da escola. A escola é um lugar para ensinar as ‘fundamentais éticas’ numa dimensão globalizante, mas esta não deve ser considerada a única instituição social capaz de dar ‘lições morais’ e educar os cidadãos, sem a contribuição dos pais de alunos que frequentam a escola. Neste contexto, a família é uma instituição privada de carácter ‘laços de sangue’ que assume a sua função como centro da ‘primeira aprendizagem’ do ser humano desde da sua nascença, ou seja, a família é o ‘espaço primário’ de convivência do próprio homem, onde se inicia o seu processo de aprendizagem e de adquirir alguns conhecimentos básicos herdados pelos seus ancestrais.

A educação é uma coisa que dignifica a vida humana e a nação também, por isso, ela é mais do que simples terminologia de ‘escolarização’ e que tal expressão latina ‘educare’, por exemplo, provém, desde muito cedo, no seio familiar. Em virtude deste que os pais e professores devem criar uma sociedade de ideias normativas e positivas para conduzir o sucesso da educação de alunos e os princípios éticos do ‘senso comum’ dessa mesma sociedade. Por isso mesmo, temos que manter os rituais tradicionais de ‘educar filhos’ que neles colocados os ensinamentos morais, leis de vida e valores culturais. Significando que a família é um lugar indispensável na protecção integral dos filhos e demais membros, independentemente daqueles que se integram na estrutura sanguínea ou vêm a integrar-se nessa mesma estrutura, onde se aprofundam os laços de solidariedade (Cf.Relvas & Alarcão, 1989;Chambel & Curral, 1998).

Neste contexto, “a família é o núcleo central do desenvolvimento moral, cognitivo e afectivo, de toda a comunidade e por meio desta constitui-se os mais sólidos laços entre grupos sociais. À primazia dos afectos, matéria-prima do relacionamento de elementos da família, enquanto aspecto fundamental para perceber as múltiplas ligações de parentescos até aos dias de hoje, nomeadamente no que concerne às relações entre pais e filhos”. Trata-se de um espaço históricos e simbólico que estabelece o labor, trabalho e acção, “em estreita ligação de parentesco a família-nação aponta para um sistema político e social” (Paulino, 2014:14), com especial destaque no que toca às dimensões de afirmação das identidades.

Daí, a importância que no passado e no presente se tem dado à família e às danças que a têm caracterizado na sua estrutura, nas relações dentro e fora dela, com influências recíprocas na mudança (Anshen, 1967; Afonso & Neves, 2002; Benavente, 1990) e a função de ser família na educação é formar o 'cérebro das letras' de seus filhos e da sociedade.

2. Escola como espaço de aprendizagem e organização social

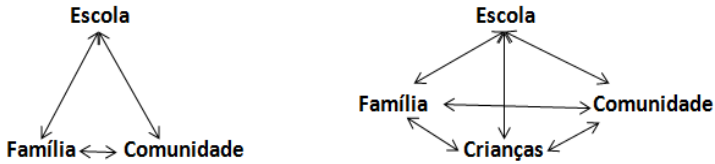
Cada cidadão de um país tem obrigação moral de competir dentro do sistema de ensino com 'condições iguais' sem discriminação racial, grupos e étnicos para terem uma elevada educação na vida pessoal e comunitária. A escola seria, nesta perspectiva, "uma instituição neutra", que difunde os conhecimentos e ciências numa lógica racional e objectiva. Assim, a suprema importância da educação está na "neutralidade das escolas, tornando-as umaespécie de agência de gestão orientadas para o mercado, para a competição económica e a aprendizagem individual" (Lima, 1996; *obs. cit.* Nogueira & Silva, 2001:99). É neste sentido que o sistema educativo é "identificado como um elemento chave para a promoção da educação para a cidadania e para a formação de futuros cidadãos que participem activamente e de modo crítico na construção de uma sociedade mais justa e solidário, colocando como valores fundamentais a democracia, os direitos humanos e a tolerância" (Araújo, 2008:89). Assim, a escola é uma instituição pela qual todos os membros da sociedade utilizam como 'meio social' de sua aprendizagem.

A escola é uma instituição social que produz a própria formação pessoal e social dos cidadãos nacionais. Pela sua importância e particularidade, a escola "desempenha a sua função técnica de comunicação que um sistema escolar determinado desempenha, além disso, a sua função social de conservação e a sua função ideológica de legitimação" (Bourdieu & Passeron, 1978:143) que, de alguma maneira, se encandeiam na vida activa: o *labor, trabalho e acção* (Arendt, 2001) dos seres humanos como sendo princípios básicos da "educação pessoal e comunitária" (Carneiro, 1985; Carolino, 1995). É assim que a "escola é reconhecida como um local de aprendizagem e conivência social que para além de oferecer, a quem ela acede, um espaço físico e organizacional, deve oferecer igualmente um espaço democrático de cidadania, um espaço relacional, de convívio, de cooperação e de resolução de conflitos" (Araújo, 2008:89).

O ambiente de aprendizagem das crianças – nomeadamente daquelas que, por exemplo, do 2º, 5º e 7º ano de escolaridade e que no caso concreto de Timor foram estudados por dois investigadores da UNTL (Paulino & Santos, 2014) – associa-se a escola, família e comunidade. Incluindo também o 'ego, ou seja, se elas próprias querem ir à escola. Depois, designe um ambiente de aprendizagem para cada grupo, segundo os quais um grupo é caracterizado como 'escola', segundo é a 'família', o terceiro é ' comunidade e por último é a própria 'criança'. Se está a trabalhar com

dois grupos, cada grupo pode ficar com dois ambientes de aprendizagem. Se está a trabalhar sozinho, tente fazer os quatro.

Figura 1 – O ambiente de aprendizagem das crianças



O funcionamento de uma organização escolar é resultado de um compromisso dos agentes do ensino para estabelecer uma estrutura formal e as interacções produzidas devem ser partilhadas com o interesse dos distintos grupos (Nóvoa, 1992), cujo objectivo é transformar a escola em mudança, envolvendo as questões que dividem os autores empenhados na inovação. Segundo Ema Catarina Monteiro da Silva (2012:31), "A escola é frequentemente e atentamente vigiada pelos pais que lhes confiam os filhos com um misto de confiança e desconfiança". Se assim, adianta a autora que é necessário vigiar a relação entre a escola e as famílias é uma tentativa de aproximação dos diferentes capitais culturais, ao mesmo tempo, uma tentativa de reduzir "a descontinuidades entre o saber local e o saber nacional – saber de classe" (Raul Iturra, 1990- obs. cit Silva 2012:31).

Contudo, e no caso concreto de Timor-Leste, é necessário considerar que o Decreto-Lei nº 7/2010, de 19 de Maio, do *Regime Jurídico da administração e gestão de sistema de Ensino Básico*, decretou que o ensino básico universal ou obrigatório é muito importante para todos os cidadãos timorenses. Pela sua universalidade e obrigatoriedade, o V Governo Constitucional (no seu programa político de 5 anos) pretende reforçar o sistema educativo do Ensino Básico no sentido de elevar a qualidade desse mesmo ensino por parte de todos os professores e de todas as crianças, sem a distinção do género, raça e religião. Como anuncia o programa do V Governo Constitucional da RDTL:

> a) A matrícula de todas as crianças no 1º ano do ensino básico, segundo a idade adequada; b) A redução do abandono escolar, que actualmente é na ordem dos 70%, e a conclusão do ensino básico no tempo previsto para o efeito, ou seja, graduação de todas as crianças após o cumprimento de 9 anos de escolaridade (actualmente as crianças necessitam de em média 11.2 anos para concluir o sexto ano de escolaridade); c) Introdução das recomendações da "política de Ensino Multilingue baseada nas Línguas Maternas de Timor-Leste", para a aquisição de competências mínimas de literacia e numeracia, nos casos em que a língua constitui uma barreira à aprendizagem e ao sucesso escolar, de forma a desenvolver a participação mais activa dos alunos e enquanto transição sistemática para a aprendizagem das línguas oficiais; d) Uma melhoria radical na qualidade do sistema de ensino, incluindo a melhoria da formação de professores e outros

> recursos humanos; e) A provisão dos edifícios e instalação escolares necessários e proporcionais ao crescimento populacional das crianças em idade escolar; f) O desenvolvimento e implementação de um currículo escolar moderno e pedagogicamente adequado; g) A provisão de materiais de ensino e aprendizagem com qualidade a todos os professores e alunos; h) Desenvolvimento de um novo e descentralizado sistema de gestão escolar que garanta a provisão de educação de qualidade de forma eficiente, acessível e sustentável. Esta nova abordagem irá incluir os aspectos administrativos, financeiros, académicos, logísticos e de recursos humanos, assim como o envolvimento dos professores, pais e alunos[2].

Todo o processo de desenvolvimento educacional deve ser assegurado pela *estrutura escolar* (meios humanos – directores, professores, pessoal administrativo e alunos; meios não-humanos – edifícios, mesas, cadeiras, livros, computadores e outros elementos necessários que relacionam com a estrutura escolar), pelos *encarregados de educaçãoe comunidade em geral*. Estes três pilares são fundamentais para fortalecer a qualidade do ensino e aprendizagem das crianças, a partir de uma visão específica chamada 'viver para aprender' e 'aprender para a vida'. Isto é, no contexto de educação, viver para ser educado no ensino de acordo com os princípios éticos consagrados na lei da família, educação e sociedade.

Se 'viver para aprender' na escola e se 'aprender para a vida' na sociedade, então, é necessário reflectir as condições gerais das escolas em todo o território de Timor-Leste que ainda são precárias. Para acabar com precariedade das condições gerais das escolas, o governo e agentes educativos devem cumprir todos os requisitos sobre elevação da qualidade do ensino que já estão consagrados no decreto-Lei nº 7/2010, de 19 de Maio:

> Os E.I.E.B prosseguem o objectivo baseando de criação de um sistema de ensino na excelência e na qualidade, designadamente através: a) do desenvolvimento de mecanismos de implementação do currículo nacional, através de material didáctico e apoio ao pessoal docente; b) do desenvolvimento das competências pedagógicas dos docentes; c) da implementação dos manuais pedagógicos dos docentes; d) da implementação dos manuais de conduta e guias pedagógicas dos docentes; e) da criação das condições …; f) da criação de sistemas eficazes de acompanhamento dos alunos com dificuldades especiais de aprendizagem; g) de desenvolvimento das condições necessárias à realização de actividades extra-curriculares e a educação especial; h) da implementação dos mecanismos de formação contínua de docentes; j) da promoção do diálogo entre todos os intervenientes no sistema de ensino básico.

Aliás, mesmo que no Decreto-Lei encontra-se ideias construtivistas (ou aquela na nossa sociedade actual chama 'ideia pós-modernidade') para a melhoria do desenvolvimento da nação particularmente na área da educação. Não deixando, porém, de salientar que encontra-se continuadamente as grandes dificuldades e

[2] Fonte: "Programa do V Governo Constitucional da RDTL", in http://timor-leste.gov.tl/?cat=+39&lang=pt (acesso em 12/11/2013).

desafios no terreno, tanto na formação bem com na logística. É necessário reconhecer também que a gestão financeira e planeamento, a infra-estrutura e logística são parte importantes que sustentam o sucesso da educação de qualidade. Portanto, o apoio técnico para

> a) garantir as necessidades do material logístico para o funcionamento do E.I.E.B; b) garantir a manutenção dos equipamentos e infra-estruturas do E.I.E.B; c) executar as tarefas definidas superiormente relativamente à construção ou reabilitação de escolas; d) garantir a gestão e distribuição dos equipamentos por todo o E.I.E.B (*Artº 17º do Decreto-lei 7/2010*).

Só é possível, porém, com "a correcta consideração de valores políticos e culturais, de orientações normativas e de objectivos formais nas organizações, bem como dos objectivos e das estratégias informas" (Lima, 1991:120) estabelecidos entre a escola e os pais de alunos. Sendo assim, nunca é directamente determinado no que diz respeito ao resultado de uma escolha sobre o que é normativamente decidido e planeado pela escola.

2.1. Escola como espaço físico

Ao falar da escola como espaço físico refere-se directamente a 'estrutura física' da própria escola e que no processo de ensino-aprendizagem, tal instituição de ensino só merece esse nome quando se localizam ou se realizam num lugar específico. E, com a identificação da mesma como lugares que abrigam a 'lições das ciências" dotadas de significações e valores sociais.

É conhecido que todo o espaço escolar e fora dele podem ser propícios para a prática do ensino-aprendizagem. O espaço físico da escola contribui para elevar a qualidade de ensino, como refere um documento divulgado em 1987 pela OCDE:

> A qualidade de ensino, seja ela definida como for, está de alguma forma ligada ao estado moral dos professores, alunos, país e administradores. Uma correcta investigação sobre o conceito de moral pertence ao âmbito da psicologia, contudo, na medida em que depdende de factores como integração no meio, sentido de progresso, identificação do seu espaço, é evidente que o edifício escolar contribui para ele. Um ambiente físico que não evoque conforto, zelo e uma atmosfera acolhedora nada fará para promover a qualidade de ensino (*Obs. cit.* Domigues, S/D:154).

De facto, alguns edifícios escolares antigos foram lugares de referência e continuando fiés às suas obrigações e ainda hoje é possível encontrar escolas construídas no século passado que se encontram em pleno funcionamento, apresentando um aspecto alegre e acolhedor mercê do empenho da "comunidade educativa", apesar da inadequação e das carências destes estabelecimentos face aos

objectivos educativos. No caso de Timor-Leste, tomando em consideração a dimensão histórica pode dizer-se que do 'Colégio de Soibada", das escolas missionárias como o colégio de Venilale, o Colégio Infante Sagres de Maliana e que já lá vão quase de um século, mas continuam a ser recordados como referência histórico-cultural e, pois foram influenciados para além de outros factores, pelas ideologias e filosofias educativas das épocas em que foram feitas, onde "os edifícios e a sua utilização são produções culturais que encarnam ideias e mensagens que afectam as actividades sociais que aí têm lugar" (Reid, 1986:64).

Além disso, defende que embora encontra-se actualmente a própria diferença *temporal* entre *pedagogia e arquitectura*, o que se reflecte no tipo de expectativas e até na durabilidade das acções empreendidas que tendo em conta com a elaboração do projecto de escola para prever espaços no sentido de trabalhar com determinados métodos. Sendo assim, "os métodos não duram para sempre. Ficam obsoletos e exigem reciclagem, o que nem sempre acontece, com a mesma velocidade, com o espaço construído. Daí a importância de pensar edifícios que levem em conta a mutabilidade, tão natural nas coisas humanas" (Oliveira, 1998:25). Tal argumento é reforçado pelo França (1994), dizendo que a diferença entre o "ideário pedagógico e arquitectónico" pode impedir o diálogo educativo, pois a primeira preocupa-se exclusivamente com as relações de ensino-aprendizagem, enquanto a segunda centra-se na geração de um invólucro construído.

Não se pode pensar apenas no espaço físico da escola, mas pensando também na questão do espaço livre das escolas que muito importante para estimular o contacto com a natureza em suas várias nuanças, desde vegetação, areia e água, até actividades em horta e cuidados com algum pequeno animal. Essa forma de *ecologizar o espaço escolar* é para conduzir as crianças a compreenderem os mecanismos da natureza, ensinando-lhes sobre o modo como valorizar o ambiente ecológico dentro do espaço escolar (Cf. Moore, 1996; Moore & Young, 1978). No Brasil, por exemplo, embora tais espaços estejam sendo cada vez mais valorizados socialmente, eles ainda são pouco planeados, como explica Fedrizzi (2002:224): "de modo geral, os pátios escolares não seguem um projeto definido, sendo, na maioria das vezes, considerados apenas como um local onde as crianças ficam quando não estão em sala de aula". No âmbito deste, é necessário realizar sempre o debate em torno da questão do "ambiente da escola" e "ambiente na escola" (Eladi, 2003).

2.2. Escola como uma estrutura social

Não basta conhecer organigramas que definem a estrutura formal, hierárquica, ou os textos jurídicos que regulam o funcionamento da escola. Mas, pode conhecer a escola a partir de sua estrutura social que consiste nos sistema de comportamentos intencionais daqueles que são considerados seus membros e todo o sistema de

funcionamento é regulado por normas e códigos específicos. Para Bates F (1975), citado por Dolores N. G. Domingues (s/d):164):

> a escola é um sistema de comportamentos humanos organizados de maneira a realizar certas funções no seio da estrutura social", significa que "a escola para um sociólogo se compões de comportamentos ou de acções levadas a cabo por actores humanos, organizados de maneira a produzir certos produtos especializados destinados à sociedade e aos seus membros. Esta definição exclui, explicitamente, a ideia de que se possa considerar a escola, unicamente, como edifícios ou terrenos ou, ainda, como um conjunto de seres biológicos.

Importa realçar a importância deste aspecto ao apresentar a escola como um sistema social vivo e dinâmico, porque animada por pessoas de classes sociais diferentes (raça e religião, pobres e ricos) que se tornam actores para estabelecer estratégias que visam a sobrevivência da instituição escolar enquanto "serviço local do estado" e "comunidade educativa" (Formosinho, 1989). Em torno desta consideração, pode descrever "a escola como uma organização formada por um conjunto de grupos sociais, cujos elementos são todos especializados numa parte do comportamento necessário à realização das suas funções. Estes grupos sociais estão ligados, nos limites da escola, por um conjunto de grupos interstícios cuja estrutura é ditada pela estrutura de transmissão de ordens, comunicações e recursos da escola. Os grupos intersticiais ligam a escola ao seio meio social envolvente (Bates, 1975:23;obs. cit. Domingues, s/d:167). É certo que a escola é uma instituição que complementa a família e juntas tornam-se lugares agradáveis para a convivência de todos. A escola não pode existir sem a família e nem a família pode sobreviver sem a educação familiar reforçada pela instituição escolar. Uma depende da outra, na tentativa de construir uma sociedade com "gente capaz de pensar no mercado de trabalho" (Martins, 2013) e na estabilidade da nação. É um desafio da família e da escola de hoje na preparação dos cidadãos para entrarem em contacto com o mundo de trabalho, cada vez mais, tecnologizado e virtualizado (Cf. Paulino, 2013; Paulino & Fonseca, 2013).

2.3. Investimento para proporcionar a qualidade de ensino

Escola enquanto espaço de aprendizagem e o motor para o desenvolvimento nacional, o estado compromete-se a apoiá-la continuadamente no sentido de proporcionar a qualidade de ensino com gastos orçamentais necessários. No caso do Brasil, por exemplo, em 2012 investiu 5,7% do PIB na área da Educação[3], é um dos índices mais altos entre os 42 países membros da Organização para Cooperação e

[3] É muito dinheiro" e "mal aproveitado", porque o dinheiro do sector é apostado para a construções dos novos estádios do futebol para receber o "Mundial Futebol" de 2014. Algumas escolas primárias em alguns Estados Federais do Brasil estão em condições precárias.

Desenvolvimento Económico (OCDE), a frente de Reino Unido, Canadá e Alemanha. É necessário recordar também que apesar do investimento brasileiro muito próximo da média dos países da OCDE, está-se somente no 53º lugar — de um total de 65 PISA (Programa de Avaliação Internacional de Estudantes) — no registo do programa de avaliação da qualidade da educação da mesma organização. Ou seja, maiores investimentos não estão acompanhar necessariamente, na mesma proporção, o melhoramento do desempenho dos estudantes.

Os maiores "gastadores" e sua posição no ranking de qualidade educacional em 2012[4]

Ranking	País	Gasto com educação	Posição no Pisa
1	Islândia	7,80%	16º lugar
2	Noruega	7,30%	12º lugar
3	Suécia	7,30%	19º lugar
4	Nova Zelândia	7,20%	7º lugar
5	Finlândia	6,80%	3º lugar
6	Bélgica	6,60%	11º lugar
7	Irlanda	6,50%	21º lugar
8	Estónia	6,10%	13º lugar
9	Argentina	6%	58º lugar
10	Áustria	6%	39º lugar
11	Holanda	5,90%	10º lugar
12	França	5,90%	22º lugar
13	Israel	5,80%	37º lugar
14	Portugal	5,80%	27º lugar
15	Brasil	5,70%	53º lugar
16	Eslovénia	5,70%	31º lugar
17	Reino Unido	5,60%	25º lugar
18	Suíça	5,50%	14º lugar
19	Estados Unidos	5,50%	17º lugar
20	México	5,30%	48º lugar
21	Hungria	5,10%	26º lugar
22	Polónia	5,10%	15º lugar
23	Canadá	5,10%	6º lugar
24	Alemanha	5,10%	20º lugar
25	Coreia do Sul	5%	2º lugar
26	Espanha	5%	33º lugar
27	Austrália	5%	9º lugar
28	África do Sul	4,80%	(não participa)
29	Rússia	4,70%	43º lugar
30	Itália	4,70%	29º lugar

Através da presente tabela, constata-se que o Brasil está na categoria dos países da OCDE que mais investe o PIB na área da educção. Outros países como a Indonésia investe apenas 3% do PIB, Índia (investimento de 3,5%), Japão (3,8%), Eslováquia (4,1%) e República Tcheca (4,4%). Quanto aos países da Ásia, importa

[4] Fonte: "Os gastos do Brasil com educação em relação ao mundo", in *Exame.com* (17/09/2012) – http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/os-gastos-do-brasil-com-educacao-em-relacao-ao-mundo (acesso em 12/4/2014).

considerar que o sistema educativo da Coreia do Sul[5] é tecnologicamente muito avançado e foi o primeiro país do mundo a equipar todas as escolas primárias e secundárias com Internet de banda larga. Com esta infra-estrutura, o país tem desenvolvido os primeiros livros didácticos digitais no mundo, que serão distribuídas de forma gratuita aos estudantes do ensino primário e secundário até 2013[6]. Este país adoptou recentemente um novo programa educativo que visa o aumento do número dos estudantes estrangeiros na Coreia do Sul. De acordo com as estimativas do Ministério da Educação, Ciência e Tecnologia, em 2010 foi duplicado o número de bolsas de estudo para estrangeiros. O ano escolar é dividido em dois semestres. O primeiro começa em meados de Março e termina a meados de Julho, enquanto o segundo semestre começa no final de Agosto e termina em Fevereiro do ano seguinte. Os horários não se encontram exactamente definidos, pois variam de uma escola para outra[7].

Investimento para proporcionar a qualidade de ensino não pode centrar-se apenas na implementação e/ou reformas curriculares, mas investe também nas instalações, que de alguma forma, "são fundamentais para desenvolver um trabalho pedagógico adequado. A qualidade depende desse ambiente. A escola tem de ser um lugar agradável e ter todos os equipamentos necessários para o professor fazer seu trabalho e a criança aprender. Não são duas coisas distintas (Cf. António Augusto Gomes Batista)[8]. Significa que a qualidade de ensino depende de uma boa estrutura, porque os professores e os alunos precisam se sentir bem no ambiente para ensinar e aprender. Contudo, não se pode falar da qualidade de ensino, se ela não estivesse ligada às instalações adequadas para a relação do ensino-aprendizagem. Não se pode realizar o ensino-aprendizagem de qualidade, se a infra-estrutura é muito precária. Essa precariedade das infra-estruturas não se encontra apenas em Timor-Leste e países em desenvolvimento, mas nos países desenvolvidos como o Brasil e Portugal[9]. No que diz respeito ao Brasil, bem sabe

---

[5] Este país investiu 4,2% do seu PIB na área da educação e de acordo com dados de 2006 do Programa Internacional de Avaliação de Alunos da OCDE, ocupou o primeiro lugar na resolução de problemas, terceiro lugar em matemática e décimo-primeiro em ciência.

[6] Fonte: Consulta o documento de ITU – Internacional Telecommunication Union (2009), *Broadband Korea: Internet Case Study*. Documento está disponível em http://www.itu.int/ITU-D/ict/cs/korea/material/CS_KOR.pdf (acesso em 12/4/2014).

[7] Mark Hughes (2007), "School Years around the World: From Australia to South Korea", in http://www.factmonster.com/world/statistics/school-years.html (acesso em 12/4/2014); cf. South Korea - Educational System—overview, in *Stateuniversity.com* – http://education.stateuniversity.com/pages/1400/South-Korea-EDUCATIONAL-SYSTEM-OVERVIEW.html (acesso em 12/4/2014); cf. Education/Literacy in Korea (2010), in *AsianInfo.org* - http://www.asianinfo.org/asianinfo/korea/education.htm (acesso em 12/4/2014).

[8] *Apud* Priscilla Borges. 2014. Maranhão tem a pior infraestrutura de ensino do País. In *Último Segundo.ig.com* – http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2014-01-17/maranhao-tem-a-pior-infraestrutura-de-ensino-do-pais.html (acesso em 12/4/2014)

[9] Portugal, em 2012, investiu 5,80% do PIB na área da educação, mas as condições infra-estruturas de algumas escolas continuam ainda em precariedade. Como o caso da Escola Secundária de Odemira que em 2011 estava nas discussões dos deputados, nomeadamente o deputado Mário Simões mostrou-se indignado com a "degradação generalizada", as "condições precárias de conforto" e o "deficiente padrão de qualidade"

que os estados federais como Maranhão[10], Pará[11], Amozonas, Acre e Piauti possuem a infra-estruturas mais precária; e, As redes desses Estados possuem, respectivamente, 80,7%, 77,3%; 75,97%; 75,92% e 70,4% das escolas em condições elementares. As regiões Norte e Nordeste aparecem no topo da lista dos mais precários. No outro extremo, estão Estados da região Centro-Oeste, Sul e Sudeste. O Distrito Federal possui a melhor infra-estrutura escolar do Brasil. Apenas 0,98% dos colégios da capital têm condições elementares e 60,11% adequadas. Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo têm menos escolas em situação elementar. Sendo assim, "menos de 1% das escolas brasileiras têm infra-estrutura ideal[12], além disso, 72,5% das escolas brasileiras não há biblioteca[13] e há mais de 13 mil escolas sem luz e água potável[14].

3. Família e escola: uma relação recíproca

Sabendo que as famílias são responsáveis pelo desenvolvimento social e psicológico de seus filhos, devem construir a interação recíproca com a escola para promover discussões através encontros com os professores e directores das escolas,

---

das instalações podem prejudicar a qualidade do ensino-aprendizagem no país (*Jornal de Notícia*, 15/12/2011); há ainda outras escolas em condições precárias como a escola pública de Belém que funciona em condições precária com "buraco no teto e telhas quebradas ficam espalhadas" (*Globo.tv*, 9/4/2012).

[10] O Maranhão é um dos Estados Federais que possui a infra-estrutura escolar mais precária no Brasil. Oito em cada dez dos mais de 13 mil colégios maranhenses (80,7%) oferecem apenas água, sanitários, cozinha, energia eléctrica e esgoto aos funcionários e alunos que os frequentam. Não há salas para directores, TV, DVD, computadores ou impressoras nessas unidades (*Idem*)

[11] Fonte: "Precariedade das escolas é geral no Pará" (*Diário do Pará*, 4/5/2014). Leia a notícia neste site http://www.diarioonline.com.br/noticias/para/noticia-284368-precariedade-das-escolas-e-geral-no-para.html (acesso em 11/6/2014). A propósito disso, o coordenador regional do Sintepp anuncia que "Não há quadras nas escolas do Pará. Os professores são obrigados a dar aula em áreas descobertas e debaixo do sol", e "A ausência de condições de trabalho adequadas afeta diretamente a aprendizagem dos alunos". Até alguns professores brasileiros começar a chamar atenção com a frase "Cuidado! Educação Precária" no Brasil (Cf. Clednews.com, http://www.clednews.com/2011/05/educacao-esta-gravida-mas-nao-pode.html - acesso em 11/6/2014).

[12] Fonte: UDEMO – Sindicato de Especialistas da Educação do Magistério Oficla do Estado de São Paulo (20013), *Menos de 1% das escolas brasileiras têm infraestrutura ideal*, http://www.udemo.org.br/2013/Destaques/Destaque13_0065_Escolas%20prec%C3%A1rias.html (acesso em 12/4/2014).

[13] Para solucionar este problema, o governo do Brasil, até 2020, pelo menos de 130 mil bibliotecas construídas, de forma a cumprir a Lei 12.244, que estabelece a existência de um acervo de pelo menos um livro por aluno em cada instituição de ensino, tanto de redes públicas como privadas. Hoje, na rede pública, apenas 27,5% das escolas têm biblioteca (*Idem*).

[14] Veja-se algumas opiniões dos moradores e professores entrevistados na reportagem dos repórteres Eduardo Faustini e Luiz Cláudio Azevedo, onde se afirmam a "educação precária em Pernambuco, Alagoas e Maranhão é retratada no fantástico" (Cf. http://professoredgarbomjardim-pe.blogspot.com/2014/03/educacao-precaria-em-pernambuco-alagoas.html - acesso em 11/6/2014). Leia também a "Carta da Campanha ao jornal O Estado de S. Paulo: Sobre o editorial 'Escolas precárias'" (*O Estado de S.Paulo*, 3/06/13 e 4/6/2013 – http://www.campanhaeducacao.org.br/?idn=1081 – acesso em 11/6/2014).

cujo objectivo é desenvolver as actividades que favorecem a aprendizagem dos educandos.

> Uma ligação estreita e continuada entre os professores e os pais leva, pois, a muita coisa mais que a uma informação mutua: este intercâmbio acaba resultando em ajuda recíproca e, freqüentemente, em aperfeiçoamento real dos métodos. Ao aproximar a escola da vida ou das preocupações profissionais dos pais, e ao proporcionar, reciprocamente, aos pais um interesse pelas coisas da escola, chega-se até mesmo a uma divisão de responsabilidades.(Piaget, 2007:50).

É necessário, neste sentido, conjugar dessas duas instituições para estabelecer princípios facilitadores da aprendizagem e da formação da criança, de modo a poder prepará-las para o mundo, no entanto, "a família tem suas particularidades que a diferenciam da escola, e suas necessidades que a aproximam dessa mesma instituição. A escola tem sua metodologia e filosofia para educar uma criança, no entanto ela necessita da família para concretizar o seu projeto educativo" (Parolim, 2003:99).

A escola não educa sozinha, mas coadjuga com a responsabilidade educacional da família que jamais cessará no tempo. Uma vez escolhida a escola, a relação com ela apenas um início para saber uma nova ciência e desenvolver um novo talento. É preciso o diálogo entre escola, pais e filhos para recuperar dificuldades e conflitos que diariamente perturbam não só os profissionais da escola, mas também os próprios alunos e suas famílias.

A obrigação da escola é exercer a sua função educativa junto aos pais, discutindo os variados assuntos relacionados com o processo de aprendizagem e a qualidade de ensino, para que em reciprocidade, a escola e a família proporcionem um bom desempenho escolar e social no que toca ao direito à educação. Todavia, não se pode considerar um homem é verdadeiramente 'homem', se não passa pela fase de infância, por isso,o melhor remédio é procurar "sempre o homem na criança sem pensar no que ela é antes de ser homem" (Rousseau, 1994).

3.1. Separação dos papéis

Os papéis assumidos pela família e escola são promotores do crescimento e desenvolvimento das crianças, pelo que cada uma possui o seu próprio papel de educá-las. Estas duas instituições cooperam mutuamente para o sucesso escolar das crianças, para isso, cada uma faz o seu papel. destaca-se que o papel da família na formação e nas aprendizagens das crianças e jovens é inquestionável na história universal do homem e da humanidade, por isso, a escola não consegue substituir a família enquanto promotora das 'primeiras lições de vida'; destaca-se também que a função de escola na vida da criança é igualmente importante, porque a partir dali que se conjuga as lições recebidas na família com outras lições mais específicas.

Mesmo que as famílias se esmerem em serem educadoras e "modelos de gestão das escolas" (Afonso, 1994), mas as escolas são socializadoras dos conhecimentos e das ciências que não são adequadamente contemplada nos ambientes domésticos. Contudo, o homem na sua orientação formadora coloca a educação como guião transformador do conhecimento e da ciência, percebe-se assim, a sua acção educativa vem da família e que nenhuma outra instituição social tem condições de a substituir. A escola não deve ser assumir só como um lugar de aprendizagem, mas apresenta em si mesma o campo de acção social no sentido de dar continuidade a vida afectiva e conscientizar a 'comunidade educativa' aos problemas sociais e ambientais.

A família é uma instituição basilar para a satisfação das necessidades dos indivíduos e a organização de toda a sociedade. É uma instituição que reflecte a transformação das sociedades e que contribui também para a mudança social. Embora existe uma relação conflituante na convivência entre família e escola, as ambas têm um objectivo comum que é a educação de criança, os papéis de cada uma devem ser diferenciadas durante esse processo. Deste modo, a família, de maneira geral, encaminha algumas obrigações da educação do filho à escola e ao professor, mostrando o seu papel de parceira da instituição de ensino na educação da criança. Nesta nova obrigação, os professores não podem preocupar-se apenas com o programa curricular, provas e exercícios; mas, procuram o comportamento (positivo ou negativo) de seus alunos.

3.2. Relacionamento entre escola e família

A relação entre escola e família é indispensável, pois a família como lugar primário de orientação, construção da identidade de um indivíduo deve promover juntamente com a escola como parceria – é uma necessidade contemporânea vista na perspectiva sociologia da família (Leandro, 2001) –, a fim de contribuir no desenvolvimento integral da criança e do adolescente. Só assim se poderá promover o percurso educativo equilibrado que integre as aprendizagens na vivência do quotidiano, através de um processo respeitador da cooperação, da solidariedade e promotor da autonomia. Neste quadro, destaca-se alguns exemplos de sucesso, onde através da participação das famílias na vida escolar das crianças, obteve-se uma melhora considerável na aprendizagem e comportamento. Contudo, vale a pena realçar que escola e família precisam afirmar a sua posição no relacionamento, pois a relação entre ambas tem sido destacada como "extrema-importância" no processo educativo das crianças (Souza, 2009). A escola é um lugar de refúgio da família, pois ela complementa o ensino dados pelos, como adverte Jardim (2006:43): "A responsabilidade de educar não pode ser só atribuída à família ou a escola, pois se a família atua de forma profunda e durante mais tempo, a escola oferece condições

especiais para influir sobre o educando, pela formação especializada de seus elementos".

A escola ensina os valores morais e afectivos às crianças, até por que a considera sua *segunda casa*, mas a família tem obrigação moral para estar presente na vida quotidiana da criança. E, "Os pais são responsáveis pela educação dos filhos e a escola deve ser parceira com os pais na educação das crianças. Os pais não devem delegar para o colégio toda a responsabilidade da educação de seus filhos, mas se aproximar da escola para buscar e incentivar essa parceria" (Poli, 2009, s/p). No âmbito deste, a interacção entre família e escola deve ser mais para além de reuniões formais, contactos rápidos, mas ocorrer regularmente em momentos de maior intercâmbio nos quais a família pudesse efectivamente participar do quotidiano da escola (Jardim, 2006:46).

3.2.1. O caso do Japão, Coreia do Sul e alguns países ocidentais

A extensão da participação dos pais vária consideravelmente de país para país, com os governos a encorajá-la em diferentes graus de acordo com os níveis de ensino. Apesar de encorajar a participação dos encarregados de educação na elaboração de políticas e na administração, seja a nível nacional ou local, a legislação não é, claro, porque na concessão de poderes é muito limitado. Mas pode dar aos pais o direito legal de formar associações de pais, oferecer-lhes uma escolha mais alargada de escolas (apesar da liberdade de escolha nunca ser totalmente possível atendendo às condições económicas apresentadas por algumas escolas do sistema) e dar o direito a requerer às autoridades locais e às escolas a comunicação de certo tipo de informações. Na Inglaterra e no País de Gales, por exemplo, as escolas fornecem detalhadas informações aos pais de alunos acerca do programa curricular, da 'performance' académica da escola em relação à média nacional e a outras escolas da área, bem como informação sobre a prestação dos alunos relativamente a parâmetros nacionais. Enquanto a Dinamarca, França, Alemanha, Irlanda e Espanha são países onde têm assento em importantes comissões decisórias, quer a nível estatal quer nacional. No Canadá, algumas províncias estabelecem recentemente comissões de consulta a pais, tendo alguns estados dos EUA, paralelamente, decidido incluir também os pais em comissões de consulta locais.

Na Inglaterra (nomeadamente o País de Gales) no Japão, os pais não estão representados em qualquer tipo de organismos. A sua participação na escola é exercida de variadas formas. Estudos recentes sobre indicadores educativos da OCDE confirmam que a participação dos pais na tomada de decisões é, cada vez mais, activa nas questões de participação financeira ou de organização[15].

[15] É necessário salientar ainda que as escolas no Japão, Alemanha e França não têm órgãos de gestão. Na Alemanha, porém, existem conselhos escolares – onde os pais se encontram representados – pode, por vezes,

Em Portugal, a relação entre família e escola é regulada pela lei, cujo objectivo é transformar o funcionalismo do sistema educação num processo burocrático de serviço que se iniciou no século XVIII (Marques, 1997), mas não havia "quase" nada associação dos pais até a data de Revolução dos Cravos de 25 de Abril de 1974. Sendo assim,

> Numa cronologia elaborada pela Confederação Nacional das Associações de Pais (CONFAP) e intitulada "Legislação mais importante relativa às Associações de Pais" aparece a curta referência: "Até 1974- Formam-se algumas Associações de Pais em escolas do ensino particular". Aliás, no mesmo documento dois históricos entrevistados referem que só em Outubro de 1960, começou no Colégio de Nossa Senhora do Rosário, no Porto, uma série de encontros para os pais das alunas se conhecerem e integrarem melhor e que antes de 1974 as APs (Associações de Pais) não tinham praticamente expressão, pois estavam limitadas a quase só algumas escolas particulares femininas (Silva, 1994; obs. cit Reis, 2008:54).

Acresce ainda Maria Paula Reis (2008:55) que:

> A Constituição diz que os pais têm direito e dever de educar os seus filhos e defende a cooperação entre o Estado e as famílias no que concerne à educação. Alguns meses mais tarde, o Governo aprovou uma lei de administração das escolas (Decreto-Lei 769-A/76 de 23 de Outubro), que prevê a participação dos pais nos conselhos de turma (um representante dos pais sempre que haja problemas disciplinares em agenda). A primeira Lei sobre associações de pais foi publicada em 1977 (Lei 7/77 de 1 de Fevereiro), permitindo a criação de associações de pais nas escolas secundárias.

De um modo geral, o funcionamento de todas as relações entre a família e a escola baseia-se sempre na *Constituição da República*, e regulado pelos Decretos-Lei, construindo mais de meia dúzia de *Despachos Normativos* e que alguns deles estão apresentados por Maria Paula Reis no seu estudo (2008:56).

No Japão e na Coreia do Sul, o desempenho dos alunos está acima da média de países com desenvolvimento superior[16]. Tal facto deve-se ao envolvimento da

---

influenciar a escolha de um director. Enquanto as escolas na Dinamarca, Espanha e Irlanda são vistas como unidades mais autónomas e os quadros escolares, em que os pais têm assento, tem um poder real que influência a tomada de decisões. Este tipo de mecanismo está na fase de aplicação na Inglaterra e no País de Gales, onde os órgãos de gestão (onde se incluem os pais) das escolas tomam todas as decisões importantes fora do contexto curricular. Na Dinamarca, França, Alemanha e Espanha os conselhos escolares são uma forma comum de participação (Cf. "Escola e Família - uma relação a precisar de um 'clique'", in *A página da educação*, ano 7, nº 64, 1998). No caso do Japão, leia especificamente o texto de Catherine Lewis, intitulado "Cooperation and Control in Japanese Nursery Schools", in *Comparative Education Review*, Vol. 28, Nº 1, February 1984. p. 69-84.

[16] O Japão é um país de desempenho superior em termos da qualidade de seu sistema educacional. O aluno médio obteve pontuação de 538 no domínio de leitura, matemática e ciências, no Programa Avaliação de Estudante Internacional (PISA) da OCDE. Esta pontuação é muito superior à da OCDE, de 497, o que torna o Japão o país mais forte da OCDE em termos de habilidades estudantis. Embora as meninas superem o

família no processo de aprendizagem. Os pais acompanham os filhos nas lições de casa de forma sistemática, e em alguns casos voltam a estudar para poderem ajudar os filhos no processo de aprendizagem. Segundo reportagem da revista VEJA (edição de 24 de Setembro de 2008):

> Existe uma relação directa entre o engajamento das famílias no processo de aprendizado e os bons resultados escolares. Os melhores exemplos nesse campo vêm de países asiáticos, como Japão e Coréia do Sul, aonde as mães chegam ao extremo de fazer cursos para aprender a lição dos filhos. A experiência oriental, que tem contribuído para colocar tais estudantes entre os melhores do mundo, serve de alerta para os pais dos 30 milhões de brasileiros que voltam às aulas em fevereiro[17].

Outro exemplo de sucesso é o das escolas de *ReggioEmilia*, na Itália, que tiveram sucesso em suas acções pedagógicas com o trabalho conjunto entre família e instituição escolar. O trabalho entre pais e professores é cooperativo, levando em conta que todos têm muito a aprender uns com os outros. As crianças são beneficiadas por esse modelo e que acaba formar uma grande família, composta por família, escola e comunidade (Abuchaim,2009:39). A educação básica em França, na Alemanha e no Japão revela-se muito eficiente sem qualquer interferência dos pais. Nestes três países existe um "senso comum" quanto aos objectivos e aos processos educacionais. A importância dos pais auxiliarem os filhos em casa é indiscutível, no caso concreto do Japão, necessário realça que

> Most mothers encourage their child's natural interest in letters and numbers, although few undertake a concerted program of instruction in reading and writing (…) mothers stimulate their children's interest in basic reading skills (…) An important outgrowth of preschool and daycare experience is that Japanese mothers develop the habit of providing considerable assistance for their children in the schooling process. Japanese preschools require a large investment of maternal energy. Numerous articles such as book bags, lunch box wrappers, and the like must be handmade according to certain specifications. Each day the child must be personally taken to and from the

---

desempenho dos meninos em muitos países da OCDE, no Japão os meninos e meninas têm desempenho igual (Cf. http://www.oecdbetterlifeindex.org/pt/paises/japan-pt/ - acesso em 12/4/2014). Na Coreia, 81% dos adultos com idades entre 25 e 64 anos obtiveram o equivalente a um diploma de ensino médio, acima da média da OCDE, de 75%. Isto se aplica mais aos homens do que às mulheres, pois 86% dos homens concluíram o ensino médio, comparado a 77% das mulheres. A Coreia é um país de desempenho superior em termos da qualidade de seu sistema educacional. O aluno médio obteve pontuação de 537 no domínio de leitura, matemática e ciências, no Programa Avaliação de Estudante Internacional (PISA- iniciais em inglês) da OCDE (http://www.oecdbetterlifeindex.org/pt/paises/korea-pt/ - acesso em 12/4/2014).

[17]Cf. Itamar Xavier de Camargo (s/d). Interação entre escola e família no processo de ensino e aprendizagem da criança. In http://monografias.brasilescola.com/educacao/interacao-entre-escola-familia-no-processo-ensino-aprendizagem.htm (acesso em 12/4/2014)

> school gate or bus stop, often on the back of mother's bike or motor scooter. Mothers are also directly involved with the school in various ways (…)[18].

Os exemplos dos países mencionados são possíveis relações mais estreitas entre escola e família, mesmo que cada uma cumpre seus papéis. Embora os interesses de duas partes são comuns, a escola é a principal responsável na promoção das iniciativas que tem em conta com a participação activa das famílias. Abrindo assim, as suas portas para o mundo de criação das actividades culturais, promovendo os projetos educacionais conjuntos no sentido orientar as famílias a desempenharem os seus direitos e deveres de forma responsável como parte da comunidade escolar. As famílias, por sua vez, têm o dever de participarem da educação de seus filhos, ajudando nas lições de casa, participando de reuniões de pais e mestres. Porém, a educação é dever de todos, comunidade, escola e família, todos trabalham para uma educação das crianças de qualidade.

3.2.2. O caso de Timor-Leste e dos PALOPs

De acordo com o nosso estudo feito no terreno (Paulino & Santos, 2014), a maioria dos directores entrevistados do Ensino Básico afirmaram que os pais timorenses costumam acompanhar os seus filhos no caminho de casa para a escola; só nos distritos de Bobonaro e Covalima não os acompanham, porque depositam a confiança e responsabilidades nos seus filhos com "lições morais encorojadoras".

As actividades domésticas, como por exemplo, arrumar a casa, procurar lenha, tomar conta dos irmãos, podem até ajudar na aprendizagem e formação das crianças, mas para as instituições internacionais como a UNICEF são "trabalhos infantis forçados". Contudo, em Timor-Leste, tradicionalmente as crianças colaboram nas tarefas domésticas como "práticas de sustento" da economia familiar", trata-se de uma "nobre acção" para o seu crescimento de autoconfiança e autoindependência na vida.

A pobreza costuma afectar a assiduidade escolar da criança, da mesma maneira, a abstenção da criança afecta o seu desempenho escolar, e consequentemente o seu futuro. Como adverte João Fischer (2008:1): "A pobreza é um estado de miséria que causa sofrimentos por insuficiência de alimentação, que por sua vez gera problemas de saúde e, esses dois fatores influem no aprendizado e consequentemente na profissionalização, que possa levar a pessoa a uma remuneração melhor e sair do estado de miséria. Há muitas décadas se discute o círculo vicioso da pobreza". Mas, nunca resolve tal problema e isso afecta a aprendizagem das crianças, como acontece nos países em construção e em

[18] "Esta informação é tirada no texto "Japanese Education" – http://members.tripod.com/h_javora/jed5.htm#pafa (acesso em 12/4/2014). Cf. Anne E. Imamura (1990), "The Japanese Family", in *For Video Letter from Japan II: A Young Family*. Asia Society, pp. 7-17, http://www.columbia.edu/cu/weai/exeas/resources/pdf/japanese-family-imamura.pdf (acesso em 12/4/2014).

desenvolvimento, por exemplo, os países de língua oficial portuguesa (PALOPS e Timor-Leste, incluindo também o Brasil).

É certo que nestes países existem famíliasque nunca tiveram experiências prévias com a escola (porque são maioritariamente agricultores) e que não conseguem acompanhar seus filhosquando estesiniciam a escolaridade, mas neles depositam a confiança e a responsbailidade com uma filosófia educativa "*ami beik ona nó ami nia servisu mak kaer aisuak hodi halo to'os nó natar, neé duni ami lakohi ita ami-oan sai beik hanesan ami, haree ba kaer lapijeira e eskola didiak* – já somos analfabetos (ou ignorantes nas letras) e o nosso trabalho é pegar no *aisuak (alavanca)* a trabalhar na horta e várzea, sendo por isso,não queremos que você nosso filho ser analfabeto como nós, veja lá pegar a caneta e estudar bem". Neste aspecto, os pais acompanham seus filhos de acordo com a "experiência vivida e sentida", numa filosofia, "*hakarak oan sira nia diak* - quer o bem dos filhos", conduzindo-os para a compreensão do conceito "ser-saber" e "saber-ser" na educação. Sendo assim, há filhos que não seguiram os ensinamentos dos pais e até os consideram como "*imi katuas beik ten lahatene buat ida* – vocês velhotes ignorantes não sabem nada". É uma atitude de "arrogância influenciada" pela realidade externa, contribuindo para a "descodificação" das "nobres lições" da família sobre a essência de vida.

Epílogo – A escola como socializadora dos valores e virtudes humanas

A Família e a escola são parceiras inalienáveis que contribuem para o processo educativo e a melhoria da qualidade de ensino, funcionando também como facilitadores da prevenção e/ou diagnóstico de problemas de adaptação e dificuldades de aprendizagem; ou, considera como lugar de fundação das "relações produtivas de aprendizagem em sociedade multicultural" (Villas-Boas, 2001).

A escola como socializadora dos valores e virtudes humana na comunidade deve fazer "mediações de conflitos" (Chrispino, 2004, Martinez, 2005), contribuindo assim, a interiorização de ideias na valorização da sociedade. É uma instituição de primeira linha (depois da família) na constituição de valores que conduz a sociedade a alcançar do seu futuro. A socialização dos valores associa-se sempre a transmissão de ideia cultural, percebe-se então, a escola é uma instituição cultural que reflecte a construção de laços afectivos e preparação dos indivíduos para serem integrados na sociedade (Cf. Dessen &Polonia, 2007; Souza, 2001). Trata-se de uma instituição social e cultural que está a ser influenciada pelos factos sócio-económicos políticos. Sendo assim, ela continua a assumir o papel "transmissor estrutural da reprodução social" (Cf. Forquin, 1993; Carvalho, 2008).

É necessário rever com urgência a questão da autoridade e dos limites dentro do contexto escola-família para melhorar a qualidade na educação. Sabemos que a escola precisa reencontrar-se com o seu papel de autoridade (mas sem

autoritarismo), trata-se de uma "autoridade socializadora" que apresenta a vida comum da sociedade com actividades de participação e de integração.

Para ser uma "força estabilizadora" da sociedade, a escola, deve empregrar mais os conhecimentos revelados pelas lições sociológicas, antropológicas, artes e culturais, de modo a poder equilibrar as obrigações do meio social com o progresso de progressão da pessoa humana. É uma forma de estabelecer a adaptação adequada do "indivíduo escolar" na sociedade, cuja finalidade intencional é para tornar a identidade escolar mais social (Valadão & Santos, 1997; obs. cit. Souza & Filho, 2008).

A família tem obrigação moral de acompanhar o desenvolvimento de aprendizagem da criança na escola e a escola tem a função de reforçar e socializar os valores trazidos na família.Assim, "família e escola são agentes facilitadores do desenvolvimento educacional" (Souza & Filho, 2008). Deste modo, a educação "continue sendo movimento e ordem, sistema e contestação. O saber que existe solto e a tentativa escolar de prendê-lo num tempo e num lugar. A necessidade de preservar na consciência dos "imaturos" o que os "mais velhos" consagram e, ao mesmo tempo, direito de sacudir e questionar tudo que está consagrado, em nome *de* e*do* que vem pelo caminho" (Brandão, 1991:110). Nesta consideração, percebemos que a escola continua ser uma instituição formadora que ensina os indivíduos a trabalhar cientificamente de acordom o potencial de cada um e prepara-los de forma eficaz para poder actuar nasociedade com saberes. Por isso que do ponto de vista sociológico, o trabalho educacional da escola é bem diferente com trabalho educacional desenvolvido na família, porque na escola é que conduz os indíviduos para o conhecimento especializado.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Sónia Almeida. 2008. Contributos para uma educação para a cidadania: professores e alunos em contexto intercultural. Lisboa: Alto-Comissariado para a Imigração.

ANSHEN, R. N. 1967. Famiglia la sua funzione e il suo destino. Milano, Bompiani.

ABUCHAIM, Beatriz de Oliveira. 2009. Patio - Educação infantil. São Paulo: Artmed.

AFONSO, Natércio. 1994. As famílias no novo modelo de gestão das escolas. *Revista ESES*, 5 (Janeiro), pp.31-51.

AFONSO, M & NEVES, I. P. 2000. Influência da prática pedagógica na mudança conceptual em ciências: Um estudo sociológico. *Revista Portuguesa de Educação*, vol. 13 (1), pp. 247-282. Disponível em http://essa.fc.ul.pt/ficheiros/artigos/revistas_com_revisao_cientifica/2000_influenciadapraticapedagogica.pdf (acesso 12/4/2014).

ARENDT, Hannah. 2001. A condição humana. Lisboa: Relógio D"Água Editores

BENAVENTE, Ana. 1990. Escola, Professores e Processos de Mudança. Lisboa: Livros Horizonte.

BREITMAN, S & PORTO, A. C. 2001. Mediação familiar: uma intervenção em busca da paz. Porto Alegre: Criação Humana.

BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean-Claude. 1978. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Trad. De C. Perdigão Gomes da Silva. Lisboa: Editorial Veja

BATES, F. 1975.The school as a behavior system. Journal of research and development in education, vol IX, nº 1,pp.23-33

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. 1991. O que é educação. São Paulo: Brasiliense.

BASSEDAS, Huguete et all. 2009. Intervenção e Diagnóstico Psicopedagógico. São Paulo: Artmed.

CHAMBEL, Maria José & CURRAL, Luís. 1998. Psicossociologia das Organizações. Lisboa, Texto Editora.

CAROLINO, J. 1995. Educação comunitária: contribuições para um processo de desenvolvimento participado. *A Rede para o Desenvolvimento Local*, nº 13.

CARNEIRO, M.A. 1985. Educação comunitária: faces e formas. Petrópolis: Vozes.

CALAZANS, B. 2008. Faltam quadras esportivas nas escolas. Jornal Tribuna do Norte. Rio Grande do Norte, 19 de setembro de 2008. Disponível em, http://tribunadonorte.com.br/noticia/faltam-quadras-esportivas-nas-escolas/87593, o texto foi escrito por um administrador do site e não possui o nome, acessado no dia 22 de agosto de 2010.

CHRISPINO, A. 2004. Mediação de conflitos: cabe à escola tornar-se competente para promover transformações. *Revista do Professor*, ano 20, nº 79 – Julho/Setembro (pp.45-48), Porto Alegre.

CARVALHO, Renato Gomes. 2008. Cultura global e contextos locais: a escola como instituição possuidora de cultura própria. *Revista Iberoamericana de Educación*, n.º 44/7 – 10 de Janeiro de 2008.

CUNHA, Marcus Vinicius da. 1996. A Escola Renovada e a Família Desqualificada: do Discurso Histórico-Sociológico ao Psicologismo na Educação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília,vol.77, n.186, pp. 318-345.

DOMINGUES, Dolores das Neves Gomes. S/D. A educação Escolar em Mudança. Vol. 3, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. 2007. A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano. *Paidéia*, v. 17, n. 36, p. 21-32.

ELADI, Gleice Azambuja. 2003. O ambiente da escola – o ambiente na escola: uma discussão sobre a relação escola-natureza em educação infantil. *Estudos de Psicologia*, 8(2), pp. 309-319

FRANÇA, L. C. M. 1994. Caos – espaço – educação. São Paulo: Anna Blume

FORMOSINHO, J. 1989. De serviço de estado a comunidade educativa: uma nova concepção para a escola portuguesa. Revista portuguesa de educação, 2 (1), pp.53-86.

FEDRIZZI, B. A. 2002. Organização em pátios escolares grandes e pequenos. In V. Del Rio, C. R. Duarte & P. A. Rheingantz (Orgs.), *Projeto do lugar: colaboração entre Psicologia, Arquitetura e Urbanismo*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / PROARQ, pp. 221-230.

FORQUIN, Jean Claude. 1993. Escola e cultura: As bases epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre, Artes Médicas.

FISHER, João. 2008, disponível em, www.al.rs.gov.br/diario/diarios.../opiniao.htm (acesso em 12/04/2014).

JARDIM, Ana Paula. 2006. Relação entre Família Escola: proposta de Ação no Processo Ensino – Aprendizagem. Disponível em http://tede.unoeste.br/tede/tde_arquivos/1/TDE-2006-04-12T121858Z-12/Publico/DISSERTACAO_EDUCACAO_Ana%20Paula%20Jardim_%20texto.pdf (acesso me 12/4/2014)

LIMA, Licínio. 1991. A escola como organização e a participação na organização escolar: um estudo da escola secundária em Portugal (1974/1988). Tese de doutoramento, Braga: Universidade do Minho

LEANDRO, M. 2001. Sociologia da família: necessidades contemporâneas. Lisboa: Universidade Aberta.

MOORE, G. T. 1996. Determining overall space needs in campus child care centers. *Campus Child Care News*, 11(1), pp.3-6.

MOORE, R., & YOUNG, D. 1978. Childhood outdoors: toward a social ecology of the landscape. In I. Altman & J. Wohlwill (Orgs.), *Children and the environment*, Nova York: Plenum, pp. 83-127

MARQUES, R. 1997. A Escola e os Pais. Como Colaborar? Lisboa. Texto Editora

NOGUEIRA, C &SILVIA, I. 2001. Cidadania – construção de novas práticas em contexto educativo. Porto: Edições Asa.

MARTINEZ, D. 2005. Mediación educativa y resolucion de conflictos: modelos de implementacion. Buenos Aires: Edicones Novedades Educativas.

MARTINS, Francisco Miguel. 2013. O importante da educação não é apenas formar um mercado de trabalho, mas formar uma nação com gente capaz de pensar. *Revista Veritas*, vol. 1, nº2 (pp: 35-43), Díli: PPGP-UNTL

NÓVOA, António. 2002. Formação de professores e trabalho pedagógico. Lisboa: Educa.

OLIVEIRA, N. C. 1998. Evolução e flexibilidade da arquitetura escolar. In Fundação para o Desenvolvimento da Educação (Org.), *Arquitetura escolar e política educacional: os programas na atual administração do Estado*. São Paulo: Autor, pp. 11-25

PIAGET, Jean. 2007. Para onde vai à educação?. Rio de Janeiro: José Olímpio

PAROLIM, Isabel. 2003. As dificuldades de aprendizagem e as relações familiares. Fortaleza.

POLI, Cris. 2009. Os pais e a escola. Disponível em: http://www.guiame.com.br/m5.asp?cod_noticia=13478&cod_pagina=1599 (acesso 12/4/2014)

PAULINO, Vicente & SANTOS, Miguel Maia dos. 2014. Aquisição da leitura pelos alunos do Ensino Básico em Timor-Leste: Metodologias e estratégias. Díli, Timor-Leste

PAULINO, Vicente. 2014. Da composição multiétnica de Timor-Leste. *Revista VERITAS*, nº 2 (pp.7-25), Díli: PPGP-UNTL.

PAULINO, Vicente. 2013. Breves considerações sobre a educação e tecnologia. *Revista VERITAS*, vol 1, nº 2 (pp.7-19), Díli: PPGP-UNTL.

PAULINO, Vicente & FONSECA, Sabina da. 2013. Educação na sociedade contemporânea entre a realidade 'real' e virtual. *Revista VERITAS*, vol 1, nº 2 (pp.7-19), Díli: PPGP-UNTL.

RELVAS, A.P. & ALARCÃO, M. 1989. A entrada na escola primária: significado(s) para a criança e sua família. *Revista Portuguesa de Educação*, 2(1), 99-106.

REID, I. 1986. The sociology of school and education.London: Fontana Press

ROUSSEAU, J. J. 1994. Emílio ou da Educação. São Paulo: Cortez.

REIS, Maria Paula I. F. C. Pereira. 2008. A relação entre pais e professores: uma construção de proximidade para uma escola de sucesso. Tese de Doutoramento, Málaga: Universidade de Málaga.

SOUZA, Maria Ester do Prado. 2009. Família/escola: a importância dessa relação no desempenho escolar. Santo António da Plantina – Paraná.

SILVA, P. 1994. Relação Escola-Família em Portugal, 1974 -1994: Duas Décadas, um Balanço. R*evista Inovação*, 7, 307-355.

SOUZA, Ana Paula de & FILHO, Mário José. 2008. A importância da parceria entre família e escola no desenvolvimento educacional. *Revista Iberoamericana de Educación*, n.º 44/7 – 10 de Janeiro de 2008.

SOUZA, Ângelo Ricardo. 2001. A escola por dentro e por fora: a cultura da escola e a descentralização financeira. *Revista Ibero-americana de Educação*, http://www.campus-oei.org/revista/fin_edu3.htm (acesso em 12/6/2014).

TEIXEIRA, Anísio S. 1957. A escola brasileira e a estabilidade social. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, vol.28, n.67 (jul/set), pp.3-29.

VILLAS-BOAS, M. A. 2001. Escola e família – uma relação produtiva de aprendizagem em sociedades multiculturais. Lisboa: Escola Superior de Educação João de Deus.

VALADÃO, Cláudia Regina & SANTOS, Regima de Fátima Mendes. 1997. Família e escola: visitando seus discursos. (Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a UNESP-Franca).

Apontamentos sobre a evolução do Ensino Secundário Técnico Vocacional em Timor-Leste*

Filipe Couto & José Pinto Casquilho

Introdução

Neste trabalho visa-se fazer um enquadramento da evolução do Ensino Secundário Técnico Vocacional (ESTV) em Timor-Leste no último lustro. Para tal, analisam-se os dados disponibilizados pelo Ministério da Educação (ME), procurando relacioná-los com os principais documentos políticos orientadores, nomeadamente: Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste 2011-2030 (PED), Plano Estratégico Nacional da Educação 2011-2030 (PENE) e Programa do V Governo Constitucional de Timor-Leste. Ainda são invocadas supletivamente algumas normais legais aplicáveis sobre o tema bem como menções bibliográficas que ajudam a contextualizar o âmbito histórico com que o assunto se foi sucessivamente colocando e desenvolvendo.

Sem a intenção de proceder a uma avaliação, antes se pretende dar a conhecer um panorama da situação atual, discutindo aspetos salientes, deixando à consideração algumas sugestões que parecem pertinentes.

Perspectiva histórica do Ensino Técnico Profissional em Timor-Leste

> […]no sentido pleno do termo, não existiu em Timor administração colonial portuguesa durante 400 anos, mas apenas durante os últimos 60 ou 70 anos, o que é muito pouco quando comparado a quatro séculos de efetiva presença religiosa e cultural (Thomaz, 2000, 2008b, p: 367

Durante a época colonial portuguesa (1515-1975) e o período da ocupação indonésia (1975-1999) o território de Timor-Leste foi objeto de pouco desenvolvimento em geral e particularmente no domínio da educação. Até finais do século XIX, a presença portuguesa na ilha foi bastante reduzida, essencialmente de natureza comercial e missionária.

Segundo Belo (2008), até ao século XVIII apenas os missionários tiveram a iniciativa de abrir escolas junto das igrejas para permitir a oportunidade de

*Agradece-se à DGESTV do Ministério da Educação a disponibilização dos dados reportados neste trabalho.

educação aos locais, privilegiando a evangelização, a língua e a cultura portuguesa.Outros autores dão notícia de que em 1863 o governador Afonso de Castro fundou uma escola régia em Díli, destinada aos filhos dos principais, sendo a direção da escola entregue ao segundo padre timorense ordenado, Jacob dos Reis e Cunha, seguindo-se o estabelecimento das escolas das missões em 1878, com a abertura de escolas rurais em Manatuto, Lacló, Lacluta, Samoro, Oe-Cusse e outros distritos (v. Martins, 2010).

O estabelecimento de uma estrutura administrativa com vista a gerir todo o território, assim como uma ocupação efetiva do interior iniciou-se entre 1894 e 1908 no mandato do Governador Celestino da Silva. Foi a partir desse período que o governo da colónia considerou a educação como um dos fatores a desenvolver. Embora o mais antigo colégio da ilha tenha sido fundado em Soibada em 1898 pelo padre jesuíta Sebastião Aparício da Silva, com o auxílio do régulo de Samoro, D. André Doutel Sarmento, o ensino primário oficial só se iniciou em 1915 - ano da comemoração do quarto centenário da chegada dos portugueses à ilha - e o ensino secundário só tem existência oficial desde 1952, embora em 1938 o governador Álvaro de Fontoura tenha organizado um colégio-liceu, que não teve continuidade por conta da desarticulação provocada pela guerra mundial (Thomaz, 2008).

Desde o início do século XX a política colonial portuguesa orientou-se por princípios estabelecidos em acordos internacionais[1], em que o direito de exploração estava associado ao dever de civilização. Segundo Marroni (2008), conforme consta num Boletim sobre educação de Dezembro de 1929, o articulista, José Valdez, chefe da secção de veterinária e pecuária em Timor, pronunciou-se sobre a educação: o artigo «A instrução do nativo Timor. O que deve ser» é dedicado à instrução primária e o autor defende um ensino mais técnico e prático virado para a terra e orientado para a agricultura e para a pecuária, juntamente com a instrução literária fundamental.Porém, o desenvolvimento do ensino secundário revela-se lento.

No Decreto-Lei n.º 43330 de 18 de Novembro de 1960, os Ministérios do Ultramar e da Educação Nacional dão indicação de conversão do colégio-liceu existente na cidade de Díli, da província ultramarina de Timor, em liceu, o qual se designará «Liceu Dr. Francisco Machado», e insere disposições relativas ao seu funcionamento, nomeadamente que "poderão neste ser ministradas disciplinas respeitantes às atividades do comércio e da agricultura, conforme as condições peculiares da província e segundo for autorizado e regulamentado, em portaria, pelo governador".

Os antecedentes do Ensino Secundário Técnico Vocacional (ESTV) em Timor-Leste têm uma história que enraíza no Ensino Técnico Profissional introduzido no final da colonização portuguesa - que se pode dar como iniciado com a criação de uma escola Comercial e Industrial em Díli, em 1966, a que se junta uma escola de

[1]Conferência de Berlim, 1884 e Tratado de Versalhes, 1919.

Enfermagem, criada em 1964, e, finalmente, em Fatumaca, desde 1968, uma escola prática de agricultura, confiada aos Salesianos; em 1973 estas escolas contavam cerca de 100 alunos cada, excepto a última onde havia cerca de setenta (v. Thomaz, 2008).

De acordo com Martins (2010) em 1963 foi criada a Escola Técnica, que oferecia o curso geral de Administração e Comércio e o curso de Eletricidade, sendo iniciados em 1973/74 os cursos de Serralharia Mecânica e de Construção Civil; ainda, em 1971, foi também introduzido o ensino de Artes e Ofícios com os cursos de Carpintaria, Marcenaria e de Serralharia Mecânica. Em Díli, este tipo de escola só é implantado em 1973/74 nas especialidades de Mecânica, Composição Tipográfica e Encadernação. Thomaz (2008b) refere que o ensino secundário nas suas diversas vertentes totalizava em 1972-73 o número de 15 estabelecimentos, alguns de dimensões muito reduzidas, com um total de 1891 alunos; ainda, não considerando as estruturas autónomas de ensino da comunidade chinesa, em 1974/75 o sistema de Ensino Técnico, seguindo-se ao Ciclo Preparatório (2 anos), envolvia:

- 1 Escola Técnica (3 anos) em Díli frequentada por 318 alunos;
- 1 Escola de Habilitação de Professores de Posto (4 anos) em Díli, frequentada por 282 alunos;
- 2 Escolas de Artes e Ofícios em Díli e Fatumaca (3 anos), com um total de cerca de 100 alunos;
- 1 Escola de Prática Agricola em Fatumaca (3 anos) com cerca de dez alunos;
- 1 Escola de Enfermagem em Díli (3 anos).

Com a ocupação Indonésia em 1975 deu-se um substancial alargamento no setor da Educação. Em 1985, existiam escolas primárias em quase todos os sucos (PNUD, 2002). À semelhança do período colonial eram seguidos os currículos do país dominante permitindo a assimilação dos jovens timorenses à cultura indonésia.

No início dos anos 90, o ensino pré-secundário existia em todos os subdistritos, o ensino secundário em todos os distritos e o ensino técnico profissional na maior parte dos distritos. Para dar resposta às necessidades de professores, estes eram selecionados maioritariamente em outros locais da Indonésia. No final do período de ocupação indonésia o número de estabelecimentos de ensino secundário veio a atingir um total de 168 (Thomaz, 2008). Uma listagem discriminada da oferta então existente pode ser consultada em Martins (2010).

Em 1999, após o referendo, os professores do ensino pré-secundário e secundário, que eram na sua maioria indonésios, regressaram para Indonésia e grande parte das infra-estruturas escolares foram incendiadas (PNUD, 2002). Estes fatores fizeram com que o desafio de edificar a educação e o sistema educativo em Timor-Leste se tornasse bastante difícil.

A importância do Ensino Secundário Técnico Vocacional

A Visão do *Plano de Desenvolvimento Nacional*, elaborado em 2002, ambiciona que Timor-Leste, até 2020, seja uma sociedade democrática e próspera com alimentação suficiente, abrigo e vestuário para todos. As pessoas, idealmente, serão então letradas, qualificadas, saudáveis e viverão uma vida longa e produtiva, tornando-se capazes de participar ativamente no desenvolvimento económico, social e político, promovendo-se assim a igualdade social e a unidade nacional - as pessoas deixarão de estar isoladas, uma vez que existirão boas estradas, transportes, eletricidade e comunicações entre cidades e sucos, em todas as regiões do País. A produção e o emprego aumentarão em todos os setores. De um modo geral, pretende-se que os padrões de vida e serviços melhorem para todos os timorenses.

Desde que se tornou independente, em 2002, Timor-Leste alcançou progressos notáveis, sendo considerado um "caso de sucesso" no seio dos países em vias de desenvolvimento, saídos de situações de pós-conflito. Porém, apesar dos progressos registados, ainda há muito por fazer. O *Programa do V Governo Constitucional de Timor-Leste* destaca as seguintes limitações: a falta de prestação de serviços de qualidade, a falta de infra-estruturas básicas e a necessidade de diminuir o desemprego para reduzir de forma sistemática a pobreza[2].

O *Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste 2011 – 2030* (PED) revela uma visão que reflete as aspirações do povo timorense relativamente à criação de uma Nação forte e próspera. O plano foi desenvolvido para inspirar mudanças, apoiar ações coletivas e pensar um futuro melhor. O PED considera que *"A verdadeira riqueza de qualquer Nação é a força do seu povo"*[3] reportando à educação e à formação a função de melhorar as oportunidades de vida do povo timorense, ajudando-o a concretizar todo o seu potencial, reforçando o *"nosso capital humano"*.

A atividade educativa, em todas as suas componentes, é um dos motores principais do desenvolvimento, contribuindo para o avanço geral dos conhecimentos, assim como para o progresso científico e tecnológico que constituem fatores decisivos para o crescimento económico e para o desenvolvimento do país.

À semelhança de muitos países em desenvolvimento, Timor-Leste, está carenciado neste aspeto, tendo um grave défice de técnicos qualificados e especializados capazes de dar resposta à tendência acelerada de reconstrução nacional. Com uma população essencialmente jovem e com o ensino básico obrigatório serão cada vez mais os timorenses que desejarão ter acesso ao ensino secundário - desafio que o PED pretende garantir, incidindo na ampliação do acesso

[2] Programa do V Governo Constitucional de Timor-Leste.
[3] Pág. 18.

ao ensino secundário e na provisão de professores qualificados e infra-estruturas apropriadas.

A educação, fundamentalmente teórica, aplicada no ensino secundário, destina-se principalmente a preparar os jovens para o ensino superior, desprovendo de competências práticas para a vida e para o trabalho os jovens que não têm sucesso, que abandonam os estudos, ou que não têm a oportunidade ou o desejo de ingressar no ensino superior.

Um ensino técnico vocacional e profissional que prepare técnicos e trabalhadores qualificados mostra-se fundamental para países em desenvolvimento. Porém, à semelhança de outros países, o custo elevado e a falta de recursos dificultam o desenvolvimento deste setor educativo.

Em Singapura, na Tailândia e em Hong-Kong, países e região do Sudeste Asiático, deram-se provas de soluções positivas neste domínio. Através da formação de competências na área da agricultura e relacionando o ensino secundário com o setor industrial, desenvolveu-se o ensino técnico em estreita relação com o setor do emprego (UNESCO, 1996), assim demostrando-se o sucesso e a viabilidade deste modelo de ensino.

No caso de Timor-Leste, com uma população jovem, uma taxa de desemprego elevada e a necessidade de técnicos qualificados para apoiar a reconstrução do país, existem grandes expectativas em relação ao ESTV, uma vez que este é apontado como uma ferramenta para o desenvolvimento social e económico. Apesar de o país estar a experienciar, no geral, uma elevada taxa de desemprego, o mercado de trabalho enfrenta uma profunda falta de pessoas qualificadas ou semiqualificadas necessárias para lidar com o célere ritmo de reconstrução nacional. A expectativa e o desafio de desenvolver o ESTV são reforçados pelo elevado número de jovens adultos que Timor-Leste terá a curto prazo, uma vez que, se estima que, em 2010, 41,4%[4] da população teria idade inferior a 15 anos.

Nesta perspectiva o *Plano Estratégico Nacional da Educação 2011 – 2030* (PENE) afirma que o ESTV é o *"principal objeto de investimento para a expansão, qualidade, relevância e acesso do Ensino Secundário em Timor-Leste, com particular ênfase nas zonas mais desfavorecidas"*[5]. Em coerência com o PED, o PENE pretende, a longo prazo, que o ESTV compreenda mais de 60% do total de matrículas no Ensino Secundário e que as disciplinas sejam organizadas e lecionadas em função das necessidades reais do contexto nacional.

Acesso ao ESTV

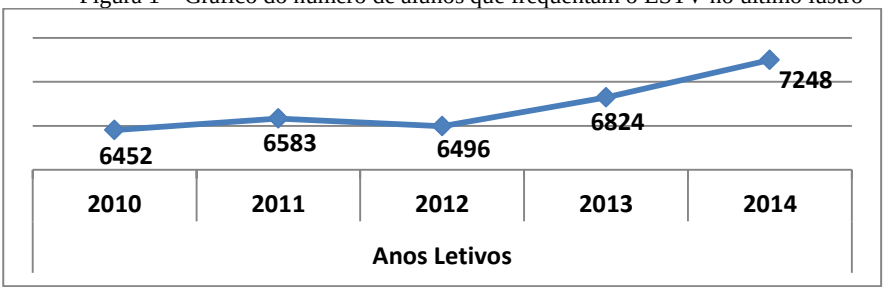
Mais do que a oportunidade de um aluno se inscrever num determinado programa de formação, o acesso à educação tem vindo ao longo dos anos a assumir

[4] CENSUS UMA KAIN TIMOR-LESTE, 2010
[5] Pág. 46

um conceito mais amplo. A oportunidade de um aluno se inscrever, assistir e concluir sem obstáculos práticos, financeiros, físicos, relacionados com segurança, institucionais ou socioculturais é uma concepção de acesso ao ensino que converge para o incentivo do sucesso escolar. (INEE, 2010)

O acesso pretendido para o ESTV, em coerência com o PENE, deverá corresponder a mais de 60% do total de alunos no Ensino Secundário até 2030 - assim pretende-se que o ESTV acolha cerca de 45545 alunos em 2030. Para alcançar este objetivo o ME aponta o aumento e a expansão de infraestruturas físicas modernas com capacidade para mais alunos, assim como a necessidade de situar centros de excelência de ensino técnico em distritos onde a procura é mais elevada, adequando a oferta formativa às necessidades locais. Também a assistência financeira a alunos carenciados é apontada como estratégia para aumentar o acesso ao ensino secundário.

Figura 1 – Gráfico do número de alunos que frequentam o ESTV no último lustro



O gráfico anterior reflete um aumento do número de alunos no ESTV ao longo do lustro de que se destaca a subida nítida nos dois últimos anos, totalizando 7248 alunos[6] no ano letivo de 2014. Este valor aproxima-se do indicado no PENE para 2015, em que se pretende um aumento para cerca de 7396 alunos a frequentar o ESTV.Também a nível nacional se tem verificado um aumento do número de escolas alocadadas ao ESTV, totalizando 24 escolas em 2014.Se bem que estes dados se revelem positivos e coerentes com as políticas educativas enunciadas, pode desde já apontar-se que convirá ser efetuado um maior esforço na descentralização da oferta no ESTV.

Os gráficos seguintes[7] mostram que, apesar do aumento de alunos inscritos no ESTV, a oferta educativa se verifica predominantemente em Díli, com cerca de 45% do número total de alunos, apresentando ainda o maior número de escolas e de valor do rácio estudantes por escola.

[6] Nos dados disponibilizados pelo ME, só em 2014 se faz referência às Escolas Agrícolas tuteladas pelo Ministério da Agricultura, as quais refletem um acréscimo de 78 alunos.
[7] Nos dados fornecidos pelo ME não constam elementos relativos ao distrito de Ainaro.

Figura 2 – Número de estudantes no ESTV em 2014, por distrito

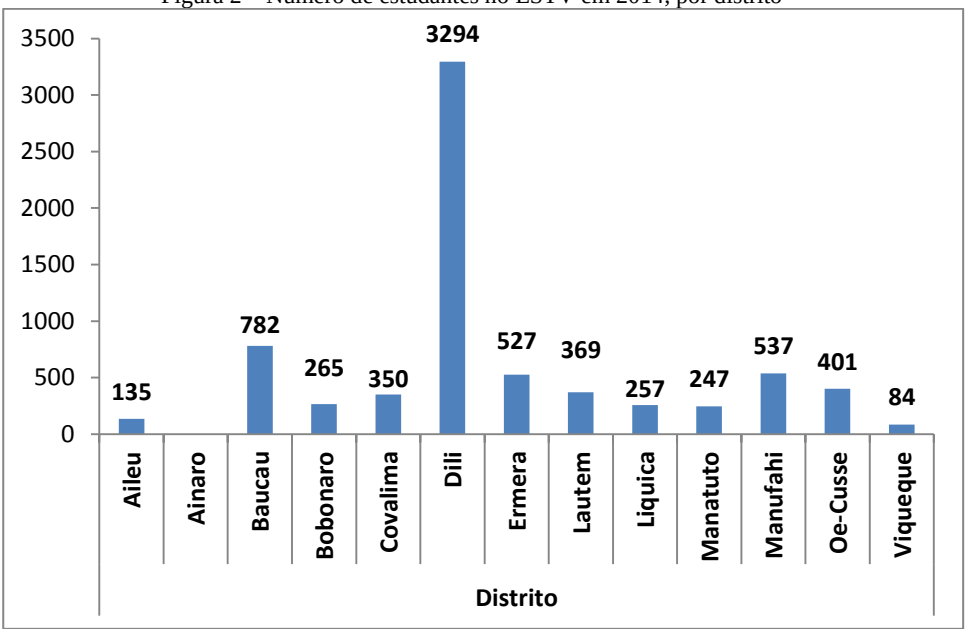


Figura 3 – Número de escolas do ESTV em 2014, por distrito

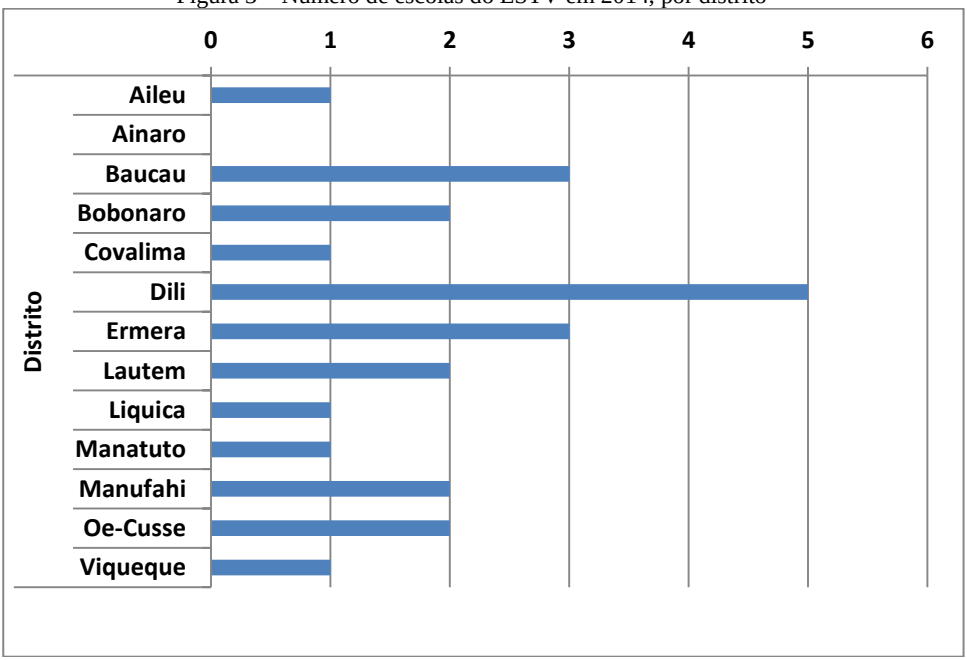
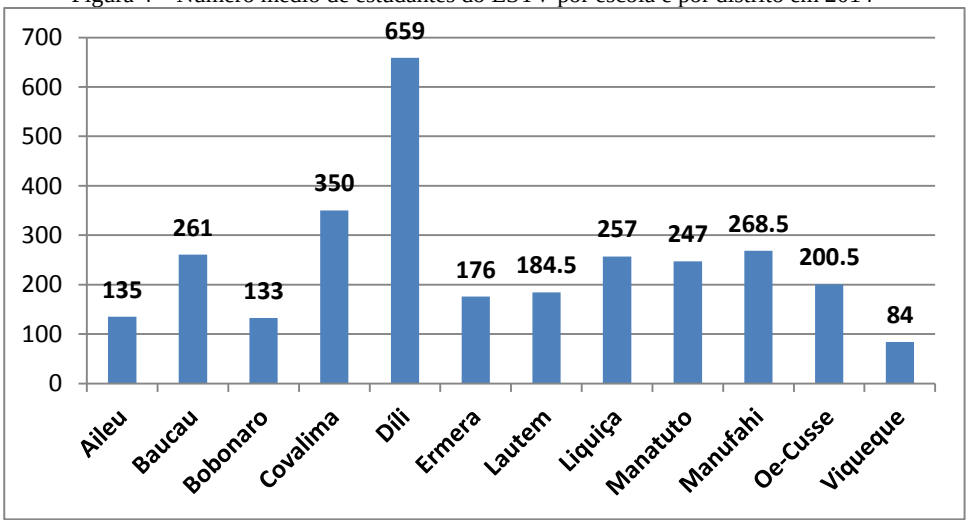


Figura 4 – Número médio de estudantes do ESTV por escola e por distrito em 2014



No sentido de se aumentar o acesso e de permitir uma maior descentralização do ESTV, adequando a oferta formativa às necessidades locais, o PENE prevê, a partir de 2015, a construção de 4 novas escolas: duas escolas técnicas - uma no distrito do Suai e outra no distrito de Viqueque - uma escola técnica de pescas no distrito de Liquiçá, e ainda uma escola técnica agro-pecuária no distrito de Manatuto.

O ME também está comprometido a reorientar o foco de formação para os futuros técnicos: os trabalhadores qualificados, o setor dos serviços e os funcionários públicos. Para isso propõe-se a realizar mais parcerias com o setor privado, bem como melhorar a coordenação com agências governamentais relevantes, nomeadamente com a SEFOPE[8]. Conforme declarado no PENE, o ME pretende que em 2020 o número de alunos que frequentem o ESTV seja cerca de 16552, este valor significa um aumento total de cerca de 128% nos próximos 6 anos.

Para além da construção de novas escolas direcionadas para o ESTV com recursos pedagógicos apropriados, o ME poderá orientar as escolas do Ensino Secundário Geral (ESG) para progressivamente oferecerem cursos do ESTV mediante as necessidades dos distritos e sub-distritos onde estão localizadas e mediante as infra-estruturas e qualificações dos recursos humanos existentes nas escolas e em outros setores da comunidade. Esta solução permite uma maior complementaridade e concorre para o modelo desejado para o ensino secundário em 2030, que pretende que o número de alunos a frequentar o ESTV seja superior ao

[8] SEFOPE – Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego

número de alunos a frequentar o ESG. Se bem que os modelos curriculares sejam diferentes para o ESG e para o ESTV, já a Organização do Sistema de Ensino Secundário para os diferentes modelos de escolas é equivalente[9], sendo as atribuições quer da educação e ensino quer da gestão e administração as mesmas.

Implementação do novo currículo para o ESTV

De acordo com a visão do ME as metas para 2011-2015 no Ensino Secundário focam-se em reformas de qualidade e não no rápido alargamento do acesso ao mesmo. Para melhorar a qualidade, o PENE prevê "*uma mudança do paradigma pedagógico a nível do ensino e da aprendizagem através de métodos de ensino comprovados e atualizados, da avaliação e do uso da tecnologia, especialmente no ESTV*"[10]. A mudança estava prevista ser alcançada através da reestruturação e redefinição do currículo quer do ESG, quer do ESTV tendo por metas o desenvolvimento de "*conhecimentos e capacidades relevantes, nos quais se incluem o pensamento crítico e as capacidades de socialização*"[11].

Com efeito, no ensino técnico e vocacional importa realçar a dimensão crítica do processo de aprendizagem, centrado nas modalidades da transmissão e do treino do *saber* e do *saber-fazer* que se traduzem numa interação entre objeto e sujeito, que se poderá enunciar como sucede (Martins, 2013): de um lado o sujeito que procura conhecer, e, do outro lado, o objeto a ser conhecido, bem como as relações entre ambos, pois o melhor educador no processo de ensino-aprendizagem não é medido pela atitude de controlo mas pela visão libertadora e construtivista. Ainda importa atender a que conhecimento não é sinónimo de informação: esta pode assumir o qualificativo de singular ou plural, neste caso quando incide simultaneamente numa coleção de objetos ou atributos de uma classificação (Casquilho, 2013), mas, em qualquer caso, o conhecimento remete para um objeto, simples ou complexo, imerso no seu contexto de enunciação de que se destacam a respetiva descrição bem como os nexos de causalidade que se lhe associam no âmbito de uma, ou mais, finalidade(s) eventual(ais).

Atualmente, elaborado e implementado principalmente com o apoio da Cooperação Portuguesa, o currículo do ESG, está já a ser executado gradualmente desde 2012, pelo que os alunos que concluem o ESG no Ano Letivo 2014 beneficiam já de algumas das mudanças pretendidas.

Para o ESTV o processo de revisão curricular tem-se demonstrado mais lento, quer pela diversidade e maior complexidade que este modelo de ensino acarreta, quer pelo envolvimento de múltiplos parceiros e instituições a que o modelo obriga.

---

[9] DECRETO-LEI N.º 33/2011 de 3 de Agosto, Regime Jurídico da Administração e Gestão do Sistema de Ensino Secundário, Governo de Timor-Leste.
[10] Pág. 47
[11] Idem

Também a tentativa, positiva, de o ME desenvolver os currículos com um vínculo local, provoca maior atraso no processo.

Neste momento, conforme plano curricular aprovado pelo Dec.- Lei nº 8/2012 de 15 de Fevereiro de 2012, os cursos técnico-vocacionais profissionais de nível secundário atribuem diplomas equivalentes ao ESG e conferem um nível de qualificação e o direito a certificação profissional de Nível IV, nos termos do disposto no Sistema Nacional de Qualificações de Timor-Leste. São organizados em módulos de duração variável, sincronizados entre si, segundo níveis de escolaridade e de qualificação profissional progressivamente mais elevados e têm a duração de 3 anos letivos, correspondentes a um mínimo de 4000 horas de formação.

Tabela 1 – Plano curricular do ESTV: Dec. Lei nº 8/2012 de 15 de Fevereiro de 2012

PLANO CURRICULAR BASE DO ENSINO TÉCNICO VOCACIONAL

DISCIPLINAS	Total horas(a) Ciclo de Formação
Programa Sócio Cultural	**1510**
Tétum	180
Português	350
Inglês	270
Cidadania e Desenvolvimento Social	230
Tecnologias e Multimédia	200
Religião e Moral	100
Língua Opcional (b)	180
Programa Científico	**760**
Empreendedorismo	160
Entre 2 a 3 disciplinas (c)	600
Programa Produtivo	**1730**
Entre 3 a 5 disciplinas (d)	1230
Formação em contexto de trabalho – FCT - Estágio (e)	500
Total horas / Curso	**4000**

(a) Carga horária global, a gerir pela escola, no âmbito da sua autonomia pedagógica, acautelando o equilíbrio da carga horária anual de forma a optimizar a gestão global modular e a formação em contexto de trabalho.
(b) Podem ser línguas opcionais o Indonésio, Mandarim, Coreano e Japonês. Excepcionalmente poderá ser ensinada outra língua que especificamente seja importante para o conteúdo lecionado.
(c) Disciplinas científicas de base a fixar em regulamentação própria, em função das qualificações profissionais a adquirir.
(d) Disciplinas de natureza tecnológica, técnica e prática, estruturantes da qualificação profissional visada.
(e) A formação em contexto de trabalho visa a aquisição e o desenvolvimento de competências técnicas, relacionais e organizacionais relevantes para a qualificação profissional a adquirir.

Em 2013 foram apresentados os novos planos curriculares dos cursos técnico-vocacionais, quer na continuidade dos cursos já existentes, quer na criação de novos cursos.

Tabela 2 – Novos Cursos do ESTV (Fonte: Diploma Ministerial n.º 08 /ME/2013 de 31 de Julho)

Técnico de Comércio
Técnico de Contabilidade
Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos
Técnico de Cuidado e Estética do Cabelo
Técnico de Mecânica Automóvel
Técnico de Mecânica
Técnico de Estilismo, Modelagem e Confeção de Vestuário
Técnico de Eletricidade
Técnico de Construção Civil
Técnico de Carpintaria e Marcenaria
Técnico de Eletrónica, Áudio, Vídeo e TV
Técnico de Linguagens de Programação
Técnico de Multimédia
Técnico de Turismo e Hotelaria
Técnico de Produção Agrária
Técnico de Pescas
Técnico de Secretariado
Técnico de Alimentação e Bebidas
Técnico de Artes Gráficas

A implementação da nova estrutura do ESTV nas escolas iniciou-se em 2014, em harmonia com o PENE, que prevê uma implementação curricular gradual para o 10ºano, 11ºano e 12ºano a verificar-se em 2014, 2015 e 2016, respetivamente. Para apoiar, o ME elaborou manuais do aluno e guias do professor para as disciplinas do Programa Produtivo e, com a parceria da *GEsEntrepeneur*, elaborou também manuais e guias dos professores para a disciplina de Empreendedorismo constante no Programa Científico de modo a serem disponibilizados a partir do Ano Letivo de 2014.

Em virtude de não existirem manuais do aluno e guias do professor para as restantes disciplinas do Programa Científico e para as disciplinas do Programa Sociocultural, a Direção Geral do Ensino Secundário, seguindo as indicações da Direção Nacional do Currículo e Avaliação Escolar, efetuou um paralelismo com os manuais do aluno e guias do professor do ESG, através da Circular nº53/DGES/I/2014, de modo a permitir a implementação dos cursos do ESTV.

Deste modo, se bem que com processos de revisão curricular e de gestão curricular inacabados, foi possível, através de ajustes, iniciar-se a implementação em 2014. Os dados recolhidos na DGESTV, para o Ano Letivo 2014, demonstram que as escolas ainda não estão familiarizadas com as designações dos novos cursos técnico profissionais. Por exemplo, os novos cursos de Gestão de Equipamentos Informáticos, de Multimédia e de Gestão de Equipamentos Informáticos, se bem

que aplicados de forma distinta como foi possível verificar no terreno[12], ainda são por vezes designados como cursos de Informática, sem distinção.

Tabela 3 - Número de alunos por Curso do ESTV – Ano Letivo 2014 (fonte: ME/ Direção Nacional do ESTV)

Curso do antigo ESTV 11º Ano e 12º Ano	**Nº de alunos**	**Curso do atual ESTV 10º Ano**	**Nº de alunos**
Contabilidade	953	Informática[13]	436
Agro Comercio Industria	948	Técnico de Produção Agrícola	400
Informática (AC)	760	Técnico de Contabilidade	360
Gestão do Comércio	719	Técnico de Comércio	292
Administração	428	Técnico de Secretariado	262
Eletricidade (PIL)	190	Técnico de Eletricidade	115
Mecânica (LO)	162	Técnico de Hotelaria e Turismo	96
Hotelaria e Turismo	151	Técnico de Construção Civil	77
Construção Cívil/ marcenaria (RAB)	136	Técnico de Mecânica Automóvel (LO)	65
Eletrónica (TV)	118	Técnico de Alimentação e Bebidas	50
Metalurgia (DT)	70	Técnico de Eletrónica (Áudio, Vídeo e TV)	46
Restaurante	62	Técnico de Pesca	40
Culinária/ Tec. Alimentar	43	Mec. Produção (DT)	33
Carpintaria Marcenaria (RAB)	40	Técnico de Carpintaria Marcenaria	22
Culinária	37	Técnico de Mecânica (LO)	21
Planta Industria Café	28	Técnico de Cuidado e Estética do Cabelo	9
Horticultura	28	Técnico de Estilismo, M. e C. de Vestuário	5
Pecuária	27	Técnico de Artes Gráficas	0
Vestuário	11		
Beleza	8		
Total	**4919**	**Total**	**2329**

O fato da estrutura curricular ser substancialmente diferente do modelo anterior e os materiais pedagógicos e de gestão não estarem concluídos e distribuídos tem dificultado a implementação. Existe ainda pouco esclarecimento e pouca apropriação por parte de alunos, professores, encarregados de educação e direções das escolas relativamente ao novo modelo. Neste sentido mostra-se importante manter, pelo menos até 2016, os esforços previstos até 2014 no quadro de objetivos do PENE para a implementação da nova estrutura curricular, em particular o apoio efetuado pelo Projeto de Formação Inicial e Contínua de Professores (PFICP) ao ESTV através da formação a professores e a direções de escolas.

[12] A visita à Escola Técnica de Informática de Díli, permitiu verificar que os cursos são desenvolvidos de forma distinta, porém os dados existentes na DNESTV apresentam os cursos como "Informática".

[13] Os dados existentes no ME não especificam os cursos da área da informática, nomeadamente Gestão de Equipamentos Informáticos, Linguagens de Programação e Multimédia.

Importância dos professores para a qualidade do ESTV

A qualidade do ensino e da formação pedagógica depende, em larga medida da qualidade dos professores, pelo que melhorar a motivação e a qualidade dos professores deve ser uma prioridade em todos os países. (UNESCO, 1996). Ainda, como é sabido, nomeadamente na interface que se coloca nas relações entre educação e tecnologia, o professor deve estar preparado para atuar como mediador do conhecimento, da criatividade, do progresso dos alunos, bem como orientar o processo de aprendizagem (Paulino, 2013).

Em Timor-Leste a escassa e débil formação de professores timorenses no período colonial e no período de ocupação indonésia faz com que, após a independência, a dificuldade em se encontrarem professores suficientes, em quantidade e qualidade, seja elevada, a fim de se dar resposta às necessidades do sistema educativo. A estes fatores juntam-se poucas competências nas línguas oficiais, especialmente na língua portuguesa que é a língua de instrução[14] para o ensino secundário, complexificando ainda mais o desafio de melhorar a qualidade dos professores e consecutivamente a qualidade da educação.

É compreensível que melhorar a qualidade dos professores não seja um processo fácil. Por um lado, os professores, com razão, reivindicam condições de trabalho e de reconhecimento do seu esforço, por outro a sociedade e os alunos esperam que os professores cumpram a sua incumbência com dedicação e sentido de responsabilidade.

O PENE aponta a necessidade em assegurar que os professores sejam capazes de leccionar mais do que uma disciplina, e gerir a carga letiva e o volume de trabalho associado de forma eficaz, assim como alterar a pedagogia existente nas escolas secundárias passando para uma abordagem centrada nas necessidades de aprendizagem de cada aluno. Assim o ME encoraja e visa dar condições para que os professores mantenham a formação nas suas áreas de ensino atualizada, de modo a poderem enfrentar as novas reformas no sistema educativo e a darem resposta às novas estruturas curriculares. Neste sentido, o PENE ambiciona para o ESTV que nos anos letivos de 2016 e 2017 exista um número de professores adequado às necessidades do ME, possuindo as competências requeridas e que as escolas do ESTV tenham as suas necessidades de docentes satisfeitas.

O número de professores alocados no ESTV nos anos 2009-2014 está representado na Figura 5 e na Figura 6 tem-se o número médio de alunos por professor no ESTV no lustro 2010-2014. Desde 2012, e principalmente através do INFORDEP[15] e do PFICP[16], os docentes e as direções das escolas do ESTV têm

[14] RESOLUÇÃO DO PARLAMENTO NACIONAL N.º 20/2011 de 7 de Setembro - Sobre a Importância da Promoção e do Ensino nas Línguas Oficiais para a Unidade e Coesão Nacionais e para a Consolidação de Uma Identidade Própria e Original no Mundo, Parlamento Nacional de Timor-Leste

[15] INFORDEP – Instituto Nacional de Formação de Docentes e Profissionais da Educação

[16] PFICP – Projeto de Formação Inicial e Contínua de Professores

vindo a beneficiar de várias formações. As formações têm vindo a incidir em cursos de língua portuguesa, atividades extracurriculares, gestão e administração escolar, metodologias de ensino-aprendizagem, exploração dos manuais do aluno e dos guias do professor para serem aplicados em sala de aula e o novo currículo do ESTV.

Como no ensino técnico é importante que o corpo docente seja constituído, em grande parte, por elementos com formação e experiência profissional adequada às componentes técnicas do ESTV, o ME deve procurar desenvolver mecanismos que favoreçam o recrutamento de docentes a partir da outros setores da sociedade ativa, como medida para combater a falta de formação de professores.

Fig. 5 – Número de professores alocados no ESTV nos anos 2009-2014

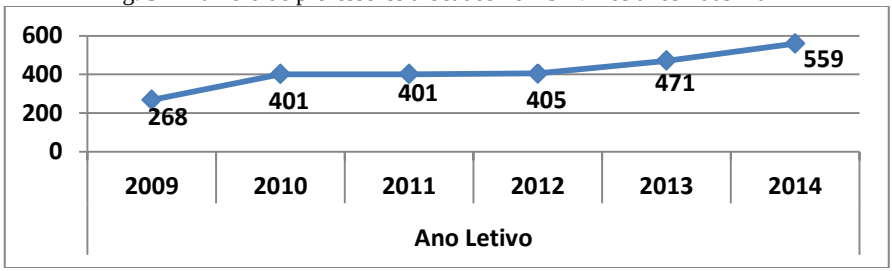
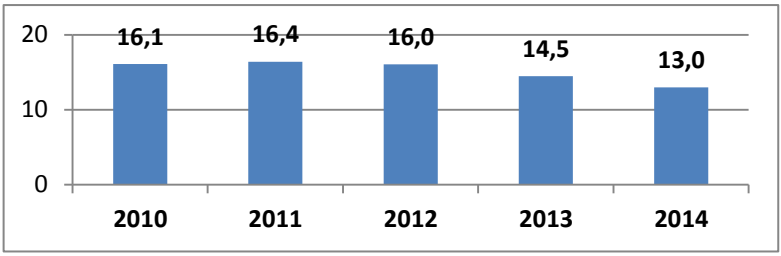


Fig. 6 – Número médio de alunos por professor no ESTV nos anos 2010-2014



Conclusões

Conforme se procurou demonstrar, o projeto em curso do Ensino Secundário Técnico Vocacional em Timor-Leste tem um lastro histórico - algo incipiente mas ainda assim real - quer no período da colonização portuguesa quer no tempo da ocupação indonésia.

A evolução do número de estudantes no último lustro (Figura 1), particularmente nos dois últimos anos, mostra-se significativa e aproxima-se da

meta proposta no Plano Estratégico Nacional de Educação para 2015, persistindo, no entanto, uma substancial concentração da oferta e da procura na capital conforme revelam as Figuras 2, 3 e 4. As iniciativas previstas de construção de escolas ESTV nos distritos, referidas no texto, poderão ser reforçadas. Numa perspectiva de equidade não devem ser esquecidas medidas de apoio aos estudantes carenciados.Também a evolução do número de professores (Figura 5) mostra um incremento significativo nos dois últimos anos, decrescendo o rácio médio do número de estudantes por professor para cerca de 13, em 2014.

A implementação dos *curricula* no ESTV parece encaminhada, não se devendo descurar as ações de formação complementar do corpo docente previstas – incluindo a sua capacitação profissional - mormente tendo em conta a introdução dos novos cursos referidos na Tabela 2.

Na resultante, até ao momento, a história da implementação do ESTV em Timor-Leste afigura-se, mais do que iniciada, com um horizonte promissor para o futuro de muitos jovens timorenses e, consequentemente, para o desenvolvimento do país.

Referências

BALTAZAR, Alexandra Maria Fernandes. 2013. Contribuições para a Construção de Materiais Didáticos para o Ensino do Português, por Professores Timorenses, no Ensino Secundário Técnico-Vocacional de Timor-Leste. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.

BELO, D. Carlos Filipe Ximenes. 2008. A língua portuguesa em Timor-Leste. Agencia de Noticia da Igreja Católica em Portugal.

CASQUILHO, José Pinto. 2013. Veridicção, verosimilhança e informação. *Revista Veritas*, vol. 1, nº 1, pp: 81- 102.

DECRETO-LEI N° 8 /2010 de 15 de Fevereiro - Que aprova o plano curricular, regime de implementação e modelo de certificação, organização e avaliação das escolas secundárias técnico-vocacionais. Díli: Governo de Timor-Leste.

DECRETO-LEI N.º 33/2011 de 3 de Agosto - Regime Jurídico da Administração e Gestão do Sistema de Ensino Secundário. Díli: Governo de Timor-Leste

DECRETO-LEI N.º 36/2011 de 17 de Agosto - Sistema Nacional de Qualificações (SNQ-TL). Díli: Governo de Timor-Leste.

Diploma Ministerial n.º 08 /ME/2013 de 31 de Julho – Procede à restruturação dos Cursos Técnico Vocacionais e à aprovação e publicação da nova lista de cursos.http://www.infordepe.tl/formacao-de-professores-etv-2014 (acedido a 20/07/2014).

INEE. 2010. Requisitos mínimos para a Educação – Preparação, Resposta e Reconstrução. Nova Iorque: INEE.

MARRONI, Maria Luísa de Castro. 2008. Os Outros e a Construção da Escola Colonial Portuguesa no Boletim Geral das Colónias 1925-1951. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

MARTINS, Francisco Miguel. 2010. Autoavaliação Institucional da Educação Superior: uma Experiência Brasileira e suas Implicações para a Educação Superior em Timor-Leste. Tese de Doutorado em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 302 p.

MARTINS, Francisco Miguel. 2013. O importante da educação não é apenas formar um mercado de trabalho, mas formar uma nação com gente capaz de pensar. *Revista Veritas*, vol. 1, nº2, pp: 35-43.

PAULINO, Vicente. 2013. Breves considerações sobre a educação e a tecnologia. *Revista Veritas*, vol. 1, nº2, pp: 7-18.

PLANO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO 2013-2017. Ministério da Educação. República Democrática de Timor-Leste, Díli.

PLANO ESTRATÉGICO NACIONAL DA EDUCAÇÃO 2011-2030, Ministério da Educação, 2011, República Democrática de Timor-Leste, Díli.

PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DE TIMOR-LESTE 2011-2030. 2011. República Democrática de Timor-Leste, Díli.

PNUD. 2002. Relatório do desenvolvimento humano de Timor-Leste: Ukun Rasik A'na – O caminho à nossa frente. PNUD, Díli.

PROGRAMA DO V GOVERNO CONSTITUCIONAL, Legislatura 2012 -2017. República de Timor-Leste, Díli.

RESOLUÇÃO DO PARLAMENTO NACIONAL N.º 20/2011 de 7 de Setembro - Sobre a Importância da Promoção e do Ensino nas Línguas Oficiais para a Unidade e Coesão Nacionais e para a Consolidação de Uma Identidade Própria e Original no Mundo. Parlamento Nacional de Timor-Leste, Díli.

UNESCO. 1996. Educação um tesouro a descobrir – Relatório para a UNESCO daComissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Porto: Edições ASA.

THOMAZ, Luís Filipe. 1994. De Ceuta a Timor. Lisboa: Difel.

THOMAZ, Luís Filipe. [1973] 2008a. Prioridade à Educação *in* País dos Belos: Achegas para a compreensão de Timor-Leste, Macau: Instituto Português do Oriente, pag. 43-56 (publicado originalmente em 30 de Março de 1973 sob o título "Timor como é: Prioridade à Educação", *Observador*, nº 111).

THOMAZ, Luís Filipe. [2002] 2008b. Balanço de um quarto de século de ocupação indonésia Educação *in* País dos Belos: Achegas para a compreensão de Timor-Leste, Macau: Instituto Português do Oriente, pag.413-426 (trabalho apresentado pelo autor em 2002).

Formação inicial e contínua de professores em Timor-Leste: orientações de práticas e questões de línguas*

Manuel Belo de Carvalho

Introdução

A República Democrática de Timor-Leste é um dos países mais jovens do mundo, situado no sudoeste asiático na parte oriental da ilha de Timor. O território de Timor-Leste faz fronteira a oeste com a Província Indonésia de Nusa Tenggara Timur (ou Timor Ocidental). Ao norte é banhado pelo Mar de Savu e pelo estreito de Wetar, enquanto ao sul o Mar de Timor faz a ligação com a Austrália, numa extensão de 500 km. Na parte ocidental da ilha encontra-se o enclave de Oecusse que, tal como os ilhéus de Ataúro e de Jaco, fazem parte do território de Timor-Leste.

Timor-Leste foi uma colónia de Portugal desde 1512 a 1975, quando foi ocupado pela Indonésia e considerado como sua 27ª província, Timor-Timur. Timor-Leste é um país que viveu 450 anos de colonização portuguesa, 24 anos de ocupação indonésia. Em 30 de Agosto de 1999, em referendo organizado pela Organização das Nações Unidas, cerca de 80% do povo timorense optou pela independência que tinha restaurado no dia 20 de Maio de 2002.

Após o referendo sobre a independência de Timor-Leste em relação à Indonésia, destruíram o país, foram incendiados edifícios e 90 por cento das escolas foram danificadas. Quase todos os professores de Ensino Básico e Secundário não timorenses abandonaram o país. Logo que ficaram preenchidas as condições mínimas de segurança, com a ajuda de professores e educadores timorenses e a colaboração técnica e financeira da comunidade internacional, foram reconstruídas escolas, foram contratados novos professores e o sistema educativo conheceu o regresso a alguma normalidade é a partir do ano lectivo de 2001-2002. A restauração da independência, Timor-Leste confrontou-se com o enorme desafio da reconstrução nacional. A Educação representava, neste percurso, uma das áreas a que foi dada maior atenção e uma daquelas a que foi conferida maior importância.

---

* Texto foi apresentado na 1ª Conferência Internacional "A Produção do Conhecimento Científico em Timor-Leste", organizada pelo Programa de Pós-Graduação e Pesquisa sob a coordenação da Unidade de Produção e Disseminação do Conhecimento, 13 a 15 de Agosto de 2014, na Universidade Nacional de Timor Lorosae.

A reconstrução do país contando com o papel da cooperação dos países da CPLP como Brasil e Portugal; agências internacionais como – ONU, UNICEF, UNESCO, Banco Mundial, Jaica, Koica e entre outros. Os principais passos na reconstrução do sistema educativo timorense são os seguintes: recriação dos cursos de formação inicial e contínua de professores nas universidades e nos centros de formação; reconstrução das escolas básica e secundárias do país, reestruturação do currículo do ensino Básico, secundário e do Ensino Superior; reactivar os programas de reintrodução e consolidação do Português em todos os níveis do ensino e nas instituições governamentais em cooperação da Missão Portuguesa e da PQLP/CAPES de Brasil.

Entre 2000 a 2010 houve progressos importantes. De acordo com dados do Plano Estratégico do Desenvolvimento (Gov. Timor-Leste, 2011) o número de professores da educação básica do primeiro e segundo ciclo subiu de 3.860 para 7.583 e o número de estudantes cresceu de 190.000 para 229.974. Na educação básica terceiro ciclo, o número de alunos cresceu de 21.810 para 60.481, tendo o número de professores de 65 para 2.412; Na Educação Secundária incluindo escolas técnicas, o número de professores passou de 1.696 para 2.073, enquanto os alunos aumentaram de 35.062 para 40.781, verificando-se um aumento correspondente na relação aluno-professor de 34:1 para 44:1.

A formação inicial e contínua de professores veio a ganhar, neste domínio, crescente importância. Justifica-se, por isso, a realização de uma pesquisa orientada para caracterizar as orientações da legislação nas práticas da formação inicial e contínua de professores em Timor-Leste, bem como analisar as ofertas da formação inicial e contínua, as modalidades de prática, os conteúdos da formação, o problema da pedagogia e da língua.

No contexto de reconstrução do sistema educativo, como aquele que vem caracterizando a situação em Timor-Leste, a formação inicial e contínua de professores debate-se com graves problemas:

1) O recrutamento dos professores de todos os níveis do ensino não estão definidos por critérios rigorosos, mas recrutados por uma das escolhas dos que partidária pelos que tem a posição. Por isso, deve acontecer nos dados apresentados com uma baixa qualidade dos professores em exercícios como se prevê a seguir:

Habilitações dos professores timorenses do EB	**Formação Académica**
6º ano da escolaridade	111
9º ano	88
12º ano	5.962
Diplomas de várias especialidade	-
Bacharelato	1.576
Licenciatura	304
Mestrado	2
Total	**9071**

2) As dificuldades das instituições de formação inicial [carência de número e qualificação dos docentes qualificados em várias áreas disciplinares; adequação dos currículos; os professores não dominam as línguas de instrução do ensino (Português e Tétum];
3) A escassez de materiais de formação [não há produção do material das matérias de formação no país ou as matérias são produzidas fora do país, falta de bibliotecas; acesso à literatura científica recentes];
4) A situação linguística do país [nas debates públicas do país ainda se discutem as quatro línguas (Português, Tétum, Inglês e o Indonésio) optadas no país que usam nos processos de ensino-aprendizagem em todos os níveis da escolaridade e da administração pública não estão dominados por: competências linguísticas, competências de comunicação e competências metalinguísticas pelos professores e alunos do país].

Nestas circunstâncias, afigura-se pertinente colocar a questão seguinte: num contexto marcado por dificuldades severas na organização e no funcionamento do sistema educativo, qual é o papel atribuído à formação inicial e contínua de professores e como vem sendo praticado este papel, tendo em conta, designadamente, os circunstancialismos linguísticos?

O objectivo principal do estudo, formulado em termos genéricos é o de "*caracterizar as modalidades das práticas de formação inicial e contínua de professores e os percursos do seu desenvolvimento, analisando os condicionalismos que a questão linguística coloca*". Este objectivo principal detalha-se nos seguintes objectivos específicos: 1) Analisar os aspectos fundamentais da evolução da política educativa de Timor-Leste e as mudanças em curso no campo da educação; 2) Caracterizar as orientações legislativas da formação inicial e contínua de professores em Timor-Leste; 3) Descrever as modalidades e conteúdos das práticas de formação inicial e contínua de professores que têm vigorado no país;4) caracterizar o modo como a formação inicial e contínua de professores tem confrontado a "questão da língua" em Timor Leste, nos planos dos conteúdos de formação e das línguas de formação.

A escolha do tema do estudo justifica-se em função de argumentos académicos e também de argumentos socioeducativos e políticos. A seguir explora-se o sentido de cada uma destas dimensões: 1) ***Argumentos académicos***: a formação inicial e contínua de professores em Timor-Leste é uma temática que vem despertando o interesse dos educadores e pesquisadores que lidam com os problemas do ensino, da pesquisa e da extensão nas instituições básicas, médias e superiores da educação. Por exemplo as dissertações de mestrado intitulado como: " *Formação de Professores em Timor-Leste Contributos para a Construção de um Modelo de Formação Inicial e Contínua* (Carvalho, 2007); Estudo *Comparativo entre Professores que Fizeram e não Fizeram curso de Formação Docente na República*

Democrática de Timor-Leste (Fernandes, 2006). A formação inicial e contínua de professores em Timor-Leste é entendida como instrumento que pode contribuir para a melhoria da qualidade académica no processo de ensino aprendizagem; 2) ***Argumentos educativos***: a formação inicial e contínua de professores nas escolas básicas, médias e ensino superior é um tema atual em todos os países. Em Timor-Leste, a criação do Instituto Nacional de Formação de Docentes e Profissionais da Educação (INFORDEPE), enquanto estabelecimento público dotado de autonomia administrativa e científica, sob a tutela e superintendência do Ministro da Educação, com a competência de promover a formação do pessoal docente do sistema educativo (Decreto-Lei Nº 4 /2011 de 26 de Janeiro de 2011), sinaliza a relevância que a formação dos professores tem no sistema educativo; 3) ***Argumentos institucionais***: o sistema de formação inicial de professores da educação superior é composto por 4 instituições, sendo que apenas uma delas é pública, a Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL) e as três outras são universidade privadas sendo como: Universidade da Paz, Universidade de Díli e Universidade Oriental de Timor Lorosa'e e três Instituições da Educação Superior são os seguintes: Instituto Formação de Professores de Baucau, Instituto da Educação Superior Cristal-Díli e Instituto Ciências Religiosas Tomas Aquino Díli. Na formação contínua de professores atua apenas um instituto público, sob a tutela do Ministério da Educação, o INFORDEPE. Até ao momento, o país não dispõe de um sistema de formação inicial e contínua suficientemente estruturado. Também não tem recursos humanos locais qualificados, nem no Ministério da Educação, nem na UNTL, para desenvolver e implementar normas e procedimentos de formação adequadas; 4) ***Argumentos políticos***: O conhecimento da formação inicial e contínua de professores, que estudos de natureza académica podem proporcionar, é uma condição importante para se poder desenhar políticas mais consentâneas com as necessidades do país.

Os métodos utilizados neste estudo: análise documental e as sondagens. Como instrumento de recolha dos dados utiliza-se o questionário aos (formandos da formação inicial e contínua) dos cursos de licenciatura das universidades e Instituições de Ensino Superior de Educação acreditadas e do INFORDEPE. Além disso, foram realizadas entrevistas com formadores e dirigentes das instituições formadoras dos mesmos. O estudo realiza-se em duas fases: primeira fase com os formandos e a segunda fase com os formadores e dirigentes das instituições.

1. Dificuldades enfrentadas na Formação Inicial e Contínua de Professores em Timor-Leste

As áreas consideradas mais críticas na actividade dos professores, na sequência deste quadro, são a falta de recursos materiais, os professores não terem formação em língua portuguesa, a língua "da escola" que se encontra em processo de

generalização e os professores não dominarem bem as estratégias de ensino. Para melhorar as competências profissionais dos professores, consideram que é preciso ter conhecimentos na área do saber disciplinar, do saber pedagógico e do saber linguístico. Sendo assim, a questão linguística ainda se discute nos debates públicas que as quatros línguas usadas em Timor-Leste (Português, Tétum, Inglês e Indonésio) não estão dominadas em qualquer competências dos seus usos pelos professores e alunos.

É neste quadro que ganham particular relevância os problemas que enfrenta o INFORDEPE para apoiar a formação, designadamente, a falta de recursos humanos (falta de formadores nacionais) e a falta de recursos materiais, como materiais didácticos, laboratórios e seus equipamentos.

O INFORDEPE do Ministério da Educação não tem ainda um programa de acção sistemática e organizada para a formação contínua de professores; esta é de natureza tendencialmente episódica, baseando-se nos programas e nas necessidades dos professores. O INFORDEPE desenvolve, entretanto, um curso de Bacharelato, organizado pela UNTL, sob tutela do Ministério da Educação, com a cooperação da Missão Portuguesa e Brasileira.

Neste quadro, torna-se premente a concepção e o desenvolvimento de uma estratégia para a formação contínua de professores, capaz de capacitar os professores com habilitação académica de nível secundário ou com o Curso de Formação de Professores do Ensino Básico e Desporto que estão a ensinar nas escola Básicas e Secundárias. Tal formação deve necessariamente privilegiar saberes pedagógicos, metodologias de ensino e o conhecimento científico relevante para a área disciplinar. De facto, uma grande percentagem dos professores que hoje são profissionais não foi formada pelas Faculdade de Educação e não possui diplomas do Ensino Superior; Timor-Leste tem cerca de6161 professores, e, por isso, a sua formação vai necessariamente estender-se no tempo. Uma outra dificuldade prende-se com o facto de a formação implicar perturbações nas actividades das escolas de origem dos professores.

Neste cenário, é uma óbvia desvantagem o facto de o INFORDEPE não ter recursos humanos preparados para organizar e desenvolver as acções de formação necessárias. De momento, o INFORDEPE visa capacitar todos os professores, tanto funcionários permanentes como contratados, de escolas pública ou privadas, de todos os níveis para elevar a qualidade e melhorar o exercício das suas funções. A actividade do INFORDEPE, nos seus projectos de formação contínua de professores do ensino primário, é coordenada com a UNICEF e as ONGs Crianças da Crise e Care Internacional; no ensino Básico de terceiro ciclo e Secundário, o Instituto conta com o apoio da UNTL e da cooperação portuguesa e brasileira; os cursos de Bacharelato são desenvolvidos em colaboração com as Embaixadas Portuguesa e Brasileira, sob tutela do Ministério da Educação. Na procura da consolidação do seu grupo de formadores, o INFORDEPE, para garantir a continuidade e aumentar a qualidade da formação, tem vindo a seleccionar os

melhores participantes nas suas actividades, avaliados em função das habilidades profissionais e competências que têm revelado nas acções em que têm estado envolvidos. Esta poderá ser uma forma de responder à necessidade, referida por alguns entrevistados, de melhorar os seus métodos pedagógicos. No que à formação inicial de professores diz respeito, o currículo da UNTL, preparado pelos docentes de cada departamento, é composto por: disciplinas básicas, disciplinas educacionais e disciplinas específicos, e disciplinas institucionais apresentando, a este nível, semelhanças com o curso de bacharelato na formação contínua. Este currículo foi avaliado pelo Ministro da Educação através dos seus assessores internacionais de Portugal, Brasil e da Indonésia.

Esta organização curricular orienta-se para a construção de um perfil de professor em que são considerados de maior importância as funções de transmissor de conhecimentos, de investigador, de facilitador criativo e de agente inovador.

2. Modalidades de Formação Inicial e Contínua de Professores em Timor-Leste

A dimensão mais valorizada pelos sujeitos entrevistados aos serem questionados sobre o que caracteriza um professor como bom profissional na área do "saber disciplinar" foi o domínio da matéria leccionada, dos saberes científicos correspondentes à sua especialidade. Na área do "saber didáctico-pedagógico" a vertente mais enfatizada é a da metodologia de ensino e as actividades de planificação; na área das "atitudes, comportamentos e valores" foram valorizadas características como a pontualidade no trabalho, a disciplina e as boas relações com os membros da comunidade educativa (CORDEIRO, 2010).

Para melhorar as competências profissionais dos professores os entrevistados consideram que é preciso ter conhecimentos na área do saber disciplinar, do saber pedagógico e do saber linguístico. Aqui Libâneo (2001) destaca a importância da formação do professor, independente em área de actuação com domínio de diversos aspectos da prática pedagógica de forma a seguir,

> A formação do professor abrange, pois, duas dimensões: a formação teórica-científica, incluindo a formação académica específica nas disciplinas em que o docente vai especializar-se e a formação pedagógica, que envolve os conhecimentos da Filosofia, Sociologia, História da Educação e da própria Pedagogia que contribuem para o esclarecimento do fenómeno educativo no histórico-social; a formação técnico-prático visando à preparação profissional específica para a docência, incluindo a Didáctica, as metodologias específicas das matérias a Psicologia da Educação, a pesquisa educacional e outras (citado por GONZAGA E GONÇALVES, 2011, pp 4373 – 4374).

Neste sentido, as Escolas Básicas e Secundárias de Timor-Leste, na sua maioria, ainda não desenvolvem acções de formação continuada, embora os professores participem nas formações promovidas pelo *INFORDEPE* na tutela do Ministério da Educação, em áreas como a língua portuguesa e as ciências exatas ou

no quadro do curso de Bacharelato ao nível de ensino superior. Neste contexto, Libâneo 2002 (citado por CORDEIRO, 2010: 66) destaca que "o aprender a ser professor, na formação inicial ou continuada, se pauta por objectivos de aprendizagem que incluem as capacidades e competências esperados no exercício profissional do professor". Ao reforçar essa ideia, Zeichner (citado por Garcia, 1999: 39) ressalta que, "as experiências práticas em escolas contribuem necessariamente para formar melhores professores. As actividades de formação contínua em que se considera que os professores estão mais necessitados encontram-se nas áreas das ciências exactas (Biologia, Física, Química e Matemática), na área das ciências sociais e na área das línguas, designadamente, do Português. É neste quadro que ganha particular relevância os problemas enfrentados pelo INFORDEPE para apoiar a formação, designadamente, a falta de recursos humanos (falta de formadores nacionais) e a falta de recursos materiais, como materiais didácticos, laboratórios e seus equipamentos.

Mesmo assim, o INFORDEPE, tutelado pelo Ministério da Educação, não tem ainda um programa de acção sistemática e organizada para a formação continuada de professores; esta é de natureza tendencialmente episódica, baseando-se nos programas e nas necessidades dos professores. O INFORDEPE desenvolve, entretanto, um curso de Bacharelato, organizado pela UNTL, sob tutela do Ministério da Educação, com a cooperação da Missão Portuguesa. Neste quadro, torna-se premente a concepção e o desenvolvimento de uma estratégia para a formação contínua de professores (CAMPOS, 1995), capaz de qualificar os professores com habilitação académica de nível secundário ou com o Curso de Formação de Professores do Ensino Básico e Desporto que estão a ensinar nas escolas Básicas e Secundárias. Tal formação deve necessariamente privilegiar saberes pedagógicos, metodologias de ensino e o conhecimento científico relevante para a área disciplinar (NÓVOA, 2007).

As vantagens da existência do INFORDEPE no Ministério da Educação e Cultura de Timor-Leste identificadas são, para lá da existência de recursos físicos próprios, poder esta estrutura avaliar os professores, promover novos conhecimentos conforme as exigências das novas tecnologias, propiciar conhecimentos pedagógicos aos professores que não são formados pelas Faculdades de Educação ou Institutos Superiores de Educação, proporcionar conhecimentos básicos de metodologias do ensino, aprofundar os conhecimentos dos professores nas ciências e das especialidades e promover conhecimentos profissionais ligado à Administração e Organização Escolar. A atividade do INFORDEPE, nos seus projectos de formação contínua de professores do ensino primário, é coordenada com a UNICEF e as ONGs Crianças da Crise e Care Internacional (PNUD, 2002). No terceiro ciclo e Secundário, o Instituto conta com o apoio da UNTL e das cooperações portuguesa e brasileira. Os cursos de Bacharelato são desenvolvidos em colaboração com as Embaixadas Portuguesa e Brasileira, sob a tutela do Ministério da Educação (PNUD, 2002).Por outro lado, na procura da consolidação

da ação envolvidas do seu grupo de formadores. O INFORDEPE considera de uma forma a responder à necessidade, referida por alguns entrevistados, de melhorar os seus métodos pedagógicos. E a organização curricular orienta-se para a construção de um perfil de professores em que são considerados de maior importância as funções de transmissor de conhecimentos, de investigador, de facilitador criativo e de agente inovador (TAVARES, 1988).

As opiniões expressas pelos entrevistados apontam que o estágio pedagógico aparece como momento importante no processo de profissionalização, através da imersão na prática real. No entanto, entende-se que ele é muito limitado no tempo e carece de recursos materiais e didáticos para apoiar as atividades dos formandos. O estágio pedagógico constitui um espaço particularmente importante de relação da UNTL com as escolas básicas e secundárias. É reconhecido pelos professores que a UNTL vem formando, como aspectos mais marcantes, o conhecimento na área das ciências da educação, o desenvolvimento dos seus conhecimentos através da teoria e da prática e o seu conhecimento científico, apesar da falta de recursos materiais e humanos com que a UNTL se debate. E as principais mudanças apontadas vão no sentido da supressão de disciplinas consideradas não relevantes, de valorização de cadeiras básicas educacionais e de cadeiras específicas acompanhando a evolução dos campos de saber, da introdução de novas disciplinas, como Educação Tecnológica ou Filosofia da Educação.

Acresce que esta integração é facilitada por uma articulação, em termos institucionais, das várias agências envolvidas. Na FEAH-UNTL, os bacharelatos e as licenciaturas em ensino apontam para uma integração da formação profissional docente em diversas áreas, designadamente, integração curricular, de relação entre teoria e prática e, também mesmo, institucional, cabendo à Faculdade de Educação, Artes e Humanidades da UNTL a responsabilidade pela condução do processo. Assim sendo, o modelo caracteriza-se, à partida, pela integração, desde o início dos estudos, das três componentes que definem o perfil profissional do professor: componente do âmbito da futura docência, componente pedagógica teórica, componente pedagógica prática e monografia (FEAH-UNTL, 2012).

A organização curricular das licenciaturas em ensino reflecte, com a clareza, o seu ideal integrador: a formação na especialidade e a formação pedagógica são ministradas, em simultâneo e desde o início do curso aos futuros professores; a última etapa a um estágio de seis meses, em Escolas de Básicas e Secundário, com apoio de orientadores de cada área de especialidade, da Faculdade de Educação, Artes e Humanidades da UNTL ou de outras agências de formação, e das Escolas Básicas e Secundárias.

Os planos de estudos propostos permitem ao estudante futuro professor realizar a aprendizagem das matérias de que vai ser professor, dos saberes de Ciências da Educação que fundamentam a sua actuação como professor e, ainda, através da Prática Pedagógica, ir progressivamente tomando contacto com o seu futuro

contexto de acção e os problemas concretos da sua futura profissão (cf. UNTL, 2012).

O estágio corresponde, de facto, a um momento importante da formação profissional de professores, a um momento em que se manifesta a articulação das várias componentes de formação, a interacção entre a teoria e a prática e a valorização da experiência vivida da investigação. A aprendizagem da docência na prática, tem neste momento a sua expressão mais alta.

Ao estágio podem ser associadas os seguintes objectivos fundamentais.

> 1) Integrar, de forma progressiva, orientada e apoiada, o aluno no exercício da docência; 2) estruturar o processo de ensino/aprendizagem; 3) integrar a função docente numa perspectiva interdisciplinar; 4) desenvolver a capacidade de direcção e orientação educativa da turma; 5) desenvolver a competência nos domínios de observação e da avaliação, reconhecendo esta como um processo contínuo; 6) desenvolver a capacidade de relacionamento com todos os elementos que integram a comunidade escolar; 7) contribuir para que a acção educativa desenvolva a interacção escolar/comunidade (Pacheco & Flores, 1999).

Analisando concretizações deste modelo integrado de formação, Campos (citado por Esteves, 2002: 82) refere como zonas críticas algum défice de articulação efectiva entre as componentes de formação e a obrigatoriedade de uma opção vocacional precoce por parte dos estudantes. Ao modelo integrado tem sido contraposto o modelo chamado "sequencial". Segundo Pacheco e Flores (1999: 86), se o sistema sequencial ultrapassa o divórcio entre teoria e a prática e inclui o estágio no curso, não deixa também de contribuir para a compartimentação, no tempo, entre formação em ciências da especialidade e a formação em ciências da educação, com prioridade daquela sobre esta.

Nesta perspectiva, Esteves (1999: 214) afirma trata-se de dar precedência, nos três ou quatro primeiros anos do curso, a formação numa dada especialidade científica e, só depois desta concluída, dar lugar à formação educacional em sentido restrito. Refere aquela autora que este modelo se concretiza em dois "sub-modelos distintos" conforme a duração dos respectivos cursos. Num deles, os primeiros três anos são preenchidos pela formação na especialidade, o 4º ano pela formação em ciências da educação e o 5º ano pela prática pedagógica (estágio); no outro, trata-se de uma modalidade bi-etápica,sendo atribuído o grau de licenciado ao fim dos quatro primeiros anos de formação num determinada especialidade, obtendo-se uma qualificação profissional para a docência após um 5º ano de formação em ciências da educação e um 6º ano da prática pedagógica (estágio).

As consequências menos positivas que emergem deste modelo prendem-se com o facto de "a formação de um professor se fazer por justaposição de conhecimentos e práticas sem interacção mútua" (Formosinho 1986: 96). Daqui se pode inferir que não há um fio condutor que articule as diversas componentes de formação. Formosinho (1984) assinala que este modelo confere maior ênfase à preparação geral e científica do que a componente pedagógico-didáctico e assinala ainda o

facto de o contacto com a situação prática de ensino ocorrer tardiamente. O modelo sequencial privilegia a aquisição de conhecimentos sequenciais que mais tarde "sequencialmente", possam ser transferidos para a prática. O aluno adquire os conhecimentos de uma forma mais abstracta, o que dificulta a perspectivação das aprendizagens em termos situacionais.

Apesar das vantagens que apresenta face ao sistema teoricista/empiricista, Ribeiro (citado por Pacheco, 1995: 90) aponta ao sistema sequencial estas seguintes desvantagens: " a) a articulação das várias componentes formativas não é tão fácil e a sua integração não é parte constituinte do programa mas ocorre (ou não ocorre) por virtude dos próprios formandos e formadores; b) confere maior ênfase à preparação geral e científica do que à componente pedagógica-didáctica, correndo-se o risco de negligenciar a sua tradução em formas consentâneas com as condições efectivas e o nível de desenvolvimento dos alunos; c) o contacto com situação prática de ensino ocorre tardiamente no programa com a desvantagem inerente de uma transição ou confronto não totalmente preparados".

Procurando caracterizar um outro modelo, o "teoricista/empiricista", Pacheco e Flores (1999: 66) afirmam que "a lógica organizacional do modelo teoricista obedece a um desfasamento contínuo dos tempos curriculares de formação do professor em três partes: primeiro a formação teórica na universidade, em ciências da especialidade; segundo a aquisição de experiência de ensino na escola, sem qualquer orientação e formação pedagógica; terceiro a formação pedagógica, nas instituições para ser vocacionados por alguns anos e quando o professor já possui um diploma numa especialidade de ensino".

Neste modelo, muitas vezes falta a operacionalização da teoria, não se tornando claras as suas implicações para a prática. O modelo compartimentado separa a formação no tempo e no espaço, e separa os conteúdos a ensinar das componentes profissionais da formação. Estes dois componentes são garantidos em tempos diferentes, por pessoas e instituições diferentes.

A consequência global é que "não há uma linha condutora ao longo da formação; não há base aglutinadora; uma coordenação integradora" (Formosinho, 1984:15). O mesmo autor salienta que a experiência do ensino não fecunda a teoria pedagógica, podendo, até desligar-se completamente dela (Formosinho, 1984). Como consequência, as disciplinas das ciências da educação podem estar afastadas da realidade escolar; a prática do ensino poderá não ser referenciada a nenhuma teoria educacional aprendida na Universidade.

Formosinho (1986: 84-85), baseando-se nos processos de aquisição do saber, estabelece os pressupostos básicos do modelo:

> (…) são a de que os conhecimentos "saber", competência "saber-fazer" e atitudes "saber-ser" profissionais necessários a um professor provêm predominantemente da sua experiência docente; e que o professor sozinho, em autoformação, pode adquirir a maioria dos saberes profissionais; que só a experiência ensina adequadamente, consequentemente que só os práticos sabem verdadeiramente (…)

todos os conhecimentos que um professor deve ter devem ser transmitidos sistemática e sequencialmente, de modo expositivo, num contexto institucional académico. Na essência, todas as práticas e atitudes se baseiam em ideias, conceitos e esquemas mentais e daí que todos os conhecimentos "saber-fazer" e "saber-ser" possam ser ensinados teoricamente pelos académicos. Todos os conhecimentos assim aprendidos são facilmente transferíveis para a prática, pois que esta, na essência, se reconduz à execução de teorias, ideias concepções.

3. Questões da língua

Em Timor-Leste existem aproximadamente 36 grupos étnicos e linguísticos. O tétum e o português são as duas línguas oficiais, como se refere no artigo 13º da Constituição de Timor-Leste, enquanto o inglês e o bahasa indonésia são reconhecidas como línguas de trabalho, facto consagrado no artigo 159º da Constituição. Além das línguas reconhecidas na constituição (Português, Tétum, Inglês e o Indonésio), há no pequeno território do país, aproximadamente 14.600 km^2, uma grande variedade de línguas nativas, cerca de 16, sendo algumas com uma ampla variação dialectal, e pertencentes as diferentes filiações genéticas, a saber austronésicas e papuásicas (Albuquerque, 2009).

Na restauração da Independência em 20 Maio de 2002, o Parlamento Nacional da República Democrática de Timor-Leste, escolheu a Língua Portuguesa como língua oficial, a par *do* tétum (Art. 13º da Constituição RDTL) para continuarem a manter os laços de amizade com os diferentes povos em outros continentes. Além disso, para fortalecer a Constituição (Art. 13º), para a língua de instrução do ensino/aprendizagem das escolas básicas ao ensino superior, segundo a Lei de Base da Educação (LBE-14/2008), a ser introduzidas em duas línguas, o português e o tétum (Art. 8º) –, como línguas de instrução de ensino do sistema educativo.

A língua português foi reconhecido em 20 de Fevereiro de 1702 como língua administrativa pelo primeiro Governador Português para Timor-Português - António Coelho Guerreiro. Os padres da Congregação Dominicana e, naquela época, o ensino envolvia apenas os seguintes aspecto: ler, escrever e contar além do ensino da língua portuguesa. A história da educação de Timor-Leste regista que os missionários iniciaram o processo de ensino com a fundação de um Seminário Menor em Solor (Indonésia). O Bispo dominicano Dom Manuel de Santo António Castro, fundou, no ano de 1739, o primeiro seminário em Oecusse, usando a língua portuguesa como a língua de ensino em Timor-Português, atualmente Timor-Leste.

No entanto, essa escola foi dissolvida por razões de segurança, quando a capital da província de Timor-Português foi transferida de Lifau para Díli (Belo, 2008). Em 1863, o governador Afonso de Castro fundou uma escola régia em Dílui, destina aos filhos dos chefes e de outros principais. A direcção dessa escola foi entregue ao segundo padre timorense, Jacob dos Reis e Cunha. O grande desenvolvimento das escolas das missões deu-se em 1878, quando o padre António Joaquim de madeiros,

mais tarde Bispo de Macau, estabeleceu o programa da educação da juventude timorense com abertura de escolas rurais em Manatuto, Lacló, Lacluta, Samoro, Oe-cusse, Maubara, Baucau, etc. A instrução certa naquela altura era tão absorvente que os padres, dedicavam-se mais às escolas do que à missionação. Esta situação mudou tempestivamente com o governo do Bispo Dom José da Costa Nunes (citado por Martins, 2010).

Sendo assim, após da independência a maior parte da população ainda compreende a língua indonésia e apenas uma pequena parte a falar o português fluentemente em TL. Por isso, estavam com sérios problemas de implantação da língua, (os indicadores estatísticos apontavam entre 5 a 10% de falantes utentes da língua portuguesa e a par deste fraco implementação do português; UNDP (2001) afirmar na sua investigação que a comunidade TL que falam fluentemente o Português apenas 5%. E Banco Mundial (2003) afirma que a comunidade Timorense que falam Língua fluentemente portuguesa 10%. No desfecho da primeira década do século XXI apresenta-se 36% dos timorenses são falantes utentes da língua portuguesa (Araújo, 2013). De 2000 a 2010, há uma evolução no uso e desta língua e todos os estudos apontam para um lento progresso na consolidação do português [Censo de 2010]. Há indicadores que mostram que as novas gerações, com idades compreendidas entre os 4/5 e os 15/16 anos, estão muito mais disponíveis para assumir a língua portuguesa como sua e divertem-se a aprendê-la, sempre com olhos num futuro diferente e melhor [Araújo, 2013].

Por outro lado, a formação a Língua Portuguesa, no ensino básico e secundário, visa a aquisição de "um corpo de conhecimentos e o desenvolvimento de competências que capacitem os jovens para a reflexão e o uso da língua segunda." Considerando o livro, o meio mais eficaz para a divulgação do património cultural português e para a preservação da língua, propõe-se que as bibliotecas escolares e distritais sejam generosamente apetrechadas com livros de autores portugueses.

Relativamente a língua portuguesa, os professores do ensino básico e secundário ainda não dominam bem a língua portuguesa tanto escrita e na fala. Isto justifica por não ter usado diariamente nas comunicações tanto na sala de aula ou seja na interacção quotidiana. Isto indica que o português é uma língua difícil de aprender, seja que tenha sido vivenciada em vários cursos de língua de diversas formas e em diferentes períodos mas não conseguiram de dominar tanto na vertente oral ou na escrita. O resultado da observação na sala de aula aos professores do ensino básico e secundário, na implementação do uso da língua portuguesa, mostram que a maioria dos professores não praticam o bom português na sala de aula, por outro lado, os professores utilizam os manuais escolares de todas as disciplinas apenas para escrever no quadro os conteúdos da matéria, mas fazem as explicações, na aula, em tétum.

Propõe-se o incentivo ao ensino da Língua Portuguesa, nas regiões, passando pelo investimento na produção de materiais que permitam o desenvolvimento e a

promoção do uso da Língua Portuguesa, nomeadamente, dicionários bilingues, materiais de ensino do Português como língua segunda ou para fins específicos. Consideramos que seria conveniente a escola promover graus de exigência elevados face ao estudo da língua portuguesa pelos discentes, dado ser esta a "ferramenta" de trabalho de todo e qualquer cidadão no território nacional, de modo a combater a ainda elevada taxa de "analfabetismo funcional", bem como manter a realização da prova de exame nacional à disciplina de Língua Portuguesa, dada a sua importância no currículo nacional.

Em termos mais gerais, ao nível de um resultado, em relação ao uso da língua portuguesa nas escolas básicas, entendemos que os professores, os directores das escolas e os directores distritais e regionais devem repensar alternativas mais significativas para a implementação do uso da língua portuguesa no processo ensino e aprendizagemNo que tange os directores distritais e regionais, visualizamos como sendo importante que eles compreendam a forma profunda da utilização da língua portuguesa como língua fundamental do ensino para todas as disciplinas do ensino básico em excepção o tétum e o inglês.

O governo em geral e particularmente o ministério da educação de Timor - Leste, não se trata apenas a formação da língua portuguesa nos cursos de curto prazo aos professores, mas tem de ter uma garantia controlada na continuidade de observação directa aos professores na implementarem do uso da língua portuguesa na transmissão de conhecimentos aos alunos em todos de níveis de escolaridade baseando numa legislação sobre a "política da implementação da língua" no país. Sendo com esta legislação podemos resolver a questão da língua Portuguesa como língua oficial do nosso país.

Considerações gerais

Muito são os desafios acerca da formação inicial e continuada dos professores no país. Como foi abordado na investigação, várias são as áreas de saber disciplinar; do domínio da matéria leccionada e dos saberes científicos correspondentes à sua especialidade. Na área do "saber didáctico-pedagógico", a vertente mais enfatizada é a da metodologia de ensino e das actividades de planificação e do saber linguístico. Apontam-se também, as faltas de materiais didácticos, laboratórios e equipamentos nas áreas das ciências exactas, ciências sociais e ciências humanas, bem como de laboratório de informática para apoiar as actividades dos formandos.

Além da dificuldade em mudar-se de paradigma e admitir a (re)organização curricular, orienta-se para a construção de um perfil de professor em que são consideradas de maior importância as funções de transmissor de conhecimentos, de investigador, de facilitador criativo e de agente inovador exigido pela sociedade atual. Embora essas dificuldades sejam inegáveis, é preciso apurar olhar e enxergar as possibilidades surgidas no decorrer do processo.

Por outro lado, a situação linguística do país ainda se discutem as línguas oficiais (Português, Tétum) optadas no país em usos nos processos de ensino-aprendizagem em todos os níveis da escolaridade e da administração pública não estão dominados por: competências linguísticas, competências de comunicação e competências metalinguísticas pelos professores e alunos do país. Além disso, a pesquisa considera como factores imprescindíveis para o processo de ensino-aprendizagem de LP em Timor-Leste: valorizar a variedade do português timorense e buscar na língua Tétum como aspectos facilitadores para o aprendizado da Língua Portuguesa.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, D. B. *Língua e Meio Ambiente na Literatura Oral em Língua Tétum, Timor-Leste.*2008. Vol.3 Nº 3

ARAÚJO, Crisodio (2013).*Desenvolvimento da Língua Portuguesa no Primeiro Década do Século XXI (Apresentado no Seminário da Educação em Díli*: Díli: UNTL

BELO, Carlos Filipe Ximenes (2008). A Língua Portuguesa em Timor-Leste. Dados Fornecidos pelo Reverendo Bispo Belo pelo e-mail: Também está disponível em:http://forumhaksesuk.blogspot.com/2008/05/lngua-portuguesa-em-timorleste_18.html. Acessado em:15/11/2009..

CAMPOS, B. P. (2002). *Políticas de Formação de Profissionais de Ensino em Escolas Autónomas*. Porto: Afrontamento.

CABRAL, E. (2008). Writing The Resistancia: Literacy in East Timor 1975 -1999. Vol. 11 Nº 2

COSTA, N. M. L. (2004). *A Formação Contínua de Professores - Novas Tendências e Novos Caminhos*. Brasil: Rio Grande do Norte. 52, pp. 64 -75.

CORDEIRO, V. J. (2010). *Prática pedagógica no Processo Ensino-Aprendizagem: um Estudo de Caso na Escola Profissionalizante* SENAC/CONCORDIA, SC. 5, pp. 65 – 71.

ESTRELA, A & ESTRELA, M. T. (1993). *A formação contínua e a reforma educativa*. *Revista Educação.* 6, 73 – 77.

ESTRELA, A. & ESTRELA, M. T. (1977). Perspectivas Actuais sobre a Formação de Professores. Lisboa: Estampa.

FERNANDES, A. A. (2006). *Estudo Comparativo entre Professores que Fizeram e não Fizeram curso de Formação Docente na República Democrática de Timor-Leste.(Dissertação não publicado)* Brasil: Universidade de Brasília.

GARCIA, C. M.(1999). *Formação de Professores para uma Mudança Educativa*. Porto: Porto Editora.

GONZAGA, A. E. S. &- CONÇALVES, H. H. (2011). *Os desafios da Formação Contínua dos Professores dos Cursos Técnicos do IFPB-CAMPUS*

CAJAZEIRAS. X Congresso Nacional de Educação - EDUCERE: Brasil: Pontifício Universidade Católica do Paraná I Seminários Internacional de Representações Sociais de Educação – SIRSSE. 1, 4368 -4379

MORAES, M. C., Pacheco, J. A. Evangelista, M. O. Orgs. (2002). *Formação de Professores: Perspectivas Educacionais e Curriculares*. Porto: Porto Editora.

Ministério da Educação (2007 – 2012). Política Nacional da Educação. Timor-Leste: Díli

MARTINS, F. M. (2010). *Autoavaliação Institucional da Educação Superior. Uma Experiência Brasileira e suas Implicações para a Educação Superior de Timor-Leste*. Salvador: Universidade Federal de Bahia.

NÓVOA, A. (1999). *Os Professores na virada milénio: do excesso dos discursos a pobreza das práticas. Educação e Pesquisa.* 25 (1), pp. 11-20.

NÓVOA, A. (org) (1995). *Os Professores e a sua Formação*. Lisboa: Publicações Dom Quixote e Instituto de Inovação Educacional.

PACHECO, J. A. & Flores, M. A (1999) *Formação e Avaliação de Professores*. Porto: Porto Editora.

PACHECO, J. A (1995). *Formação de Professores: Teoria e Praxis*. Braga. Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho.

PERRENOUD, P. (1999). *Formar Professores em Contexto Sociais em Mudanças*. Brasil: Revista Brasileira de Educação. Nº 12. pp. 5 -21.

UNTL (2012). *Projecto Político Pedagógico da Unidade Curricular de CCM*. Díli: Universidade Nacional Timor Lorosa'e

PNUD. (2002). Relatório de desenvolvimento Humano de Timor-Leste. Timor-Leste: Díli.

SIOMÕES, C. (1996).*O Desenvolvimento do Professor e a Construção do Conhecimento Pedagógico.* Aveiro. Universidade de Aveiro,

TAVARES J. (1988). *Formação Inicial e Contínua dos Professores*. 36 Realidades e Perspectivas. *Revista Portuguesa de Educação*. 1 (3), 109 -124.

ZEICHNER, K. (1993). *A Formação Reflexiva de Professores. Ideias e Práticas*. Lisboa: Educa

Documentos Oficiais e Legislação

Governo Timor-Leste (2010 *Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011 – 2030*. Timor-Leste. Díli.

Governo Timor-Leste (2010). *Censos da População de 2010*. Díli: Ministério das Finanças.

Decreto-Lei Nº 14/2008 Lei de Bases da Educação

Decreto-Lei Nº 22/2010 Lei Orgânica do Ministério da Educação

Decreto-Lei Nº 4 /2011 Criação do Instituto Nacional de Formação Professores e Profissionais da Educação

Funções e responsabilidade social da universidade estatal nos países em desenvolvimento: um olhar sobre a universidade de Timor Leste*

Eugénio Alves da Silva

Introdução

A missão e a responsabilidade social da universidade têm estado em debate na medida em que se espera que esta se constitua como elemento imprescindível na definição da estratégia de desenvolvimento de qualquer país, num contexto de evolução acelerada do conhecimento e da tecnologia. Nos países em desenvolvimento tem-se questionado como é que a universidade pode contribuir para o combate ao subdesenvolvimento e como pode construir a sua autonomia face ao tipo de relação que vem assumindo com o poder político (Silva 2004; Lima 1998; Banco Mundial 2000) e face às pressões do mercado.

A Conferência Mundial do Ensino Superior, realizada sob a égide da UNESCO, em 2009, analisou, entre outros aspetos, a responsabilidade social do ensino superior, tendo considerado que

> a educação superior tem a responsabilidade social de avançar nosso conhecimento multifacetado sobre várias questões, que envolvem dimensões culturais, científicas, econômicas e sociais e nossa habilidade de responder a tais questões. A educação superior leva a sociedade a gerar conhecimento global para atingir os desafios mundiais, com relação à segurança alimentar, mudanças climáticas, uso consciente da água, diálogo intercultural, fontes de energia renovável e saúde pública. (UNESCO 2009, 2).

o que ressalta a importância da universidade timorense enquanto agente de mudança social, implicando assumir um papel mais interventivo no progresso social o que, concomitantemente, exige a concessão de espaço de manobra por parte do governo.

Analisar o lugar e a importância da universidade em Timor Leste é uma tarefa complexas dadas as características e condições da sociedade timorense na fase de reconstrução e as especificidades da cultura académica instalada. Tendo saído recentemente de um contexto de ocupação, que deixou marcas culturais profundas, cabe-lhe a pesada tarefa de contribuir para o resgate de identidade cultural e da soberania científica do povo timorense. Apesar disso, é possível arriscar uma

* Texto de suporte a uma palestra proferida na Universidade Nacional de Timor Lorosae, Maio de 2013.

análise que tome por referência a trilogia ensino-investigação-interacção que lhe serve de paradigma e que melhor fundamenta a sua missão, decorrendo daqui a compreensão das suas funções e da responsabilidade social que lhe cabe.

1. Universidade, sociedade e desenvolvimento

Tomadas como agentes de mudança na transição para a era pós-colonial, exigiu-se das universidades a incumbência de contribuir para a eliminação da pobreza e do subdesenvolvimento (Court 1991, 329) rompendo com o seu papel tradicional ligado à formação profissional de elites locais. Defendia-se o princípio de que a universidade deveria inspirar-se no seu meio envolvente e nutrir-se da cultura local (Yesufu 1973) para formar uma elite intelectual capaz de encetar o combate ao subdesenvolvimento, tendente à redução do atraso estrutural Nesta perspectiva, a universidade actuaria como factor de desenvolvimento contribuindo para a viabilização do intercâmbio cultural e científico com o mundo.

No contexto actual, a agenda das universidades tem sido determinada por preocupações com a reforma curricular, o recrutamento e formação de um corpo docente nacional, a qualidade do trabalho académico, a inserção da universidade no meio social, como condições que lhes permitem participar no esforço de formação do capital intelectual e de produção de conhecimento como forma de reivindicar legitimidade social.

Na última década, graças ao incremento do conhecimento e ao seu papel na economia global, a universidade é confrontada com uma nova missão (Banque Mondiale 2009) que consiste em responder coerentemente às demandas socioeconómicas em termos de criação de uma economia do conhecimento para ajudar a sociedade a competir no mercado global. Isso implica uma estratégia para a produção e gestão do conhecimento enquanto factor de inovação com impacto na economia, daqui surgindo o epíteto de "universidade empreendedora" (Muzial 2007, 125; Tjeldvoll e Blazènaité 2007, 206-208).

A relevância social da universidade deriva da sua capacidade de actuar como agente cultural visando a reconstituição da identidade cultural, no sentido da ideia de Debbasch (1971, 56) quando afirma que "a função de promoção cultural da universidade significa que todos devem receber, antes de qualquer preocupação profissional, essa parte do saber sem o qual não existe condição humana", cabendo-lhe o dever de "responder às necessidades da nação, fornecendo-lhe os quadros em todos os domínios" (1971, 57).Esta ideia remete para a missão da universidade que se realiza mediante a combinação das funções de ensino, de investigação e de interação, com as quais pode construir e difundir o conhecimento, questionar a realidade, interagir com o contexto e formar profissionais tornando-se no "centro cultural da vida nacional" (Pelikan 1992, 139).

A combinação destas funções transforma-a no "motor da sociedade" que, segundo Rodrigues (1998, 65), se exerce "através de dois meios: acção dos universitários que, no seu quotidiano, vão dando testemunho do seu trabalho enquanto académicos; a força das ideias e das teorias que, quando bem expostas e desenvolvidas, são mais poderosas que muitos exércitos".Hoje, a tónica quanto às tarefas da universidade incide sobre aspectos como a diversificação e modernização do ensino, a investigação e criação de *know-how* próprio e a qualidade da formação, como elementos que contribuem para apetrechar a sociedade com os instrumentos cognitivos, tecnológicos e simbólicos que a tornarão apta a integrar o sistema global de intercâmbio científico e tecnológico, a partilhar informação e a gerar riqueza.

Assumida como factor de aproximação da sociedade com o "mundo desenvolvido", a universidade torna-se parceira na criação da base material e espiritual com que se constrói o progresso, se cimenta a coesão social e se assegura a cooperação internacional. A universidade timorense pode assumir-se como agente transformador da sociedade na medida em que for capaz de questionar a realidade envolvente e gerar contributos para a mudança sustentada, ou seja para a reconstrução nacional.É desejável que a universidade timorense reforce a sua vertente democrática, constituindo-se em instância de construção da vivência democrática, de modo a potenciar e acautelar os valores que constituem o capital democrático desta sociedade em transformação. O seu compromisso com a sociedade em democratização confere-lhe a obrigação de promover a ciência e o conhecimento pois, segundo Freire (1961, 6), a universidade "não deve furtar-se à discussão dos problemas", devendo adoptar uma nova postura na qual "renuncia às suas velhas posições de espectador e ensaia novas posições de participante" e "exercita um profundo esforço de consciencialização da sociedade em torno dos problemas nacionais" (1961, 13).

Freire propunha um compromisso entre a universidade e o meio de tal forma que ela se tornasse "uma criação da cidade, estendendo, aos poucos, a sua influência à zona em que a cidade se insere" (1994, 170), comprometida com "a formação intelectual crítica das maiorias e não só de uma elite egoísta e centrada em si mesma", capaz de analisar o seu contexto para nele intervir e o promover. Esta conceção corresponde à ideia da "universidade cidadã", empenhada numa ação em prol da resolução dos problemas locais e comprometida com o desenvolvimento sustentado da sociedade. Supõe, portanto, a assunção de uma responsabilidade social que vai desde a democratização do acesso ao compromisso com o desenvolvimento local, tornando-se uma força operante e um parceiro (Pinto, 1998) insubstituível da governação local. Desta universidade deve esperar-se que forme cidadãos críticos e de mente aberta, ou seja, "pessoas capazes de compreender amplamente as realidades do mundo, reflectir rigorosamente sobre os diversos contextos de forma integrada, fazer a crítica radical e agir sobre as especificidades locais, sem perder a dimensão da globalidade" (Sobrinho 2000, 29), pois, de outra forma, deixaria de "formar pensadores para passar a formar profissionais e teóricos

programados para cumprir um papel específico na cadeia de produção" (Buarque 1994, 59).

A universidade em Timor Leste, sob obrigação de um "compromisso social", terá de se assumir como instituição que contribua para a criação de uma "consciência social" enquanto base de qualquer projecto social de desenvolvimento sustentado, colocando o país na rota da "globalização científica e tecnológica", cuidando que, tal como considera Sobrinho (2000, 31-32): "os principais compromissos sociais da universidade não podem estar voltados para os propósitos de exclusão dos cidadãos […], não podem estar reforçando a ideologia da competitividade selvagem que medra num terreno em que já se sabe de antemão quais são os poucos vencedores e quais são os vencidos".

2. As funções sociais da universidade estatal timorense

A universidade configura-se como instituição de formação contínua e de reciclagem permanente dos recursos humanos (Bireaud 1995) ao mesmo tempo que preserva o património cultural nacional e universal. Através da investigação, ela cria condições para que a ciência e a tecnologia continuem a desenvolver-se, gerando a capacidade de criar soluções endógenas para os problemas locais do desenvolvimento. Desempenhando a função de produção de conhecimento, a universidade representa a possibilidade de superação do défice de desenvolvimento científico pois, de acordo com o Relatório Delors (1996, 65) "os países em desenvolvimento não devem negligenciar nada que possa facilitar-lhes a indispensável entrada no universo da ciência e da tecnologia, com o que isto comporta em matéria de adaptação de culturas e modernização de mentalidades".

A abertura da universidade à comunidade confere-lhe legitimidade para realizar a função de extensão, através da qual se converte em "centro cultural da vida nacional" (Pelikan 1992, 139) e sem a qual permanece desenraizada e estranha ao seu contexto. Esta universidade aberta pode "tornar-se uma espécie de casa comum, centro de encontro entre diferentes gerações e diferentes meios sociais, entre a cultura escolar e a cultura universal" (Bourdieu 1987, 118) ou, segundo Santos (1997, 164), "um centro de cultura disponível para a educação do homem no seu todo", uma instância para a promoção da educação na e para a cidadania.

A compreensão das funções sociais da universidade timorense parte de uma consideração de que esta constitui fundamentalmente um pólo de desenvolvimento social em que nela se concentrarem os recursos vitais e a reserva intelectual comprometida com o progresso e que o capital humano, o conhecimento e a tecnologia são elementos indispensáveis ao desenvolvimento, só disponibilizados na universidade, em parceria com outras instituições.Por outro lado, a análise dessas funções decorre da correlação de forças entre as lógicas presentes no cenário da administração universitária em Timor Leste: a) as lógicas estatais, que expressam as

exigências do Estado em relação à definição dos cursos, perfis de formação, objectivos e processos de ensino e as determinações da tutela decorrentes do financiamento público que disponibiliza; b) as lógicas do mercado decorrentes das pressões da economia e da concorrência de outras instituições universitárias que introduzem dimensões de empregabilidade e utilidade social da oferta formativa e c) as lógicas da academia, determinadas pelas características e preocupações do labor científico geralmente à margem das influências conjunturais do ambiente em que a universidade opera. Clark (1983, 142-143), defende que a autonomia da universidade, o controlo a sua acção, a definição da política universitária e a coordenação do ensino superior são a resultante da conjugação de três forças. Portanto, a capacidade da universidade timorense em conciliar estas lógicas contribuirá para a definição das suas funções estratégicas, a saber:

2.1. Formação de capital intelectual

A formação é o processo através do qual se constitui de forma sistemática o perfil dos profissionais. A formação de capital intelectual refere-se à constituição de uma "massa crítica" que possa funcionar como "agente de desenvolvimento", ou seja, profissionais altamente qualificados capazes de assegurar as tarefas da gestão da sociedade, da produção de riqueza, da inovação científica e tecnológica e da promoção do progresso social.

O capital intelectual forma-se a partir da transformação das potencialidades dos indivíduos daí resultando um perfil de competências relacionadas com a aquisição, gestão, aplicação e criação de saberes vitais para a actividade produtiva social. Para tal, são necessárias políticas de formação visando a formação de profissionais capazes de pensar e agir em função das demandas desenvolvimentistas da sociedade. Essas políticas devem salvaguardar: a) um ensino exigente, fundado na selectividade democrática e na promoção da qualidade; b) uma definição de perfis de profissionais ajustados às exigências locais, regionais e nacionais; c) uma formação diversificada em termos de cursos, segundo as prioridades nacionais; d) processos de formação direta e à distância, de graduação, pós-graduação e actualização; e) estimulação e reconhecimento do mérito das instituições de qualidade e dos desempenhos excepcionais; f) constituição de parcerias com sectores estratégicos da economia nacional.

Através da formação ministrada na universidade, a sociedade timorense pode munir-se dos recursos humanos capacitados para as complexas tarefas do desenvolvimento, garantindo a gestão permanente do fluxo de informação e de conhecimento necessários ao progresso científico e tecnológico. O papel da universidade neste âmbito é o de capacitação dos cidadãos para fazer deles profissionais de alto gabarito, capazes de intervir competentemente na vida socioprofissional.

2.2. Difusão do conhecimento e do saber

O conhecimento torna-se um factor vital para as sociedades modernas, pelo que é necessário promover a sua divulgação e aquisição. Assim, torna-se conveniente assegurar o carácter democrático do processo de difusão do saber, permitindo que a maioria dos cidadãos tenha acesso ao conhecimento, priorizando a satisfação das necessidades de grupos de profissionais engajados em tarefas estratégicas na sociedade.

A generalização do conhecimento é uma condição importante para desenvolver uma cultura científica e técnica (Santos 2008) e elevar o nível de formação e de conhecimento dos cidadãos, em especial dos profissionais comprometidos com as tarefas do progresso social. O acesso ao conhecimento favorece o desenvolvimento de saberes e competências com reflexos positivos no incremento da produtividade das pessoas e das organizações.Assim, é necessária implementar uma política de difusão que torne o conhecimento, a informação e a cultura acessíveis a todos, que contemple: a) a edição, produção e publicação de material bibliográfico; b) a importação de bibliografia e revistas de especialidade segundo prioridades; c) a difusão por audiovisuais e meios informáticos e a criação de bases de dados nacionais de acesso a especialistas; d) a generalização da informática para a difusão de saberes e desenvolvimento de competências de gestão da informação e a ampliação da rede nacional de *internet*; e) a criação de bibliotecas e centros de documentação e informação; f) a realização de eventos científicos sobre temáticas de interesse nacional g) a participação dos quadros em eventos científicos e académicos no país e no estrangeiro para intercâmbio de saberes e experiências; h) a adesão da universidade a redes científicas nacionais e internacionais para partilha privilegiada de informação.

A universidade pode constituir-se em "pólo de difusão científica" por via da criação de bibliotecas, da publicação de revistas científicas, da organização de eventos científicos, de programas nos *mass-media*, de cursos livres de aperfeiçoamento e de "semanas abertas", como forma de capacitar a sociedade para enfrentar o novo desafio que é a "revolução do conhecimento" (AULP 2000, 43-47).

2.3. Criação da base tecno-produtiva

O progresso científico e tecnológico faz-se com recurso a uma infraestrutura apropriada que constitui a base produtiva/tecnológica em que assenta o desenvolvimento, representada pelo parque industrial, científico e tecnológico. Esta base tem por finalidades: a) assegurar a produção material nos vários domínios de atividade, proporcionando bens e serviços para satisfazer as necessidades da

população e gerar riqueza nacional; b) apoiar o processo de formação contínua de profissionais a partir da experiência vivida e do ensaio de novos processos; c) desenvolver a cooperação entre a universidade e as empresas e as instituições financiadoras para viabilizar a inovação e modernização tecnológicas e acrescentar capacidade competitiva; d) assegurar a realização da investigação aplicada como suporte da inovação tecnológica e científica; e) garantir a eficiência do trabalho dos técnicos e rentabilizar os recursos humanos através de medidas de avaliação do desempenho e remuneração ajustada à especificidade do trabalho de pesquisa.

Neste âmbito, justifica-se uma política de desenvolvimento científico e tecnológico de maneira que: a) defina normas e controle a importação de equipamento, tecnologias e técnicos estrangeiros; b) contemple a actualização das infraestruturas e seu aproveitamento racional; c) promova a parceria entre a universidade e as empresas para facilitar a inovação e o desenvolvimento tecnológico; d) regule o funcionamento do parque industrial e tecnológico segundo prioridades nacionais e na base de um controlo e avaliação da actividade; e) estabeleça metas de produção e padrões de qualidade, na base dos quais as empresas cumpridoras seriam bonificadas em termos fiscais; f) compense simbólica e monetariamente os quadros mais qualificados e de alto desempenho para motivar o seu engajamento e produtividade; g) estimule a ligação entre as empresas e a universidade para induzir sinergias e catalisar o desenvolvimento económico; h) capacite os recursos humanos através de programas de (re)qualificação e reconversão, sob responsabilidade da universidade e das empresas de ponta.

Este processo deverá salvaguardar o equilíbrio entre a importação de tecnologia e a sua produção interna e basear-se no controlo de qualidade. À universidade caberá apoiar o ensaio de novos processos tecnológicos, sugerir a criação de "centros de inovação" e envolver-se em parcerias com o sector produtivo para intercâmbio de *know-how*, tecnologia e experiências.

2.4. Inovação científica e tecnológica

A inovação deve ser encarada com um processo de "invenção" de novas práticas e de mudança deliberada dos processos produtivos e tecnológicos, visando um aperfeiçoamento constante da base produtiva, do conhecimento e da capacidade interventiva e uma actualização permanente dos profissionais. A inovação, suportada pela investigação aplicada, constitui-se como alavanca fundamental para melhorar as condições e os recursos necessários ao desenvolvimento dos vários sectores da economia nacional (Banque Mondiale 2009), traduzindo-se em modelos de intervenção, métodos, soluções e processos produtivos mais avançados e eficientes.

A inovação, apoiada na pesquisa aplicada, torna-se o suporte do progresso científico e tecnológico, porquanto: a) induz a novas práticas e processos visando

alcançar maior eficiência; b) gera novo saber e competências técnicas específicas; c) promove a autoformação e a requalificação dos recursos humanos, transformando-os em agentes catalisadores das mudanças, dotados de capacidade de auto-aprendizagem; d) apela à utilização criativa dos recursos tecnológicos, através da ligação entre a teoria e a prática e da articulação ente a pesquisa aplicada e os problemas da *praxis* social (Saénz de Miera 1998, 38-39); e) ajuda à solução criativa e contextualizada de problemas mediante recurso a processos investigativos, gerando "soluções à medida".

Para cumprir o seu papel de força motriz do desenvolvimento, a inovação, suportada pela investigação, necessita de: a) uma base de conhecimento consolidado e à disposição dos profissionais; b) uma base tecnológica, instrumental e infraestrutural, sendo necessário um nível mínimo de desenvolvimento das competências humanas, das infraestruturas e dos processos produtivos; c) uma equipa de recursos humanos tecnicamente capacitados e competentes, preparados eticamente, comprometidos e bem remunerados; d) o recurso à investigação, o que pressupõe uma formação adequada nesta área para desenvolver nos profissionais competências investigativas.

Assim, uma política de inovação deve contemplar medidas e procedimentos de diagnóstico da situação das empresas que assegurem: a) a existência contínua de *know-how* produzido nas universidades ou empresas de ponta; b) o domínio progressivo de novas técnicas e tecnologias através da qualificação permanente dos técnicos; c) um adequado suporte financeiro e infraestrutural; d) o reconhecimento de resultados e produtos de mérito e a atribuição de prémios aos seus autores.

A universidade, com o seu capital de conhecimento e tecnologia, deve funcionar como estrutura de suporte à inovação, analisando as necessidades e as condições das empresas parceiras, introduzindo e avaliando os efeitos das propostas inovadores e capacitando científica e tecnicamente os agentes envolvidos.

2.5. Investigação fundamental e aplicada

Sendo a actividade através da qual se gera novo conhecimento e novas soluções para problemas relevantes, a investigação constitui o suporte da inovação e do progresso científico com o qual uma sociedade se mantém em situação de paridade com os detentores de saber. A investigação permite adquirir, acumular, actualizar e aplicar o conhecimento segundo as exigências específicas concretas de cada país, permitindo-lhe construir uma base científica sólida para enfrentar as tarefas do progresso social (Santos 2008).

Neste âmbito, é preciso desenvolver uma política de investigação e de inovação que contemple: a) formação de quadros a nível superior com uma componente investigativa no currículo e uma aproximação aos problemas do "mundo do trabalho"; b) uma estreita relação entre a produção e a investigação científica, de

forma que esta adopte os problemas colocados por aquela; c) uma articulação entre as faculdades e os respetivos setores económicos de modo a articular o saber e o *know-how* existentes com os problemas reais do desenvolvimento nacional; d) um encorajamento da inovação tecnológica e científica (apoiada na investigação de problemas nacionais) através da instituição de prémios às empresas inovadores e do reconhecimento do mérito dos investigadores com produção científica de alto nível; e) um apetrechamento adequado da universidade e das empresas que realizam pesquisa e inovação tecnológica com sucesso.

A universidade deve assumir-se como centro de investigação e de criação do saber e tem de estar vinculada ao domínio da produção, funcionando como suporte da inovação e como catalisador da investigação aplicada. Ela desempenha um papel relevante no apoio a empresas inovadoras, recorrendo a um *know-how* capaz de ajudar a solucionar problemas e retirando daí novo saber e experiência a incorporar na formação. Para isso, teria de ser capaz de: a) realizar bem as tarefas de ensino para a geração de profissionais apetrechados com competências adequadas aos desafios do desenvolvimento; b) assegurar a investigação fundamental e aplicada para a produção de conhecimento útil em consonância com as necessidades e problemas da *praxis* social; c) apoiar a inovação tecnológica das empresas de modo a assegurar o progresso tecnológico necessário para a modernização da base tecnoprodutiva nacional; d) desenvolver mecanismos de difusão do conhecimento e da cultura visando a elevação do nível científico dos profissionais e a manutenção de uma cultura geral no seio dos cidadãos.

Neste sentido, a universidade poderá assumir-se como força produtiva (por gerar capital intelectual, por renovar o saber, a cultura e a tecnologia, por viabilizar a inovação tecnológica) e como fonte de criatividade na solução dos problemas, influenciando o processo de desenvolvimento endógeno do país já que representa uma mais-valia em termos de capacidade competitiva e reserva estratégica nacional (Bridges 2007).

3. Desafios a assumir

Não restam dúvidas que a universidade estatal timorense terá um papel importante no desenvolvimento da sociedade timorense.

O desenvolvimento sustentado de Timor Leste radica num conjunto de políticas e de ações concertadas entre os vários sectores da actividade nacional, em particular a universidade. Não poderá haver desenvolvimento científico e tecnológico sem recursos humanos à altura das exigências, sem uma base material e infraestrutural mínima e sem o devido apoio à actividade investigativa, para os quais é necessário um grande investimento financeiro.

Esse desenvolvimento só é possível se o governo timorense e a sociedade civil perceberem que é necessário: a) discutir, aprovar e aplicar as políticas educativas

definidas; b) assegurar o financiamento necessário para a empreitada universitária, enquanto investimento no futuro; c) promover a competência técnica dos gestores e dos decisores políticos assessorados por profissionais competentes; d) combater a inépcia, o comodismo, o oportunismo e a corrupção, para conferir credibilidade e confiança à ação governativa e cativar a participação dos quadros; e) instaurar um modo de gestão rigoroso e transparente para gerar uma cultura académica ética; f) conferir à universidade a autonomia, o apoio financeiro e o protagonismo que lhe é devido no processo de reconstrução nacional; g) assegurar o direito aos cidadãos timorenses de acesso à universidade em igualdade de circunstâncias, recorrendo, quando se justifique ao apoio social pois, a educação superior é um bem público; h) garantir o desenvolvimento harmonioso da rede de instituições de ensino superior para evitar distorções ou efeitos negativos por sobreposição de lógicas concorrências do mercado.

Considerações finais

Cumprindo estas funções com o sentido de responsabilidade[1] perante o meio que a envolve e a sociedade que a suporta, a universidade estatal timorense poderá assumir-se como uma "universidade criativa e interventiva"[2] cujas preocupações, derivadas de um "contrato moral", apontam para uma maior ligação aos problemas sociais e ao sector produtivo, ao incremento da investigação em áreas prioritárias do desenvolvimento nacional (a cultura e as línguas nacionais, a agricultura, o solo e subsolo, a saúde, a educação, o ambiente, a habitação e os transportes) e para um compromisso com a educação da cultura cívica e democrática, ou seja, contribuindo activamente para a promoção do desenvolvimento social integrado, situando-se entre o *campus* e a *polis*.

O *campus* enquanto lugar onde se concentram as estruturas, os actores e as acções da universidade não pode ser encarado como um reduto no qual os académicos se fecham para reflectir e produzir conhecimento, como se não existisse vida fora dele. Constituindo a sede de uma actividade social relevante, o *campus* é o lugar a partir do qual os académicos vão olhar para a sociedade em que a universidade está inserida.

---

[1] Smith (2007:30-31) inclui nesta noção de responsabilidade social o compromisso da universidade perante o contexto cultural, as demandas da economia (inovação tecnológica), a formação de profissionais, a produção de conhecimento e a educação dos cidadãos ou emancipação do espírito humano. Para Santos (2008, 61-62, 76) a responsabilidade social da universidade decorre do seu reconhecimento como "espaço público" e "bem público ligado ao projecto de país", o que implica que esta deve ser permeável às demandas sociais. Para Pinto (1998, 48) essa responsabilidade decorre do compromisso da universidade com os problemas do desenvolvimento.

[2] De acordo com a UNESCO (1995, 45) "este amplo conceito de universidade supõe um processo de adaptação criativa passando pela pesquisa de práticas e de modelos institucionais específicos correspondendo às necessidades, à situação e às possibilidades de estabelecimentos, de comunidades, do país e de determinadas regiões".

Daí que a universidade timorense tenha de extravasar o seu *campus* para abarcar a sociedade da qual se nutre e onde encontra a matéria sobre a qual reflectir. Assim, enquanto comunidade de sábios, a universidade deve reflectir sobre o mundo que a rodeia e gerar saberes úteis que contribuam para o desenvolvimento social. Esta é a condição que lhe permite abraçar a *polis*, buscando afirmação, através da participação na solução dos problemas da comunidade, servindo-a e prestando contas públicas da sua atuação (Rhodes 1999, 169).

Transpondo os seus muros e abrangendo a comunidade a que pertence, a universidade timorense converte-se num *locus* de geração de conhecimento, de inovação e de transformação da realidade, num centro de irradiação cultural e num cenário do fortalecimento da cidadania e da democracia, decorrente da sua posição de "espaço público de debate e crítica" (Santos 2008, 62), assumindo-se como instituição útil à sociedade. A este respeito, Sobrinho e Ristoff (2002, 12) consideram que "a universidade somente conseguirá justificar socialmente sua existência se assumir uma vocação ética e política de fortalecimento da democracia, de consolidação da formação cidadã e de aprofundamento do sentido público da educação".

Daqui é possível assumir a universidade como extensão do meio em que se insere e como incrustação nesse meio no qual se inspira e para o qual contribui com ideias, saberes e experiências pois a actividade académica é o reflexo da própria vida onde radicam os problemas a investigar. Aí, teremos a "universidade cidadã"[3], assumida como "laboratório do mundo que a penetra" (Gadotti 2006, 57) e parte integrante do território da cidade, apropriada por esta, o que significa a assunção do seu compromisso com o projecto social de formação do cidadão activo e de desenvolvimento local sustentado, à qual Filho (2008, 124) chamou "universidade renovada", ou seja, um "instituição verdadeiramente pública, aberta ao controle e à participação política das comunidades às quais ela serve". Uma "universidade cidadã" seria aquela onde se presta atenção à diversidade e às necessidades do contexto social; baseada numa ética do interesse público; centrada numa cultura de solidariedade e de diálogo com a comunidade em que se insere; que busca coerência entre o discurso da cidadania e a prática da educação cívica; que se assume como parceira da governação local visando o desenvolvimento regional.

A consolidação desta "universidade cidadã" exige uma preocupação relativamente às condições do seu funcionamento, nomeadamente: a) revisão e ajustamento dos planos curriculares às realidades e necessidades locais; b) mudança do paradigma de ensino-aprendizagem para reforçar a articulação entre a teoria e a prática, o ensino e a investigação; c) contratação e requalificação do corpo docente

[3] Com o sentido atribuído por Gadotti (2006), valorizando o fomento da democracia, da participação e da autonomia, a promoção da justiça, do pluralismo, do diálogo, o cultivo da crítica e auto-crítica, a manutenção da interacção permanente com o meio, da prestação pública de contas, ou seja, de uma presença permanente da universidade no meio e da comunidade na universidade. Valorizando, sobretudo, o seu compromisso com o progresso e o engajamento social enquanto emanação da própria sociedade onde está implantada e em relação à qual cultiva um sentido de responsabilidade perante o seu devir.

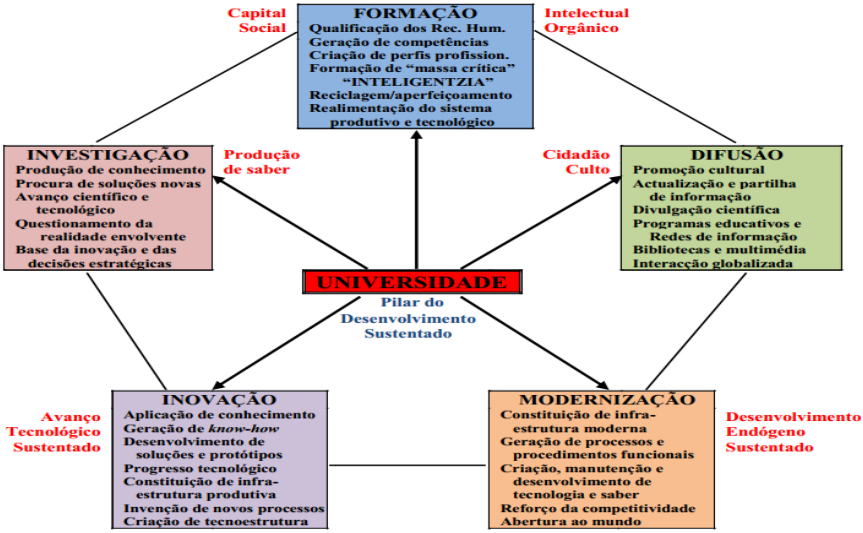
no sentido de captar e manter os melhores; d) apetrechamento logístico e infraestrutural para viabilizar a realização eficaz da sua missão; e) definição de critérios de rigor e padrões de qualidade a partir dos quais se avaliará a qualidade do seu desempenho institucional; f) inclusão da universidade nas estruturas locais de decisão política para que aí possa intervir enquanto parceira na elaboração das políticas de desenvolvimento.

Esta universidade, encarada como "pilar do desenvolvimento sustentado" da sociedade timorense, poderá contribuir para o desenvolvimento nacional, pressupondo que encontrará espaço e condições favoráveis o fazer. Pela importância atribuída, a universidade pública timorense "não pode ser posta numa posição de dependência" (Santos 2008, 61) dos poderes instituídos (políticos, empresariais) sob pena de se estar a contribuir para a sua deslegitimação e subserviência (Silva 2004). A rendição a esses poderes representaria, na perspetiva de Santos (2008), o fim da universidade tal como a conhecemos. Ora, pretende-se que ela seja a sede de um processo renovador interno e externo e que represente o "motor do desenvolvimento" que o país deseja.

A universidade timorense é uma instituição demasiado importante, útil e dispendiosa pelo que não pode ser negligenciada, menosprezada ou abandonada. Logo, constitui responsabilidade social do meio que a acolhe, do governo e dos cidadãos, valorizá-la, aproveitá-la e dignificá-la.

Em síntese, apresentam-se na figura 1 as cinco funções estratégicas da universidade que podem e devem ser assumidas pela universidade timorense.

Figura 1 – As 5 funções estratégicas da universidade estatal em Timor Leste



Bibliografia

ASSOCIAÇÃO DAS UNIVERSIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA. 2000. *X Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa*. Ponta Delgada: AULP.

BANCO MUNDIAL. 2000. *O Ensino Superior nos Países em Desenvolvimento: Perigos e Esperanças*. Lisboa: AULP - Associação das Universidades de Língua Portuguesa.

BANQUE MONDIALE. 2009. *Faire de l'Enseignement Supérieur le Moteur du Développement en Afrique Sub-Saharienne*. Washington.

BIREAUD, A. 1995. *Os Métodos Pedagógicos no Ensino Superior*. Porto: Porto Editora.

BOURDIEU, P. 1987. Propostas para o Ensino do Futuro. *inCadernos de Ciências Sociais*. Porto: Afrontamento: 101-120.

BRIDGES, D. 2007. The Role of the University in Economic Development. In D. Bridges, P. Jucevicienè, R. Jucevicius, T. Mclaughlin e J. Stankeviciutè, eds. *Higher Education and National Development. Universities and Societies in Transition*. London and New York: Routledge: 103-119.

BUARQUE, C. 1994. *A Aventura da Universidade*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista.

CLARK, B. R. 1983. The Higher Education System.Academic Organization in Cross National Perspective. Berkeley: University of California Press.

COURT, D. 1991. The Development of University Education in Sub-Saharan Africa.In P. G. Altbach, ed. *International Higher Education.An Encyclopedia*. Chicago and London: St. James Press: 329-347.

DEBBASCH, C. 1971. *L'Université Désorientée. Autopsie d'une Mutation*. Paris: Presses Universitaires de France.

DELORS, J. 1996. *Educação: Um Tesouro a Descobrir - Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI*. Rio Tinto: ASA.

FILHO, N. A. 2008. A Universidade Nova no Brasil. In B. de Sousa Santos e N. de Almeida Filho. *A Universidade no Século XXI: Para uma Universidade Nova*. Coimbra: Almedina: 79-182.

FREIRE, P. 1961. *A Propósito de uma Administração*. Recife: Imprensa Universitária.

FREIRE, P. 1994. *Cartas a Cristina*. São Paulo: Paz e Terra.

GADOTTI, M. (2006). *Escola Cidadã*. São Paulo: Cortez.

LIMA, L. C. V. 1998. Universidade Portuguesa: Notas sobre a Crise Institucional. In M. C. Morosini, org. *Mercosul. Mercosur. Políticas e Acções Universitárias*. Campinas: Editora Autores Associados.

PELIKAN, J. 1992. *The Idea of the University.A Reexamination*. New Haven and London: Yale University Press.

PINTO, M. 1998. Um Olhar sobre a Universidade na Perspetiva do Desenvolvimento Social. *Revista Educação e Sociedade. Colóquio Educação e Sociedade: Reinventar a Universidade*. nº 2: 40-50.

RODRIGUES, E. R. L. (1998). Universidade - Espelho e Motor da Sociedade. In P. Conceição D. F. D. Durão, M. V. Heitor e F. Santos. *Novas Ideias para a Universidade*. Lisboa: Instituto Superior Técnico Press: 60-67.

RHODES, F. H. T. 1999. The New University.In W. Z. Hirsch e L. E. Weber, eds. *Challenges Facing Higher Education at the Millennium*. Oxford: Pergamon: 167-174.

SAÉNZ de Miera, A. 1998. Perspetivas Económicas y Empresariales de la Universidad del Futuro. *Revista Educação e Sociedade. Colóquio Educação e Sociedade: Reinventar a Universidade*. nº 2: 25-39.

SANTOS, B. S. 1997. *Pela Mão de Alice. O social e o Político na Pós-Modernidade*. Porto: Afrontamento.

SANTOS, B. S. 2008. A Universidade no Século XXI: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade. In B. de Sousa Santos e N. de Almeida Filho. *A Universidade no Século XXI: Para uma Universidade Nova*. Coimbra: Almedina: 15-40.

SILVA, E. A. 2004. *O Burocrático e o Político na Administração Universitária. Continuidades e Rupturas na Gestão dos Recursos Humanos Docentes na Universidade Agostinho Neto (Angola)*. Braga: Centro de Investigação em Educação. Universidade do Minho.

SMITH, R. (2007). Conceptions of the University and Demands of Contemporary Societies. In D. Bridges, P. Jucevicienè, R. Jucevicius, T. Mclaughlin e J. Stankeviciutè, eds. *Higher Education and National Development. Universities and Societies in Transition*.London and New York: Routledge: 30-39.

SOBRINHO, J. D. 2000. *Avaliação da Educação Superior*. Petrópolis: Vozes.

SOBRINHO, J. D. e Ristoff, D. 2002. Introdução. In J. D. Sobrinho e D. Ristoff, orgs. *Avaliação Democrática. Para uma Universidade Cidadã*. Florianópolis: Insular: 7-12.

TJELDVOLL, A. e Blazènaité, A. 2007.Concepts of a Service University. In D. Bridges, P. Jucevicienè, R. Jucevicius, T. Mclaughlin e J. Stankeviciutè, eds. *Higher Education and National Development. Universities and Societies in Transition*.London and New York: Routledge: 201-211.

UNESCO. 1995. *Changement et Développement dans l'Enseignement Supérieur: Document d'Orientation*. Paris: UNESCO.

unesco. 2009. *As Novas Dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a Mudança e o Desenvolvimento Social*. Paris: UNESCO.

YESUFU, J. M., ed. 1973. *Creating the African University*.Ibadan: Oxford University Press.

Vicente Paulino: Professor Auxiliar Convidado da Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL). Director da Unidade de Produção e Disseminação do Conhecimento do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa da UNTL. Licenciado e Mestre em Ciências da Comunicação pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Doutorado em Estudos da Literatura e Cultura/especialidade em Cultura e Comunicação pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa com uma tese sobre a *representação identitária em Timor-Leste: culturas e os média* (2012). Investigador colaborador do CEMRI – Centro de Estudos de Migração e Relações Interculturais da Universidade Aberta de Portugal. Tem organizado e participado em vários eventos científicos de dimensão internacional, tendo publicado vários trabalhos científicos, em livros, capítulos de livros, e atas de conferências.

§§§

A obra expõe o mapeamento de Timor-Leste nos estudos interdisciplinares, ao nível histórico, político, económico, educação e mais diversos campos do saber, cuja finalidade é compreender a validade da existência de um Timor-Leste plural "no conhecimento e na ciência".

ISBN 978-989-98981-0-3